

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Infraestrutura Hídrica como motor para a Articulação Urbana do Vale de Chelas

Maria Neto Malato

Mestrado Integrado em Arquitetura,

Orientadora:

Mestre Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Mestre Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar
Convidado,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

iscte

TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Infraestrutura Hídrica como motor para a Articulação Urbana do Vale de Chelas

Maria Neto Malato

Mestrado Integrado em Arquitetura,

Orientadora:

Mestre Inês Varela Maia Lobo, Professora Auxiliar Convidada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Mestre Miguel Nuno Pessoa Marques Judas, Professor Auxiliar
Convidado,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Infraestrutura Hídrica como Motor para a Articulação Urbana do Vale de Chelas

Maria Neto Malato

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
Outubro de 2023

Agradecimentos

Este pode ser um trabalho individual mas não o fiz sozinha. Nele está um pouco de todos os que me acompanharam e inspiraram ao longo destes 6 anos, dentro e fora da faculdade. Obrigada. Seguimos juntos.

Resumo

Vale de Chelas; Infraestrutura Hídrica; Articulação Urbana; Aqueduto das Águas Livres; Espaço Público; Habitação Coletiva;

Este trabalho parte de um conjunto de reflexões sobre a nossa disciplina, os espaços públicos resultantes da infraestrutura hídrica e as sucessivas transformações urbanas no Vale de Chelas.

A partir de uma primeira análise, que procura contar a história de Lisboa através da infraestrutura hídrica, é possível revelar não só a evolução urbana da cidade, como a relação das suas populações com este recurso. A partir desta sustenta-se uma proposta para o futuro, propondo métodos de abastecimento para as nossas cidades que, simultaneamente, as tornem aptas a alojar sociedades mais prósperas e justas.

O sistema associado ao Aqueduto das Águas Livres representa, até hoje, um dos contributos mais relevantes para a vida urbana de Lisboa, sobrepondo-se à cidade com uma enorme generosidade, oferecendo, não só água, mas ligações e espaços públicos de qualidade, ao longo do seu percurso. O precedente aberto por este sistema não teve, no entanto, continuidade: a partir do momento em que é possível abastecer cada casa e os rituais associados à água deixam de acontecer perante o outro, as estruturas erguidas passam a servir apenas espaços privados gerando grandes descontinuidades. Cada tipo de infraestrutura reflete os problemas e vontades do seu tempo. Assim, procura-se através da história, perceber quais os problemas que uma nova infraestrutura hídrica se pode propor a resolver, tendo em conta as crises sociais e ecológicas que enfrentamos atualmente.

Sendo o Vale de Chelas um território expectante, fortemente afetado pela infraestrutura, é através dele que se abordam estes temas.

Abstract

Vale de Chelas; Water Infrastructure;
Urban Articulation; Águas Livres
Aqueduct; Public Space; Collective
Housing;

This work is based on a series of reflections on our discipline, the public spaces resulting from the water infrastructure, and the successive urban transformations in the Chelas Valley.

The first analysis, which seeks to tell the story of Lisbon through water infrastructure, reveals not only the urban evolution of the city, but also the relationship between its populations and this vital resource. This analysis then supports a proposal which makes water supply methods align with sustainable cities as well as a prosperous and just society.

To this day, the water distribution system of the Águas Livres Aqueduct represents one of the most important contributions to Lisbon's urban life, offering not only water, but quality connections and public spaces along its route. However, the precedent set by this system did not continue: from the moment it was possible to supply each house individually, the rituals associated with water supply ceased to include the commons and the structures erected began to serve only private spaces, generating major urban discontinuities.

Each type of infrastructure reflects the problems and desires of its time. Thus, through history, we seek to understand the problems that a new water infrastructure can solve, taking into account the social and ecological crises we are currently facing.

The Chelas Valley represents a prime location to address these issues through architectural interventions because it is an unresolved territory, strongly affected by its infrastructure.

Índice

Resumo / Abstract

014 **J1 _ Água**

016 Água como testemunho

020 Chafarizes de Fonte Própria até 1650

028 Sistema Águas Livres

046 Estruturas Adicionadas ao Sistema das Águas Livres

054 Sistema do Alviela

068 Sistema Tejo

084 Drenagem

086 Ciclo da Água Natural e Urbano

088 Drenagem Natural

090 Drenagem Artificial

094 Considerações Finais

096 Bibliografia

098 Índice de Imagens

104 **J2 _ Manifesto**

106 Introdução

108 Entrevista ao Arquiteto Ricardo Carvalho

126 Entrevista ao Arquiteto Fernando Viegas

148 Entrevista ao Arquiteto João Nunes

166 Entrevista ao Arquiteto Tom Emerson

180 Entrevista ao Arquiteto Jeremy Till

194 Manifesto _ Entangled Life

198 Manifesto _ Chão Comum

202 Manifesto _ Habitar

206 Manifesto _ Durável / Reversível

210 **J3 _ Exercício Teórico**

212 Mapa de Identificação de um Território

214 Entangled Life

216 Chão Comum

220 Habitar

222 Durável / Reversível

224 **J4 _ Modelo Urbano**

226 Introdução

229 Vale de Chelas _ Monarquia Constitucional

236 Vale de Chelas _ Primeira República, Ditadura Militar, Estado Novo

247 Vale de Chelas _ Democracia

254 Conclusão

262 **J5 _ Exercício Prático**

264 Introdução

269 Chão Comum

270 Durável / Reversível

274 Entangled Life

287 Habitar

290 Índice de Figuras

J01 / CIDADE ÁGUA

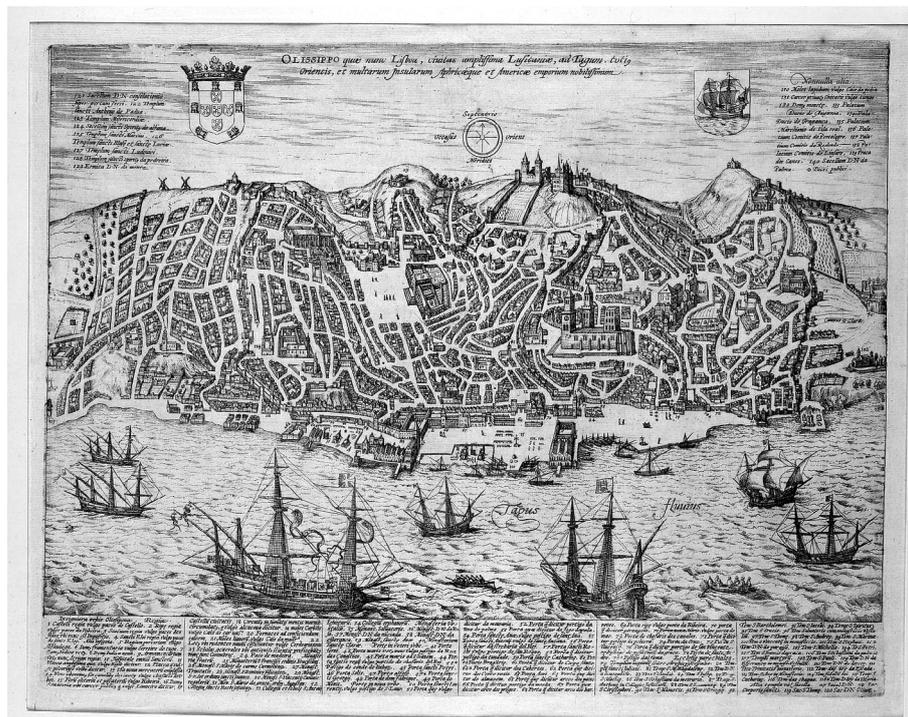
ÁGUA_ TERRITÓRIO_INFRAESTRUTURA_(DES)CONTINUIDADES

Capítulo desenvolvido em conjunto com Ana Sofia Mateus Rebelo e Maria Neto Malato



CIDADE _ ÁGUA

História de Lisboa através da rede de abastecimento e contenção de água



[Figura 2]

Água como testemunho _ Génese da Cidade de Lisboa

A história da humanidade e a da água são indissociáveis. Foi da água que os primeiros anfíbios migraram para a terra e desenvolveram pulmões, e foi em torno dela que se implantaram as primeiras casas, cidades, ecossistemas, culturas, conflitos e tradições. Como a vida sempre esteve entrelaçada com a água, esta acaba por servir de testemunha silenciosa da história urbana, influenciando e sendo influenciada pelo desenvolvimento humano ao longo dos séculos.

Como, enquanto espécie, dependemos da água, fomos, ao longo da história, direcionando as nossas capacidades criativas e esforços coletivos para garantir o abastecimento deste recurso. À medida que a história se desenrolou e a população aumentou, os métodos de captação, acumulação e tratamento de água foram evoluindo, refletindo vários aspetos sociais, económicos, culturais e tecnológicos das sociedades: Se não tivéssemos inventado a agricultura, através de técnicas de irrigação dos solos a partir do desvio de cursos de água, a cidade, que pode ser classificada como a mais complexa e interessante criação humana (Herzog & Meuron, 2007), não existiria. Podemos concluir assim que sendo a cidade uma invenção humana, a sua história está, naturalmente, estreitamente ligada a este elemento fundamental para a nossa subsistência e evolução.

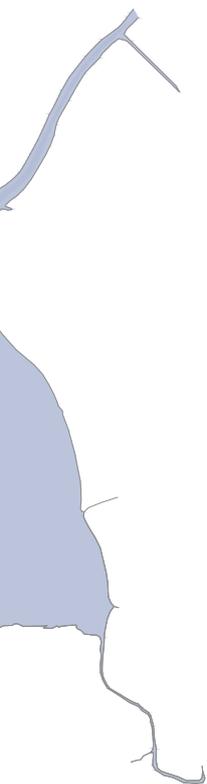
Ao olharmos para Lisboa, é evidente que a água desempenhou um papel crucial na sua formação e crescimento, desde a escolha do lugar até às soluções engenhosas para garantir o seu abastecimento. Lisboa nasce do rio.

É no estuário do Rio Tejo que se reúnem as condições para uma ocupação, entre vales de terras férteis, em contacto com o oceano, mas protegida do mesmo, com um clima ameno, contacto com várias nascentes de água doce e boa exposição solar (Ribeiro, 2013).

Na Colina de S. Jorge, a abundância de nascentes de águas cristalinas e termais, convidou a implantação de povoados desde a idade do bronze sendo, posteriormente, ocupada por gregos, fenícios, lusitanos, romanos, visigodos, árabes, judeus e cristãos (França, 1980). É graças à abundância de água doce que se cria o primeiro núcleo urbano de Lisboa: o bairro de Alfama, cujo nome deriva das águas quentes encontradas no local, que mais tarde será integrado no perímetro da Cerca Nova ou Fernandina, entre 1373 e 1375. Para além das nascentes, uma pequena ribeira entre a atual Rua da Regueira e a Rua da Alfândega, permitiram mais tarde construir os primeiros chafarizes (Amaro, 2003) pela mão dos vários povos que habitaram este local, com diferentes níveis de complexidade, refletindo sempre a relação das populações com este bem essencial, criando relações e rituais mais ou menos coletivos com o mesmo.

O objetivo desta análise é contar a história de Lisboa através da infraestrutura hídrica, que revela não só a evolução urbana da cidade e a maneira como se foi densificando, mas também a forma como as comunidades se foram relacionando com este recurso, através da análise dos espaços, mais ou menos privados, resultantes da infraestrutura. Como a importância da água não diminuiu, esta análise do passado é muito importante para fazermos decisões para o futuro: precisamos de continuar a abastecer as nossas cidades lidando com a escassez, enquanto, simultaneamente, as protegemos da subida do nível do mar.





[Mapa 00] Topografia e Batimetria do Estuário do Tejo, autoria do grupo de trabalho.



[Figura 3]

Espaços resultantes da infraestrutura hídrica _chafarizes de fonte própria até 1650

Os espaços são construídos em torno de rituais. Através da análise dos espaços resultantes da infraestrutura da água na cartografia histórica de 1650, podemos perceber que estes serviam rituais comunitários, que pediam amplas áreas públicas de livre acesso.

Até à construção do Aqueduto das Águas Livres no século XVII, o abastecimento de água para a cidade de Lisboa era feito, principalmente, em Alfama através de chafarizes com fontes próprias, graças à abundância de água no sopé da colina de S. Jorge (Amaro, 2003). Por este motivo, este sistema de abastecimento não estava dependente de reservatórios e aquedutos (EPAL, 2014).

O Chafariz D'el Rei [1], referenciado pela primeira vez em 1220 (EPAL, 2014), terá sido edificado entre os séculos XII e XIII, e serviu como principal forma de abastecimento hídrico da cidade até à construção do Aqueduto das Águas Livres (Benali, 2016). Numa gravura do século XVI [figura 3] é representada, não só uma intensa vida pública em torno deste chafariz, como o amplo espaço em que este se implantava. Ambos aspetos que não se verificam nos dias de hoje, visto que a necessidade de partilhar o acesso à água já não existe, e a configuração do espaço envolvente ao chafariz foi profundamente alterada.

Mais tarde, surge o Chafariz de Dentro [2], edificado no século XIII e referenciado pela primeira vez em 1280 (EPAL, 2014).

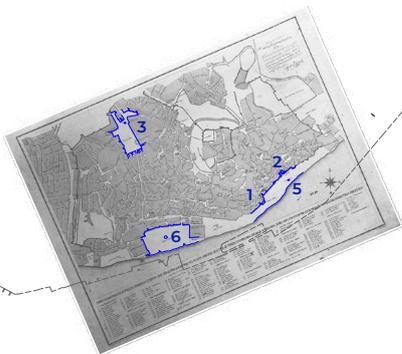
Este, denominado inicialmente por Chafariz dos Cavalos - graças às suas bicas em forma de cavalo - com a construção da Cerca Fernandina no século XIV, é transportado para o interior da mesma, passando a denominar-se por Chafariz de Dentro. A ele associa-se também um largo, ao qual deu nome, que até hoje serve de palco para a vida pública nesta área da cidade.

Entre os séculos XV e XVII, com a expansão da cidade, várias obras afirmaram os novos poderes políticos, económicos e sociais (EPAL, 2014). Destas obras surgiu o Rossio, o Mosteiro dos Jerónimos e o Terreiro do Paço que, por sua vez, foram abastecidos pelo Chafariz do Neptuno [3] em 1606, o chafariz da Bola [4] em 1615 e o Chafariz do Apolo [6] em 1655, respetivamente, sendo possível assim, delinear uma cronologia para a ocupação da cidade de Lisboa. Os locais de implantação destes chafarizes continuam a ser de extrema importância para a cidade, mesmo após o terramoto, ao qual os chafarizes do Neptuno [3] e do Apolo [6], não sobreviveram.

Em 1625, surge o Chafariz da Praia [5], no largo do Chafariz de Dentro [2] com o qual partilhava o caudal da nascente (EPAL, 2014). Ambos os chafarizes serviam o mesmo espaço público. No entanto, em 1868 o Chafariz da Praia [5] é demolido e substituído pela Estação Elevatória a Vapor da Praia. Com esta alteração, o espaço público oferecido pelo chafariz, desaparece.

Como o chafariz é um método de abastecimento público fixo, o transporte de água neste sistema era assegurado pelos aguadeiros, cuja atividade profissional se encarrega de transportar a água dos chafarizes. Esta profissão esteve presente em Lisboa até ao início do século XX (EPAL, 2014).





- 1- Chafariz d'el Rei
- 2- Chafariz de Dentro
- 3- Chafariz de Neptuno
- 4- Chafariz da Bola
- 5- Chafariz da Praia
- 6- Chafariz de Apolo



[Mapa 01] Planta representativa dos espaços configurados pela infraestrutura da água na cidade de Lisboa em 1650. Adaptado: Cartografia histórica, série produzida por Tinoco em 1650.

Abastecimento



[Figura 03]



[Figura 04]

1. Chafariz del Rei
Rua do Cais de Santarém
1220 (primeira referência)
Nascente própria
Existente _ sem água



[Figura 05]

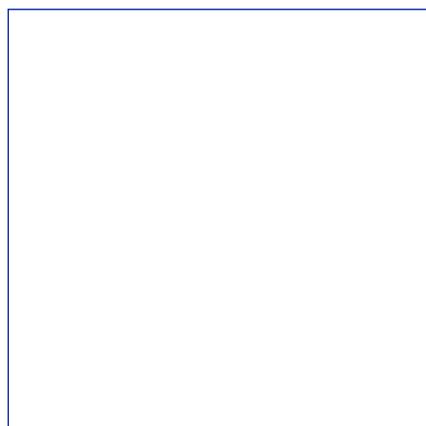


[Figura 06]

2. Chafariz de Dentro (ou dos Cavalos)
Largo do Chafariz de Dentro
1280 (primeira referência)
Nascente própria
Existente _ sem água



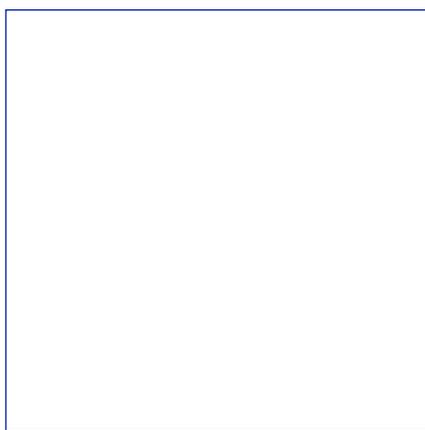
[Figura 07]



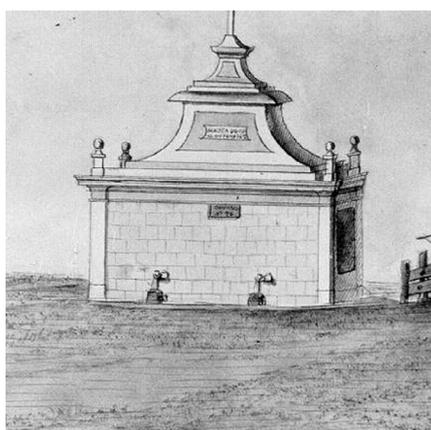
3. Chafariz de Neptuno
Rossio
1606 _ construção
Nascente própria
1786 _ demolição



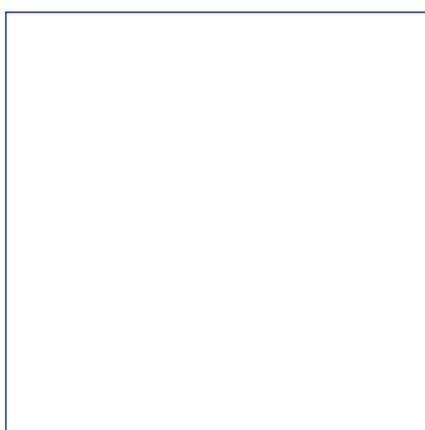
[Figura 08]



4. Chafariz da Bola
Praça do Império
1611 / 17 _ construção
Nascente própria
1837 _ demolição



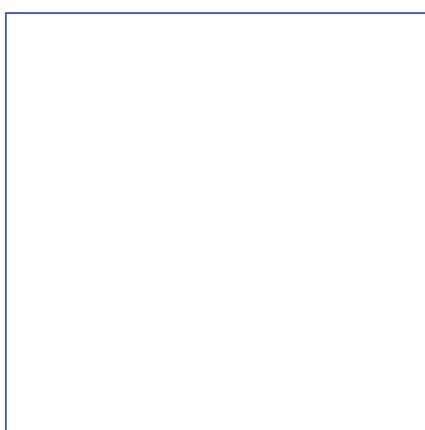
[Figura 09]



5. Chafariz da Praia
Av. Infante D. Henrique
1625 _ construção
Nascente própria
1868 _ demolição



[Figura 10]



6. Chafariz de Apolo
Terreiro do Paço
1652 / 55 _ construção
Nascente própria
1755 _ destruído no terramoto



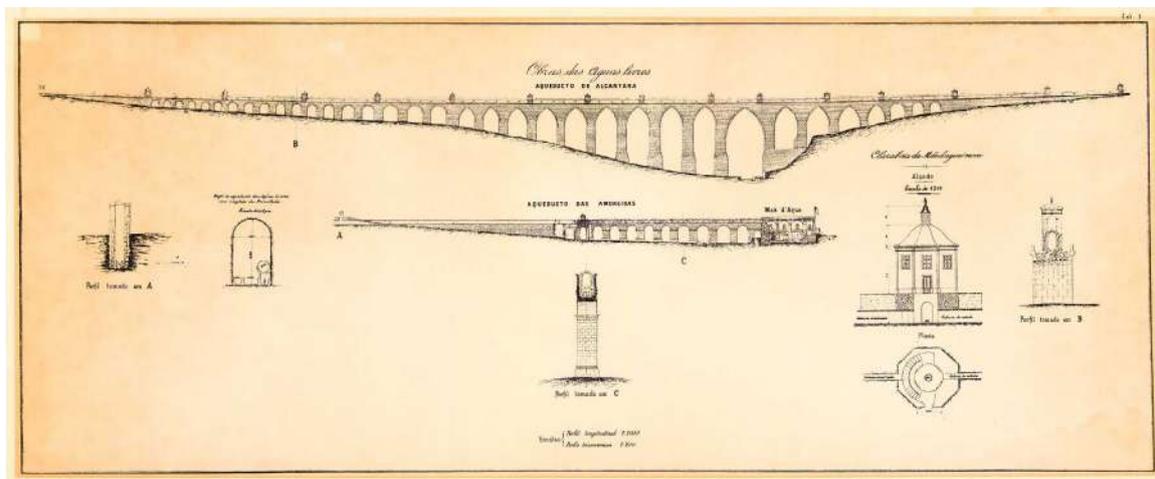
INSTRUMENTO DI
PESATURA
E
SALVADORS

LARGO
CHAFARIZ
DENTRO

OFFICINA DI
DEBAGNAMENTO
E
RIPARAZIONE







[Figura 12]

Espaços resultantes da infraestrutura hídrica

_Sistema das Águas Livres

No século XVIII eram vários os relatos da falta de água na cidade de Lisboa, sendo a zona ocidental da cidade a principal afetada, sobretudo nos locais mais altos (Pereira, sem data). Consequentemente, são registados vários problemas de higiene, incêndios e brigas nos chafarizes existentes, que já não eram suficientes para abastecer uma cidade tão populosa (EPAL, 2014). Nesta época, é estimada uma população de 80000 pessoas, para as quais havia apenas 7 litros de água, por dia, por habitante, proveniente, principalmente, do Chafariz D'el Rei (Benali, 2016).

Face a este problema, Francisco da Holanda na sua obra "Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa" de 1571, propõe um aqueduto que possa trazer água desde Belas, seguindo o traçado do antigo aqueduto Romano. No entanto, a morte de D. Sebastião e o fim da independência em 1580, impedem que a obra se ponha em prática (EPAL, 2014). Por este motivo, a escassez de água continua a atormentar a cidade até ao reinado de D. João V, que em 1713 inicia as obras de construção do Aqueduto das Águas Livres. Esta enorme obra infraestrutural começou a abastecer a cidade a partir de 1750 (Pereira, sem data). No entanto, até 1867, foram sendo adicionadas várias estruturas ao sistema, de maneira a permitir que este continuasse a servir a cidade, face ao contínuo aumento populacional.

O sistema associado ao Aqueduto das Águas Livres representa, até hoje, um dos contributos mais relevantes para a vida urbana na cidade de Lisboa, sobrepondo-se à cidade com uma enorme generosidade, oferecendo, não só água, mas ligações e espaços públicos de qualidade, ao longo de todo o seu vasto percurso.

O troço principal do aqueduto, que atravessa o vale de Alcântara, permite vencer um dos maiores obstáculos de ligação entre a cidade e Monsanto podendo vir a revelar-se, no futuro, como elemento essencial na integração no meio urbano de bairros como a Serafina e Calçada da Quintinha, atualmente segregados da cidade.

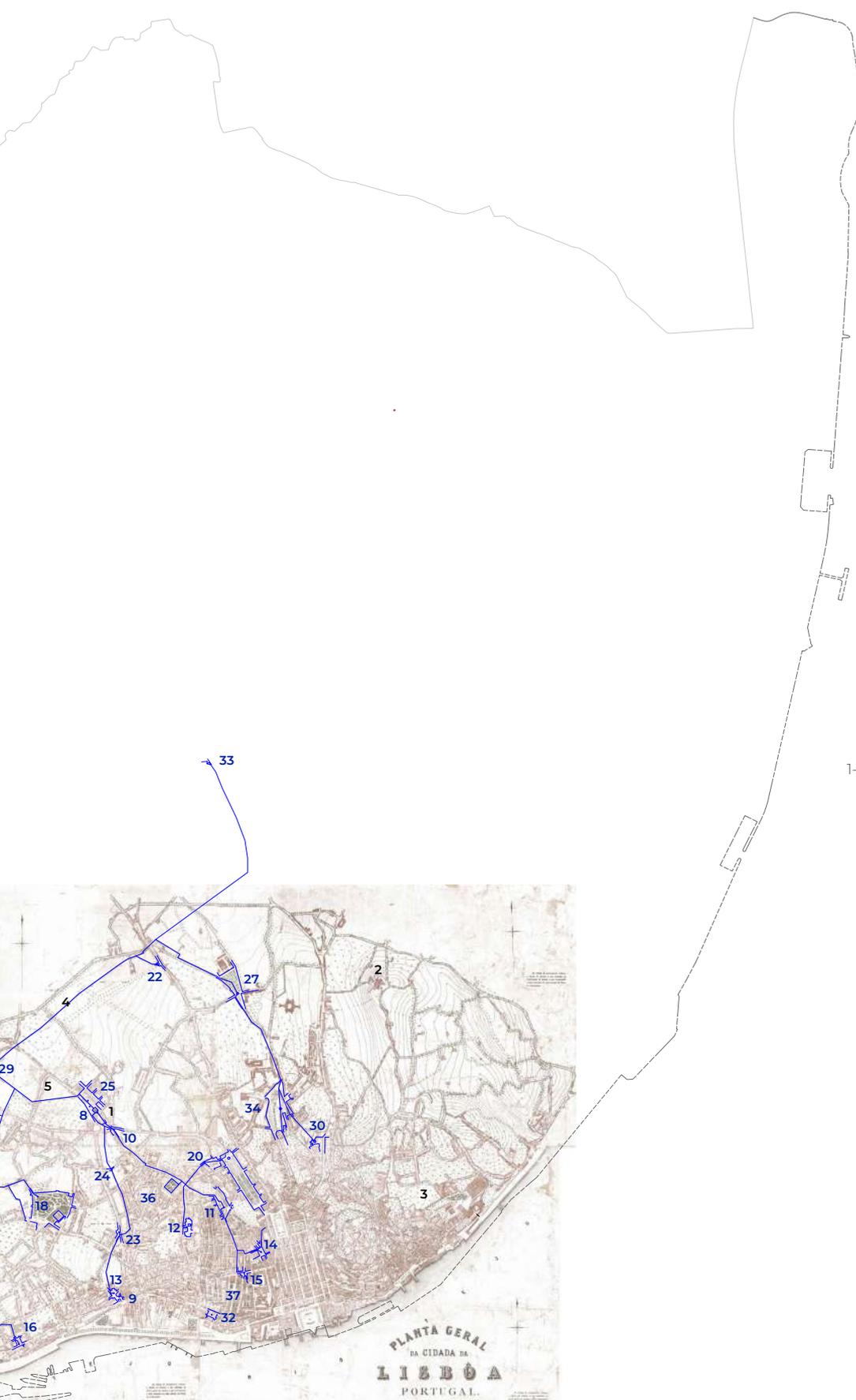
A este troço, associa-se o reservatório da Mãe D'Água das Amoreiras [1] que, em conjunto com o aqueduto, delimita o Jardim das Amoreiras demonstrando, mais uma vez, a enorme generosidade presente no desenho desta infraestrutura.

Vários troços secundários ligam-se a este sistema principal, de maneira a permitir que a água atravessasse a cidade por via de galerias que, apesar de serem, maioritariamente, subterrâneas, vão configurando inúmeros espaços públicos. A tapada das necessidades [figura 15], o campo Mártires da Pátria [figura 19] e o miradouro São Pedro de Alcântara [figura 17], são exemplos disso, delimitados nestes casos por galerias que, pontualmente, vêm à superfície.

Por sua vez, cada um dos 30 chafarizes, independentemente da sua configuração e escala, se associa a um espaço público, a partir do qual a água é distribuída.

O Aqueduto das Águas Livres deixa de abastecer a cidade de Lisboa nos anos 60 do século XX (EPAL, 2014), no entanto consegue, mesmo na atualidade, em que os rituais associados com a água se alteraram profundamente, continuar a servir a cidade.





- 1- Reservatório da Mãe d'água das Amoreiras
- 2- Reservatório da Penha de França
- 3- Reservatório da Verónica
- 4- Reservatório do Pombal
- 5- Reservatório do Arco

- 7- Chafariz das Necessidades
- 8- Chafariz das Amoreiras
- 9- Chafariz do Caes do Tojo
- 10- Chafariz do Rato
- 11- Chafariz de S. Pedro de Alcântara
- 12- Chafariz do Século
- 13- Chafariz da Esperança
- 14- Chafariz do Carmo
- 15- Chafariz do Loreto
- 16- Chafariz das Janelas Verdes
- 17- Chafariz de Benfica
- 18- Chafariz da Estrela
- 19- Chafariz de S. Domingos de Benfica
- 20- Chafariz da Mãe d'Água
- 21- Chafariz das Terras
- 22- Chafariz de S. Sebastião da Pedreira
- 23- Chafariz do Arco de S. Bento
- 24- Chafariz do Arco de S. Mamede
- 25- Bica das Carroças
- 26- Bica de Campo de Ourique
- 27- Chafariz da Cruz do Taboado
- 28- Chafariz da Convalescença
- 29- Chafariz da Cruz das Almas
- 30- Chafariz do Intendente
- 31- Chafariz de Alcântara
- 32- Chafariz de S. Paulo
- 33- Chafariz de Entrecampos
- 34- Chafariz do Campo de Santana
- 35- Chafariz do Arco do Carvalhão
- 36- Chafariz do Monte Olivete
- 37- Chafariz do Tesouro Velho



[Mapa 02] Planta representativa dos espaços configurados pela infraestrutura do aqueduto das águas livres na cidade de Lisboa até 1855. Adaptado: Planta Geral da cidade de Lisboa, Portugal. Fonte: D. João V e o abastecimento de água a Lisboa, figura 346, pág. 276

Contenção



[Figura 13]



[Figura 14]

1. Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras

Reservatório final do Aqueduto das Águas Livres

Projetado entre 1745 e 1834 _ Inativo desde meados do séc. XX

Capacidade de 5.460 m³

Na parte subterrânea do reservatório encontra-se a Casa do Registo que regula a saída das águas e é aqui que têm início as galerias da Esperança e do Loreto. Do reservatório tem início também a canalização da Galeria do Rato.

Abastecimento



[Figura 15]



[Figura 16]

Galeria das Necessidades
Tapada das Necessidades



[Figura 17]

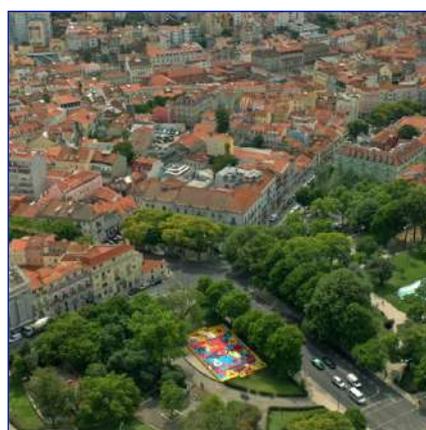


[Figura 18]

Galeria do Loreto
Miradouro de S. Pedro de Alcântara

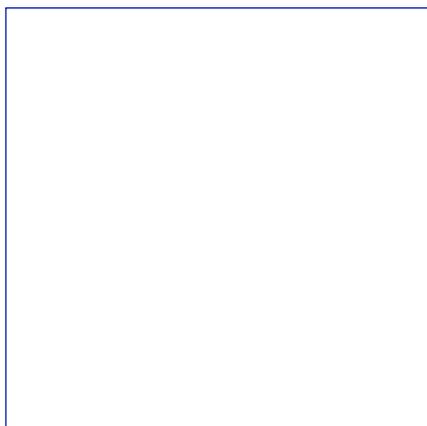
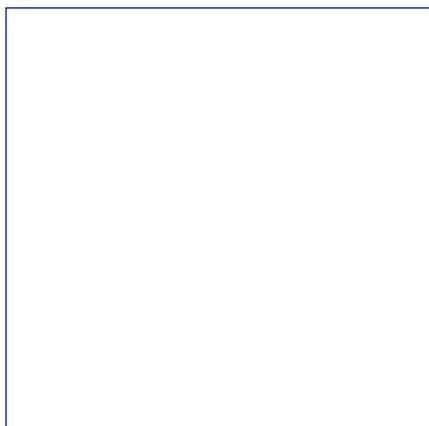


[Figura 19]



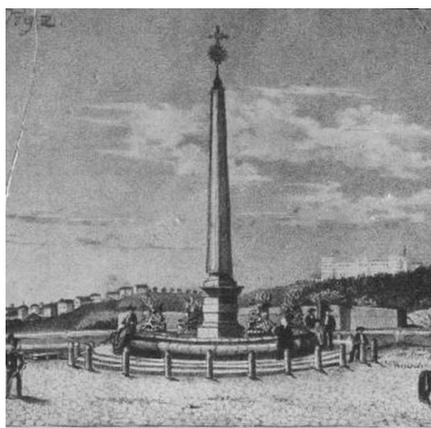
[Figura 20]

Galeria do Campo de Santana
Campo Mártires da Pátria



Galeria da Esperança

Distribuição



[Figura 21]

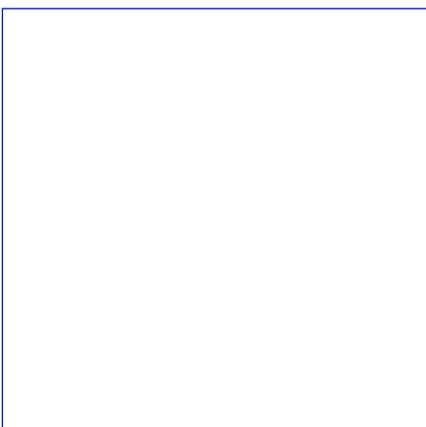


[Figura 22]

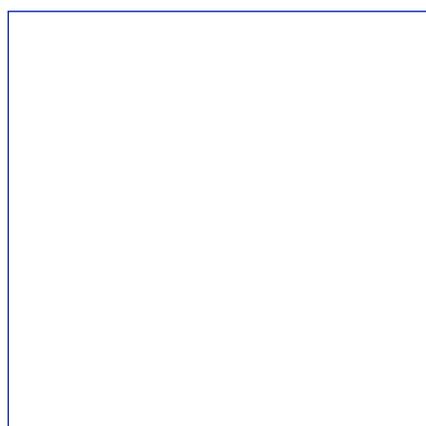
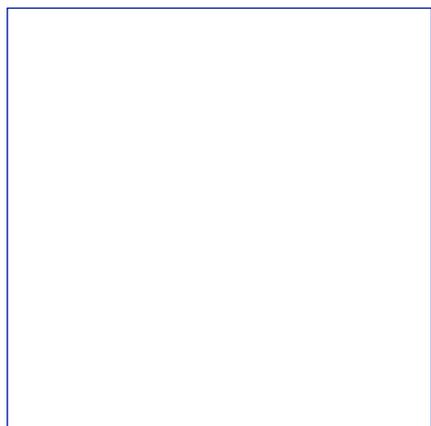
7. Chafariz das Necessidades
Largo das Necessidades
Construído entre 1745/50
Existente _ sem água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria das Necessidades



[Figura 23]



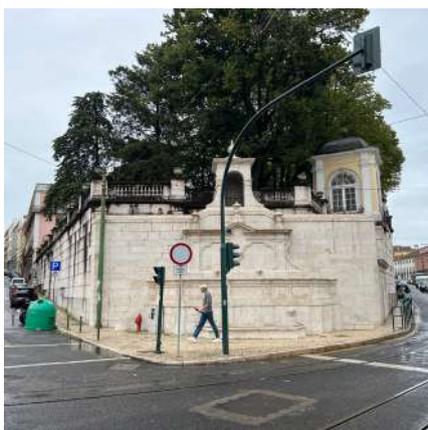
8. Chafariz das Amoreiras
Praça das Amoreiras
1745 / 73 _ construção
1888 / 95 _ demolição
Aquaduto das Águas Livres



9. Chafariz do Caes do Tojo
Largo do Conde Barão
1748 _ Construção (provável)
Final do séc. XIX _ Demolição
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria da Esperança



[Figura 24]



[Figura 25]

10. Chafariz do Rato
Largo do Rato
1753 _ Construção
Existente _ sem água
Aqueduto das Águas Livres _ Galeria do Rato



[Figura 26]



[Figura 27]

11. Chafariz de S. Pedro de Alcântara
Jardim de S. Pedro de Alcântara
1754 _ Construção
1755 _ Destruído pelo terramoto
Aqueduto das Águas Livres _ Galeria do Loreto



[Figura 28]



[Figura 29]

12. Chafariz do Século
Rua do Século _ antiga Rua formosa
1760 _ Construção
Existente _ Sem água
Aqueduto das Águas Livres _ Galeria do Loreto

Distribuição

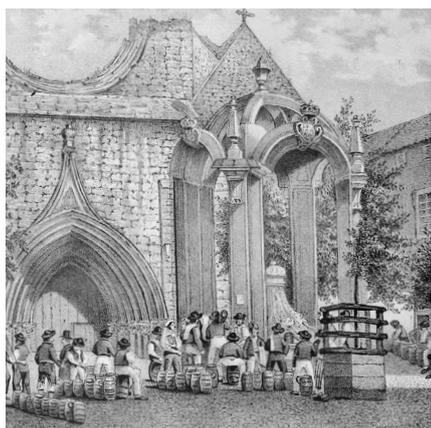


[Figura 30]



[Figura 31]

13. Chafariz da Esperança
Largo da Esperança / Av. D. Carlos I
1752 e 1768 _ Construção
Existente _ Sem água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria da Esperança



[Figura 32]

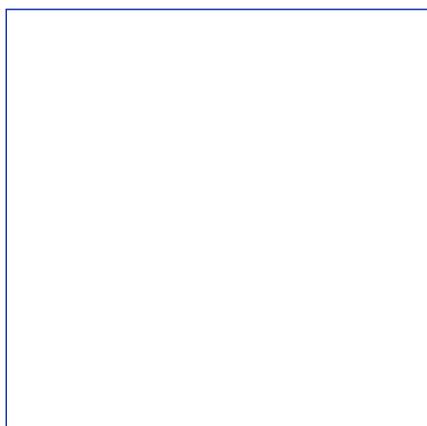


[Figura 33]

14. Chafariz do Carmo
Largo do Carmo
1745 / 73 _ Construção
Existente _ Sem água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do Loreto



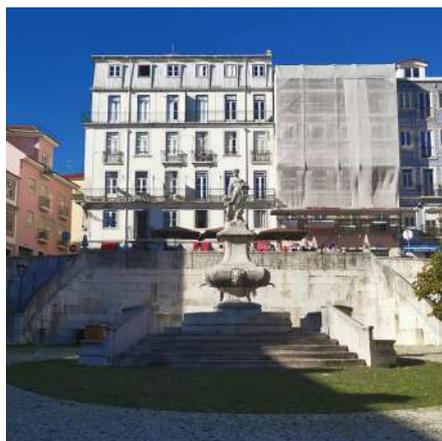
[Figura 34]



15. Chafariz do Loreto
Largo do Chiado
1771 / 74 _ Construção
E1853 / 54 _ Demolição
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do Loreto



[Figura 35]

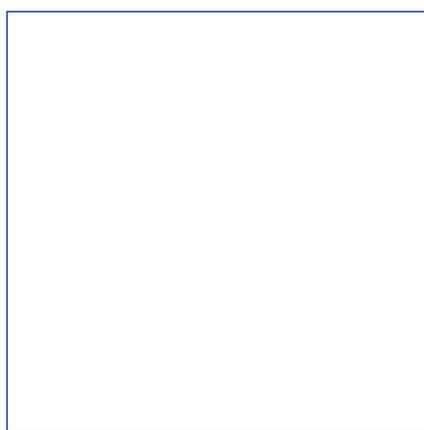


[Figura 36]

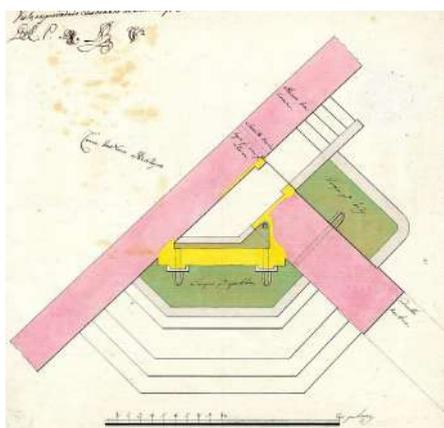
16. Chafariz das Janelas Verdes
Largo Dr. José Figueiredo
1775 _ Construção (provável)
Existente _ Sem Água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria das Necessidades



[Figura 37]



17. Chafariz de Benfica
Estrada de Benfica
1778 _ Construção
Existente _ Sem água
Aquaduto das Águas Livres

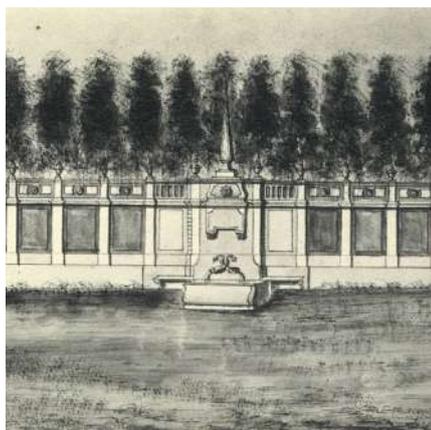


[Figura 38]

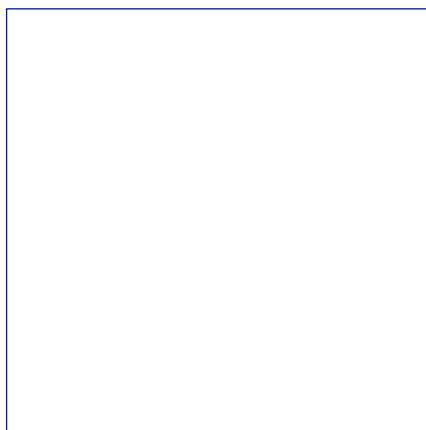


18. Chafariz da Estrela
Praça da Estrela
1770 / 79 _ Construção (provável)
Início Sec. XIX _ Transferido
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria das Necessidades

Distribuição



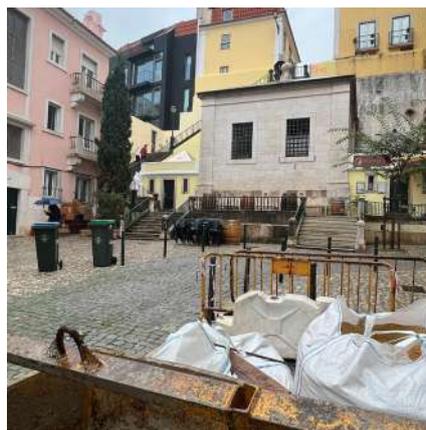
[Figura 39]



19. Chafariz de S. Domingos de Benfica
Largo de S. Domingos de Benfica
1786 / 88 _ construção
Existente _ sem água
Aquaduto das Águas Livres



[Figura 40]



[Figura 41]

20. Chafariz da Mãe d'Água (ou da Alegria)
Praça da Alegria
1772 / 91 _ Construção
1840 _ Transferido para a Rua da Mãe
d'Água
Existente _ Sem água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do
Loreto



[Figura 42]



[Figura 43]

21. Chafariz das Terras
Largo das Terras
1791 _ Construção
1812 _ Transferido
Existente _ Sem Água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria das
Necessidades

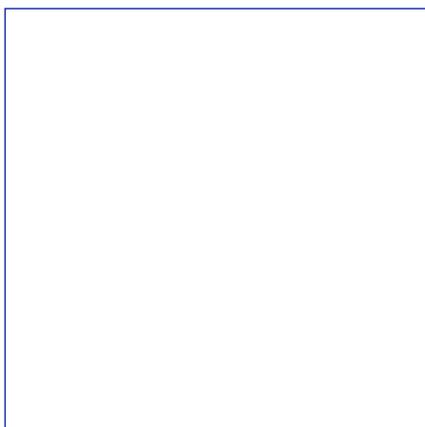
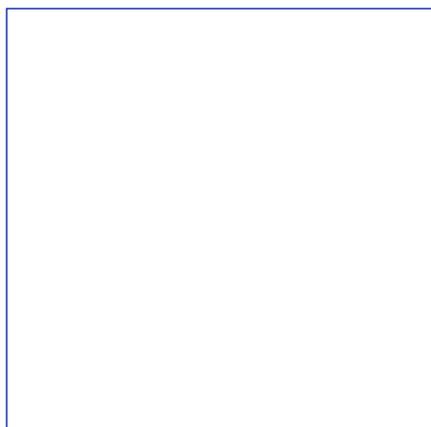


[Figura 44]



[Figura 45]

22. Chafariz de S. Sebastião da Pedreira
Rua de S. Sebastião da Pedreira
1791 _ Construção
Existente _ sem água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do
Campo de Santana



23. Chafariz do Arco de S. Bento
Rua de S. Bento
1805 _ Construção
1855 _ Transferido para o Monte Olivete
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria da
Esperança



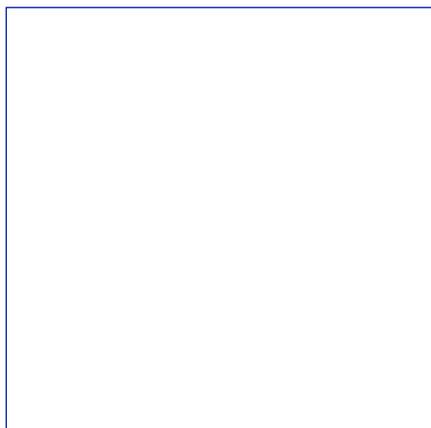
[Figura 46]



[Figura 47]

24. Chafariz do Arco de S. Mamede
Rua do Arco de S. Mamede
1805 _ Construção
Existente _ Sem Água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria da
Esperança

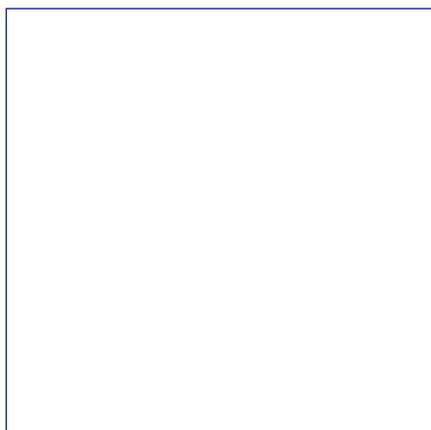
Distribuição



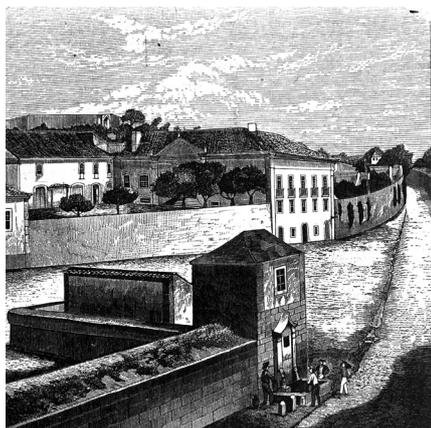
25. Bica das Carroças
Rua das Amoreiras
1805 _ Construção
1944 _ Demolição
Aquaduto das Águas Livres



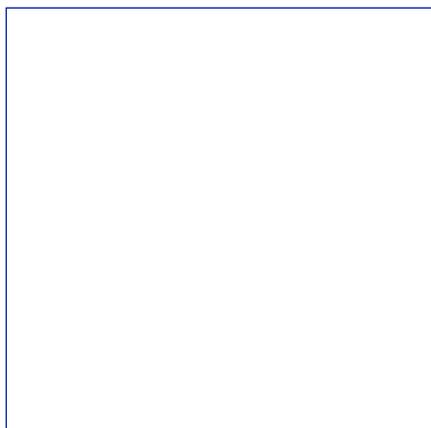
[Figura 48]



26. Bica de Campo de Ourique
Rua Ferreira Borges
1810 _ Construção
Início do Sec.XX _ Demolição
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria das Necessidades



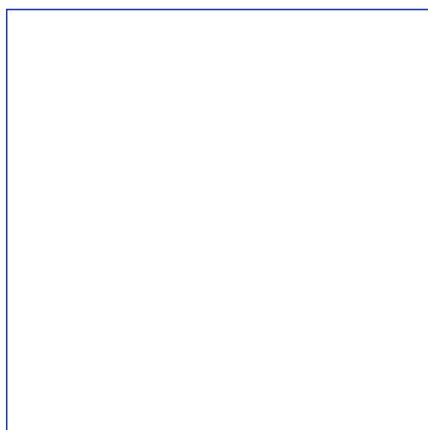
[Figura 49]



27. Chafariz da Cruz do Taboado
Rua Gomes Freire
1810 _ Construção
Início do Sec.XX _ Demolição
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do Campo de Santana



[Figura 50]



28. Chafariz da Convalvescência
 Travessa das Águas Boas
 817 _ Construção
 1849 _ Transferido para a Estrada de Benfica
 Existente _ Sem Água
 Aqueduto das Águas Livres



[Figura 51]



29. Chafariz da Cruz das Almas
 Praceta da Cruz das Almas
 Final do Séc XIX _ Transferido para o Arco do Carvalhão
 Aqueduto das Águas Livres _ Galeria do Campo de Santana



[Figura 52]



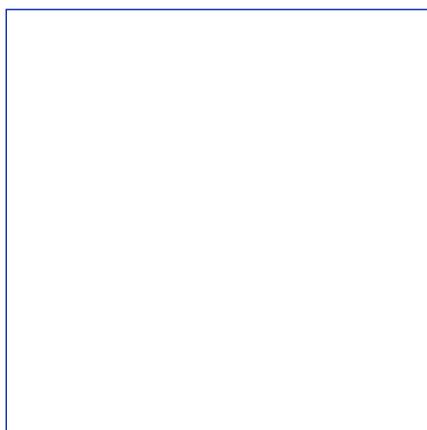
[Figura 53]

30. Chafariz do Intendente (ou do Desterro)
 Rua da Palma
 1824 _ Construção
 Existente _ Sem Água
 Aqueduto das Águas Livres _ Galeria do Campo de Santana

Distribuição



[Figura 54]



31. Chafariz de Alcântara
Praça da Armada
1846 _ construção
Existente _ sem água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria das Necessidades

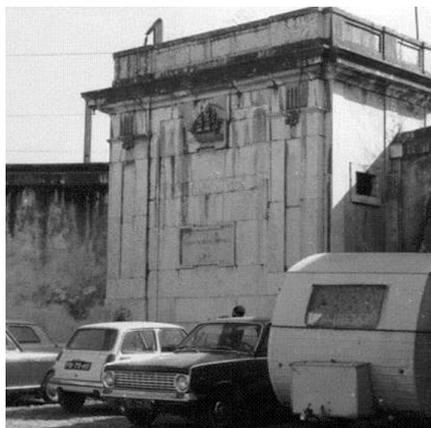


[Figura 55]



[Figura 56]

32. Chafariz de S. Paulo
Largo de S. Paulo
1849 _ Construção
Existente _ Sem água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do Loreto

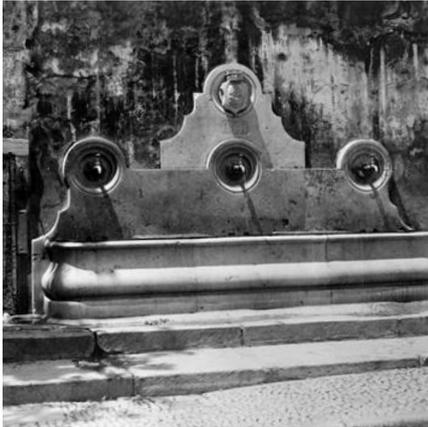


[Figura 57]



[Figura 58]

33. Chafariz de Entrecampos
Rua de Entrecampos
1850 _ Construção
Existente _ Sem Água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do Campo de Santana



[Figura 59]



[Figura 60]

34. Chafariz do Campo de Santana
Campo Mártires da Pátria
1887 _ Construção
Existente _ sem água
Aqueduto das Águas Livres _ Galeria do
Campo de Santana



[Figura 6]

Espaços resultantes da infraestrutura hídrica

_Estruturas adicionadas ao Sistema das Águas Livres

A crescente população da cidade de Lisboa obriga à associação de novas estruturas a este sistema, de maneira a garantir a quantidade de água necessária.

Os elementos adicionados foram principalmente reservatórios, que mais tarde passaram a ser abastecidos pelo aqueduto do Alviela. São construídos também três novos chafarizes (EPAL, 2014).

Nesta época o sistema já abastecia espaços privados, e isso reflete-se também nas estruturas erguidas, que não oferecem tanto à cidade: os reservatórios definem-se como amplos espaços murados, de acesso restrito e as praças associadas aos chafarizes não têm a mesma escala.

Contenção



[Figura 62]



[Figura 63]



[Figura 64]



[Figura 65]

2. Reservatório da Penha de França

Largo da Penha de França

Zona alta da Rede de distribuição

1856 _ Originalmente projetado como um reservatório elevado na zona da Senhora do Monte

1860 _ Adaptação da cisterna já existente no Convento da Nossa Senhora da Penha _ 360 m³ _ Abastecido pelo Reservatório do Pombal

1929 / 32 _ Cisterna substituída por um reservatório elevado _ 600 m³ _ Abastecido pela estação elevatória dos Barbadinhos (único reservatório público elevado em Lisboa)

Desativado desde meados do séc. XX

3. Reservatório da Verónica

Rua da Verónica

Reservatório subterrâneo _ Zona baixa da Rede de distribuição

Originalmente projetado em 1856 junto do Convento da Graça

1860 _ Construção _ Capacidade de 305 m³ _ Abastecido pela cisterna do Convento da Nossa Senhora da Penha

1869 _ Renovado e ampliado _ Capacidade de 560 m³ _ Abastecido pela estação Elevatória da Praia

1880 _ Abastecido pela Estação Elevatória dos Barbadinhos

Desativado desde a década de 80 do séc. XX

4. Reservatório de Pombal

Rua Marquês da Fronteira

Reservatório subterrâneo _ Zona alta da Rede de Distribuição

1856 _ Projetado

1860 / 1864 _ Construção _ Abastecido pelo Aqueduto das Águas Livres

1882 _ Abastecido pelo Aqueduto do Alviela

1899 _ Ampliação _ 12.000 m³

1930 _ Abastecido pela estação elevatória dos Barbadinhos

Continua em Serviço

5. Reservatório do Arco

Rua das Amoreiras / Travessa das Águas Livres

Reservatório subterrâneo _ Zona média da Rede de Distribuição

1856 _ Projetado

1859 / 64 _ Construção _ 12.000 m³ _ Abastecido pelo Aqueduto das Águas Livres

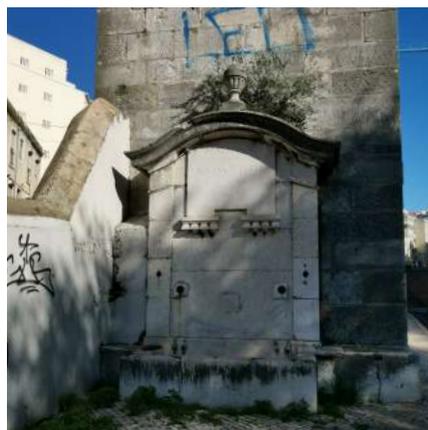
1880 _ Abastecido pelo Aqueduto do Alviela

Continua em Serviço (situação de reserva)

Distribuição

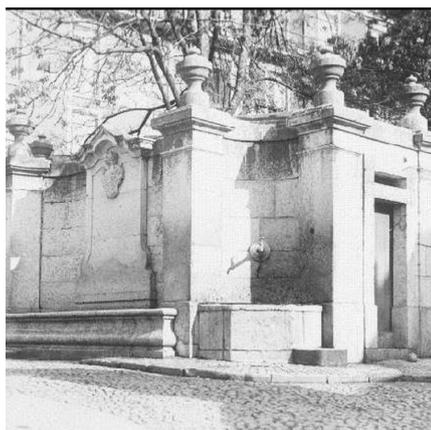


[Figura 66]

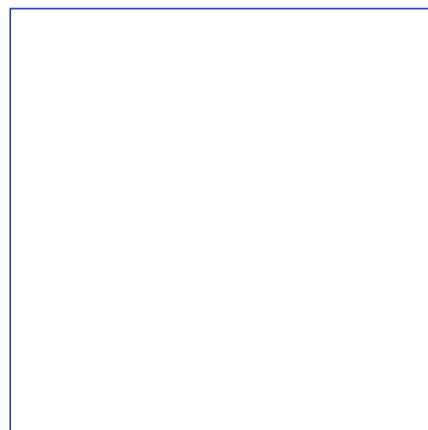


[Figura 67]

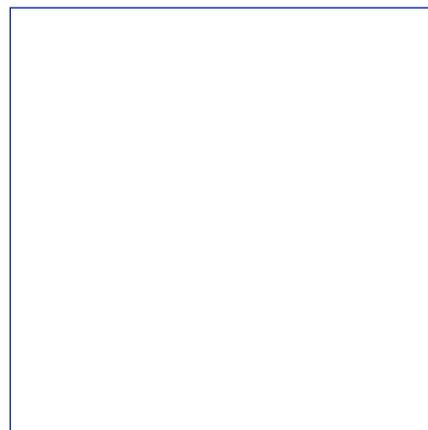
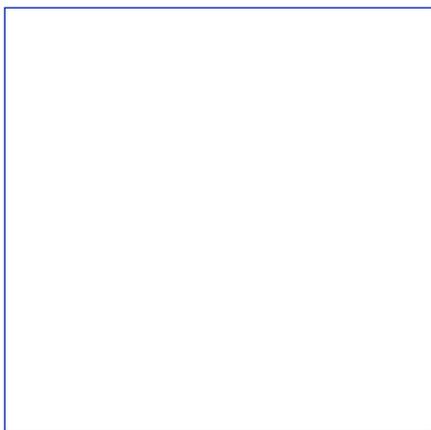
35. Chafariz do Arco do Carvalhão (antigo chafariz da Cruz das Almas)
Rua do Arco do Carvalhão
1823 _ Transferido
Existente _ Sem Água
Aquaduto das Águas Livres



[Figura 68]



36. Chafariz do Monte Olivete (antigo chafariz do Arco de S. Bento)
Rua do Monte Olivete
1855 _ Transferido
Existente _ Sem Água
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do Loreto



37. Chafariz do Tesouro Velho (substituição do Chafariz do Loreto)
Antiga rua do Tesouro Velho
1855 _ Construção
1916 _ Demolição
Aquaduto das Águas Livres _ Galeria do Loreto







[Figura 70]

Espaços resultantes da infraestrutura hídrica

_Sistema do Alviela

A industrialização marca a história da Europa no século XVIII, no entanto é apenas no século XIX que esta começa a ter um impacto relevante em Portugal. A partir de 1857, com a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, começam a surgir projetos que viriam a modernizar a economia portuguesa (EPAL, 2014).

É neste contexto que é proposta uma nova rede de distribuição hídrica, independente da rede das Águas Livres, visto que esta já não era suficiente para lidar com o crescimento populacional da cidade de Lisboa (Benali, 2016). A rede proposta, em vez de funcionar apenas por gravidade, passa a usar energia a vapor, e a trazer água da nascente dos Olhos de Água do rio Alviela, a 114 quilómetros de distância.

Entre 1871 e 1880 é então construído o Aqueduto do Alviela. Partindo de um ponto a 54 metros de altitude, este encaminha, por via gravítica, a água em direção a Lisboa, a 27,6 metros de altitude. Esta, ao chegar à cidade, é acumulada no Reservatório dos Barbadinhos [8], ao qual se associam estações elevatórias, que permitem, por sua vez, bombeá-la até aos reservatórios implantados em pontos mais altos da cidade. Assim, é feita uma rede de patamares altimétricos que permitiam a chegada de água, sob pressão, a toda a cidade.

Este sistema funcionou continuamente de 1880 a 2010, e a ele foram sendo associados vários reservatórios de maneira a expandi-lo (EPAL, 2014), alguns dos quais, originalmente integrantes do sistema das águas livres e outros feitos de raiz.

Para além da possibilidade de levar água aos pontos mais altos da cidade, este sistema sob pressão permite que a água abasteça cada casa, marcando assim a grande mudança dos rituais associados à água. O abastecimento, que antes se fazia perante o outro, passa a fazer-se em privado, e a ele vão sendo associados rituais cada vez mais íntimos, que por sua vez pedem espaços com uma escala muitíssimo menor. No entanto, esta escala, que podia estar presente apenas nos pontos de abastecimento - que deixam de ser um chafariz no centro de uma praça, e passam a ser uma torneira no canto de uma cozinha - passa a revelar-se também nas estruturas de acumulação e distribuição. Os reservatórios, que outrora delimitaram jardins, passam, à exceção do da patriarcal, a surgir como amplos espaços murados, gerando grandes descontinuidades. E as galerias, passam a ser completamente invisíveis na cidade, subindo à superfície apenas sob a forma de chaminés das estações elevatórias, e torneiras em espaços fechados.





- 2- Reservatório da Penha de França
- 3- Reservatório da Verónica
- 4- Reservatório de Pombal
- 5- Reservatório do Arco
- 6- Reservatório da Patriarcal
- 7- Reservatório da Praia
- 8- Reservatório dos Barbadinhos
- 9- Reservatório da Cisterna do Monte
- 10- Reservatório de Campo de Ourique
- 11- Reservatório de S. Jerónimo

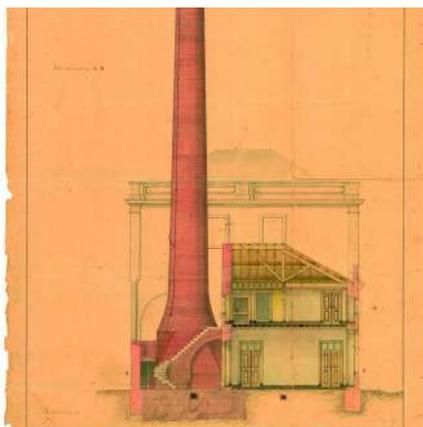


[Mapa 03] Mapa representativo da cidade de Lisboa em 1911, adaptado da cartografia produzida por Silva Pinto. Representação do aqueduto do Alviela, reservatórios e chafarizes ligados ao mesmo.

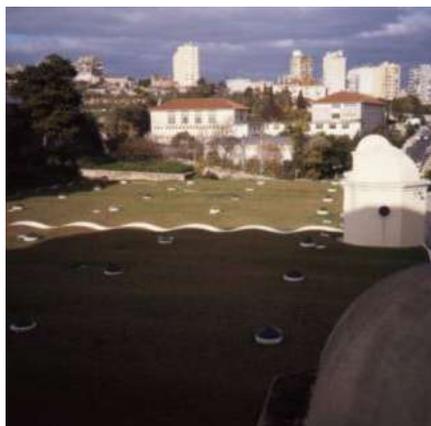
Contenção



[Figura 71]



[Figura 72]



[Figura 73]

6. Reservatório da Patriarcal

Praça do Príncipe Real

Reservatório subterrâneo _ Zona baixa da Rede de Distribuição

1856 _ Projetado

1860 / 64 _ Construção _ 950 m³ _ Abastecido pelo Aqueduto das Águas Livres através do Reservatório do Arco

1890 _ Abastecido pela estação elevatória dos Barbadinhos através do Reservatório da Verónica

Fora de serviço desde a década de 40 do séc. XX

Atualmente integrado no património do Museu da Água e aberto ao Público

7. Reservatório da Praia

Largo do Chafariz de Dentro

Reservatório subterrâneo _ Zona baixa da Rede de Distribuição

Neste reservatório era recolhida água das nascentes das Águas Orientais (nascentes do chafariz d'El Rei, Chafariz de Dentro e do tanque das lavadeiras de Alfama)

1868 / 69 _ Construção _ 969 m³

Ligação entre a estação elevatória da Praia

8. Reservatório dos Barbadinhos

Rua do Alviela

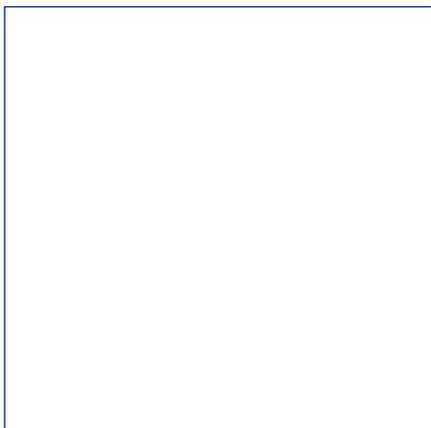
Reservatório subterrâneo _ Destino final do Aqueduto do Alviela

1876 _ Construção _ 9.750 m³

1880 _ Entrou em serviço

Continua em Serviço

Contenção



[Figura 74]



[Figura 75]

9. Reservatório da Cisterna do Monte

Largo do Monte

Reservatório subterrâneo _ Zona média da Rede de Distribuição

1879 _ Construção _ 60 m³

Ligação entre a estação elevatória dos Barbadinhos e o reservatório do Arco

Fora de serviço desde 1937

10. Reservatório de Campo de Ourique

Av. Engenheiro Duarte Pacheco

Reservatório subterrâneo _ Zona média da Rede de Distribuição

1875 _ Projetado

1888 / 91 _ Duas fases de Construção _ 127.000 m³ Abastecido pelo Aqueduto das Águas Livres e pelo Aqueduto do Alviela (através do Reservatório do Arco, ligado à estação elevatória dos Barbadinhos)

Continua em Serviço

11. Reservatório de S. Jerónimo

Rua das Terras / Rua dos Jerónimos

Reservatório subterrâneo _ Zona baixa da Rede de Distribuição

1888 _ Projetado inicialmente para a zona da Ajuda

1890 _ Projetado para o Alto de Sto. Amaro

1901/ 02 _ Construção em Belém _ 4.500 m³

Continua em Serviço

Abastecimento



[Figura 76]



[Figura 77]



[Figura 78]

Estação Elevatória da Praia

Largo do Chafariz de Dentro
1869 _ Construção
1931 _ Substituída por estação elétrica
1938 _ Desativada

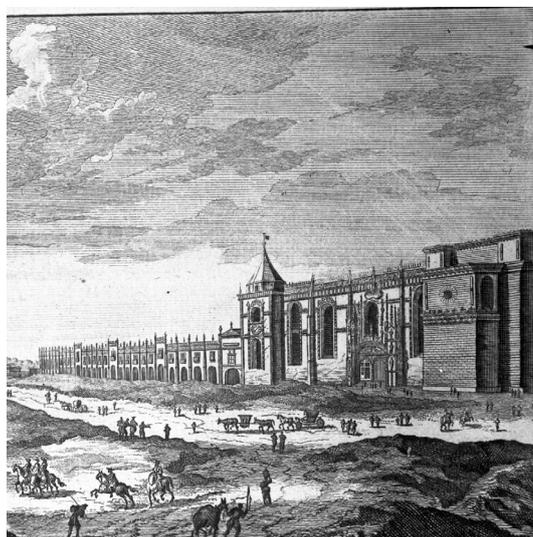
Estação elevatória do Arco

Localizada junto ao reservatório do Arco _ Rua das Amoreiras / Travessa das Águas Livres
Principal função de sobrelevar água proveniente da estação elevatória dos Barbadinhos para o reservatório de Pombal.
1ª Locomóvel entrou em serviço em 1882
substituída por 2ª Locomóvel em 1886
substituída por estação a vapor em 1890
substituída por estação elétrica em 1917
1956 _ Desativada
Atualmente sede da Academia das Águas Livres

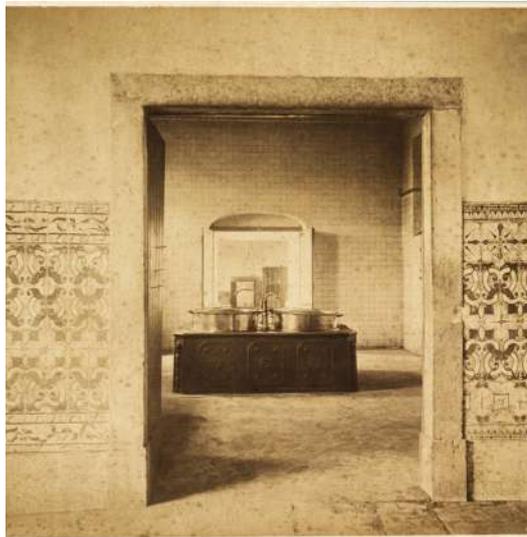
Estação Elevatória dos Barbadinhos

Rua do Alviela
1880 _ Entrou em serviço
Elevava a água do aqueduto do Alviela para os reservatórios da Verónica (zona baixa) e do Arco (zona média)
1928 _ Desativadas as máquinas a vapor
1928 _ Nova estação elétrica (num edifício diferente)
1930 _ Ligação ao Reservatório da Penha de França (Passou a elevar a água para a zona alta também)
Continua em Serviço
Atualmente o edifício antigo é o Museu da Água

Distribuição



[Figura 79]



[Figura 80]

[Figura 79] Gravura Mosteiro dos Jerónimos in Arquivo Municipal de Lisboa, J. Bárcia, 1900/1945

[Figura 80] Cozinha da Real Casa Pia de Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos in Arquivo Municipal de Lisboa, F. Rocchini, 1880/1910





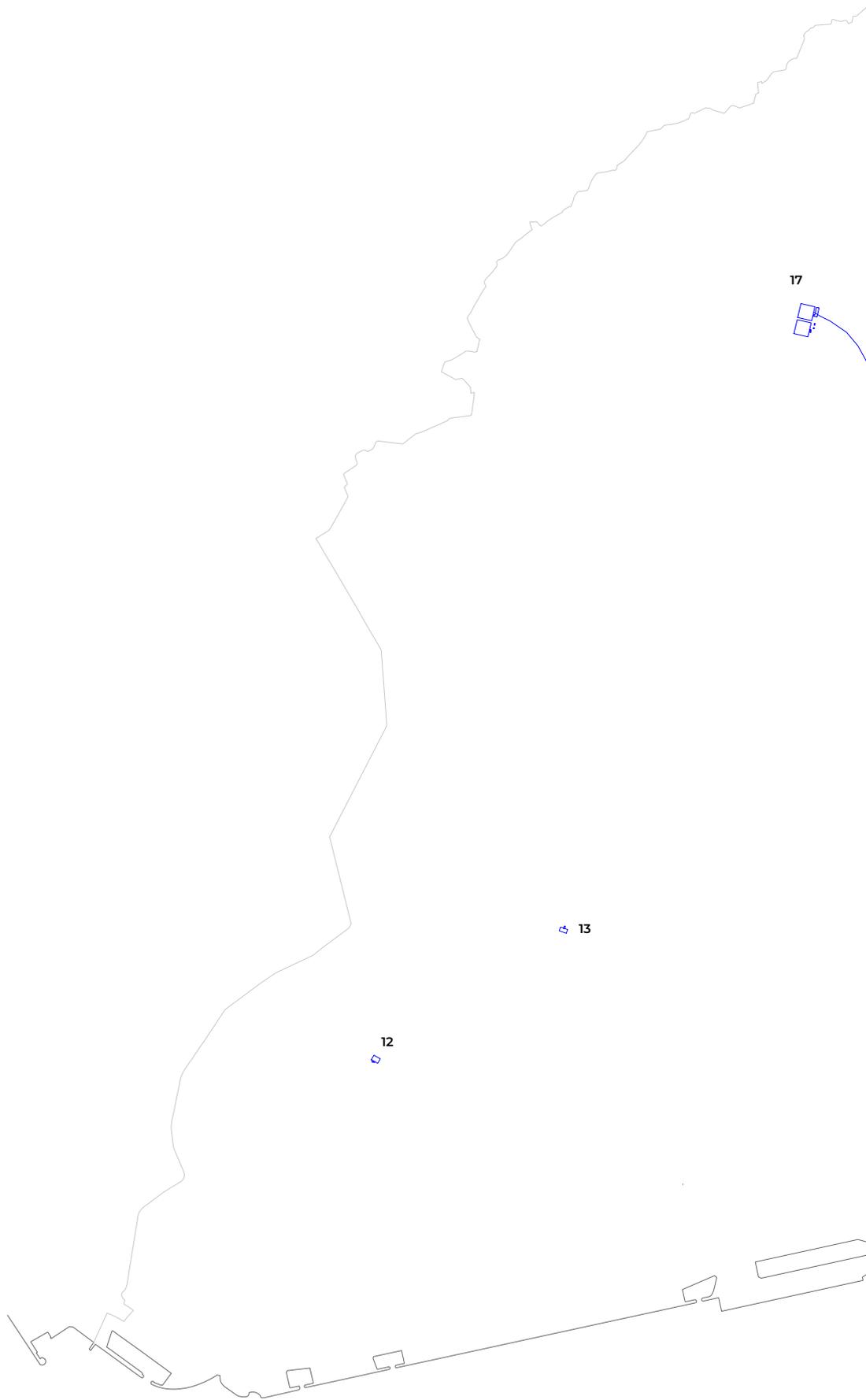


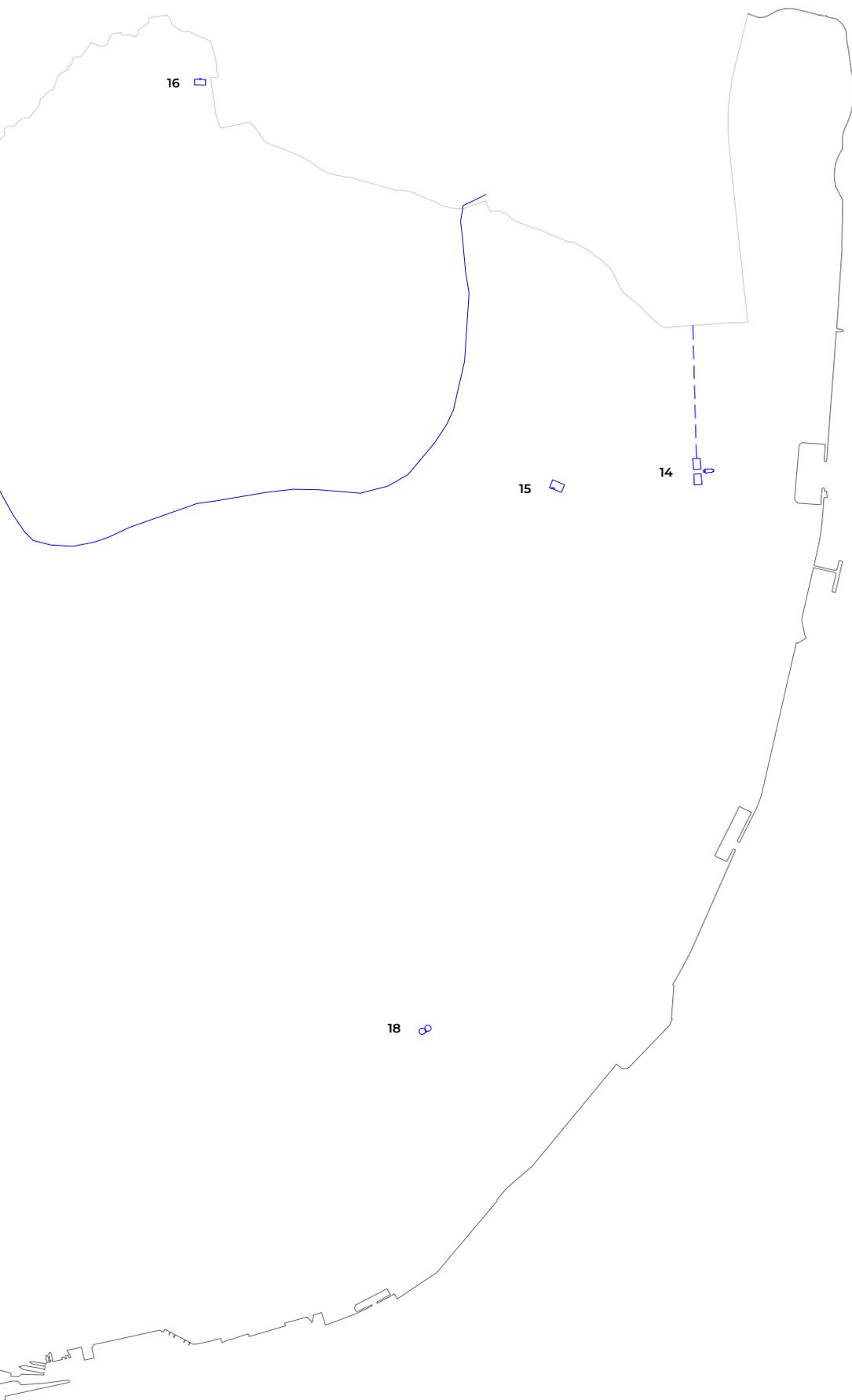
[Figura 82]

Espaços resultantes da infraestrutura hídrica

_Sistema Tejo

Depois da rede de abastecimento se conectar a espaços privados, não houve grande alteração na maneira de propor infraestrutura hídrica: todas as estruturas de captação, abastecimento e distribuição, para além de água, pouco trazem para a cidade. As únicas coisas que se alteram são a quantidade de água que gastamos e a quantidade de pessoas que o sistema serve. Para conseguir suprir a crescente demanda, passa-se a ir buscar-se água mais longe da cidade, aumentando então, a quantidade de quarteirões encerrados por vedações de arame farpado.





- 12- Reservatório do Restelo
- 13- Reservatório de Monsanto
- 14- Reservatório dos Olivais
- 15- Reservatório do Condado-Mor
- 16- Reservatório da Charneca
- 17- Reservatório de Telheiras
- 18- Reservatório do Vale Escuro

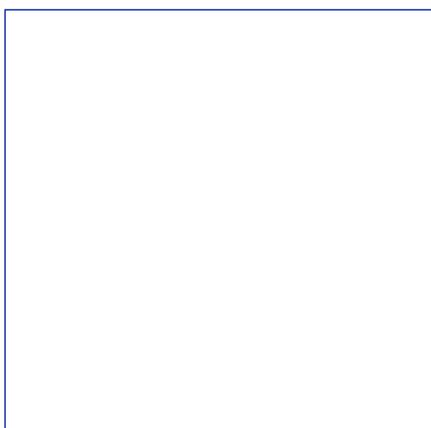


[Mapa 04] Representação do Aqueduto do Tejo e adutor de Vila Franca de Xira-Telheiras, reservatórios e estações elevatórias associados aos mesmos, partindo de informação presente na exposição permanente do Museu da Água de Lisboa.

Contenção



[Figura 83]



[Figura 84]

12. Reservatório do Restelo

Parque florestal de Monstanto
Reservatório subterrâneo _ Zona superior da Rede de Distribuição
1946 / 49 _ Construção _ 4.470 m³
Continua em Serviço

13. Reservatório de Monstanto

Parque florestal de Monstanto
Reservatório subterrâneo _ Zona superior da Rede de Distribuição
1946 / 49 _ Construção _ 4.470 m³
Continua em Serviço

14. Reservatório dos Olivais

Freguesia dos Olivais, junto do Parque das Nações
Reservatório subterrâneo _ Zona alta da Rede de Distribuição pela estação elevatória dos Olivais
1947 / 49 _ Entrada em funcionamento
1965 _ Ampliação _ 38.750 m³
Continua em Serviço

Contenção



[Figura 85]



[Figura 86]



[Figura 87]

15. Reservatório do Contador-Mor

Bairro de Olivais Sul, perto do palácio do Contador-Mor
Reservatório subterrâneo _ Zona baixa da Rede de Distribuição
1959 _ Entrada em funcionamento _ 9.500 m³
Continua em Serviço

16. Reservatório da Charneca

Bairro da Charneca
Reservatório subterrâneo _ Zona superior da Rede de Distribuição
1959 _ Construção _ 9.925 m³
1975 _ Ampliação _ 20.117 m³
Continua em Serviço

17. Reservatório de Telheiras

Bairro de Telheiras
Reservatório subterrâneo _ Zona alta da Rede de Distribuição
1959 _ Construção (Telheiras I) _ 58.112 m³
1980 _ Ampliação (Telheiras II _ Reservatório final do adutor de Vila Franca de Xira - Telheiras)_ total : 172.409 m³
Continua em Serviço

Contenção

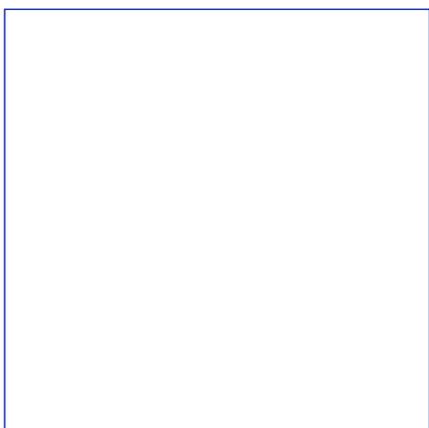


[Figura 88]

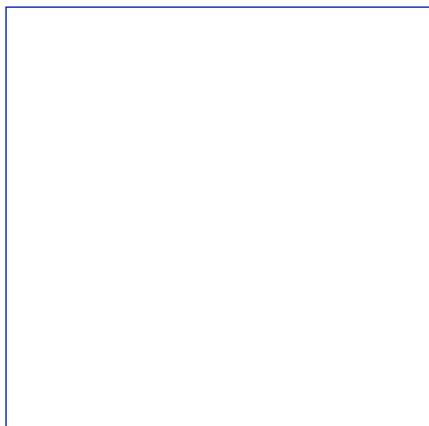
18. Reservatório do Vale Escuro

Bairro de Sapadores
Reservatório subterrâneo _ Zona baixa da Rede de Distribuição
1979 _ Entrada em funcionamento _ 20.994 m3
Continua em Serviço

Abastecimento



[Figura 89]



Estação Elevatória do Restelo

Junto ao reservatório do Restelo

s.d

Eleva a água até ao Reservatório de Monsanto (Zona superior da Rede de Distribuição)

Continua em Serviço

Estação Elevatória de S. Jerónimo

Junto ao reservatório de S. Jerónimo

Década de 90 do séc. XX _ Entrada em funcionamento

Eleva a água até ao Reservatório do Restelo (Zona alta da Rede de Distribuição)

Continua em Serviço

Estação Elevatória dos Olivais

Junto ao reservatório de final do Aqueduto do Tejo

1948 _ Entrada em funcionamento

Eleva a água até aos reservatórios do Condado- Mor e Vale Escuro (Zona baixa da Rede de Distribuição), Campo de Ourique e Arco (Zona média da Rede de Distribuição) e de Telheiras (Zona alta da Rede de Distribuição)

Pode também bombear água para o troço final do Aqueduto do Alviela (destino final no reservatório dos Barbadinhos)

Continua em Serviço

Estação Elevatória de Telheiras

Junto ao reservatório de Telheiras

Década de 90 do século XX _ Entrada em funcionamento

Eleva a água até ao Reservatório da Charneca (Zona superior da Rede de Distribuição) e para os reservatórios da Amadora e Alto de Carenque, fora do concelho de Lisboa.

Continua em Serviço

Distribuição

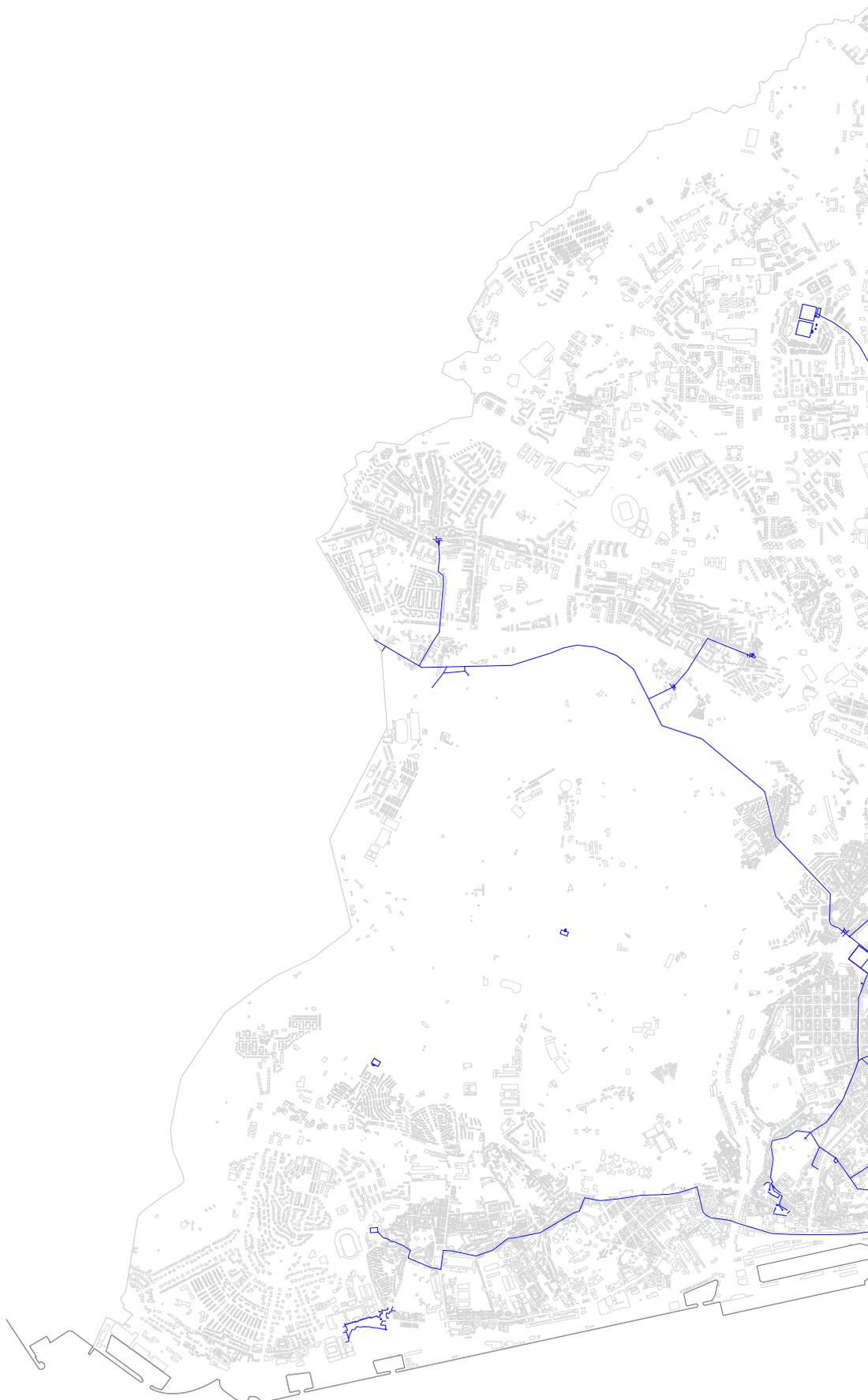


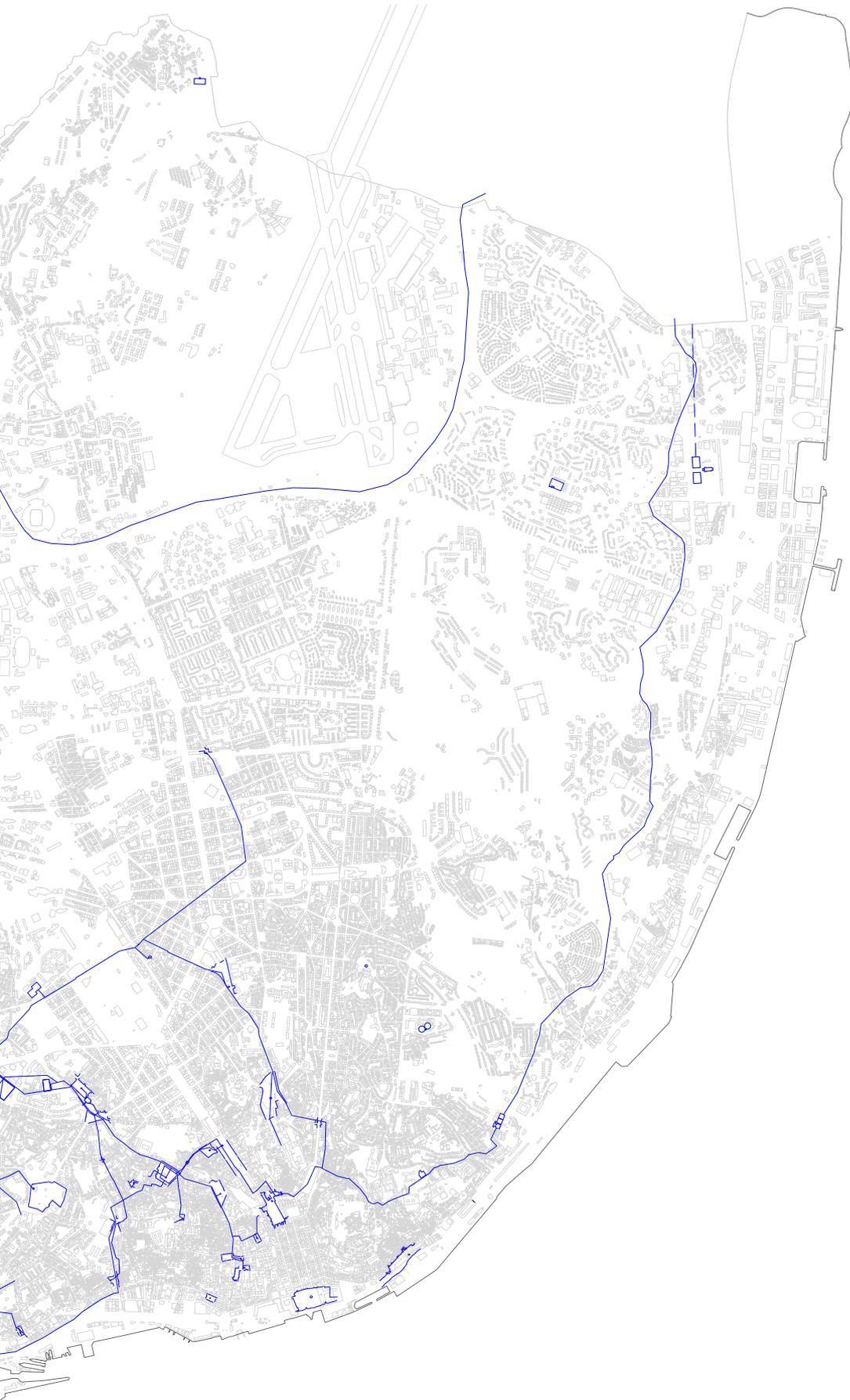
[Figura 90]



[Figura 91]

[Figura 90] Cozinha no Bairro da Quinta do Grilo in Arquivo Municipal de Lisboa, A. Seródio, 1957
[Figura 91] Bairro da Quinta do Grilo in Arquivo Municipal de Lisboa, A. Seródio, 1957



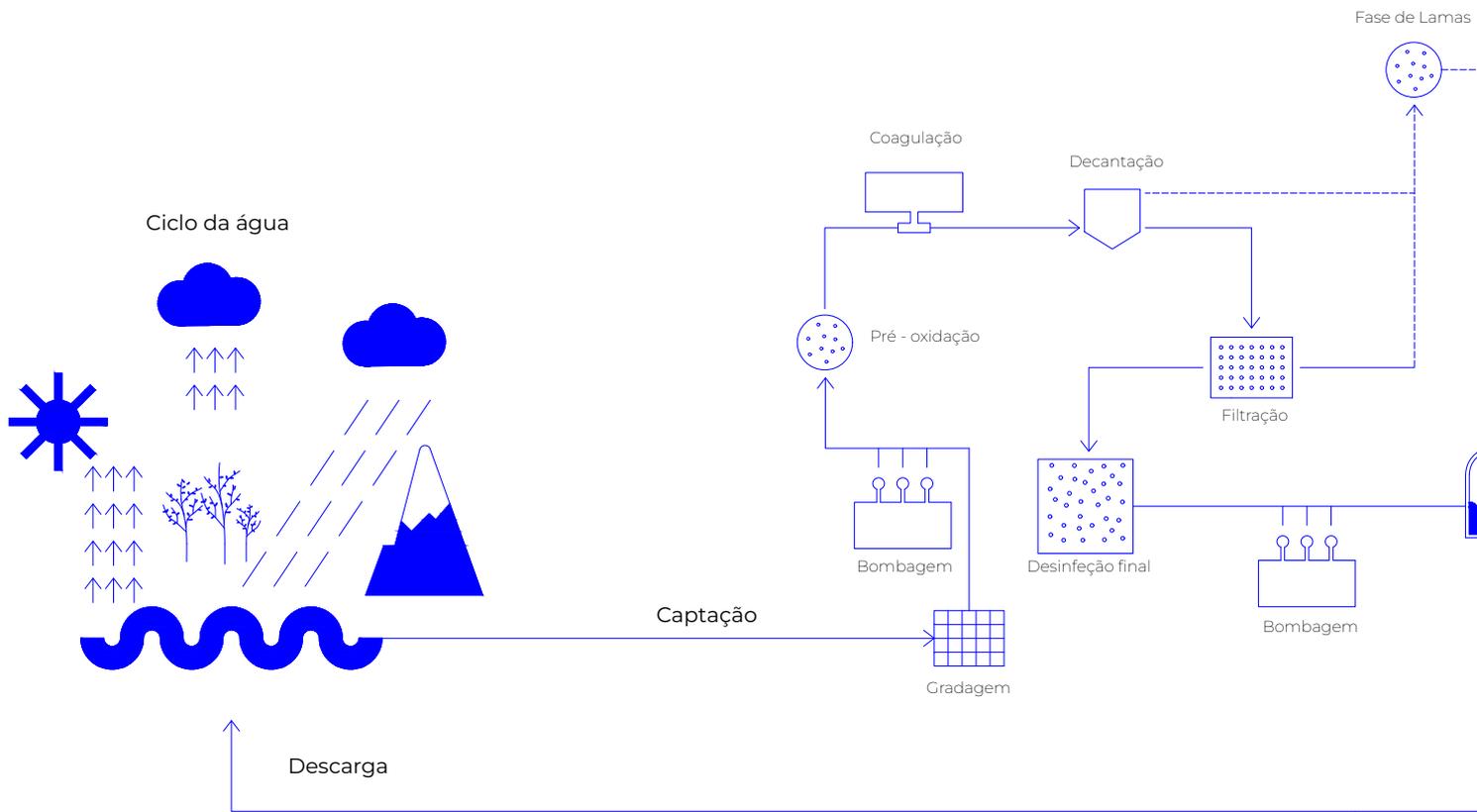


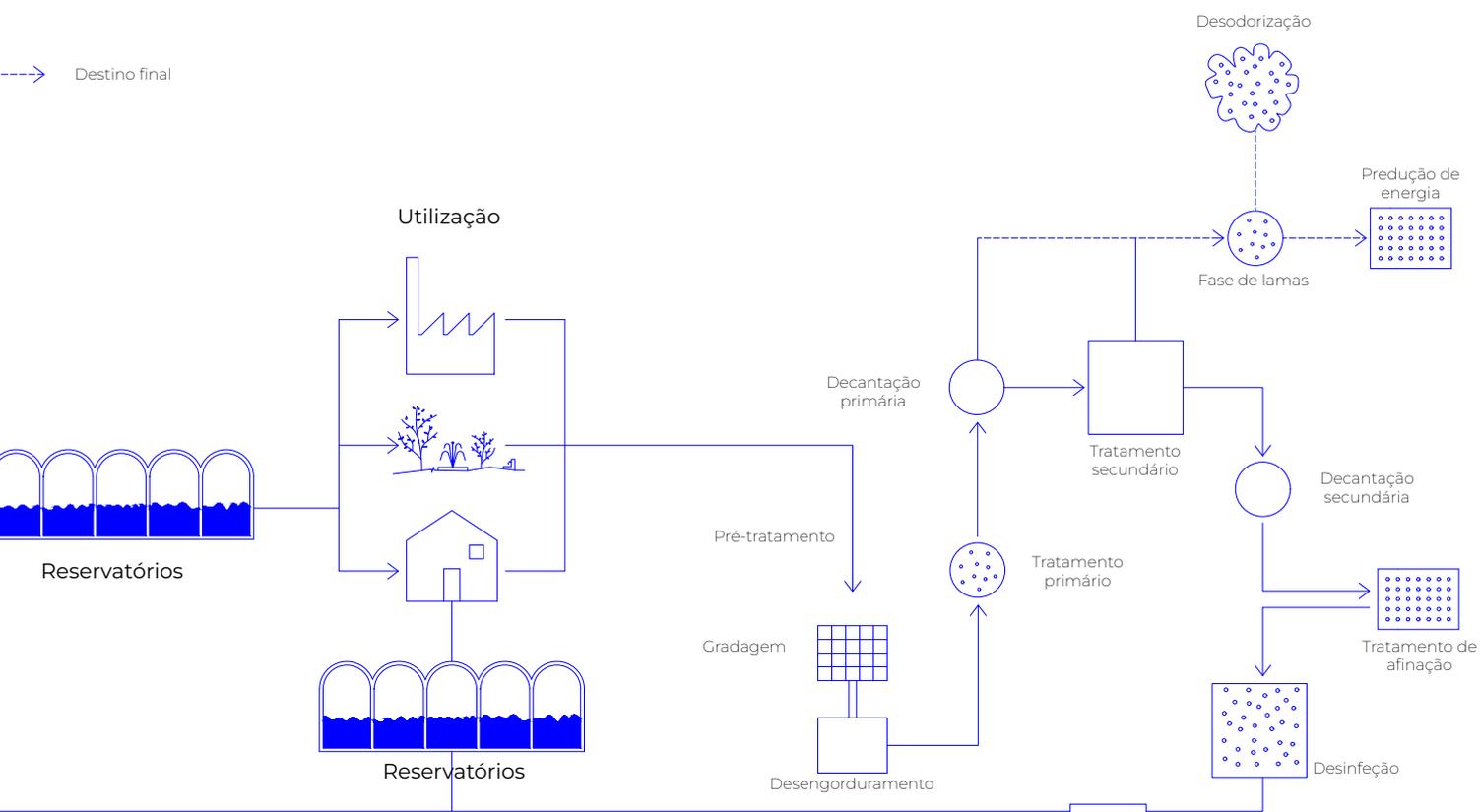
[Mapa 05] Mapa síntese. Representação dos sistemas das Águas Livres, Alviela, Tejo e adutor de Vila Franca de Xira-Telheiras



/ CIDADE ÁGUA

Drenagem





Ciclo da água _Natural e Urbano

O ciclo da água descreve o movimento perpétuo da água na natureza, passando por todos os seus estados de matéria (líquido, sólido e gasoso) prestando, em cada um, serviços ambientais que garantem a vida na Terra.

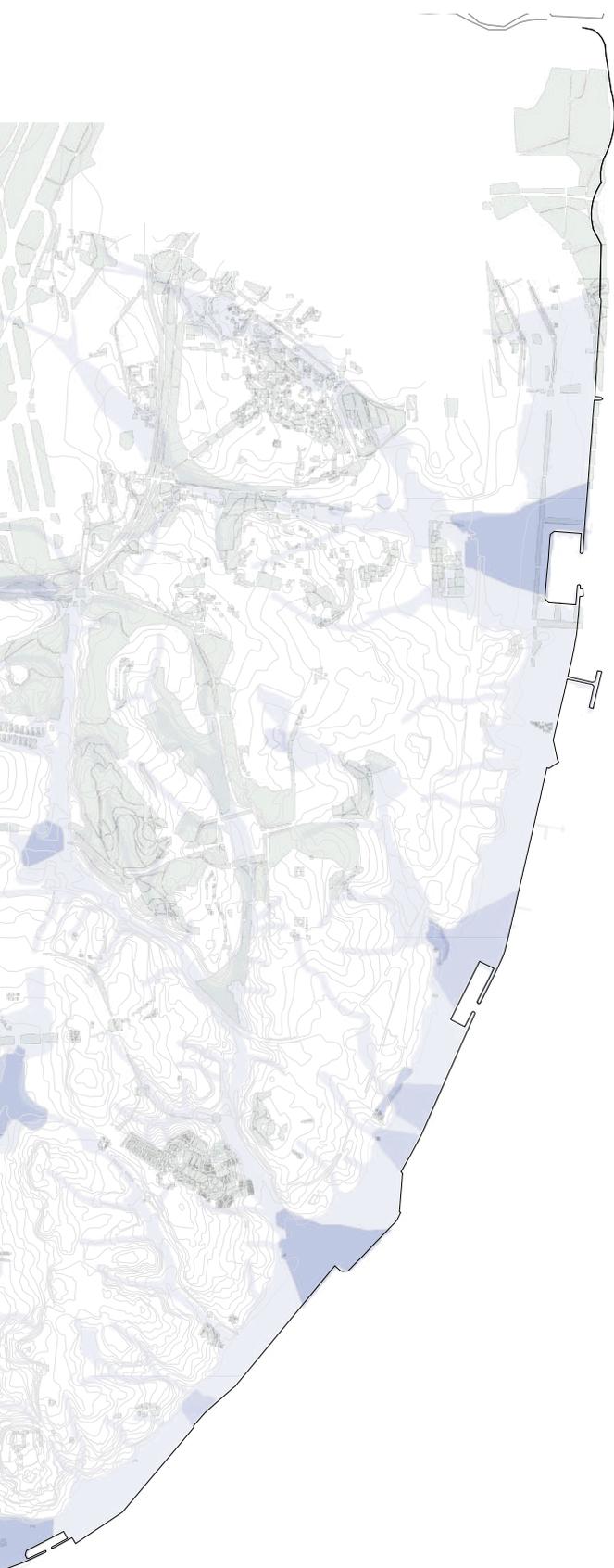
A evaporação, precipitação e escoamento superficial, são os processos que garantem a longevidade deste ciclo. No entanto, ao ser deparado com a cidade, e com as necessidades de milhares de pessoas, concentradas numa

pequena área, é preciso adicionar a este mais elementos, que garantam a sua longevidade e qualidade, enquanto simultaneamente suprem as necessidades em questão.

São então pensados mecanismos de captação, tratamento e acumulação de água, e mecanismos de reposição das águas após a sua utilização, de maneira a que esta possa retornar ao meio natural.

Neste capítulo procuramos analisar como estes mecanismos se implantam na cidade de Lisboa.





Ciclo da água

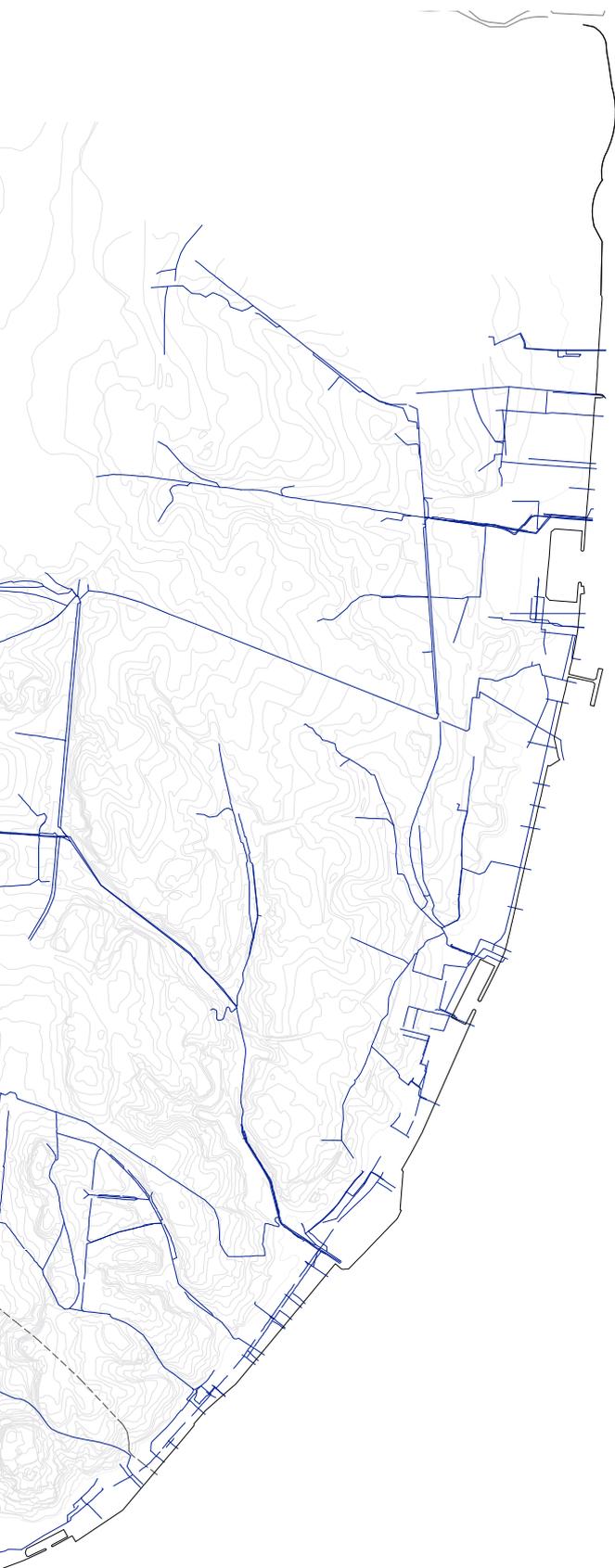
_ Drenagem Natural

Face à pressão demográfica a cidade de Lisboa foi “envolvida numa cintura de betão”, como referido por Gonçalo Ribeiro Telles no Plano Verde de Lisboa: “ (...) constrói-se sem plano nas zonas de maior infiltração nos melhores solos agrícolas; destroem-se matas e paisagens notáveis; ocupam-se leitos de cheia. As consequências deste «progresso» são de todos conhecidas.” (Telles, 1997).

Indiferentes à urbanização, os processos naturais continuam, com mais ou menos consequências para a cidade. Sobrepondo os sistemas de drenagem naturais - aluviões e áreas permeáveis - à topografia, podemos perceber que estes surgem de duas maneiras: Ou encaminham a água, por gravidade, a pontos em que esta se possa infiltrar ou escoar para o rio; ou contêm-na em pontos onde esta se possa, lentamente, infiltrar na terra. No entanto, muitos dos aluviões coincidem com áreas altamente edificadas e impermeabilizadas, o que obriga a que seja adicionado a este sistema, um aparato de drenagem artificial.







Ciclo da água _ Drenagem Artificial

Como consequência do aumento do nível do mar e a crescente ameaça de situações extremas de precipitação que afetam muito a cidade de Lisboa, principalmente nas zonas baixas, é pensado um sistema de drenagem artificial que procura coletar e encaminhar as águas pluviais que, naturalmente, se deslocam para as zonas da Baixa, Alcântara e Chelas.

As águas recolhidas são por vezes tratadas na ETAR de maneira a que retornem menos poluídas à natureza, no entanto, são muitas vezes também despejadas no rio, misturando-se com a água salobra, o que dificulta o seu tratamento.





Av.

Sete Rios
Est. Unidos



Considerações Finais

Cada tipo de infraestrutura reflete os problemas e vontades do seu tempo, implantando-se com mais ou menos generosidade. O sistema das águas livres abre um novo precedente, não só abastecendo a cidade de água, como de espaços públicos e ligações. Depois de analisar o passado, e os vários tipos de relação estabelecida com a água, propomo-nos a refletir sobre o presente e o futuro: Quais os problemas que uma nova infraestrutura hídrica se pode propor a resolver? Como é que esta pode contribuir para a cidade e para o bem comum?

Bibliografia

Amaro, C. (2003, junho). Águas de Alfama: Dois Milénios de Fruição. *Pedra & Cal*, n.o 18, 14, 15.

Benali, K. D. C. A. (2016). O aqueduto das águas livres como elemento dinamizador e regenerador do eixo Lisboa-Sintra [master-thesis, Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/12049>

EPAL (Diretor). (2014). *Exposição Permanente Museu da Água*.

França, J.-A. (1980). *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. Biblioteca Breve, Volume 53.

Herzog, J., & Meuron, P. (2007). The Particular and The Generic. Em R. Burdett, D. Sudjic, London School of Economics and Political Science, & Alfred Herrhausen Gesellschaft für Internationalen Dialog (Eds.), *The Endless City*. Phaidon.

Pereira, C. (sem data). CHAFARIZES DE LISBOA – MONUMENTO E FUNÇÃO PRÁTICA. Obtido 11 de setembro de 2023, de https://www.academia.edu/895036/CHAFARIZES_DE_LISBOA_MONUMENTO_E_FUN%C3%87%C3%83O_PR%C3%8ITICA

Ribeiro, O. (2013). O sítio e o crescimento de Lisboa. *Terra Brasilis*, 2. <https://doi.org/10.4000/terrabilis.737>

Telles, G. R. (1997). *Plano Verde de Lisboa*. Colibri.

Índice de Imagens

Figura 1 - Crianças e aguadeiros no chafariz d' El Rei, [1907]. Autor: Joshua Benoliel. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001230

Figura 2 - Xilografia de 1593. Autor: Franz Hogenberg. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Sitio_de_Lisboa_%281384%29#/media/Archivo:Lisbon_in_1598.jpg

Figura 3 - Vista de Alfama e do chafariz d'El Rei. [Século XVI]. Autor: desconhecido. Fonte: Coleção Berardo, Lisboa.

Figura 4 - Chafariz d'El Rei e espaço envolvente. [2022]. Autor: Maria Malato.

Figura 5 - Largo do Chafariz de Dentro. [1899-04-04]. Autor: Machado & Souza. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/003051

Figura 6 - Largo do Chafariz de Dentro. [2022] Autor: Maria Malato.

Figura 7 - Chafariz do Loreto, reprodução de gravura. [Entre 1900 e 1945] Autor: José Artur Leitão Bárcia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000928

Figura 8 - Reprodução fotográfica de pintura de Philipus Lupus, de 1609, da fachada sul do Mosteiro dos Jerónimos e em primeiro plano o terreiro fronteiro com o Chafariz da Bola. [1947]. Autor: Estúdio Mário Novais. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/000358

Figura 9 - Gravura do Chafariz da Praia vendo-se na placa superior a inscrição - À custa do foral do povo. [1602]. Autor: desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/053155

Figura 10 - Chafariz de Apolo segundo um quadro atribuído a Stoop. [194-?]. Autor: Edu-

ardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000045

Figura 11 - Largo do Chafariz de Dentro. [1961] Autor: Armando Maia Serôdio. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003950

Figura 12 - Obras das Aguas Livres. [189?]. Autor: A. Montenegro. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/DT/OB/003/0061

Figura 13 - Amoreiras, fotografia aérea. [195-]. Autor: Mário de Oliveira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000429

Figura 14 - Reprodução de uma pintura representando o interior do reservatório da Mãe de Água das Amoreiras. [18??]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0321

Figura 15 - Percurso do ramal do aqueduto dentro da tapada vendo-se as clarabóias. [data desconhecida]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL2/0641/04

Figura 16 - Rua Capitão Afonso Pala delimitada por um aqueduto subsidiário do aqueduto das águas livres. [20??] Autor: José Carlos Batista. Fonte: <https://toponimialisboa.wordpress.com/2014/02/24/a-rua-do-capitao-afonso-pala-no-seu-152o-aniversario/>

Figura 17- Jardim de São Pedro de Alcântara. [1909]. Autor: Joshua Benoliel. Fonte: Arquivo municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000005

Figura 18 - Miradouro São Pedro de Alcântara. [2022]. Autor: Patrícia de Melo Moreira. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/incendio-em-apartamento-superlotado-expoe-crise-na-habitacao-pa->

ra-imigrantes-em-portugal.shtml

Figura 19 - Ajardinamento do Campo dos Mártires da Pátria. [post. 1907]. Autor: Paulo Guedes. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000471

Figura 20 - Campo de basket campo mártires da pátria. [20??]. Autor: Akacorleone. Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2019/08/amaravilhosa-quadra-de-basquete-que-transcende-o-conceito-de-street-art/>

Figura 21 - Chafariz das necessidades. [entre 1900 e 1945]. Autor: José Artur Leitão Bácia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000846

Figura 22 - Chafariz das necessidades. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 23 - Chafariz das Amoreiras. [1938-04]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001451

Figura 24 - Chafariz do Rato e aguadeiros. [1915?]. Autor: José Artur Leitão Bácia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000122

Figura 25 - Chafariz do Rato. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 26 - Jardim de São Pedro de Alcântara. [195-]. Autor: António Castelo Branco. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACB/000125

Figura 27 - Jardim de São Pedro de Alcântara. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 28 - Chafariz da rua do Século. [1907-03]. Autor: Joshua Benoliel. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001301

Figura 29 - Chafariz da rua do Século. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 30 - Convento da Esperança e chafariz da Esperança, no bairro da Madragoa, gravura. [195-]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLS-

BAH/PCSP/004/EDP/001070

Figura 31 - Chafariz da Esperança. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 32 - Chafariz do largo do Carmo. [entre 1900 e 1945]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000844

Figura 33- Chafariz do Largo do Carmo. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 34 - Chafariz do Loreto. [entre 1890 e 1945]. Autor: José Artur Leitão Bácia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000256

Figura 35 - Chafariz das Janelas Verdes. [194-]. Autor: Fernando Martinez Pozal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000032

Figura 36 - Chafariz das Janelas Verdes. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 37 - Chafariz de Benfica. [1963]. Autor: Armando Maia Serôdio. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005521

Figura 38 - Chafariz da Estrela, planta. [1778]. Autor: Reinaldo Manuel dos Santos. Fonte: Museu de Lisboa, MC.DES.0573

Figura 39 - Chafariz de São Domingos de Benfica. [data desconhecida]. Autor: Desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/053120

Figura 40 - Escadas e chafariz da Mãe de Água. [194-]. Autor: Fernando Martinez Pozal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000386

Figura 41 - Chafariz da Mãe d'Água (ou da alegria). [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 42 - Chafariz das Terras. [1938]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001925

Figura 43 - Chafariz das Terras. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 44 - Chafariz de São Sebastião da Pedreira. [1961]. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/001362

Figura 45 - Chafariz de São Sebastião da Pedreira. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 46 - Arco e chafariz de São Mamede. [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001389

Figura 47 - Arco e chafariz de São Mamede. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 48 - Chafariz de Campo de Ourique. [188?]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0297C

Figura 49 - Instituto Agrícola de Lisboa e o chafariz da Cruz do Tabuado. [entre 194- e 195-]. Autor: Estúdio Mário Novais. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001047

Figura 50 - Chafariz de Santo António da Convalescença. [1968]. Autor: Armando Maia Serôdio. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/009244

Figura 51 - Chafariz da Cruz das Almas. [data desconhecida]. Autor: Desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/053126

Figura 52- Chafariz do Intendente, ao lado da fábrica Viúva Lamego. [1915]. Autor: José Artur Leitão Bárcia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000107

Figura 53 - Chafariz do Intendente. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 54 - Chafariz da Praça da Armada. [1968]. Autor: Armando Maia Serôdio. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/009153

Figura 55 - Chafariz de São Paulo. [1965]. Autor: Armando Maia Serôdio. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/007438

Figura 56 - Chafariz de São Paulo. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 57 - Chafariz de Entrecampos. [1960]. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000649

Figura 58 - Chafariz de Entrecampos. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 59 - Chafariz do Campo dos Mártires da Pátria. [1939]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001392

Figura 60 - Chafariz do Campo Mártires da Pátria. [2018]. Autor: Beatriz Dias Coelho. Fonte: <https://ionline.sapo.pt/artigo/623198/ainda-se-lembra-dos-chafarizes-do-de-sebastiao-da-pedreira-ao-de-santa-ana-?secao=Portugal>

Figura 61 - Vista aérea das zonas de Campo de Ourique e Amoreiras em Lisboa vendo-se o reservatório de Campo de Ourique. [195?]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL2/0858/02

Figura 62 - Construção do reservatório da Penha de França. [192?]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL2/0858/02

Figura 63 - Vista superior de parte do recinto do reservatório. [data desconhecida]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0155/05

Figura 64 - Vista superior do recinto. [1939]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/

EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0160/11

Figura 65 - Casa de manobra do Reservatório do Arco. [194?]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL2/0657/03

Figura 66 - Chafariz do Arco do Carvalhão. [194-]. Autor: Fernando Martinez Pozal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000026

Figura 67 - Chafariz do Arco do Carvalhão. [2022]. Autor: Autoria própria.

Figura 68 - Chafariz da praça das Flores ou do Monte Olivete. [1941]. Autor: António Passaporte. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/APP/000060

Figura 69 - Revolução de 25 de Abril de 1974. [1974]. Autor: Jornal Diário de Notícias. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JDN/000012

Figura 70 - Vista do “cavaleiro”. Ao fundo o Aqueduto do Alviela. [data desconhecida]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL2/0798/02

Figura 71 - Jardim do Príncipe Real. [1911]. Autor: Joshua Benoliel. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000012

Figura 72 - Corte transversal em A.B., Nº 17. [1869]. Autor: CAL - Repartição Técnica. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000012

Figura 73 - Recinto dos Barbadinhos. [1989]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/SA/003

Figura 74 - Aqueduto das Águas Livres à chegada ao Reservatório de Campo de Ouri-

que. [194?]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL2/0662

Figura 75 - Recinto de São Jerónimo. [1998]. Autor: Jorge Diniz. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/EPAL23/1998_0123

Figura 76 - Recinto da Praia. [1990]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/EPAL15/1990_0280

Figura 77 - Recinto do Arco das Amoreiras e Arco das Amoreiras. [2001]. Autor: Jorge Diniz. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/EPAL26/2001_0127

Figura 78 - Fachada do edifício da Central/Estação Elevatória Eléctrica dos Barbadinhos. [192(?)]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0010

Figura 79 - Mosteiro dos Jerónimos. [entre 1900 e 1945]. Autor: José Artur Leitão Bárçia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000836

Figura 80 - Mosteiro dos Jerónimos, cozinha da Real Casa Pia de Lisboa. [entre 1880 e 1910]. Autor: Rocchini, Francesco. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/083067.

Figura 81 - Reservatório de Campo de Ourique. [1906]. Autor: Alberto Carlos Lima. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002790

Figura 82 - Visita às obras de construção do Aqueduto do Tejo. [1936]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0380/14

Figura 83 - Reservatório do Restelo. [1998]. Autor: Jorge Diniz. Fonte: Centro de Docu-

mentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/EPAL23/1998_0022

Figura 84 - Casa de manobra e ventiladores. [1957]. Autor: desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0118/20

Figura 85 - Reservatório do Contador-Mor. [data desconhecida]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/D/044

Figura 86 - Reservatório da Charneca. [1997]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/EPAL22/1997_0244/02

Figura 87 - Cobertura, respiradores e casa de manobra. [data desconhecida]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0128/14

Figura 88 - Reservatório do Vale Escuro. [1993]. Autor: Jorge Diniz. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-EPAL/EPAL18/1993_0074

Figura 89 - Vista frontal anterior à conclusão da Estação Elevatória dos Olivais, vendo-se ainda aberto o reservatório contíguo. [1948]. Autor: Desconhecido. Fonte: Centro de Documentação Histórica e Técnica da EPAL, PT/EPAL_CDHT/AH/AF-CAL/CAL1/0036/02

Figura 90 - Bairro da Quinta do Grilo. [1957]. Autor: Serôdio, Armando Maia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/001458

Figura 91 - Bairro da Quinta do Grilo, cozinha. [1957]. Autor: Serôdio, Armando Maia. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/001461

Figura 92 - Inundações. [1945]. Autor: Judah Benoliel. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/003564

Figura 93 - Ciclo da água natural e urbano. [2023] Autor: Grupo de Trabalho. Fonte: Adaptado de esquema presente na exposição permanente do Museu da Água de Lisboa

Figura 94 - Cheias em Lisboa [2022] Autor: Tiago Miranda. Fonte: Jornal Expresso. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2022-12-12-Protacao-Civil-confirma-precipitacao-forte-e-persistente-ate-quinta-feira-e-nao-descarta-inundacoes-na-regiao-de-Lisboa-8eff0b2f>

**JORNAL 02
/ MANIFESTO**



Introdução

“(…) [a arquitetura] é pensamento e construção - é este binómio. Se for só pensamento, falha-lhe o lado do compromisso com a transformação, se for só construção, atualmente, falha-lhe a ambição de diálogo com a história da arquitetura, com a história da técnica, com a própria ideia da natureza, dos sistemas naturais (…)”

Ricardo Carvalho

Este exercício prático começa com uma reflexão teórica. Uma reflexão sobre as várias escalas de atuação da nossa profissão, cujo impacto vai desde a mais pequena divisão da casa ao planeta.



[Figura 96] Entrevista ao arquiteto Ricardo Carvalho. [2023]. Autor: Miguel Judas

Entrevista ao arquiteto Ricardo Carvalho, dezembro 2022

Obrigada pela disponibilidade para fazer esta entrevista, que tem como base perguntas dos vários alunos da turma. Através destas perguntas, conseguimos identificar oito temas recorrentes, sendo o primeiro A Cidade. Neste tema, as questões que surgiram têm a ver com a sua definição, o acesso, a urbanidade, a densidade, e a relação com o passado e com o futuro. Num texto escrito em 2003 Jacques Herzog diz: "Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades." E de seguida questiona: "Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?". Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Bom, obrigado pelo convite. É um gosto estar aqui. Creio que Jacques Herzog, quando faz essa afirmação, está a pensar num tempo em que a maior parte da população mundial está prestes a morar em cidades, coisa que, entretanto, se verificou plenamente, como sabemos. E está também a falar a partir de um ponto de vista e de um tempo, onde há um conflito que até hoje ainda não conseguimos resolver: os chamados centros históricos são tecidos urbanos que, ao longo dos séculos, evoluíram de forma muito coesa e lenta, e portanto, nós hoje apreendemos esses espaços urbanos como artefactos carregados de uma ideia de memória coletiva, precisamente, por serem resultado de muitos séculos de lentíssima evolução morfológica e às vezes, até mesmo, evolução tipológica.

O que se passou com a segunda metade do século XX, por oposição ao que acabei de dizer, é que a cidade passou a crescer de uma forma metropolitana e de rápida transformação morfológica descontínua não sistémica, o que deu origem àquilo que nós hoje chamamos de áreas metropolitanas ou áreas periféricas e, essas sim, já não são passíveis de ser apreendidas como uma coisa, mas passíveis de ser apreendidas como muitas coisas distintas, muitas coisas difíceis de ligar e sobrepôr, e de, como eu dizia há pouco, difíceis de encarar como um sistema. Um filósofo francês, Félix Guattari, escreveu um texto sobre esta ideia, que tem um pouco a ver com a ideia da cidade subjetiva por oposição à ideia da cidade histórica. A cidade subjetiva é exatamente a cidade que é fractal, caleidoscópica e, talvez por isso, Jacques Herzog diga que não é possível já falarmos de modelos, porque os grandes modelos que nós herdámos da história da arquitetura ocidental, foram modelos que conseguiram, como ideia de princípio, meio e fim, resolver partes da cidade. Se quisermos só falar do passado recente, podia falar-vos da cidade do século XIX de matriz

Hausmaniana, ou seja, quarteirão definido de forma ortogonal que se sobrepõe à cidade medieval, ou mais tarde a hipótese da cidade industrial, do Tony Garnier, que é a primeira resposta à ideia que a cidade teria de se expandir de forma a encontrar as fábricas e resolver o problema do proletariado ou ainda depois, já com uma forma política completamente diferente, a cidade do movimento moderno e sobretudo a República de Weimar na Alemanha, onde muitos arquitetos conseguiram construir milhares de fogos de habitação e reinventar a forma urbana a partir da ideia da Garden City, mas não sendo já a Garden city, já era outra coisa. Hoje conhecemos esta cidade como o movimento moderno, mas ela teve muitas configurações que se chamaram Siedlungen, cidades satélite, e por aí fora, podíamos continuar até as new towns inglesas. Ou seja, cidades com princípio, meio e fim e construídas como satélites das grandes cidades inglesas e escandinavas, até que chegamos ao final do século XX, e com as características que eu acabei de expor há pouco, de facto é impossível impormos um modelo, porque o modelo nunca iria resolver este nível de complexidade e do chamado Sprawl - a cidade difusa - que é um fenómeno que acontece um pouco à volta do planeta, mas sobretudo no mundo mais industrializado. Para esse Sprawl, para essa cidade difusa, estes modelos, de facto, já não eram passíveis de serem uma resposta. E aquilo que o Jacques Herzog propõe, e que não está aí na citação que me foi feita, é uma ideia também bastante interessante, que é a ideia de intervir com pontos de energia, poderosíssimos, que ele chama de acupuntura, um pouco como as agulhas que são colocadas no corpo humano e que através de uma relação de modos de energia distintos provocam uma alteração no metabolismo, e, portanto, quando ele diz que não há modelos, por outro lado, dá-nos esta hipótese de intervenção, que é: não podemos intervir de uma forma global, holística, unitária, mas podemos intervir de um modo muito forte, alterando o modo como as energias se recompõem no sistema urbano, e isso tem a ver com a redefinição do espaço público, o papel da infraestrutura, e claro está, a hipótese de elevar a autoestima das populações menos privilegiadas que, por exemplo, ao terem a construção de um grande edifício de equipamento coletivo - seja ele um centro cívico, desportivo ou cultural - de repente funciona como o tal ponto de energia de acupuntura em que todo o tecido urbano se reinventa a partir de uma nova intervenção. É um pouco aí que estamos, e nesse sentido, o Jacques Herzog tinha, no meu ponto de vista, toda a razão em afirmar o que afirmou, porque não podendo resolver o todo, temos que atribuir força máxima ao poder da parte, do fragmento.

Como se preserva a identidade de uma cidade? Existe uma cultura material característica de cada cidade?

Diria que sim. Por muito que possamos dizer que isso é um tema do passado, carregado de uma certa nostalgia, e muito ligado a questões de patriotismo, que foram exploradas do pior modo pela política recente, eu creio que não há hipótese de escapar a uma ideia de pertença - e, a ideia de pertença a uma cultura, a uma cidade, é uma ideia que desde a pós-modernidade foi permanentemente colocada em causa, mas permanentemente recuperada, e dou-vos um exemplo: acreditava-se, nos anos mais otimistas do pós-guerra, do Baby Boom, e do chamado International Style, que todas as cidades ocidentais iriam exprimir-se do mesmo modo, com o mesmo tipo de edifícios coletivos e de habitação coletiva, algo que depois o Jacques Tati irá parodiar no filme *Play Time*, em que, de repente, as cidades se aparentam todas entre si, mas é óbvio que isso não poderia vingar, porque o ser humano está muito para além dessa hipótese de homogeneidade. A grande viragem foi, exatamente, quando se aborda a ideia de pertença e, a pós-modernidade em arquitetura, pelo menos aquela mais interessante, aquilo que traz é, precisamente, isso, quando afirma que os lugares são irrepetíveis e que cada arquiteto ou grupo de arquitetos tem que responder a um contexto preciso que não é replicável. É neste contexto que surge a obra do arquiteto Álvaro Siza, se vocês pensarem um pouco naquilo que aconteceu no início dos anos 60, aqui em Portugal, em que um arquiteto pôde propor uma arquitetura que pertence a uma cultura arquitetónica abrangente, mundial, universal, e contudo a resposta está, completamente, avançada por uma ideia de irrepetibilidade do contexto, e esse contexto que vocês aqui chamam de identidade - é um termo mais escorregadio - tem a ver com muitas coisas, tem a ver com o património humano, mas também físico e material, tem a ver com fricções, a ideia de pertença existe sempre, é sempre reinventada porque, a cada nova geração chegam pessoas novas, mas também chegam pessoas que não são dos sítios e que passam a ser, e assim, essa identidade reinventa-se permanentemente. Portanto, a resposta é sim, se aceitarmos que a identidade é um processo como a própria aventura humana que está, permanentemente, a colocar-se em causa e, permanentemente, a reinventar-se, mas eu diria que hoje, a ideia de pertença, a ambição de pertença, é qualquer coisa que alimenta a humanização dos lugares. Nós associamos o contrário a uma ideia de pesadelo, não é? Não pertencer a nada creio que podemos dizer que é uma condição que nos inquieta.

O tema seguinte é *entangled life* que fala sobre a partilha, a interligação, e a relação dos humanos com os próprios humanos, dos humanos com a natureza. Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: “O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança, vive na esperança e na solidariedade do outro.” Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados — é responsabilidade de quem os desenha relembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza?

O ser humano é eminentemente urbano, não só pelas razões que já indicaram citando o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, mas também do ponto de vista estatístico. Desde há poucos anos, menos de dez creio, metade da população do planeta é urbana, portanto há o pensamento puramente quantitativo por um lado, e por outro lado há a questão do que é que isso quer dizer. Quando o José Adrião e eu entrevistámos o Paulo Mendes da Rocha em 2007, creio eu, a primeira pergunta que lhe colocámos foi uma citação do Max Weber que dizia “o ar da cidade liberta-nos”, e a conversa começou assim, com esta ideia do Max Weber, à qual o Paulo Mendes da Rocha respondeu: “sim, porque no campo ninguém pode ver as pessoas que morrem de fome, só os corvos, e na cidade quando alguém tem fome nós somos obrigados a olhar essas pessoas nos olhos e confrontamo-nos com a nossa própria condição”, que é uma resposta poderosa porque contém também uma outra ideia, que é a da responsabilidade, do que é que é o ser urbano. A aventura da cidade, que se confunde com a própria história da civilização, teve sempre um pouco a ver com isso. A primeira ideia de cidade, além do traçado hipodâmico grego, ou seja, da grelha, conteve logo a seguir uma ideia de limite, de definição do que é que era cidade e do que é que não era, exatamente por isto, porque a cidade era aquilo que protegia: protegia do inimigo, protegia do desconhecido, protegia da peste, protegia dos animais selvagens, sendo que os que estavam dentro, os que pertenciam, eram aqueles que não só estavam protegidos, mas também eram aqueles que podiam cooperar, e, portanto, cidade implica proteção, mas também implica cooperação, trabalho coletivo, a ideia de um bem comum.

Aquilo a que Paulo Mendes da Rocha se refere com a ideia do desenho, faz-nos questionar qual é o papel, o verdadeiro papel do desenho, se pensarmos em arquitetura e urbanismo. Muitas vezes, o desenho é tão bom que não o sentimos, aliás quando viajamos e vemos Londres ou Roma, aquilo que nos emociona mais, em Londres, por exemplo, é

uma ideia de absoluta repetição de um modelo urbano, a ideia da casa, da chamada Townhouse com o pátio inglês, e de ruas e ruas sempre com a mesma janela, com a mesma proporção, e a repetição absoluta de um elemento, que era uma espécie de homogeneização social, mas também uma ideia de bem comum, que afirmava que para a cidade tudo parece calibrado e depois dentro de casa cada um poderá reinventar-se.

Nós pensamos: “isto é impressionante”, mas isto foi desenhado, isto foi pensado por gerações e gerações de pessoas que chegaram a uma proporção de edifício vertical, com um número de pisos, que inventaram um pátio que é uma espécie de fosso para a rua, que inventaram uma tipologia mínima com uma escada bastante vertiginosa no interior, que permitia que muitas pessoas se alojassem naquela bateria de edifícios verticais, inventaram uma forma de utilizar o tijolo, inventaram uma forma de trabalhar as carpintarias, e, muitas vezes, a ideia de pertença e de definição da individualidade vinha um pouco da cor dessas mesmas carpintarias. Portanto, havia desenho, e desenho não é exclusivamente aquilo que nós possamos imaginar, como aquilo a que hoje chamamos de design, ou de grande afirmação de uma ideia de criatividade subjetiva a partir da arquitetura. Desenho, para mim, implica isto. E em Roma ainda é mais poderoso, porque são 2 mil anos de história de desenho, 2 mil anos de muitos arquitetos a desenharem coisas diferentes, muitas vezes coisas que reagem àquilo que tinham herdado e, quando nós passeamos pela cidade, essa sobreposição dos vários tempos, e dos vários desenhos, continua a dizer-nos que: mais importante do que saber quem fez, é aquilo que lá está, o artefacto construído. Portanto, a responsabilidade do desenho eu creio que possa ser um pouco diminuída porque, se for entendida no tempo longo da cidade, ela é apreendida como memória, como tradição. Nós estamos muito treinados para pensar agora no nosso tempo de vida, nos 50 anos para trás e nos 50 anos para a frente, mas se nós pensarmos na cidade com um alcance completamente diferente, vemos que o desenho se dilui no tempo e é aí, que eu acho, que ele começa a ser verdadeiramente fascinante, sem desprimor para os edifícios de exceção, mas isso é outra história. Mas como conjunto, eu creio que o grande desafio do desenho é ele ser apreendido como tempo. Contudo era desenho.

Qual é o papel da natureza nas cidades?

Hoje é todo. Eu tenho estado a ler os livros de um cientista, pensador e filósofo, que se chamava James Lovelock. Era um homem que foi pioneiro nestes temas do pensamento filosófico a partir da

ideia da natureza como sistema. O que James Lovelock propunha, desde os anos 60, era esta ideia de que o planeta é todo uma coisa à qual ele chamou "Gaia". É um pouco a base do filme *Avatar*, quando a ideia da natureza como corpo único reage à ameaça. A ideia de Gaia, que Lovelock propõe, é que não há o "nós" e a natureza, ou não há a fauna e flora. Há tudo, tudo é uma coisa, e ao intervir numa, obrigatoriamente, intervimos em todas. E isto é altamente relevante porque, quando Lovelock propôs esta hipótese, ninguém lhe ligou muito, mas mais recentemente, muitos filósofos, urbanistas e artistas têm trabalhado a partir desta hipótese. Por exemplo, hoje há uma teoria que se chama *wood wide web*, que pega na teoria da internet, que é *world wide web*. Esta teoria tem a ver com uma experiência científica que foi feita num bosque demonstrando que, quando uma árvore precisa de ajuda, as outras árvores, que estão à volta, através das suas raízes, ajudam-na com os seus nutrientes, portanto há uma ideia de cooperação. Esta ideia vai ao encontro de uma possível resposta à pergunta: "Se aqui estamos, se houve pessoas tão especiais que conseguiram clarificar isto, nós hoje temos a responsabilidade de ler estes textos e usá-los nas nossas disciplinas, arquitetura incluída?". E é claro que sim, não há hipótese de, hoje em dia, a arquitetura continuar a ser predadora, porque, a arquitetura, por muitos séculos, não foi predadora. Ela tornou-se, muito recentemente, na verdade. Na história da aventura humana, a arquitetura é predadora num brevíssimo troço que, infelizmente, é o nosso tempo de vida. Calhou-nos a nós, que, hoje em dia, temos os meios para perceber que, de facto, poderá não ser assim. Eu acho que o grande desafio é utilizar o pensamento radical, logo ciência radical, para começar a reagir, por exemplo com o que está a acontecer na indústria ligada à reflexão sobre o desperdício, nomeadamente betão feito com lixo, vigas feitas com plástico reciclado, e poderíamos continuar. À volta do mundo há imensas coisas a acontecer a partir da inteligência humana, onde estão a procurar respostas.

A ideia de natureza, se a virmos como "Gaia", na hipótese de James Lovelock, põe a arquitetura com uma responsabilidade ainda maior, porque sendo transformação, que é o que nós fazemos, a nossa responsabilidade é imensa. Como é que vamos fazer isso agora? Temos imensos meios à nossa disposição.

Não estamos só a criar mais lixo se a cultura não for a de constante restauro, reutilização, reaproveitamento?

Sim, desperdício talvez seja a palavra. A cultura moderna/contemporânea é a uma cultura de desperdício, claro que o grande desafio hoje é inverter

o papel do desperdício, ou seja, em vez de ser um caminho sem saída, é tornar exatamente o mesmo caminho, incluindo o desperdício, numa hipótese de construção, como eu já referi há pouco, com as vigas de plástico, betão de lixo entre muitas outras hipóteses. A ideia dos depósitos de materiais, onde vários arquitetos podem ir recolher componentes de arquitetura e voltar a assemblear-los, que está a ser testada na Suécia, por exemplo, onde há edifícios que estão a ser desmontados, porque já não são necessários, e os seus componentes são medidos e numerados, para serem colocados em depósito, onde existe um organograma através do qual sabemos as dimensões, para depois serem reutilizados em novos projetos.

Estou a falar por exemplo de betão prefabricado dos anos 60. Portanto, há muita coisa a acontecer que nos deixa otimistas. Onde é que estamos menos otimistas ou devemos estar menos otimistas? No facto deste pensamento, como em tudo, ainda ser minoritário. Ou seja, teremos tempo ou haverá tempo, para passar de um pensamento minoritário, para um pensamento mainstream? Esse é o grande desafio.

O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, “habitação para o maior número” foi central à arquitetura e à criação de cidade, por via sobretudo de iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenómenos de gentrificação urbana puseram em crise. O direito à habitação, e por sua via à cidade, deve ser um direito universal?

É um direito universal, mas isso não quer dizer que esteja garantido, ou seja, está consagrado, um pouco como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estão consagrados há muito tempo, mais de um século creio, mas se nós quisermos, infelizmente, conseguimos sempre encontrar situações e contextos em que isso não está garantido. Com a habitação há uma afirmação que vocês fizeram com a qual não estou completamente de acordo: a iniciativa privada, não só a pública, construiu cidade. Se falarmos da Europa isso é central. Exemplo disso é o plano de Haussmann, em Paris. Este plano, aos olhos de um pensamento político mais radical, foi talvez, uma grande viragem neoliberal - dentro daquilo que podia ser neoliberal naquele tempo - porque foram arrasadas partes da cidade medieval, onde viviam pessoas com menos recursos - as chamadas classes populares - e, com a nova formalização de avenidas, os boulevards, uma nova burguesia, ou pequena burguesia, pôde chegar a instalar-se, tudo isto com imenso proveito do ponto de vista empresarial. Ou, recuando um século, quando a Baixa Pombalina foi pensada, uma das histórias mais obscuras deste processo, que

vários historiadores hoje contam é que, ao desenhar o novo cadastro na baixa pombalina, as melhores localizações foram redistribuídas beneficiando as famílias mais próximas do Marquês de Pombal, algo que surge da iniciativa privada embora este processo fosse lido como público. Portanto, é um equilíbrio difícil, porque a cidade tem sempre a força da iniciativa individual. Muitas das coisas boas que a história da cidade nos deu, da cidade ocidental pelo menos, também têm a ver com essas ideias de propriedade privada, de iniciativa, do empreendedorismo, e da ideia de que nem tudo é fruto de um pensamento coletivo ou a partir de uma ideia de público. Contudo, com a emergência, que foi o que aconteceu no princípio do século XX, com as massas de pessoas realocadas do campo para a cidade para ter emprego junto dos grandes assentamentos industriais, este processo já não podia ser deixado nas mãos de uma circunstância – e foi o que aconteceu no século XIX. Por isso é que quando lemos Charles Dickens, por exemplo, que é um retrato realista e duro de Londres no século XIX, vemos que quando ninguém se preocupou com o assunto, as piores coisas aconteceram: a exploração, a degradação, as pestes. O movimento moderno, como vocês referiram, pega nisto numa situação de urgência, que é aquela que temos hoje, apesar de não ser exatamente igual. E a situação de urgência do movimento moderno era uma situação de pré-revolução, porque não era possível as chamadas classes proletárias viverem nas condições em que viviam sem este problema ser encarado como um problema público ou nacional, e foi isso que os arquitetos alemães, sobretudo os arquitetos alemães, fizeram naqueles anos da República de Weimar - fizeram muito bem – e, depois, o impacto foi tão grande, tão grande, que todos os países na Europa acabaram por replicar alguns daqueles modelos. Nós não temos muito tempo hoje, mas eles partiram de uma ideia muito simples da Garden City e transformaram-na numa ideia de cidade muito mais poderosa em que a cidade já não era campo nem cidade, era uma coisa no meio. Hoje, a urgência é aquela que conhecemos, em que nas grandes cidades europeias o cidadão comum, ainda que tenha um emprego, já não consegue garantir o direito à habitação e, portanto, joga-se num patamar muito mais perverso, que é - como é que um extrato de classe média, dentro de uma população do mundo ocidental, não consegue garantir aquilo que é um primeiro direito. E, portanto, qual é a resposta possível, e aí estou de acordo: a resposta tem que ser ao nível público. Não creio que aqui em Portugal a resposta esteja a ser dada como merecia, até porque, noutros momentos da história, esta foi a situação que gerou pretexto para se reinventar uma ideia de espaço público, uma ideia de viver em comunidade, uma ideia de

tipologia habitacional, e eu não creio que isto esteja a acontecer. Dá-se quase uma situação paródica, em que a chamada habitação de interesse social replica tipologias habitacionais que vêm da iniciativa privada mais especulativa - os famosos "T" - que claramente não servem para a vossa geração, por exemplo, porque os conceitos de família também são dinâmicos. Também sabemos que a maior parte das populações hoje, nas cidades europeias, vive sobretudo sozinha, algo que é um dado absolutamente novo. Ao contrário do passado em que várias gerações viviam na mesma casa, hoje, a maioria das populações urbanas, das cidades europeias, vive sozinha, e as casas servem apenas uma pessoa. Isto implica um pensamento novo sobre a tipologia. A Suíça, que é um país com bastantes recursos, como sabemos, tem feito um programa, muito

surpreendente, em que edifícios de habitação coletiva são desenhados deste modo: num piso, existe uma cozinha coletiva e vários quartos com casa de banho e uma pequena Kitchenette. Isto resulta em edifícios nos quais várias pessoas podem morar, seniores, estudantes, jovens casais com um filho... Como as células são relativamente pequenas, todos os espaços comuns do edifício, como a cozinha coletiva e as salas, acabam por ser espaços de maior generosidade, reforçando a ideia de encontro e de viver conjunto. Apesar de serem tipologias nunca antes experimentadas, já há vários exemplos construídos de grande sucesso. O que é que as motivou? A urgência - é muito caro viver na Suíça, portanto, havia muitas pessoas sozinhas, algo que originou a possibilidade dos arquitetos poderem refletir sobre estas ideias. Aqui em Portugal, isso aconteceu no passado, agora ainda não está a acontecer. É importante que entrevistas como estas, e trabalhos como o que vocês estão a fazer, se propaguem, porque como em tudo, a força de uma ideia permite que as coisas aconteçam, mas tudo tem que começar com uma ideia.

O "direito à cidade" é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

Não. Acho que não.

É possível compatibilizar o direito à habitação com a geração de lucro?

As duas coisas sempre conviveram, pelo menos nas sociedades capitalistas, e creio que terão que continuar a conviver. Também poderíamos definir o que é lucro, no futuro, uma sociedade em equilíbrio é lucro, certo? Se por lucro, entendermos puro proveito material, então ficaremos novamente expostos a uma situação limite, em que, em muitos casos, será uma situação de tensão social e

de instabilidade. Aquilo que é interessante nos sistemas capitalistas é que foi possível, à beira de um momento de instabilidade, o sistema reinventar-se, e algumas respostas surgirem para que esse equilíbrio instável permaneça. Quando isso não acontece, dá-se a ruptura. Eu creio que é possível essa convivência, eu diria até que é desejável, porque a estabilidade absoluta também não é garantia de que as coisas mudem para melhor, e, portanto, as duas coisas terão que conviver, um pouco como esta ideia que na política é muito comum, que é a terceira via, ou seja - qual é a alternativa a revolução? É a terceira via. E a terceira via é a via, no meu ponto de vista, de cooperação e da inteligência, em que todo o conhecimento é aplicado a uma espécie de compromisso para que a revolução não seja necessária.

Em relação à outra pergunta: “O direito à cidade é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?”, eu fui muito peremptório a responder, porque a cidade é de todos e eu acho que não nos podemos iludir sobre o papel do arquiteto. Esta coisa de que no pensamento teológico, Deus é arquiteto - Deus é o arquiteto do Universo - é uma coisa que nos saiu um pouco cara. O poder da arquitetura é um poder relativamente restrito. Nós temos o poder de transformação da vida das pessoas quando somos autorizados a tal, mas do ponto de vista da sociedade, a grande força na cidade não é a força da arquitetura, é a força das ideias, do pensamento económico, dos modelos económicos que cada sociedade adota para poder continuar a viver em conjunto, e o que se passa hoje é que há um adiamento muito grande do que queremos, na abstenção nas eleições, numa ideia de que o consumo pode apaziguar tudo e isso é terrível, porque vai nos fazendo perder a noção de cidadania, da participação ativa naquilo que deve ser a transformação. Esse é o grande perigo, mas eu acho que o poder dos arquitetos é um poder entre os demais, não vejo nada que nós tenhamos mais poder do que os outros. Temos sim, uma enorme responsabilidade.

Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: “o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si.”

Poderemos afirmar que o espaço público é um mecanismo de coesão social?

É o espaço do diálogo e do conflito, é o espaço do outro, é talvez o único momento nas sociedades contemporâneas, em que nos confrontamos, genuinamente, com o outro. A Doris Salcedo é uma artista extraordinária, que tem trabalhado muito

sobre a tensão da relação com o outro, que, muitas vezes, implica medo, desconfiança, mas também implica empatia e amor. Portanto, num tempo em que as redes sociais, claramente, se sobrepõem a uma ideia de espaço público, eu diria que o verdadeiro espaço público, a condição pública da cidade é o momento em que nós podemos medir com o outro e, como dizia Paulo Mendes da Rocha, podemos olhar olhos nos olhos tudo o que está a acontecer à nossa volta.

O espaço público tem outra característica muito interessante - o mundo ocidental produziu, a partir do séc. XVIII e XIX, um espaço público tão poderoso, tão coeso, tão forte que hoje o encaramos como O Espaço Público por natureza, ou seja, quando andamos pela Baixa de Lisboa, por exemplo, no Rossio, na Praça da Figueira, na Praça do Comércio, aquela ideia de espaço público é tão perfeita, na sua condição material e na sua condição simbólica, que torna muito difícil encontrar a resposta à pergunta: "o que é o espaço público da contemporaneidade?", e, muitas vezes, assistimos a arquitetos a utilizar designações como "boulevard", "rambla", "praça simbólica" em espaços contemporâneos, onde isso acaba por ser muito estranho, porque há muitos lugares da cidade contemporânea, que não são o centro da cidade onde começámos esta conversa, mas as grandes periferias. Imaginem uma periferia dos anos 70, aqui de Lisboa, construída, essa sim, com base numa ideia de lucro material, com edifícios de oito pisos, praticamente sem espaços porosos e com a necessidade de desenharmos aquilo que seria o novo espaço público. Faria sentido dizermos que era uma rambla? Ou um boulevard? Diria que não. Portanto o grande desafio para os arquitetos é: Qual é a configuração deste novo espaço público? E isso é uma coisa que tem tardado a surgir. Há aquela reflexão extraordinária dos Lacaton e Vassal, do final dos anos 90, em que houve um concurso para a reabilitação de uma praça num pequeno bairro em Bordéus, e o Jean-Philippe Vassal e a Anne Lacaton escrevem um texto, que é o projeto do concurso, e esse texto descreve como a praça é extraordinária, como as pessoas seniores a usam para jogar à malha, como o terreiro é lindo. Dizem que é preciso reabilitar os bancos e pôr uns caixotes do lixo, de preferência que não sejam em aço inox, e não muito mais do que isso. Isto é uma grande lição de arquitetura. Porquê? Porque não há necessidade de mudar por mudar. Há coisas que, de facto, são coesas e que implicam outra ideia que foi aqui lançada que é a da pertença. Se nós destruirmos aquela ideia de pertença, a favor de uma ideia de design, estamos a prestar um mau serviço a uma ideia de bem comum. E, portanto, qual é o espaço público da contemporaneidade? Onde é que ele é verdadeiramente emocionante? Há um exemplo

incrível em Nova Iorque, desenhado pelos Diller and Scofidio e pelo James Corner, que é arquiteto paisagista, em que os arquitetos propõem à cidade que uma antiga estação de caminho de ferro comercial, ou seja, que só transportava mercadorias, pudesse ser transformada num espaço público linear. Vejam o sucesso que teve! O que é que veio a seguir? Lucro. Todos os edifícios que ladeiam a High Line foram reabilitados, alguns deles por arquitetos muito conhecidos, e portanto, aquilo que era um resíduo, aquilo que era alguma coisa que provavelmente numa primeira intuição seria para demolir ou para transformar, talvez numa rede de metro convencional, digo eu, foi transformada num espaço público que tem um pouco de tudo: tem a ideia de conexão fabulosa, tem a ideia de contemplação, porque há momentos de paragem em que uns anfiteatros olham para as ruas, tem o lado das plantas, para criar oxigénio, uma espécie de museu botânico, com as plantas todas identificadas, e é muito bonito. Portanto, a invenção humana terá sempre resposta, mas tem dado muita luta. Há muito poucos exemplos, ou pelo menos eu não os conheço, de uma invenção do que é o espaço público contemporâneo.

Quão público pode ser um edifício privado?

O Paulo Mendes da Rocha, de quem já falamos, tem esta frase avassaladora: "Toda a arquitetura é pública." Eu tenho a convicção de que isto é absolutamente verdade. Eu costumo partilhar esta ideia, não exatamente com estas palavras, com palavras minhas; qualquer projeto, por muito pequeno que seja, serve para um pensamento sobre o bem comum, nem que seja para elevar a autoestima de uma comunidade. Por exemplo, vocês têm hipótese de intervir numa área mais ou menos deprimida. O vosso trabalho será, provavelmente, o primeiro trabalho feito por um arquiteto naquele contexto, com a delicadeza que se espera que esse trabalho tenha, vai elevar a autoestima, não só de quem o encomendou, mas também de tudo o que está à volta, porque as pessoas quando passam e olham, vão sentir a diferença. Algumas vão achar estranho, outras vão achar bonito, outras vão querer um igual e a responsabilidade de um pequeno projeto acaba por ser, em termos de força, muito parecida à de um grande projeto, porque tudo depende do contexto onde se opera e nesse sentido toda a arquitetura é pública, porque tudo o que nós fazemos, espera-se, é uma espécie de algo comum para esse mundo ser melhorado. Muitas vezes, um cliente, sem saber, é o grande pretexto para isso acontecer. Isso é a parte absolutamente extraordinária da nossa profissão - é que as pessoas que nos procuram para fazer um trabalho, muitas vezes, elas próprias, são o veículo para que esse

trabalho crie um novo nexa e uma nova ambição, um novo desejo de beleza também, uma palavra que ainda não falámos, mas a beleza tem muito a ver com a ideia de bem comum.

Hashim Sarkis questiona o que é o habitar coletivo da seguinte forma: "(...) Precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade: juntos como seres humanos que, apesar de nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies através do espaço digital e do espaço real; juntos como novas famílias em busca de espaços mais diversos e dignos de habitação; juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial; juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação; e juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver(...)".

De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

A resposta é: de um modo total, completo. Por exemplo, aqui em Lisboa, o Bairro das Estacas, desenhado pelo arquiteto Ruy Jervis D'Athougua e pelo arquiteto Sebastião Formosinho Sanchez, no final dos anos 50 e, pela primeira vez, aqui em Portugal, foi experimentada a ideia de que um bairro se podia levantar do chão permitindo que, debaixo dos edifícios corresse um jardim, um parque público, desenhado por Gonçalo Ribeiro Teles. A partir do momento em que esta ideia, que é uma ideia do movimento moderno como todos sabemos, se constrói e se desenha no bairro de Alvalade, que também, como sabemos, é um bairro de qualidade altíssima, a todos os níveis, mas a partir do momento em que dentro de uma célula, das oito células do bairro, se constrói esta hipótese de vida em comum, que é a ideia do parque contínuo, é claro que as pessoas imediatamente percebem a diferença. Isso é tão poderoso e tão forte que quando alguma coisa não corresponde àquilo que o projeto oferece, as pessoas protestam, algo que já aconteceu quando interromperam uma parte do jardim. E, portanto, o que é verdadeiramente relevante é garantir às pessoas o direito a algo que a arquitetura permite, que é a possibilidade de viver de muitos modos distintos, seja levantado do chão, seja para baixo, seja na cobertura. A partir do momento em que isso é oferecido, não há caminho para trás possível. Porque é que a periferia é tão fascinante como tema de trabalho? Precisamente por estar baseada numa ideia de lucro, exclusivamente material e os edifícios terem sido construídos sem um sentido de bem comum. Hoje, a pergunta que se coloca é: como é que vamos atribuir essa ideia

de bem comum ao que lá está construído, vamos demolir uma parte? Eu diria que sim, defendo isso. Vamos intervir nos edifícios e vamos, por exemplo, esventrar os pisos térreos, que servem de habitação, para terem todos comércio, porque o comércio ajuda imenso à perceção de uma comunidade através da segurança, da convivência, ou vamos esventrar um piso inteiro em cada um dos edifícios para atividades coletivas? Ou vamos tratar as coberturas? Ou seja, o nosso trabalho é criar precedentes. A partir do momento em que um precedente é criado, e isso aconteceu nos últimos cem anos com as ideias sobre o habitar coletivo, outros virão - aquilo a que chamo de impacto - e lidarão com essa semente, com esse DNA da ideia. Por isso é que um edifício do movimento moderno nunca foi rigorosamente a mesma coisa quando foi copiado: um edifício do Le Corbusier, cada vez que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e um edifício do Bruno Taut sempre que foi copiado, nomeadamente pelo Siza como ele sempre o diz, foi sempre uma coisa diferente. Um edifício do Ernst May, que fez a nova Frankfurt, sempre que foi copiado, foi sempre uma coisa diferente, e poderíamos continuar...

Portanto, o nosso trabalho é abrir precedentes, e quando esse precedente se gera e as pessoas veem o quão forte pode ser a ideia de ter um espaço comum debaixo de um edifício, ou um piso a meio do edifício que é um piso coletivo, ou a ideia de uma sala de condomínio na cobertura com uma vista fabulosa, para elas "está ganho" e, assim, a exigência gera-se. O grande problema da nossa cultura portuguesa urbana é que esta exigência ficou muito circunscrita às classes médias altas urbanas e, portanto, toda a cidade metropolitana não foi objeto desta possibilidade, e o vosso trabalho agora, geracionalmente falando, é exatamente contaminar a grande cidade infinita, difusa, com estas ideias, para que o dito património comum da arquitetura chegue verdadeiramente a todos, com pequenas ações.

No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspetiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infraestruturas ou as fachadas, o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo - tempo de execução e tempo de vida. Como definir

flexibilidade na arquitetura? Qual é o maior obstáculo?

Aquilo que o Stephen Bates e o Jonathan Sergison propõem é uma ideia muito bonita e erudita da possibilidade da arquitetura contemporânea poder atuar como a arquitetura pré-moderna atuou. Ou seja, em que a ideia de autoria dá lugar a uma ideia de processo, um pouco como acontecia até ao século XIX, em que os edifícios eram trabalhados por gerações de arquitetos, muitas vezes pais e filhos, aliás, eu estive com a Inês Lobo há pouco tempo em Bath e vimos alguns exemplos do século XVIII de edifícios belíssimos, os famosos Crescents em que, gerações de arquitetos, portanto às vezes pai, filho e neto, trabalhavam nos edifícios e nesta ideia de que o processo estava em aberto. Acho que os Sergison Bates falam desta possibilidade, para os dias de hoje, com um novo dado, que é o da procura de uma responsabilidade sempre cada vez maior sobre a ideia do revestimento e da infraestrutura que, como sabemos, estão hoje sujeitos à ciência e por isso vão ser cada vez mais responsáveis, do ponto de vista da ecologia. E, portanto, se garantirmos que o esqueleto, a estrutura é bem desenhada, bela e perene, sabemos que o invólucro poderá mudar de acordo com aquilo que o pensamento artístico e científico puder criar para, permanentemente, pertencermos à tal ideia de Gaia, e é um pouco isso que está a ser discutido nessa conversa deste livro, que eu também conheço e gosto bastante.

A ideia de que um edifício pode gerar uma ruína inteligente, na verdade, foi aquilo que herdámos das ruínas do mundo ocidental. É isso que vemos da arquitetura grega hoje: os revestimentos há muitos séculos já não estão lá, deparamo-nos com a ruína. E essa é a grande emoção - quando nos confrontamos com a arquitetura grega - a emoção de ver ruínas inteligentes. Eu acho que estes dois arquitetos britânicos estão a propor uma ideia radical que é: "então vá, vamos tentar fazer isso com aquilo que de mais corrente existe numa cidade que é a habitação coletiva, vamos por isto ao nível do Partenon".

[risos]

Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática.

O presente parece, por isso, uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores. Qual é a sua perceção sobre a indústria da construção hoje em dia comparando com outros momentos da nossa história

em que a industrialização teve um papel preponderante?

Diria que é um papel ao qual a indústria vai ser forçada. Diria também que a via possível é exatamente a consagração através das leis do caminho a seguir. Muitas vezes a ideia da lei, seja nos hábitos sociais, seja na ideia de crime, na ideia do que está certo e errado, está à frente da própria sociedade. Isso aconteceu ao longo destes séculos muitas vezes. A própria ideia dos direitos humanos, de que conversamos há pouco, está muito à frente da própria realidade. Quando muitos pensadores tentaram questionar a escravatura no mundo ocidental, portanto na Europa e nos Estados Unidos, fizeram-no sete décadas antes da própria escravatura ter sido abolida, globalmente falando. Portanto, aqui não é diferente, há um património de pensamento científico e artístico que está muito à frente daquilo que é a realidade. O que vai acontecer é que agora vamos ter uma consagração através da regulamentação da construção, das leis, dos benefícios fiscais às empresas que se possam querer inserir nesta estratégia, e isso vai levar um pouco a reboque a maioria das ações. Sempre aconteceu assim. Como disse há pouco, volto a dizer, o nosso grande desafio é o tempo disponível para este processo poder de facto desenrolar-se. O James Lovelock, no último livro que escreveu em 2019, pouco tempo antes de morrer, fala, inclusivamente, numa ideia muito desafiadora: provavelmente os humanos do futuro, a que chama de “pós-humanos”, irão olhar para nós como nós olhamos para o Neanderthal, e nesse sentido esta é a resposta a esta pergunta: estamos num momento em que se vai dar a consagração jurídica, moral até, de todos estes processos, mas depois vamos precisar que o mundo se encaixe e vá a reboque. Mas eu acho que isso já não será para nenhum de nós sentados à volta desta mesa.

O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela “pessoa comum”. Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Essa para mim é relativamente fácil, porque tenho feito esse exercício há muito tempo, de procurar uma definição possível para arquitetura. Para mim, é pensamento e construção - é este binómio. Se for só pensamento, falha-lhe o lado do compromisso com a transformação, se for só construção, atualmente, falha-lhe a ambição de diálogo com a história da arquitetura, com a história da técnica, com a própria ideia da natureza, dos sistemas naturais que já falámos aqui. Para mim, para eu sentir que qualquer coisa é arquitetura, tenho que sentir isto, e acho que não devemos ter medo de assumir

que, na maioria das manifestações que implicam construção civil, apenas uma pequena parte é arquitetura, e apenas uma pequena parte é capaz de levar esta ideia de tocha olímpica de diálogo com o mundo de uns para os outros, horizontalmente, verticalmente, tanto faz. Tudo o resto é uma espécie de ação episódica que é necessária, nobre, muitas vezes nobre, mas que não chega a ser arquitetura.

A nossa disciplina é uma disciplina que começou com a capacidade de um conjunto de mulheres e de homens olharem para aquilo que estavam a fazer e escreverem tratados sobre como é que se faz um lintel e uma viga, o que é que significa o lugar do fogo, o que é a muralha, simbólica e materialmente falando. Portanto, arquitetura para mim implicará sempre isso. Há momentos em que ela foi mais pensamento, como no caso dos arquitetos do século XVIII, da Revolução Francesa, em que não havia meios, por exemplo, para pôr em prática aquilo que propunham e há momentos em que é altamente operativa e revolucionária, como no movimento moderno.

Hoje há muito mais arquitetos e havendo tantas pessoas formadas em arquitetura, dá-se uma nova condição, quanto a mim, bastante fascinante, na qual tudo isto se amplia - ampliando a discussão, eu diria, quase até ao infinito, porque nunca houve tantas pessoas preparadas para a ter. Quando eu ouço esta hipótese de que as pessoas podem não aderir a um trabalho que um arquiteto fez, tendo também a ser muito arquiteto, porque as pessoas não aderiram ao Georges Pompidou quando ele foi construído em Paris e, no entanto, é uma obra que hoje ninguém poderia imaginar ser demolida. Ou, quando o Arquiteto Álvaro Siza começou a fazer o Chiado e as pessoas não perceberam de imediato, talvez porque o processo tenha sido muito lento, o que é que tudo aquilo significava, mas hoje sabemos que foi provavelmente a mais importante reflexão sobre cidade que a nossa cidade teve no século 20, diria eu. Pelo menos é assim que eu vejo, e sei que não sou a única pessoa a pensar nisto.

Teremos sempre de pensar que, no pensamento artístico e científico - a arquitetura convoca ambos - não temos de concordar permanentemente com o que as pessoas acham. Muitas vezes o nosso dever é, até, estar onde nem se supõe que possamos estar, porque como também já disse hoje, é preciso que se abram precedentes, e uma vez aberto o precedente, comprovada a sua qualidade, as pessoas vão aderir, tenho a certeza.

Muito obrigada.

Obrigado, eu.

Entrevista ao arquiteto Fernando Viegas, dezembro 2022

Muito obrigado por se disponibilizar a partilhar conosco suas ideias sobre a nossa disciplina. Com certeza nos será muito útil, dada sua experiência em operar na América Latina. Chamámos ao primeiro tema que gostaríamos de debater consigo “Cidade”. Começamos com uma frase de um texto escrito por Jacques Herzog em 2003 que diz o seguinte: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?”. Ora a nossa pergunta é: Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

A questão dos manifestos que vocês colocam nessa primeira frase é realmente interessante, porque, pela própria razão de ser, são cheios de certezas. Me parece que estamos vivendo um momento bem contrário.

Talvez a certeza seja a de um momento de transformação. Estamos no meio de um redemoinho, no meio de uma crise, mas ainda não conseguimos ver a luz no fim da caverna, não é? É um momento aflitivo, mas ao mesmo tempo pode ser muito rico. Tenho a impressão que estamos vivendo transformações profundas e que somos agentes históricos dessas transformações sociais, mas ainda não conseguimos ver o final. Podemos pensar que esses momentos de crise deveriam ser aproveitados como oportunidades de reflexão. É difícil termos distância desses factos históricos.

Lembro de uma vez, numa entrevista do historiador inglês, [Eric] Hobsbawm, ele disse que se pudéssemos nos afastar da Terra, uma visão panorâmica da história, o que veríamos seria o processo de urbanização acelerado como o grande fenómeno de transformação atual da humanidade. É uma questão interessante para nós. Pensarmos que esse afastamento acaba propiciando as perguntas corretas, adequadas.

Tem uma frase do [Honoré de] Balzac que é bonita, da Comédia Humana, em que ele fala que a chave de todas as ciências é um ponto de interrogação. Então, do ponto de vista de uma sistematização do que poderíamos imaginar como um manifesto, dentro da academia, o que possamos propor é que as perguntas, isso que vocês estão fazendo hoje, sejam a coisa mais importante a se fazer atualmente. Essa perspectiva descrita pelo Hobsbawm coloca uma situação que me parece nova, numa outra escala de tempo, em que cada vez mais sabemos que a nossa cidade passa a ser esse planeta que habitamos. Ele ficou pequeno com o Google Earth,

com as possibilidades de tão rapidamente percorrermos virtualmente a rua de qualquer cidade do mundo. Ele ficou pequeno, e sabemos que temos de cuidar muito desse asteroide flutuante para sobreviver aqui, não é? A discussão relativa à sua ocupação é preponderante. De alguns anos para cá, a maior parte da população do mundo vive em cidades. Eu sempre converso sobre isso com o Álvaro Puntoni, um colega nosso, professor da Escola da Cidade, grande arquiteto. Ele faz umas contas que ajudam a ter um raciocínio espacial: se juntarmos as 8 bilhões de pessoas que vivem no planeta e distribuirmos uma pequena porção de terra, 75m² para cada um desses habitantes, todos caberiam na Península Ibérica. Vocês já pensaram dessa maneira? É muito intrigante. Se a gente distribuísse 90m² por pessoa, caberiam todos no estado do Texas. Desse ponto de vista, parece interessante pensar na possibilidade de redesenho das cidades, o nosso lugar.

Hoje em dia, em dados que recebemos dos geógrafos, as cidades ocupam 2% da superfície da Terra e, ao mesmo tempo, a maior parte da população vive em cidades. Então, são coisas assim que, como arquitetos e urbanistas podemos refletir, como pensadores de cidades, um trabalho permanente sobre como ocupar esse “planetinha” – Nós temos, no Brasil, essa mania, acho que vem do Vinicius de Moraes, da Bossa Nova, de usar os diminutivos, talvez porque saibamos o tamanho da encrenca, cria-se, assim, uma relação mais próxima... – Ao mesmo tempo, não sei o que seria estarmos os oito bilhões dentro da Península Ibérica. Me parece que vivemos num sistema que não quer que estejamos todos juntos dessa maneira. Acho que grande parte das questões urbanas dizem respeito aos modelos sociais de segregação que temos vivido... Parece pertinente pensar um pouco nessa escala territorial para imaginar que existem muitas formas de ocupar esse território e viver junto.

Gosto de usar o exemplo da própria América do Sul, porque os estudos recentes têm a possibilidade de fotos aéreas, com infravermelho. Os trabalhos dos arqueólogos permitem, hoje, entendermos que a América do Sul, para falar de onde eu estou, tem dois modelos de ocupação do território muito anteriores à colonização. O primeiro era um modelo de sociedades hierarquizadas onde existe muito claramente essa hierarquia social, um modelo de construção de pirâmides que na costa pacífica era feita com adobe e nos Andes é feita com pedra, pela quantidade desse material, que tornava possível a construção de edifícios que se tornaram ruínas, Incas, Maias..., mas também, muito anterior aos Incas – os Incas foram o final desse processo – ocupações muito antigas, concentradas, hierarquizadas e de matéria perene.

Em contraponto, a civilização amazônica – que

hoje em dia, sabemos que era uma rede total de ocupação, que eu não sei se podemos dar o nome de cidade, ou não, mas que hoje percebe-se como um enorme manejo, construção, que tornou possível habitar aquele espaço como floresta. Tudo o que houve de construção de redes de água, de trocas de solo, em solo fértil, negro, que foi uma cultura de construção, ou seja, uma floresta construída que em algum momento foi in natura, mas, que na chegada dos europeus na América, já estava absolutamente ocupada e construída numa outra forma de organização social menos hierarquizada e muito mais coletiva, coletivista. Que usava das matérias primas disponíveis de construção – madeira, palha, terra... que faziam uma outra arquitetura, diversa da arquitetura perene das pirâmides de pedra, mas que tinha uma lógica cíclica de se reinventar de tempos em tempos. Essas cidades, aldeias, ocupações, que iam caminhando pelo território, e a partir de um certo tempo voltavam para estabelecer uma rede possível de coleta, de caça e de transformação das árvores – a gente não sabe que nome dar a isso – é uma cidade? Não é uma cidade? – Então, me parece que essa ideia de cidade é uma noção que passaremos a vida toda tentando definir... Os modelos de ocupação, os modelos de cidade estão em aberto, talvez essa seja uma tarefa permanente nossa, como humanos – construir cidades, reinventar modelos, porque elas, de facto, revelam a nossa forma de organização social.

Ao tema seguinte chamámos “Entangled Life”, que se relaciona com a partilha, a interligação, a relação entre humanos e a relação dos humanos com natureza. Num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: “O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança, vive na esperança e na solidariedade do outro.” Hoje em dia, os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços “desenhados”, é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

É linda essa frase do Paulo [Mendes da Rocha]. Agradeço a lembrança... que bonita a noção de que o urbano é uma invenção nossa. O Paulo sempre nos convocou para assumirmos o nosso destino como projeto, como responsabilidade... um pouco como aquela formulação do [Giulio Carlo] Argan. O projeto como destino, de que o nosso futuro é uma construção, uma responsabilidade de nós vivos ao mesmo tempo, de que toda a história quem a carrega somos nós. Atualmente, os oito bilhões têm que carregar nas costas tudo que passou, e pensar nos que virão. É uma convocação linda, um pouco

existencialista, a cidade como o lugar onde um cuida do outro, o lugar onde queremos estar juntos.

O arquiteto é uma pequena parte dessa construção social muito maior, que é de todos. Temos um papel importante, uma função social. Gosto de imaginar que a arquitetura também nunca está pronta, como a cidade, que a arquitetura poderia incorporar essa temporalidade, que é um eterno trabalho nosso, e que a identidade de uma cidade é construída a partir dos valores que nós atribuímos a ela e também de nossa memória.

O Paulo construía muitas imagens bonitas em seus discursos, vou contar uma historinha para vocês, a gente coleciona tantas dele, é uma muito simpática, a Inês [Lobo] deve conhecer, mas conto a vocês como se fosse um segredo. O Paulo era um desses homens corajosos, para ser arquiteto é necessário ter muita coragem, vocês já devem estar sacando isso. Chegou um cara que tinha grana, eu acho que era advogado, e falou «eu quero ter um projeto do Paulo Mendes da Rocha», ligou no escritório e falou «eu comprei um apartamento enorme numa cobertura aqui num bairro chique de São Paulo, e queria um projeto seu. Vamos fazer uma reunião de trabalho?» e o Paulo falou: «Mas essa semana eu estou tão atrapalhado, viu, de tempo. Não sei se vai dar», «Puxa, mas arquiteto, queria tanto contratá-lo para fazer» e ele falou: «Olha é o seguinte, amanhã à tarde eu vou estar num bar, que eu sempre vou à tarde. Você não quer me encontrar nesse bar?», e o cara até falou: «Mas você não estava todo atrapalhado?», «É que esse bar para mim é muito importante, eu nunca deixo de ir», «Tá bom, então a gente se encontra no bar». [risos] Ele chegou lá no bar e foi whisky para lá, whisky para cá, falava da vida, e uma hora o cara disse – «Bom, mas arquiteto, eu vim para fazer uma reunião, para falar dessa reforma que eu quero que você faça. Uma cobertura...queria usar essa cobertura para fazer um salão. E eu tenho obras de arte...», e o Paulo falava, «É uma cobertura no bairro aqui do jardins?», «É», «E tem uma vista bonita?», «Tem uma vista linda de 360°», e então ele falou assim, «Olha você quer ter um projeto meu aí?», «Quero muito, arquiteto» e ele falou «Eu se fosse você faria o seguinte: Plantava uma mangueira bem no centro dessa cobertura, e esperava ela crescer, punha um banco embaixo, e ficava admirando a cidade que você tem em volta. Isso é o que eu faria», e daí o cara ficou assim: «Mas esse é o seu projeto arquiteto?» e ele falou «Sim, se você quer ter um projeto meu, plante uma mangueira e sente embaixo». [risos]

Essa fábula de um arquiteto é para falar da coragem e também dessa linda ideia de que o habitat nosso é a cidade como conjunto, muito mais do que só o artefacto que você está dentro. Acredito que seja isso que o Paulo quis dizer sobre a construção de uma sombra. Você na cidade tem uma

vida urbana repleta, e acho que é um pouco a concepção que ele tinha de arquitetura. Tudo o que se refere à cidade é invenção nossa. A gente inventa o que é a rua, não é? As ruas foram feitas para passar pessoas, depois para passar a cavalo, depois passar de carro... Temos uns exemplos interessantes aqui, em São Paulo, de que a partir de um projeto muito simples, se transformam completamente os espaços que nomeamos como avenida, ou viaduto. Aqui em São Paulo, tem um elevado que apelidamos de Minhocão. Foi feito de uma forma totalmente arbitrária na ditadura militar. Cortou a cidade no meio, um estrago total, e que, num determinado momento, com a pressão popular, se transformou completamente. Como é elevado, os carros passam na frente das janelas das casas. É totalmente inadequado, aquela poluição... As pessoas que moravam em volta começaram a exigir que esse viaduto ficasse fechado aos carros à noite. Foi tanta pressão popular que ele fecha todos os dias às oito da noite e só abre às seis da manhã. Daí as pessoas começaram a reclamar que no final de semana não dava para ficar em casa, então agora ele fecha também aos sábados, domingos e feriados. Assim, a turma começou a usar esse grande espaço livre elevado, o viaduto vira uma festa, não tem nenhum desenho de arquiteto, não tem uma arvorezinha e ele é um espaço absolutamente popular de uso das pessoas que passeiam de bicicleta, correm de lá para cá, tomam sol, fazem festa, teatro, tudo... E agora não sabemos mais se o chamamos de viaduto, de rua, de avenida, de parque. É tudo isso. Ou seja, a gente inventa o nome das coisas.

A avenida Paulista, símbolo da cidade, também fecha aos domingos para carros. Não temos praia em São Paulo. As pessoas vão de maiô, biquíni, tomam sol, cantam, dançam, num lugar que durante a semana é avenida e no final de semana é praia. Então, é bonito pensar que essa cidade está sendo reinventada, até os nomes das coisas a gente pode achar que vão ser outros.

E é difícil estabelecer cada vez mais esses limites entre o que é a natureza, o que é cultura, que num determinado momento foi uma divisão clássica – se nós somos natureza, qual é o limite do que é feito por nós, do que é nosso? Então, do mesmo jeito que comecei respondendo, a partir do historiador, a ideia de que a gente pode se afastar um pouquinho para tentar ver o que está acontecendo, eu adoro ouvir esses geólogos, que falam em milhões de anos para cá, milhões de anos para lá, essa pedrinha [Planeta Terra], está sendo sedimentada há milhões de anos. Proporcionam um pouco outra noção de nossa escala de tempo, para ficarmos um pouco mais atentos e perceber como dependemos fundamentalmente da ciência para seguirmos juntos. Quanto desastre estamos produzindo por

não entendermos essas dinâmicas naturais. Ao mesmo tempo, a gente só consegue estar juntos, 8 bilhões, em função dos avanços científicos que fizemos, não é? Do mesmo jeito que quis responder essa questão da cidade como uma questão social, acho interessante quando discutimos os impactos humanos na natureza, tudo o que tem sido dito sobre sustentabilidade. O que me parece absolutamente insustentável é a pobreza. Um pouco para trazer a campo nossas responsabilidades sociais, contra esse modelo de consumo desenfreado, que é inviável.

Essas classificações são difíceis, mas tem aquele famoso geógrafo, o Mike Davis, que diz que 70% das pessoas no mundo vivem em situações de habitação não adequada. Aqui no Brasil foi traduzido para o termo favelas e tem muita gente que não gosta dessa tradução porque imprecisa, mas o que ele quis também dizer é que quem vive numa situação muito precária, entende a natureza de uma maneira muito diferente de quem vive com certo conforto. Cada chuva torrencial que invadir a sua casa é um desastre natural que te afeta profundamente. Os terremotos recentes na Cidade do México atingiram muito mais quem não tem grana. Esses desastres naturais revelam a insustentabilidade do sistema social.

Recentemente no Brasil, diante de uma industrialização brutal feita ao longo do século passado, vivemos desastres em sequência. Por exemplo, as recentes barreiras de mineração que se romperam e contaminaram o Rio Doce, transformando-o numa lama tóxica e matando-o. Imaginem um rio de 700 km, que era a base de sustento de muitas comunidades ribeirinhas, e foi absolutamente contaminado por uma obra de infraestrutura brutal que não levou em conta essas dinâmicas naturais. Ou todos esses vazamentos de óleo que acabaram com uma parte grande da fauna do litoral brasileiro, ou as queimadas na Amazônia associadas a um sistema de pecuária absolutamente atrasado, para que a soja seja exportada para o outro lado do mundo, a China. Que desperdício de energia. O Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo e hoje em dia existem 30 milhões de brasileiros que voltaram para o mapa da fome. Fome no século XXI! A responsabilidade que temos sobre qualquer uma dessas grandes intervenções é imensa.

A pandemia é um momento importante, existe uma disputa sobre esse discurso, e se estamos falando dessa relação com a natureza, é inevitável não pensar na pandemia como natureza. A natureza não é a árvore do quintal. Sabe o que a gente leu muito durante a pandemia aqui no Brasil? Alguns pensadores indígenas. Transmitem ancestralmente suas culturas, a partir de uma tradição oral, geração por geração, nesse território da América do Sul. Dois pensadores em especial.

Um se chama Ailton Krenak, que é justamente da etnia Krenak, vivem ao longo do Rio Doce, que foi contaminado pelas lagoas de mineração. O outro é um relato da cosmovisão dos Yanomami, que são do norte da América do Sul, do Davi Kopenawa. O livro se chama A Queda do Céu. Mostra como vêm enfrentando a morte desde sempre. Esse povo sofre permanentemente o ataque de grupos de garimpeiros que invadem suas terras e contaminam as águas, levando à morte. Nos últimos anos, essa tragédia se transformou numa política de extermínio. O estado brasileiro foi um agente brutal desse genocídio.

Como diz o próprio Kopenawa, « a crise da guerra, da morte, estamos acostumados. A gente morre há muito tempo, vocês é que não estão acostumados com isso». Acho que deveríamos ouvir essas pessoas que estão acostumadas com a morte. Podem nos ajudar a compreender o que poderiam ser convivências adequadas às dinâmicas naturais. São lições bonitas do ponto de vista da arquitetura. Ailton Krenak formulou uma frase, « precisamos pisar suavemente a terra». Não me parece somente uma questão direta, a imagem de um edifício com pilotis. Não é isso que ele está falando, mas é justamente como podemos entender certas dinâmicas para que o nosso impacto seja adequado. Qualquer ação que a gente for fazer, como arquitetos e urbanistas, se refere à transformação, e esse é o nosso trabalho. Agora, a questão é saber com quanta inteligência vamos realizá-lo.

O nosso próximo tema que é "Cidade_Capital", e centra-se na questão do direito à cidade e do direito à habitação: O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação, a "habitação para o maior número" foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na "mão invisível do mercado" e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenômenos de gentrificação urbana puseram em crise. O que perguntamos é se o direito à habitação e à cidade devem ser um direito universal?

Século XX... que século... Essa discussão é interessante e complexa. Gostaria de começar, já que vocês citaram a questão da habitação, lembrando que grande parte da produção arquitetônica no século XX viveu sob a ideia de uma nova sociedade, a partir da Revolução Russa. A possibilidade de uma sociedade com outros vínculos sociais. O que impulsionou muitos trabalhos que nos comovem. Hoje é mais simples para nós criticar certas posturas, mas imaginem o que é você projetar a partir da ideia de uma revolução socialista... Muda tudo! Acho que isso atribuía uma enorme responsabilidade a esses arquitetos, que de alguma forma imaginavam que suas obras poderiam contribuir para

a construção de uma sociedade um pouco menos desigual. Parece ter os dois lados da questão, o idealista, mas também o potente. Da arquitetura como agente transformador da sociedade. Esse desafio que muitos arquitetos do século XX se colocaram é muito potente, construíram de facto discursos e obras incríveis que a gente segue estudando, segue perseguindo. E a ideia do habitat, da habitação como um direito universal, a gente não pode abrir mão, iremos perseguir isso a vida toda. Ao mesmo tempo, hoje, a escala desse problema é enorme e se ampliou nesses últimos anos de neoliberalismo, pois definiu-se o papel do estado, do estado de bem-estar social. Isso no Brasil foi terrível, terrível! Então, a questão que vocês colocam, “do papel do estado nessa construção desse lugar da vida das pessoas”, é absolutamente central e acho que teremos que rever isso, novamente. Diferentemente do historiador [Francis Fukuyama], que afirmou que “a história havia acabado”, estamos vendo o quão rápido essas reviravoltas estão acontecendo, e que o papel do estado, de facto, novamente tem de ser discutido. A pandemia deixou claro. A distribuição dos recursos é inexorável à sustentabilidade do planeta.

O papel político do nosso trabalho nunca foi tão importante. É um campo amplo de trabalho. Por trás de qualquer grande obra de arquitetura, de qualquer projeto de habitação, existe um arquiteto construindo as políticas públicas. Esse profissional é tão importante quanto o autor das obras, o que assina o projeto.

Não existe obra pública que eu conheça, em cujo processo participei, que não tenha um arquiteto trabalhando numa posição de poder público para amparar a ideia. Vocês estão se formando para desenhar os novos edifícios, as cidades, às vezes esse desenho está por trás também, oculto, reforçando as instituições que permitam que isso seja feito, sejam públicas ou privadas. Estão na construção de leis urbanísticas que permitam uma cidade mais justa.

Cabe às escolas investigar todas as dimensões da nossa profissão. Aqui no Brasil não iremos formar somente Niemeyers, Mendes da Rocha, Artigas e Linas, esses são a exceção, não é? Foi toda uma sociedade que construiu a possibilidade de amparar pessoas como essas. Justamente, o que a gente forma é esse amparo. É muito bonito pensar que vocês, como ofício, como disciplina, contruíram coletivamente a possibilidade de aparecer o Siza, o Souto de Moura, a Inês Lobo...

Me parece triste que atualmente o sistema do mercado da arte tenha se desdobrado no mercado da arquitetura. A gente vê tantos jovens arquitetos que se movem somente nos pequenos mundos institucionalizados, museus e bienais com ambições tão individualistas e tendo tão pouca pretensão

transformadora. As discussões da habitação, para voltar nesse tema, são tão novas... Inês, lembra que você há uns anos atrás me convidou para participar de uma conversa sobre agricultura urbana? Quem poderia imaginar, no séc. XX, que estaríamos conscientemente discutindo essa questão da agricultura urbana? É tão interessante pensar nesses limites entre o rural e o urbano que está se fazendo. A ideia de habitação como uma ideia ampla de vida comum me parece um direito total e ela passa por ações tão distintas, não é?

Não sei se eu estou fugindo muito desta questão específica da habitação, mas poderíamos falar agora do ponto de vista estratégico. Vejo, com muita dificuldade, a ideia de um país como o Brasil conseguir fazer todas as casas novas, para todos que vivem numa situação precária. Nas cidades brasileiras, a grande parte da população vive na casa construída com a força da própria mão. Serão também nas grandes periferias das cidades brasileiras, autoconstruídas, que a cidade irá se renovar. No atual sistema econômico em que vivemos, não teremos dinheiro ou tempo para fazer tudo de uma só vez. Me parece que a infraestrutura para que essas casas se renovem com o tempo, pelas próprias famílias, a partir de uma certa distribuição da economia, é uma estratégia muito adequada para a discussão da questão da habitação.

Então, a questão da habitação não passa pela resolução somente de um edifício, de casas, mas pela infraestrutura que permita com o tempo essas casas melhorarem. Para isso, para essa infraestrutura ser instalada, serão necessárias algumas remoções de áreas de riscos. As novas casas serão feitas para essas pessoas que serão desalojadas da beira dos córregos, dos rios, ou de pendentes muito fortes sujeitas a deslizamentos nas chuvas. De forma exemplar, mas, mais do que feitas como protótipos de casas extraordinárias, elas têm de ser feitas como bairros interessantes para as pessoas morarem. É menos a ideia de uma tipologia de uma casa e mais a construção de um lugar comunitário bom de se viver.

Há anos atrás tivemos uma experiência de construir aqui no Brasil muitas casas num sistema que foi batizado de “Minha Casa, Minha Vida”. Era um programa público de financiamento de construção de casas, porém com a velha ideia da casinha isolada, longe da vida urbana, o que exigiria posteriormente um trabalho enorme para levar infraestrutura a esses lugares sem cidade. E, justamente esse equívoco, não podemos repetir. Temos que garantir o acesso à cidade, à infraestrutura, ao trabalho, emprego, garantindo menos deslocamentos para as pessoas, transporte, e a ideia da casa é amparada por essa cidade, muito mais do que da tipologia. Voltando um pouco à pergunta que vocês fizeram, sobre a questão da natureza, hoje em dia enten-

demos que qualquer trabalho de urbanização, de reurbanização que fazemos, nasce de uma compreensão muito clara do que é a geografia. Então, a primeira constatação que fazemos, é que toda a ideia de habitação precária está associada à questão das águas em São Paulo. É nos córregos e nas pendentes mais fortes que as pessoas sem grana se instalam. Onde não havia loteamento. Os projetos nascem do conhecimento das bacias hidrográficas e a partir da limpeza das águas, das nascentes até chegar aos córregos e depois aos rios, para que essa água limpa não seja contaminada e faça parte da vida cotidiana, ou seja, o entendimento de uma situação geográfica, de uma situação natural, para que sejam instaladas as novas casas. Então, quando a gente fala de cidade, de habitação e natureza, começamos a perceber que, após muito esforço, entende-se que essas intervenções têm de ser coordenadas. É por aí a discussão de habitação?

[Inês Lobo]: Só um aparte – é interessante estares a falar nisso agora porque o trabalho que nós estamos a fazer aqui com este grupo de alunos chama-se «Cidade, água, habitar» e, portanto, estamos a investigar uma série de possibilidades de intervir na cidade de Lisboa, resolvendo as questões hídricas conjuntamente com esta ideia de conjugar isso também com a habitação. Portanto, há aqui uma coisa que é bastante comum, bastante parecido em ambos estes territórios, que apesar de terem diferenças enormes relativamente às questões da habitação, começando pelas questões de escala como é óbvio, mas há uma coisa que é mais ou menos óbvia e comumente aceite que é: só faz sentido construir habitação se isso for um motor para a requalificação do espaço urbano para construir também o direito à cidade, que basicamente foi isso que tu disseste, que é muito bonito. Continuamos, só queria fazer aqui esta nota.

Passamos agora para o tema do “Chão Comum_Partilha” que se refere ao espaço público e a sua relação com a coesão social. Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: “o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si.” O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Doris Salcedo... é incrível essa artista! As artes nos ajudam muito com linguagens que completam a nossa forma de pensar. É bonito usar a arte como formulação de questões, a partir da própria linguagem. Eu lembrei agora daquela frase do Balzac, que fala que “o pintor deveria meditar com o pincel na mão”. Um pensamento a partir de uma ação. Nós, arquitetos, pensamos um pouco assim. Tem um amigo nosso, professor da escola da cidade e filósofo, Márcio Sattin, ele adora jazz, e sempre brinca que gosta de ver croquis de arquitetos.

Sabe aquele croqui que você faz para você mesmo, que fica repetindo a solução, o mesmo croqui de novo e de novo, até a coisa decantar? Ele acha que o solo de jazz se assemelha muito aos croquis de arquitetos, essa ideia de que você vai pensando, formulando e concretizando e percebe esse raciocínio se construir.

Estou fazendo uma digressão só porque vocês falaram da Doris Salcedo. Mas a questão do espaço público é, também, muito interessante de ser construída. Vocês colocam essa ideia como um mecanismo de coesão social. Os espaços públicos são construções sociais muito particulares de cada lugar. Nós, arquitetos, precisamos ter a humildade de entender que cada lugar vai construindo o seu espaço coletivo, a partir de matrizes muito diferentes.

Vou falar aqui da minha terra. O Brasil aboliu a escravidão em 1888, foi a última nação do mundo! Vocês imaginem o quão complicado é definir um espaço público aqui? Seguimos tentando construir esse espaço público, vocês entendem? Como construção social, muitas das obras, para voltar aos artistas, tentam o tempo todo questionar, tensionar, pensar os limites do que entendemos como espaço público.

O Guilherme Wisnik, que é professor, amigo nosso, escritor, traz uma questão muito interessante: nos anos 60, alguns artistas plásticos brasileiros, por exemplo, o Hélio Oiticica, estavam tentando trazer a vida, o espaço doméstico para os lugares públicos. Ele construía no museu um ambiente doméstico, os Penetráveis, e colocava um cara vivendo lá uma semana. Compartilhava a vida desse cara. Em contraponto, os arquitetos aqui estavam fazendo casas que justamente levavam o espaço público para dentro da vida privada. Como exemplos, as casas do Paulo [Mendes da Rocha], do [Vilanova] Artigas. É muito interessante perceber como dois campos da arte estavam em chaves opostas discutindo e tensionando os limites do que é a vida pública e a vida privada.

É perceptível essa discussão do que é o chão público na obra dos arquitetos brasileiros. Vou contar outra historinha: sempre recebemos professores de outros lugares na Escola da Cidade. Quando estávamos estudando Cuba, convidamos um arquiteto, o Kiovet Sanchez. Foi sua primeira visita a São Paulo. Ele conheceu o MASP e o SESC Pompéia da Lina Bo Bardi, o Museu da Escultura, a Pinacoteca e o SESC 24 de Maio do Paulo Mendes da Rocha, a Faculdade de Arquitetura do Artigas, ou seja, fez esse tour das obras daqui e falou algo, me lembro até hoje, como um dos maiores elogios possíveis: «Puxa vida, esses edifícios em São Paulo parecem que foram feitos para o meu povo». Para um cubano falar isso... eu até hoje me arreio de lembrar. Portanto, acho que essa discussão do espaço pú-

blico permanente do nosso trabalho e cada um responde de um jeito.

Podemos pensar em Brasília como um lugar onde foi feito um urbanismo rodoviarista, baseado na segregação de funções da cartilha moderna, como algo ultrapassado. Ou, também, lembrar que Brasília tem o chão público, não está todo repartido pelos donos da terra. Isso, num país como o Brasil, é muito. Uma experiência espacial extraordinária que oferecemos ao mundo. Tudo sempre terá os dois lados. Uma visão restrita ou outra que seja agregadora, generosa. Então, cada vez que eu vou a Brasília, e ando por aquelas superquadras, mesmo sabendo que infelizmente não é para todo mundo, que o povo mais pobre vive nas cidades satélites, eu penso que Brasília só não conseguiu ser maior que o Brasil. É parecida, no quesito da segregação social, com qualquer outra cidade brasileira. Aqui em São Paulo tem também as mesmas formas de segregação. A expulsão da população mais pobre do centro da cidade. Os problemas de Brasília são os problemas do Brasil. E me parece interessante pensar que o espaço público, numa cidade como Lisboa, deve ser pensado com as ferramentas próprias, de Lisboa.

O espaço público, se ele vai sendo controlado, privatizado, evidentemente ele vai favorecer quem tem grana. Os nossos trabalhos têm essa possibilidade de tensionar e de provocar mesmo essa distensão dos espaços que abertos. Vou dar exemplos para vocês: o Museu de Arte de São Paulo, projeto da Lina Bo Bardi, incomoda porque tem aquele espaço absolutamente aberto, generoso, público para a avenida. Incomoda porque o espaço expositivo era um espaço aberto que, contrariando as leis de museografia, botava Rafael junto com um pintor de arte popular do nordeste brasileiro. Ele quebrava hierarquias, propunha, num país sul-americano e pobre, a possibilidade de entendimento da obra de arte como uma construção coletiva social, independente do país, dos tempos, da grana... Isso incomodou a ponto de algumas administrações terem realizado reformas, terem fechado aquele espaço que a Lina propôs, onde os cavaletes de vidro ficassem num único salão, todas as obras vistas de uma só vez. E durante alguns anos, a gente entrava no MASP e visitava entrando de salinha em salinha, como se estivesse num Palácio do século XIX. Porquê? Porque a arquitetura pode ser muito forte do ponto de vista de um discurso, mas ela tem a fragilidade da própria gestão, da própria vida, do próprio uso. Então, durante muitos anos o MASP ficou irreconhecível. Só que ao mesmo tempo que é frágil, tem essa força discursiva. Parecia que o prédio gritava: "não é assim que eu quero que um quadro seja exposto", a ponto de a sociedade conseguir, de forma organizada, retomar e refazer o espaço expositivo conforme a Lina tinha desenhado.

Então, os tempos da arquitetura, como são largos, mesmo com uma reação adversa e conservadora, podemos um dia voltar atrás.

O museu de escultura, o MuBE, do Paulo Mendes da Rocha, foi feito para ser totalmente aberto como praça pública para a cidade. Num determinado momento, botaram uma grade que estabelece um limite naquele terreno, daquele lote, que é evidentemente contra aquela arquitetura, que tem uma entrada pela rua de cima, uma entrada pela rua de baixo, que faz um cruzamento de um espaço que é evidentemente público. Toda a vez que o Paulo Mendes da Rocha era questionado sobre isso ele, falava: “Vocês sabem, todo mundo sabe, foi construído para ser aberto. Não cabe mais a mim arrancar essas grades. A sociedade é que vai ter de arrancar.”

Já falamos várias vezes do tema do habitar, mas nós temos uma questão baseada numa frase de Hashim Sarkis sobre o habitar coletivo, diz o seguinte: “precisamos de um novo contrato espacial. No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies, através do espaço digital e do espaço real. Juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que existem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver.” A nossa pergunta é: de que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

É tão difícil saber como se formam os sentidos de coletividade. Talvez devam se formar quando está todo o mundo ferrado. Daí um tem quer ajudar o outro, porque não tem outra maneira. Quando você está ferrado, você constrói uma identidade. Deve ser assim... tarefa para os sociólogos. [risos]

Passamos recentemente, no Brasil, por uma crise total de identidade. Vocês podem imaginar o que foram esses últimos 4 anos de vida no Brasil com esse Presidente que está saindo? Foi pesado imaginar que uma parte de nós se espelha nesse cara que estava aqui, nessa banalidade do mal, sabe? E é disso que se trata, de autoritarismo, uma face perversa. Na dualidade de Eros e Thanatos, trata-se da morte. Da morte como destino, como projeto. Como se constrói esse lugar coletivo?

Daí, recentemente, eu reli um livro muito interessante que se chama “Em Câmara Lenta”, do Renato Tapajós. Ele é escritor, cineasta. Foi preso na ditadura militar, em 1968. Fui no debate de lança-

mento dessa nova edição, feita pela editora Car-
ambaia. Ele foi preso, era um menino de 20 e pou-
cos anos, que decidiu partir para uma resistência
de guerrilha armada contra a ditadura militar do
Brasil. Num determinado momento, nesse debate,
um menino da plateia levantou e falou: “Renato, eu
queria que você contasse o que te levou à resistên-
cia, naquele momento, em vez de fugir do país
quando a coisa aqui ficou feia, quando a polícia
começou a perseguir os cidadãos. O que te levou
a justamente fazer o contrário? Se juntar e prote-
ger esse país com a própria vida?” A resposta do
escritor foi: “é muito difícil explicar isso para vocês,
mas naquele momento o Brasil tinha construído
um senso de identidade e de coletividade que para
mim foi algo natural eu me juntar com os amigos
e afirmar: não vai ser assim, de graça a gente não
entrega pra esses caras”. Interessante pensar isso
geracionalmente, não é? Mas ele, de uma mane-
ira muito esperançosa, terminou a resposta assim:
“Mas eu não quero fazer um discurso saudosista,
pois o que eu vi nascer nesses últimos quatro anos
no Brasil, com esse governo autoritário, foi uma
defesa da democracia, grupos que se construíram
como identidade, como coletivo, que assistiremos
aflorar nos próximos anos de uma maneira muito
linda. Não imaginei que eu fosse ver de novo ac-
ontecer”.

O oposto de uma vida totalmente individualista.
De culto ao consumo, de ostentação, e não de uso.
Parece que consomem somente para se mostrar.
Tem muito isso nessas redes, como Instagram, em
que sua vida está uma porcaria, mas quem vê pelo
aplicativo acha que é uma coisa extraordinária.
Uma fábrica de inveja. O Caetano Veloso tem uma
música, que é linda, Eclipse Oculto, que ele conta
uma história de uma transa que não deu certo: “Eu
não sou proveito, sou pura fama”, lembram?

É bonito que façamos uma arquitetura aberta,
não é? Que permita a construção do coletivo nos
edifícios, com liberdade para serem apropriados...
só se completam com a vida, e vão ser muitas vi-
das, cada geração vai ter uma completamente
diferente da outra e o edifício vai estar lá. Isso eu
acho incrível. É o contrário dessas propagandas do
mercado imobiliário. Da vida exclusiva. Comprar
uma porcaria de um “apartamentinho” mínimo e
repartir em um monte de pequenos cômodos e
dar nome pra eles como uma lista de usos. Negar
a cidade e viver num condomínio com pet place,
espaço Kids... uma coisa triste de uma vida urbana
mesquinha, exclusiva e muito pouco vivida. É pura
fama e nada de proveito.

[risos] Passando agora ao tema “Durável / Reversível”, so-
bre durabilidade, flexibilidade, e a ruína. No livro “On and
Around Architecture: Ten Conversations”, da dupla Jona-
than Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar

para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspectiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas, e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar. Em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo — tempo de execução e tempo de vida. A flexibilidade deve passar a ser um valor a incorporar na arquitetura?

Acho que sim. Lembrei de um aforismo do Luigi Snozzi: “se quer flexibilidade, construa com pedras”. O oposto da ideia de flexibilidade como algo móvel, de leveza permanente. Acho que ele está, justamente, falando que esse esqueleto deve permitir todas as adaptações possíveis, daí sim, com alguma leveza. Construir exige grande quantidade de energia, de transformação da matéria. Exige um raciocínio a partir dos ciclos temporais. Sempre os dois lados, os arcabouços permanentes e, ao mesmo tempo, a vida que pode se ir transformando lá dentro, flexível. A história da arquitetura tem tantos exemplos de mudanças de uso: igrejas que viraram bibliotecas, etc... quer dizer, pensar que os edifícios vão se adaptando às mudanças, de uma maneira muito sensível, com inteligência. Que possamos também fazer construções que sejam montadas e desmontadas. Um pouco voltar àquela primeira ideia das duas ocupações da América, a de pedra e a de madeira e, às vezes, serão as duas, com inteligência para saber, em cada caso, qual irá funcionar melhor.

No ano passado, quando eu e a Cris [Cristiane Muniz] estivemos aí na UAL, no workshop, que foi incrível, a Bárbara Silva, professora de vocês, nos convidou para fazer uma pequena exposição na Galeria NOTE e, justamente, aproveitamos esse tema de que as ações poderiam ser todas refeitas. Então fizemos uma lista de verbos, de ações e nós colocamos o prefixo “re” na frente, ou seja, construir– reconstruir, urbanizar – reurbanizar, formar – reformar. Fizemos em contraponto àquele trabalho lindo, daquele desenho do artista Richard Serra, que era uma lista de verbos – to fold, to cut. A pintura era uma lista de ações que ele realizava em seu trabalho: dobrar, cortar, empilhar, torcer. A partir dessa obra, colocamos um “re-” na frente de tudo para propor que nosso trabalho possa ser refazer tudo novamente. Fazer e refazer, como a cidade que está sempre em transformação, poderíamos imaginar também para arquitetura.

Tentar incorporar a ideia de que nossa obra nunca está pronta. Talvez seja uma estratégia de quem

vive num país como o Brasil, que nunca se completa. A arquitetura não termina quando vai o fotógrafo e faz a foto de tudo impecável. Ali está começando a encrenca! Na verdade, começando não, eu acho que começou na primeira perfuração na terra para a primeira fundação. Interessante pensar que o tempo de obra já é um discurso. Tem obras que são mais bonitas antes de terminar do que entregues. O primeiro cozimento da terra para fazer um tijolo já é parte da encrenca, e daí por diante.

Cada ação pode ser refeita, mas deixa marcas e energia. Em cada contexto, cada situação, a gente vai responder de uma maneira inteligente e adequada, sem ter predefinido nada, sem preconceito, porém sabendo o que não deu certo. Para cada situação, iremos reagir, tomar decisões que sejam precisas.

Passamos agora para o tema “Tradição/Industrialização”, ao acto de construir e a industrialização da construção. Hoje, temos consciência que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, é direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece por isso uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores.

Gostaríamos de saber qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia, nomeadamente, comparando com outros momentos da nossa história, em que a industrialização teve um papel preponderante.

Tento responder às questões de forma dialética.

Sobre essa questão da industrialização, nós, aqui no Brasil, estamos numa situação interessante. Difícil, mas interessante. Porque é como se tivéssemos um pé lá e outro cá. Não temos um sistema de industrialização da construção que seja tão completo quanto o dos países da Europa, ou EUA. Ao mesmo tempo, não temos mais uma situação de construção totalmente artesanal, como alguns dos nossos países vizinhos ainda possuem. Me parece bonito que a arquitetura revele o lugar que está.

Não temos as mesmas normas de construção das cidades europeias. Lembrei-me daquele texto do Siza, quando ele foi fazer aquele primeiro projeto na Holanda, que dizia: “agora meu trabalho é aqui escolher num catálogo. Aqui em Portugal eu desenhava todos os batentes, desenhava janelas, os caixilhos, eu venho pra Holanda e tenho que ficar escolhendo num catálogo qual batente, qual porta e tal.” Mesmo assim, ele se reinventou naquele lugar e fez uma arquitetura extraordinária. Às vezes olhamos um prédio na França, absolutamente industrializado e pensamos, “Puxa vida, tudo industrializado, que coisa incrível. Como eles podem ter

tantas opções de industrialização?”.

Em paralelo, as obras absolutamente extraordinárias dos arquitetos aqui do Paraguai, que a partir do tijolo reinventam formas de pré-fabricação, com economia máxima de recursos, como o Solano Benítez. São estruturas levíssimas, com espessuras mínimas, que constroem grandes espaços. Fui também visitar uma obra do Joseto Cubilla, em Asunción, um edifício de cinco andares construído de terra, de taipa socada, uma coisa absolutamente artesanal e brilhante do ponto de vista inventivo. Falar desde o seu lugar é muito bonito.

Estamos no meio desse caminho, ao mesmo tempo que o mercado imobiliário de São Paulo constrói a partir de uma dinâmica, de uma velocidade absoluta, da industrialização de grande parte dos seus componentes, toda a periferia da cidade, a grande parte da habitação da cidade, é feita com a industrialização mais precária, que é um bloquinho de concreto, um bloquinho de cerâmica que o cara vai empilhar manualmente.

Então, que a gente possa comentar esses dois lugares, me parece um dever atual dos arquitetos no Brasil. Porquê? Porque não podemos abrir mão da industrialização, diante da escala dos problemas infra estruturais que temos, mas, ao mesmo tempo, valorizar certos saberes, resistências culturais de trabalhadores, de mão de obra, em nossos projetos como complementos. E ainda, muitas vezes, subverter os elementos industrializados, utilizando-os para fins não previstos.

Se arquitetura é sólida o suficiente como estrutura, como arcabouço, vocês usaram também a ideia de esqueleto, são suportes para que elementos leves possam vestir esses edifícios, se desnudarem, e vestir novamente. Esse lugar ambíguo em que estamos no Brasil, pode permitir essa reflexão, ou seja, tirar da industrialização o que ela tem de mais potente que é qualidade com quantidade, com escala, de maneira absolutamente consciente e responsável, para que a industrialização não seja o desastre que fizemos no séc. XX com as águas, as florestas. Mas também ser lugar de afeto, de resistência, de saberes, continuar tendo a qualificação de uma mão de obra que constrói as coisas por gosto.

Não sejamos ingênuos, quem manda é a economia, estamos falando como arquitetos, de nossas intenções. Mas se você não quiser abdicar, lavar as mãos do que está sendo feito na cidade pelo mercado imobiliário e não quiser construir somente as exceções, mas o tecido urbano, a regra da cidade, e entrar no jogo, é a economia que vai mandar nas escolhas de materiais e sistemas. Então, cabe a nós estarmos atentos ao que está sendo feito e saber usar com inteligência essa industrialização.

Tem uma entrevista, que eu ouvi do Oscar Niemeyer, já com mais de noventa anos, pois ele viveu

o século XX inteiro. E muito do que identificamos como Brasil, alguns caras que inventaram: Pelé, Oscar Niemeyer, Tom Jobim. Uma vez perguntaram para ele o que achava dos novos materiais. O jornalista queria que ele falasse do alucobond, do alumínio e dos plásticos, materiais sintéticos, e ele respondeu: “que linda questão que vocês me propõem, quero falar sobre novos materiais. Porque, de facto, o homem vivia nas cavernas e depois empilhava uma pedra sobre a outra, e percebeu que podia botar as pedras comprimidas e fazer um arco, depois fez o arco botante, daí teve umas construções metálicas, até que conseguiu juntar o aço dentro de uma pedra líquida, e fez o concreto aparente”. Fez um discurso de meia hora sobre o concreto aparente, como um material novo na história da humanidade. Oscar pensou num outro arco temporal. O jornalista achou melhor trocar de pergunta. [risos]. Outra vez, perguntaram para ele sobre construir com madeira, e ele falou: “acho que é melhor não, porque madeira dá bicho”. Todos riram.

Me parece tão interessante, após essa frase do mestre, desenvolver uma indústria capaz de proteger essa madeira dos bichos. Usar a ciência para isso. Num país como o nosso aqui, com essa capacidade gigante de construir a partir de materiais de reflorestamento, com madeira de alta densidade, renovável de maneira tão rápida, como um sistema eficiente que usa energia do sol para ser produzida, é impossível desprezar essa tecnologia. Não a madeira como um pedaço de pau, mas como técnica industrializada, que a partir de uma matéria-prima renovável você possa chegar no limite do raciocínio tecnológico dela. Então, a partir de um saber ancestral, das tradições das ocas xinguanas, que utilizam os limites técnicos da fibra da madeira para se envergar, tensionam o suficiente para fazer um arco amarrado com cordas na ponta, para virar uma casa gigante, um grande vão. A inteligência ancestral de utilizar um material abundante, mas agora renovado. Cultivado, como os eucaliptos, cortados, colados, laminados, feitos de uma maneira absolutamente precisa na indústria. Para que os trabalhadores possam construir um edifício de altura, no futuro, com pequenas peças. Como a Torre Eiffel.

Temos trabalhado com industrialização da madeira no Brasil. Empresas desenvolveram o sistema, como a ITA construtora, coordenada pelo engenheiro Hélio Olga e o arquiteto Marcus Vinicius Barreto Lima. Realizaram aquelas casas com o arquiteto Marcos Acayaba, que foi professor nosso, ou seja, experiências de arquitetos e engenheiros que estão desenvolvendo tecnologicamente uma indústria com outra pegada, que seja completamente atualizada com o Século XXI. Que pisem suavemente a terra, como nos ensinou o Ailton Krenak.

Para terminar, o tema “Disciplina”, a relação arquitetura/sociedade. A pergunta é: O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela “pessoa comum”. Esta divergência parece impor a necessidade de partilhar um entendimento sobre o que é a Arquitetura. Como é que a podemos definir?

Vamos ver como respondo... os arquitetos e artistas que admiro são os que nos emocionam. Os arquitetos que emocionam os arquitetos, os músicos que emocionam os músicos, ou seja, que impulsionam as respectivas disciplinas, que levam a discussão académica ao limite, ou seja, instigam quem faz, de maneira absoluta. Mas que também são absolutamente queridos por todos, quem vê essas obras, quem vive essas obras, quem passa por elas, mesmo não sendo especialistas. Acho que os grandes são assim. O Tom Jobim é venerado por qualquer músico do mundo. As harmonias do Jobim são aulas, seja para um músico de orquestra sinfónica, seja para um músico popular, um sambista, um rapper. O Jobim é adorado por todos os músicos e também por toda a gente, toda a população. E é bonito também que cada um absorva a música dele dentro de seus limites de conhecimento. Eu não toco nenhum instrumento, não tenho formação musical profunda, mas admiro muito um músico como o Jobim, dentro das minhas limitações. Sei que um músico vai gostar ainda mais, porque tem esse outro saber, vai relacionar com Chopin, Debussy...

Acho que arquitetura é também assim. A arquitetura do Álvaro Siza não é feita só para nós, a gente adora a arquitetura dele, mas todos gostam da arquitetura do Álvaro Siza. Ele é um personagem absolutamente popular em Portugal, como o Niemeyer é aqui no Brasil, isso é incrível.

Vou contar outra história, o Siza fez esse projeto aqui no Brasil, que é um dos maiores presentes que a gente ganhou, o Museu Iberê Camargo em Porto Alegre. Um dia eu fui para Porto Alegre, desci do avião, peguei um táxi, estou de papo com o taxista, que perguntou: “o que é que você faz?”, eu falei, “eu sou arquiteto, eu vim aqui para uma reunião que vai ter lá no Museu Iberê Camargo”, “ah não diga”, “sim”, e ele: “eu conheço muito o arquiteto português que fez”, “a sério?”, “conheço muito, eu já dei muita caronas pra ele, já levei o arquiteto lá no museu dele”, “ah, não me diga, que grande arquiteto, eu admiro tanto o trabalho dele, acho o museu lindo”. Daí o taxista falava “é um sujeito muito inteligente”, falei “eu também acho, [risos] sujeito muito inteligente” e falei: “porquê?”, “porque uma vez eu perguntei para ele assim: arquiteto, eu queria fazer uma pergunta, porque é que o senhor fez um museu praticamente todo fechado pro Rio Guaíba, que é um dos rios mais lindos do mundo?

E sabe o que o arquiteto me respondeu? justamente por isso, como é que eu poderia competir um dos rios mais lindos do mundo?”, aí o taxista completou, “viu? viu como esse arquiteto é inteligente?”. Ou seja, arquitetura intriga, traz o melhor de nós mesmos. Deveria revelar o melhor de nós como humanos. Quem já se emocionou diante de uma obra de arquitetura, sabe o que ela desperta em nós, o melhor de nós, eu acho isso mesmo.

Ano passado, quando estive aí com vocês, dei um pulo no Porto e realizei um sonho que foi ir, com os meus dois filhos, assistir a Braga e Portimonense, lá no estádio do Eduardo Souto de Moura. Aquilo para mim foi uma grande experiência de vida, pois eu estava ali como arquiteto, absolutamente emocionado, diante daquela obra que incorpora aquela montanha de fundo, aquela pedreira quase como uma personagem, como um ser que assiste conosco o espetáculo... fico imaginando quantos bichinhos não ficam ali vendo o jogo e comentando: “esse cara não joga nada” [risos] e, ao mesmo tempo, naquele espetáculo popular que é o futebol. Dentro de uma arquitetura como aquela, pura infraestrutura, poder ficar xingando jogador, reclamando do juiz, coisas da vida... foi uma coisa extraordinária. A experiência de junção do que é popular e erudito num mesmo lugar.

Me emocionam os trabalhos que a gente tem visto dessa arquiteta mexicana extraordinária, Gabriela Carrillo, junto com Carlos Faccio e Mauricio Rocha, mas também dessas outras mulheres mexicanas incríveis, ou seja, quando a arquitetura te toca, de verdade, ela te evoca o melhor de nós. Acho que é um pouco esse o papel da arquitetura, ampliar nossos horizontes, outras possibilidades. Sozinho não fazemos nada. Arquitetura, como disciplina, convoca os outros saberes: engenheiros, sociólogos, antropólogos, todos que citamos, inclusive os músicos, para juntos construirmos o nosso lugar de vida. E nesse sentido, a arquitetura é um lugar de perguntas, mais do que para resolver problemas. É também para gritar: “o rei está nu”. Ou seja, serve também para falar, “por aqui não vai bem, e se fosse por ali?”. A gente não precisa ter todas as respostas, tem que estar disposto a errar, a experimentar, mas com coragem. Responsáveis, pois a coragem depende da responsabilidade.

Nós somos, como profissão, o contrário dos conservadores, porque somos transformadores. Transformamos a matéria, as cidades, a geografia. Então, nosso papel é o tempo inteiro é falar “olha, talvez por aqui não seja bom” e nós não estamos aqui somente para responder mecanicamente às questões. Porque não entendo um projeto de arquitetura como uma obra pronta, acabada. Não acredito no projeto de arquitetura como a de um demiurgo que sabe tudo. O desenho não é um projeto definitivo, nunca. Acredito que temos uma

função social, somos treinados, preparados, para projetar, é isso que a sociedade espera de nós. E projetar de uma maneira mais ampla, não estou falando somente de edifícios, de planta e corte, estou falando de projetar no sentido de desejar, imaginar coisas muito diferentes, é para isso que fomos treinados. É o que esperam de nós.

Então, vocês estudantes, quando tiverem a oportunidade de estar numa mesa com vários outros profissionais, que vão ter feito diagnósticos extraordinários, cada um em suas respectivas áreas: um engenheiro de solos há de ter falado: "este solo aqui é uma geleia a gente vai precisar de uma fundação profunda". Daí, o sociólogo: "mas a gente não pode impor, porque aqui essa sociedade precisa de um programa que seja diferente, eles são pescadores...". Quando um arqueólogo falar: "mas não podemos estar nesse lugar, porque aqui tem um sambaqui". E o outro comenta: "mas espera lá, não temos grana", ou seja, quando cada um fizer o seu diagnóstico, para que a conversa siga, eles precisam de nós. E como que a gente faz? Um desenho, como um início de conversa, como um braço estendido para essa conversa. E um desenho faz todos começarem desesperadamente a criticar, a tagarelar e assim a conversa pode prosseguir. Deveríamos estar completamente conscientes de que esse processo é importante. E assim desenhamos novamente, quantas vezes forem necessárias, pois quase nunca o nosso primeiro desenho vai ser construído. Se acontecer, é porque houve uma convenção e todos, de alguma forma, acreditaram que era para ser assim. Os desenhos não deveriam ser entendidos como imposição. Muitas vezes nos colocam nesse lugar: "do arquiteto que impõe tudo a todos". Eu acho que devemos saber o que estamos fazendo, ter essa responsabilidade. Não sermos conservadores e defendermos nossas ideias. No sentido amplo do que é uma conversa, do que é uma defesa de ideias e saber que nunca o nosso desenho vai ser uma imposição e, sim, que cumpre nossa função social de fazer a conversa seguir.

Obrigado Fernando.

Entrevista ao arquiteto João Nunes, dezembro 2022

Muito obrigado João, por se disponibilizar para partilhar algumas das suas ideias connosco. Em turma, reunimos uma série de questões que nos interessam sobre diversos temas, sendo a primeira sobre a cidade. Num texto escrito em 2003, Jacques Herzog diz: “Já é hora de nos livrarmos dos manifestos e teorias porque eles não são o cerne da questão. Não há teoria sobre a cidade; só existem cidades.” E de seguida questiona: “Como podemos defini-la, já que não conseguimos entender a criação mais complexa e interessante da raça humana?”. Se não conseguimos descrever as nossas cidades a partir de modelos, como podemos operar sobre elas e encontrar as lógicas para a sua requalificação?

Isso não é bem uma pergunta, é uma transcrição de uma afirmação muito questionável e com a qual eu não estou de acordo em vários momentos. Não estou de acordo, em primeiro lugar, com a ideia de nos livrarmos de manifestos e teorias. Não só há imensas teorias sobre a cidade, como algumas nos ajudam, de facto, a perceber o que é a cidade. A primeira noção importante a não perder é o que a cidade representa enquanto lugar abstrato.

Eu sou uma pessoa bastante ligada ao mundo rural e tenho ainda, na contemporaneidade, a perfeita noção do que significa produzir coisas como velos de lã, como litros de leite, como azeitonas, como borregos e interagir com o mercado - interagir com o mercado significa procurar uma plataforma de encontro entre os produtores e os compradores que irão transformar estas matérias primas em tecidos, em queijo, em azeite, etc. E mais do que o lugar onde se produz, a cidade é o lugar do encontro e da troca - é uma espécie de grande feira que trabalha em primeiro lugar sobre excedentes. Se não existir uma agricultura com capacidade produtiva suficiente para criar excedentes, não conseguimos ter produto de troca, não temos mercado, não procuramos essa plataforma de encontro e não existem condições de cidade. Portanto tudo tem a ver com a nossa capacidade de produzir matérias primas com uma condição da produção de excedentes, que nos liberta da corveia de nos mantermos quotidianamente e nos permite ocupar esse lugar da troca. Eu creio que esta é a primeira teoria sobre cidade - é um encontro - e é uma teoria interessante que não só nos localiza espacialmente, que é já algo que descende imediatamente deste raciocínio, como também nos permite entender a cidade como sendo profundamente complementar a outras coisas. Não é um objeto, é uma relação, um tecido de relações, um produto de relações - se não existirem essas relações,

não há cidade. A confusão entre a cidade-relação e a cidade-objeto é uma questão muito contemporânea e a necessidade de teorizar sobre a cidade tem que ver com a necessidade de não esquecer essa diferença. Podemos teorizar sobre o objecto cidade, sem dúvida nenhuma - “como é que se resolve a figura que deve física e materialmente ser capaz de gerir e articular essas relações?”, mas não me parece que seja isso a teoria sobre a cidade. A teoria sobre a cidade é feita questionando, por exemplo, como relacionar questões de densidade com a ocupação dos vales - que é um problema que se põe nas cidades sem porto - e conseguindo compreender a cidade como parte de um sistema muito mais vasto, ao qual eu chamo paisagem. E, portanto, recuso completamente a ideia de que não há teoria sobre a cidade. Há teoria sobre a cidade, há teoria sobre a paisagem, e são essas teorias que nos ajudam, precisamente, a produzir modelos sobre a cidade. Temos, felizmente, muitos modelos de funcionamento da cidade, alguns mais básicos - onde se reúnem produtores com produtores, e produtores com consumidores - que nos permite, não só, perceber a cidade como um nodo de um grande sistema a que se chama paisagem, como nos permite, também, perceber quais são as formas de financiamento das várias paisagens - se comprar um pão local e azeite estou a financiar uma paisagem, se comprar bimbo e manteiga estou a financiar outra - e isto está diretamente relacionado com este modelo, numa espécie de grandes grafos onde os nodos são as cidades. Depois há modelos muito complicados relacionados com as dinâmicas, com os fluxos, com a mobilidade, com a drenagem das águas, com o solo e a ocupação do solo, etc. Os modelos de funcionamento das cidades sobre o ponto de vista da drenagem, por exemplo, fazem-nos muita falta - nomeadamente, para perceber que os fenómenos climáticos extremos não são algo excepcional ou imprevisível, muito pelo contrário, acontecem com uma precisão bastante rigorosa - e é necessário tomarmos medidas de modo a conseguir evitar que os aspetos mais catastróficos desses fenómenos se voltem a realizar.

Acho que o João já respondeu em parte à questão do próximo tópico, que fala sobre a Entangled Life - num dos seus escritos Paulo Mendes da Rocha refere-se à ideia de urbano dizendo: “O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem, nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro”. Hoje em dia os humanos passam a maior parte do seu tempo em espaços desenhados, é responsabilidade de quem os desenha lembrar [os humanos] de que fazem parte da

natureza? Qual é o papel da natureza na cidade?

O “urbano não é nada” não é bem assim - o urbano serve, no fundo, para fazer funcionar um sistema maior e eu percebo esta ideia de que a cidade é a nossa intriga, é uma espécie de script, mas que tem, precisamente, a ver com a questão das relações - são estas que escrevem a cidade, que a descrevem e que a constroem e essa imagem é bonita... A ideia de um modelo generoso do desenho da cidade, como era o caso [do modelo] do arquiteto Paulo Mendes da Rocha - a ideia de que a intriga é feita na tentativa de construção da confiança, da solidariedade e da esperança que pode haver uma maneira justa de escrever e desenhar essa narrativa. Eu creio que os humanos passaram a maior parte do tempo em espaços desenhados - a partir do momento em que começaram a transformar o mundo que os rodeia, plantando e semeando as primeiras sementes, cortando floresta, criando os primeiros sinais de antropização, estavam já a desenhar espaço para viver neles e essa é a nossa sina, é aquilo que sabemos fazer. Aliás, pelo contrário, somos completamente incapazes de viver no selvagem e de sobreviver em espaços que não sejam transformados em qualquer coisa de habitável, porque somos tão frágeis que se formos submetidos às verdadeiras condições do selvagem, morreremos de frio, de extremo calor, de radiação solar, de fome, somos comidos por outros animais, não somos capazes de nos defender. Portanto, não concordo com a ideia bastante radical de que o homem ou faz parte da natureza ou faz parte de uma outra coisa que contraria a natureza - o homem faz parte da natureza, como é evidente, mas tenta construir uma natureza de substituição que lhe seja mais favorável, de modo a conseguir sobreviver nela. E como é que se transforma essa natureza? Transforma através de dois instrumentos - a fabricação - através da assemblagem das matérias primas e de materiais dispersos, fazemos cabanas, iphones, automóveis, foguetões e construímos artefactos que estão, à partida, condenados a serem remetidos para uma condição de lixo, quando a sua função principal se tornar obsoleta. Mesmo as pinturas da Inês [Lobo] e do Miguel [Judás], só não são lixo porque conseguem construir em redor delas próprias uma relação de afeto com as pessoas. Esta caneta será lixo, ou seria lixo se eu não gostasse muito dela. A única maneira de conseguirmos resgatar os artefactos produzidos de uma condição de futuro lixo é envolvermo-nos emocionalmente com eles - sejam eles obras de arte, casas, canetas, e até mesmo iphones. Há quem coleccione iphones antigos, que é inexplicável, mas que de facto acontece. E portanto estamos sempre a produzir lixo, ou então a resgatar desse lixo aquilo que amamos. Como é que as coisas

conseguem suscitar essa relação de amor, é que é uma dificuldade. Por outro lado, há outro processo de produzir artefactos - a domesticação - através da transformação contínua da condição original que a natureza nos oferece, de forma a que esta responda às nossas conveniências, ou até para a especializar, como fazemos com as vacas - vacas de leite ou vacas de carne - ou com cães - cães de guarda, cães pastor ou cães de companhia. Quando fazemos isso, estamos realmente a criar artefactos, mas são artefactos completamente diferentes dos primeiros, porque não têm um ponto zero - uma caneta tem um momento zero, o momento da criação - com os animais domesticados isso já não acontece, não existe o ponto zero na criação de uma raça - é a pré-existência transformada. E isso acontece com tudo aquilo com que nos relacionamos com este espírito de domesticação - não só animais e plantas, mas também terraços nas montanhas, diques nos rios, operações de drenagem nos solos. As grandes transformações, os grandes metabolismos na paisagem, são feitos com o espírito da domesticação com que transformamos todas estas realidades que acabam por ser tão artificiais que, tal como nós, se tornam completamente incapazes de se relacionar de uma maneira autónoma com a natureza de onde saíram.

Se imaginarmos o yorkshire terrier abandonado numa floresta, não tem qualquer viabilidade autónoma - é dependente do humano - e esse negócio é a chave disto tudo. Retiramos, a essas plantas e animais, a condição e a liberdade da autonomia, mas também oferecemos outras coisas - vidas mais longas e mais saudáveis, assim como a ausência de sofrimento, de stress e da angústia de ter que procurar comida. A esperança média de vida dos lobos selvagens, por exemplo, antepassados dos nossos cães, é de 5 anos e criamos um cão que vive 15. Ou em relação ao sucesso global de espécies como o trigo - uma erva que estava perdida no meio de tantas outras há 25 mil anos e que, neste momento, é a espécie mais frequente na superfície do globo, apenas porque assinou um pacto conosco - perder a autonomia e conseguir, com a humanidade, crescer dessa forma. Este pacto é o nosso fardo cultural. A domesticação é o nosso contrato - nascemos com essa responsabilidade, que está relacionada, fundamentalmente, com afeto, com cura, com tratar, com manter. Não podemos rejeitar isto.

Este raciocínio aplicado ao cão - "o cãozinho é muito querido, quero um cãozinho, depois já não quero o cãozinho, abandono o cãozinho" - isto é uma coisa terrível, mas nós fazemo-lo com paisagens, por exemplo. Tratamo-las, curamo-las, enquanto elas são diretamente úteis para nós, porque há fome e vamos pastando, ou vamos construindo terraços, vamos produzindo olivais e vinhas e de-

pois, de repente, quando percebemos que ganhamos mais dinheiro a fazer negócio da bolsa ou a alugar quartos, esquecemos isso, descemos completamente de cota todos os limites da domesticação. Começamos a comprar azeitona a Marrocos e laranjas à Argélia e a nossa paisagem transforma-se pelo abandono. O abandono, no caso do domesticado, não significa uma regressão à condição original de natureza, porque isso é evidentemente impossível, significa só uma espécie de flutuação num estranho limbo de uma quantidade de sistemas e de seres vivos que já não são uma coisa e que não conseguem regressar a outra e que, portanto, constroem sempre uma outra coisa nova. Eu creio que estes são os dois instrumentos da construção e do desenho da paisagem e que não existem muitos metros quadrados de chão no mundo que não sejam, de um modo ou de outro, desenhados por nós. Mesmo quando consideramos e definimos um grande espaço intocável na paisagem natural, esse mesmo gesto de o demarcar e de o considerar intocável é já um modo de domesticar, de atribuir um determinado sentido e de propor um certo sistema de gestão, que o transforma evidentemente num espaço de domesticação. Todas aquelas reservas de leões e rinocerontes que vemos nos documentários de televisão são uma espécie de grandes quintas, onde aprendemos a conseguir gerir esse último estado de domesticação que é, no fundo, a gestão do selvagem. Sendo assim, em relação a esta afirmação, a grande diferença, no meu entender, é que não começámos agora a passar a maior parte do tempo das nossas vidas em espaços desenhados - nós sempre vivemos em espaços desenhados, nós somos espaços desenhados. É difícil distinguir-nos dos espaços desenhados onde vivemos, e é difícil distinguir os espaços desenhados de nós - é mais do que um habitat, é uma espécie de casulo, uma cápsula que faz parte do comportamento intrínseco dos nossos seres. Nesse aspecto, penso que essa fronteira entre “natureza” e “não natureza” é um assunto que não interessa muito, de facto, não é essa a questão - a questão é: como conseguimos domesticar, com que ética conseguimos domesticar, com que intenções, com que consequências, com que peso, com que significado para o futuro, é que conseguimos desenhar os espaços da nossa vida?

O seguinte tema é, também, relacionado com a cidade, mas mais direcionado para a questão do direito à cidade e à habitação. O Século XX foi marcado pela busca de providenciar habitação - a “habitação para o maior número” foi central à arquitetura e à criação de cidade, sobretudo por iniciativa pública. Mais recentemente, emergiu a fé na “mão invisível do mercado” e no investimento privado como resposta ao problema. Um credo que os atuais fenómenos de gentrificação urbana puseram em crise. O

direito à habitação, e à cidade, devem ser um direito universal? O direito à cidade é um dever do arquiteto, mais do que dos outros cidadãos?

O direito à cidade é um direito universal, tanto como é o direito ao campo. O que eu creio que faz sentido falarmos é do direito à vida que escolhemos e às atividades que escolhemos - a cidade não é um direito, é uma opção - uma opção que, cada vez mais, não é necessariamente universal. Vivemos um momento em que, mesmo não considerando os fenômenos abstratos e teóricos da ruralização, se observa, até na sequência das mãos invisíveis do mercado, uma clara opção por modos de vida diferentes. Sair da cidade, viver no campo, criar galinhas, dedicar-se ao melhoramento de espécies de pombos, por exemplo, ter atividades paralelas à atividade principal - que só são possíveis, porque se vive no campo e não na cidade. O direito a viver como queremos é a nossa grande liberdade, esse é o direito que devemos defender. Queremos cidade, sim, defendamos o direito à cidade, queremos não cidade, defendemos o direito a essa não cidade - mas de uma forma que possamos garantir que seja tão construtiva, tão segura, tão eficaz como a cidade. Ainda existem muitos sítios no mundo, infelizmente, em que as pessoas ao fazerem essa escolha, fazem também a escolha entre ter um hospital a 20 minutos ou correr o risco de se filho tiver uma apendicite, poder morrer no caminho para o hospital. A defesa da liberdade de escolha deve ser um dever dos arquitetos? Com certeza que sim - esse é o dever dos arquitetos. Infelizmente, a maior parte dos arquitetos, na literatura que é produzida a propósito da arquitetura, têm sempre uma posição extremamente solidária e radicalmente defensora dos direitos e liberdades dos seus concidadãos, no entanto, na primeira oportunidade, agarram-se ao poder económico com unhas e dentes e tornam-se os mais subservientes e vis escravos, precisamente daquilo que anteriormente defendiam. Eu conheço tantos casos assim, que me incomoda pensar nisso. O que é preciso resolver, em primeiro lugar, é este horror das pessoas acharem que o que interessa é a sua inscrição nesta espécie de corrida de ratos - aos lugares de visibilidade na arquitetura e, sobretudo, aos lugares de espetacularidade na arquitetura. Deve ser investido um grande esforço de formação através do exemplo, porque não é possível incentivar a uma postura extremamente crítica em relação ao trabalho do arquiteto e ao papel que este deve ter na luta ao direito à cidade e enquanto defensor dessas liberdades, se depois se assina projetos de especulação escandalosa. Portanto, os alunos de arquitetura são e têm que ser, suficientemente, críticos para conseguir entender as posições que cada um toma, para além da espetacularidade dos seus resultados arquitetóni-

cos. Assim como devem ser críticos em relação à própria espetacularidade e perceber no que esta se traduz, quais foram os esforços efetivos, qual foi a produção, nem que seja conceptual, que se conseguiu fazer em relação à defesa desses direitos. Creio que se começarem a analisar a obra das vossas referências, sobre esse ponto de vista, vão ter umas amargas surpresas - muitas desilusões - mas é muito importante fazer essa leitura.

Aceitando, então, que defender o direito à cidade é um dever do arquiteto, questiono se esse é um papel que este deve assumir com maior importância, ou se todos os cidadãos o devem assumir por igual?

O arquiteto tem uma responsabilidade inacreditável, precisamente, porque tem a opção de se subjugar ao poder e ao poder económico, e realizar experiências de espetacularidade - mas não me parece justificável. Podíamos dizer que sobre o ponto de vista da pesquisa e da construção de um corpo arquitetónico, fazer ou ter a oportunidade de fazer 50 objetos espetaculares em arquitetura vale a venda da alma ao diabo, mas eu acho que não vale, sobretudo porque nem acredito na verdadeira valia dos objetos espetaculares. Não só porque em si o negócio é mau, como, ainda para mais, aquilo pelo qual trocamos a alma são coisas que não interessam. Se observarmos a arquitetura espetacular de há 40 anos - os magníficos anos 80 - à luz daquilo que vocês (alunos de arquitetura) pensam, questiono-vos: o que é a arquitetura espetacular dos anos 80? Efetivamente, a arquitetura espetacular dos anos 80, a qual deixava os vossos colegas de "boca aberta", era precisamente produzida pelos mestres dos vossos colegas com essa mesma intenção. Eu estou convencido que a espetacularidade não é o valor, e que, assim sendo, "vender a alma" para testar espetacularidade não vale mesmo nada.

Falando agora sobre o chão comum e a partilha - Doris Salcedo, a artista contemporânea colombiana, diz numa das suas entrevistas: "o meu processo é interferir, inserir-me no espaço público obliquamente e não diretamente, para que outros possam, por sua vez, reivindicar o espaço para si."

O espaço público é um mecanismo de coesão social?

Claro que sim, o espaço público é o set para mecanismos de coesão social - é a caixa onde estes mecanismos podem funcionar. No entanto, o espaço público é uma coisa muito alargada, e eu creio que o facto do espaço público ser um mecanismo de coesão social tem muito pouco a ver com a Doris Salcedo. Doris Salcedo intervém de maneiras muito pontuais, muito específicas e em contextos que têm, felizmente, pouco a ver com a nossa cidade, mas o que é fundamental perceber

é que este não é um espaço de interação entre os eleitos e a população - é um espaço de interação entre a própria população e que essa interação não é necessariamente menos rica do que a interação estimulada por uma espécie de crack. Ou seja, não precisamos de artistas que nos ensinem de que maneira é que os espaços públicos podem ser instrumentos extraordinários de coesão social, porque as pessoas, sobretudo hoje em dia, sabem muito bem, sozinhas, transformar o espaço público em lugares e em espaços de construção de coesão social. Estamos a trabalhar no parque em Marvila e a maneira como as comunidades estão a acompanhar o processo, deixa-nos sem qualquer sombra de dúvida sobre a capacidade que estas têm para o fazer, autonomamente, sem animadores ou facilitadores. Estão, somente, reunidos em associações, em pequenas plataformas de locais de interesse, em comunidades de bairro, em grupos de artistas, em grupos de rua, em bandas musicais - subestimamos muitíssimo a capacidade das pessoas de conseguir construir essas grandes energias de construção de coesão social.

Damos-lhes muito pouca atenção - se calhar, devíamos ir buscar espaço de visibilidade da arquitetura espetacular e dá-lo a essas iniciativas espontâneas comunitárias, porque são muitíssimo válidas, em todos os aspetos. Tenho contactado, não só em Portugal, com comunidades que são, efetivamente, de uma riqueza inacreditável, e não são especialistas, são amadores em tudo - em teatro, em música, em artes plásticas, em graffiti. Mas o espaço público é muito mais do que praças e ruas. O espaço público é todo o espaço da infraestrutura, por exemplo - são as linhas de comboio; são as margens e as faixas de proteção das linhas de comboio; são os domínios hídricos; os domínios públicos marítimos; os espaços das grandes infraestruturas, das servidões dos nossos percursos que atravessam os grandes latifúndios no Alentejo, para conseguirmos ir ver o Guadiana. Percursos esses que são, frequentemente, cortados pelas operações de lavoura das terras, para que não existam essas penetrações, que só a muito custo conseguem ser mantidos, e mesmo assim reduzidos a um número simbólico. É uma rede muito especial, muito importante e que também não consideramos da maneira devida. Sob o ponto de vista, exclusivamente, abstrato, dizer que se pode ir a pé ou de bicicleta de Lisboa a Moscovo, é de uma importância inacreditável. Não agora, tendo em conta o que se está a passar, mas em termos abstratos, só considerando a distância e a complexidade do território percorrido é uma ideia extraordinária. Quem diz Moscovo, diz ir pela água até Veneza, por exemplo, pelo grande espaço público que é o mar, os rios, as lagunas - perceber a liberdade que isso é, e quando se poderá perder dessa liberdade, quan-

do também o mar e esses espaços de reserva dos últimos redutos, do sentido comum do espaço, se perderem. E digo “quando”, porque me parece ser apenas uma questão de tempo - se observarmos os mapas das concessões oceânicas ficamos arrepiados - sobram apenas uma espécie de estradas. Entre concessões de telecomunicações, concessões de pescas, concessões de exploração mineral e petrolífera, a quantidade de coisas que começam a surgir como quintas privadas ou concessionadas nos mares é absolutamente inacreditável. E tal como aconteceu na terra - em que existiam enormes extensões de pastos comunitários, os baldios, que foram quase todos convertidos em estruturas cadastrais privadas ou do domínio privado municipal - acabará por acontecer nas águas. Eu considero extraordinariamente importante defender a ideia do espaço público enquanto algo que transcende até o espaço da cidade e que se estende, permitindo a conexão entre as várias cidades do mundo.

O nosso próximo tema é sobre o habitar. Hashim Sarkis questiona o que é o habitar colectivo da seguinte forma: precisamos de um novo contrato espacial. “No contexto de crescentes divisões políticas e crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade. Juntos como seres humanos que, apesar da nossa individualidade crescente, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies, através do espaço digital e do espaço real, juntos como novas famílias em buscas de espaços mais diversos e dignos de habitação. Juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial. Juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação. E juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver.”

De que forma é que um edifício de habitação pode garantir uma experiência de partilha de um espaço comum entre os seus habitantes?

Eu creio que de muitas formas. Se pensarmos na Suburra, uma realidade muito interessante - a grande confusão urbana da cidade pobre romana, onde as insulae, edifícios de 4 ou 5 pisos eram alugados ainda de acordo com as diferentes estratificações sociais da própria Suburra, com densidades de utilização diferentes - um pouco como cá, onde havia casas que correspondiam cada uma, a uma família; ou cada piso a uma família; mas havia também divisões que tinham várias famílias, e nos sítios mais densos e mais pobres da Suburra havia até espaços em que cada compartimento albergava já imensa gente. E isso acontece hoje, aqui, em Lisboa, exatamente da mesma maneira. Ou seja, esta ideia da especulação, esta ideia da injustiça na forma do direito à habitação - não são questões que tenham sido criadas, nem com

a revolução industrial, nem com a liberalização dos mercados, nem com estas febres recentes da mão invisível do mercado. São coisas que, aparentemente, estão inerentes a uma determinada maneira de entender a comunidade e a uma determinada maneira de entender o outro, que é tão censurável na contemporaneidade, como era no tempo dos romanos. O que isto significa é que, há 2000 anos, havia pessoas ricas que investiam na construção de edifícios, com o intuito de conseguir especular e explorar as condições de pobreza e de miséria dos seus concidadãos, ganhando fortunas. O que é assustador é entender que em 2000 anos não fizemos nada em relação à eliminação dessa atitude, dessa forma de entender o outro e de fazer dinheiro com o outro, e não tenhamos conseguido estabelecer outras formas de construir relações - porque, de facto, são exatamente iguais. Se começamos a estudar todos os aspectos da vida romana, as questões de relação familiar ou as relações sociais relacionadas com a sexualidade, por exemplo, são completamente diferentes com a nossa contemporaneidade, no entanto, o conceito de explorar os que têm menos dinheiro conseguiu chegar intacto aos nossos dias.

Portanto, o nosso dever e obrigação de refletir sobre isto é absolutamente fundamental e creio, mesmo, que é a chave para a solução de uma quantidade inacreditável de problemas - se alterássemos as nossas relações com os outros e as nossas relações com os outros no que diz respeito à especulação e à habitação, o mundo era muito melhor, o mundo era de facto muito diferente. Da mesma forma que temos exemplos de especulação, também temos exemplos muito virtuosos. Estou-me a lembrar da Unité d'Habitation, de Le Corbusier - aquela magnífica ideia de haver um piso comum, que não era de ninguém e que era um sítio onde as pessoas cozinhavam, lavavam roupa, estavam e falavam. Isso significa oferecer, em termos especulativos, àquela comunidade, uma quantidade de espaço que só é rentável na medida em que consegue contribuir para o bem-estar daquelas pessoas.

Eu acredito que as duas coisas estão muitíssimo ligadas - ou nós conseguimos encontrar modelos generosos de proposta das condições do habitar em todos os níveis, espaço público, espaço privado, habitação, e conseguimos entender a promoção da arquitetura como qualquer coisa que tem que ser guiada por parâmetros e princípios éticos; ou então cada metro quadrado serve apenas para "encher os bolsos" do promotor, à conta de uma determinada oportunidade que, eventualmente, lhe terá caído do céu. Portanto, isto está sempre relacionado com a posição do arquiteto. E ainda por cima, aquilo que se observa, é que isto faz-se cada vez por preços menores - "a alma é vendida por preços cada vez mais baratos" - que é uma coisa

que arrepiam. Mas isto tem a ver convosco. Eu tenho muita esperança nesta geração, porque é uma geração que tem cada vez menos apetite por brinquedos fúteis, tem outros interesses - interesses que considero serem mais elaborados - preocupam-se com viver melhor, estar com outras pessoas. São valores completamente diferentes dos valores que, por exemplo, animavam as ambições das pessoas nos anos 80 - como o Taveira a andar de Ferrari, com "miúdas giras" - que hoje, para a vossa geração, é completamente caricato, não faz o mais pequeno sentido, é ridículo.

[Inês Lobo]: Não sei se não vivemos numa bolha. A geração que nos chega, os alunos que nos chegam aos cursos que lecionamos, eventualmente, não são um exemplo.

Pois, não sei, eu tenho sempre esperança que seja diferente, que as coisas estejam realmente a mudar. Como, também, tenho esperança que mudem nos próprios domínios da arquitetura - os prémios cada vez permeiam menos a arquitetura espetacular e, pelo contrário, conseguem assinalar o interesse na arquitetura não espetacular, na arquitetura ética, na arquitetura pobre que tenta gastar pouco.

A sexta questão é sobre a durabilidade, a flexibilidade e a ruína. No livro "On and Around Architecture: Ten Conversations", da dupla Jonathan Sergison e Stephen Bates, refere-se a ideia de olhar para o projeto de um edifício de habitação coletiva a partir do seu tempo de vida. O seu esqueleto, na perspetiva destes arquitetos, deve ter um tempo de vida longo, e ser visto como uma ruína permanente, que pode ser habitada transitoriamente. Para isso deverá ser flexível e duradoura. Os outros ciclos de vida são médios, ou seja, são ciclos que se devem adaptar às alterações. O esqueleto é, assim, habitado pelos diversos componentes do edifício, como os que asseguram o funcionamento das infra-estruturas ou as fachadas e o invólucro. Esta separação em três momentos obriga-nos a uma outra forma de projetar, em que o tempo volta a ser um dado fundamental no processo - tempo de execução e tempo de vida. Como devemos definir flexibilidade na arquitetura? Qual é o seu maior obstáculo?

Há aqui um certo otimismo da parte do Jonathan em relação à tal universalidade e estabilidade da estrutura. Ultimamente, tenho trabalhado muito em Itália, que é um sítio onde houve uma transformação da própria carta de risco sísmico do país, devido a uma série de terremotos em zonas que não eram consideradas zonas sísmicas - nomeadamente, em toda a Emilia-Romagna - e, de repente, a própria estrutura é posta em causa. Um projeto que implique a renovação de um edifício preexistente implica, também, para que seja aprovado, que a estrutura seja revista, para serem incluídos os parâmetros de resistência sísmica. Portanto, eu creio que esta é uma reflexão muito interessante,

como todas as reflexões que incluem o tempo como pensamento na arquitetura, precisamente, porque se opõe a esta visão um pouco ingênua, em que os arquitetos desenhavam “um boneco” e estavam convencidos de que esse “boneco” era o que o edifício ia ser para toda a eternidade, e quando lhes perguntavam qual era o tempo de vida útil do edifício, ficavam completamente alucinados, porque era uma questão que nem se punha. Quando vemos os livros de fotografia, o que é que acontece? Aquilo começa imediatamente a envelhecer - ainda está novinho e já tem algumas coisas a envelhecer. O capítulo de um edifício começa, precisamente, no momento em que se dá a chave ao locatário e isso exprime-se de várias maneiras diferentes - o envelhecimento dos materiais, as diferentes resistências dos materiais ao ambiente, as mudanças de programa, as mudanças de gosto da mulher do senhor, ou as mudanças de mulher do senhor, que vai mudando as cortinas e as mobílias. Tudo isso se afasta desta ideia de eternidade e se torna muitíssimo mais dinâmico, talvez mais interessante, na medida em que vai gerando, continuamente, problemas diferentes a cada dia de vida da obra. Este pensamento tem que envolver as possibilidades de deriva no desenho inicial e tem que conseguir estabelecer os próprios princípios dessa deriva - perceber o permanente e o transitório, perceber o permanente e o declinável. Isto discute-se em tantas ordens, por exemplo, quando se desenha um parque - os argumentos arquitetónicos que vão ser visíveis no momento da inauguração são pouquíssimos - são os elementos construídos, os pavimentos, os muros, os candeeiros, o mobiliário, a topografia - aquilo que constitui, efetivamente, o espaço arquitetónico de um parque ou de um jardim, daí a trinta anos, são as grandes copas das árvores, as mudanças de cor, as mudanças de transparência, as mudanças de luz, as relações entre as várias copas - é uma outra arquitetura que se vai desenvolver autonomamente, partindo dos primeiros argumentos. E temos que cuidar desses argumentos com a mesma cura e com a mesma profundidade, com que preparamos os outros, e conseguir inserir no desenho essa espécie de realidade incipiente que já sabemos que vai desenvolver uma outra condição arquitetónica, uma outra condição espacial, completamente diferente. Não é propriamente flexibilidade - é uma espécie de projeto a vários tempos - e é evidente que os tempos mais distantes não se conseguem controlar, mas consegue-se, abstratamente, perceber a abertura e as relações entre o permanente e temporário que se podem aplicar. Não é apenas em termos de esqueleto e não esqueleto - é mais complexo do que isso, até porque depende do tipo edifício, mas isto já se faz há muitos anos - neste momento, há sedes de universidades que eram hospitais e que foram

conventos - o caso da Nova, no Campo de Santana, agora é uma sede institucional - tem auditórios e salas; a escola de Belas Artes é outro exemplo. Lisboa está cheia de exemplos muito mais elaborados, do que simplesmente dizer que o esqueleto se mantém - não é propriamente o esqueleto que se mantém - é um raciocínio em que se consegue separar o que se considera permanente e o que pode ser mais temporário, e é um raciocínio que tem que existir. Eventualmente já existia. Não acredito que seja pura coincidência que estes edifícios que dão agora excelentes salas comuns de universidades, também dessem excelentes salas de escolas de medicina e que também dessem excelentes salas de conventos. Não é uma coincidência.

O tema seguinte é sobre a tradição e a industrialização. Hoje, temos consciência de que a indústria da construção, assim como a utilização dos edifícios, são direta ou indiretamente, das maiores fontes de poluição do planeta. Mas continuamos a ser chamados a construir e num momento de urgência climática. O presente parece, por isso, uma oportunidade de repensar o que significa e deve comportar construir. O que parece impor mudanças a todos os envolvidos no processo: os projetistas, a indústria e os construtores.

Qual é a sua percepção sobre a indústria da construção hoje em dia, nomeadamente, comparando com outros momentos da história em que a industrialização teve um papel preponderante?

É importante sublinhar que os edifícios, que usam sobretudo betão, não são fontes de poluição - são fontes de carbono - são coisas diferentes. O carbono não é um agente poluente, o carbono, o dióxido de carbono não é um poluente - o dióxido de carbono é um componente ativo e universal da nossa atmosfera. Se esta não tivesse dióxido de carbono em grandes quantidades, não teríamos plantas, não teríamos vida à face da Terra, não teríamos nada. Através da fotossíntese, as plantas decompõem moléculas de oxigénio do ar, de dióxido de carbono e de água e constroem uma outra molécula complexa - constituída por carbono, dois átomos de oxigénio e um de hidrogénio - o CO_2H - que é a molécula base de todas as substâncias orgânicas.

Sem dióxido de carbono não há fotossíntese, sem dióxido de carbono não há a extraordinária passagem entre o mundo mineral e o mundo orgânico. O dióxido de carbono não só não é um poluente como é, absolutamente, essencial para a nossa vida. A única questão é conseguirmos afinar a dosagem - demais parece que é em excesso, mas de menos também é. Portanto, não vamos confundir poluição com produção de dióxido de carbono. E o que o betão produz não é poluição, é dióxido de carbono, não têm nenhum componente, não pro-

duz líquido, não produz gases tóxicos, não produz nada em que seja preciso interferir.

Devo dizer que esta ideia da indústria da construção é algo que me faz muita impressão, sobretudo quando vi as casas da Toyota - por um lado, percebo a necessidade de se tornar o processo de construção cada vez mais inteligente, mas por outro, assusta-me que a casa seja escolhida como se escolhe um carro - “queres uma casa Toyota modelo 5 ou preferes uma Hyundai modelo 16?”.

Eu gosto de máquinas fotográficas e gosto de lhes mexer, de as montar e de as desmontar e há aqui uma passagem muito engraçada - mais ou menos por volta dos anos 30, quando se alterou os processos de industrialização, exatamente do mesmo modo com o que se passou com os sistemas informáticos. Atualmente, compra-se um sistema informático, que é de tal forma blindado, que a interação com o sistema é praticamente impossível. Nos anos 80, quando comprávamos sistemas informáticos, comprávamos coisas com as quais interagíamos. Existiam umas revistas de rotinas que se compravam e que se trocavam; e havia mails (não no sentido digital), mas caixas postais onde se mandava dinheiro e nos enviavam, de volta, pequenos programas - estávamos continuamente a programar sobre aquilo que comprávamos, para adaptar os programas à nossa realidade, para os transformar em coisas mais próximas às nossas necessidades. Com as máquinas era a mesma coisa - quando as máquinas fotográficas eram feitas em madeira, as pessoas adaptavam-nas, compravam mais um elemento de lente, ajustavam as distâncias focais, mudavam as dimensões do vidro de focagem, etc. Era uma constante adaptação, feita artesanalmente, com serrotes, cola, e coisas do género. Quando começámos a trabalhar com plásticos, sobretudo as câmaras Bakelite, isso acabou, porque a câmara Bakelite é fechada, não é interativa, não se pode transformar em coisíssima nenhuma. Não mudas lentes, não mudas nada. Se se partir, não tem qualquer hipótese de ser reconstruída, e faz-me impressão que seja assim. Com os carros aconteceu o mesmo, os primeiros carros eram profundamente passíveis de serem adaptados às nossas necessidades. Hoje em dia é tudo fechado - compramos um pacote com o qual temos de viver durante o seu tempo de uso - e essa é outra questão - a durabilidade. É verdade que as coisas não são eternas e são adaptáveis, mas também não podem ter um período de decadência previsto pelo próprio fabricante, que é o que acontece com todos os objectos manufacturados neste momento. Compra-se uma coisa com três anos de garantia e já se sabe que ao fim de quatro aquilo não funciona - a garantia é essa - depois de quatro anos, a coisa não funciona. E isto aplicado à questão da casa, faz-me muita impressão - porque uma coisa é um

ventilador ou uma máquina fotográfica, e outra é a casa. E quando entregamos (se entregamos) a produção das nossas casas à indústria, estamos a criar a condição inevitável de que as nossas casas terão um tempo de caducidade absolutamente definido de fabrico. Tudo irá deixar de vedar, deixar de ser estanque, deixar de funcionar assim que termine o período de garantia. Isso é bom no sentido em que vai renovar o desenho... mas eu duvido muito. Eu vivo numa casa de 1700 e acho que aquilo é impecável, não a trocava por nada.

Por último, gostaríamos de discutir o papel da nossa disciplina na sociedade. O que é valorizado entre os arquitetos, por vezes de forma consensual, não corresponde necessariamente ao que é valorizado pela "pessoa comum". Nesse sentido surge a questão: O que define a boa arquitetura?

Pois, eu penso que isto é absolutamente verdade. Um dos problemas é esse - o problema do funcionamento em circuito fechado. Cada vez mais se celebra a arquitetura entre arquitetos, se faz arquitetura para mostrar aos arquitetos e se trabalha nessa espécie de ciclo vicioso, em que a relação com as comunidades se tornou muito distante, abstrata e, sobretudo, muito desinteressante para os arquitetos. Estes não estão interessados naquilo que as pessoas pensam ou acham da sua arquitetura e a culpa disso é não haver críticos - o papel do crítico é do colega. Não há críticos de arquitetura, que estudaram crítica de arquitetura, que tem essa posição e que não são arquitetos. É uma figura que desapareceu - curiosamente, nas outras artes não desapareceu, para o melhor ou para o pior, lá estão eles. Transformar os nossos colegas nos críticos da produção é o pior que pode acontecer - ou "vendemos o ouro ao bandido" ou ficamos reféns de uma circunstância muito má - a troca de "chapeladas": "eu digo que o que fizeste é ótimo e tu dizes que aquilo que eu fiz é ótimo"... isto é muito mau e só se resolve, de facto, com uma condição crítica autónoma - que é, no fundo, o que os prémios poderiam ou deveriam fazer e, provavelmente, alguns até o estarão a fazer... não sei. Mais importante do que definir arquitetura, é definir o processo através do qual a arquitetura se pode transformar em algo mais próximo e mais útil para as pessoas. Se andarmos pela cidade fora, percebemos que uma grande parte dos malefícios, que esta exhibe, foram assinados por arquitetos - isso é dramático. Gostava de poder dizer que uma grande parte dos edifícios anónimos que eu adoro, que constituem a cidade foram feitos por arquitetos, mas também não o posso fazer. Estas duas coisas conjugadas são terríveis e são uma das grandes responsabilidades desse afastamento. Aqui, em Alvalade, estamos num ambiente que, por acaso, é uma tábua de salvação, uma exceção - é feita por

arquitetos e é um sítio maravilhoso, ótimo para viver e é realmente uma produção de arquitetos. Mas estes arquitetos são os tais anónimos, não estavam minimamente preocupados nem com espetacularidade, nem com visibilidade. Estavam interessados na construção de uma espécie de grande obra coletiva, da grande obra anónima, que tem esta capacidade incrível de produzir um habitat com uma enorme qualidade e que é reconhecido pelas pessoas. As pessoas não sabem os nomes dos arquitetos que fizeram estes edifícios, mas têm a perfeita consciência da qualidade da arquitetura na qual vivem, tanto em termos de edifícios, como em termos de espaço público e isto é que é importante - servir esta relação, não é identificar o autor. Sabem quem fez o Jardim da Estrela? Não sabem - não interessa a ninguém quem fez o Jardim da Estrela - mas que é uma coisa magnífica, é. Talvez a substituição da obsessão pelo autor, pela tentativa de construção de uma ideia mais coletiva da produção não fosse má ideia.

Há algumas definições de arquitetura - a arquitetura é a arte da conceção do espaço onde vivemos, seja ele espaço edificado, espaço aberto, agrícola, florestal, etc - é o pensamento que está por detrás do espaço desenhado onde vivemos, e creio que as regras do seu pensamento deveriam ser regras muito mais inclusivas, por exemplo, no que diz respeito à infraestrutura. A infraestrutura ainda é desenhada com pensamentos extremamente escassos sobre o ponto de vista da qualidade de vida do seu utilizador - são espaços que são desenhados como coisas economicamente rentáveis e funcionalmente eficazes - ao desenhar uma autoestrada, não existe, propriamente, uma preocupação sobre o conforto das pessoas que vivem ao lado ou por baixo do viaduto. Tudo isto é resolvido como se fosse um incómodo que ali estava e que teve de ser resolvido com o mínimo de despesa e esforço.

Mesmo sobre o ponto de vista do utilizador, terão de concordar comigo, as áreas de serviço são talvez dos espaços mais abjetos que foram criados à face da Terra.

[risos]

Não são? Comparem uma estação de comboio - uma magnífica estação de comboio - de meados do século XX, com uma estação de serviço de uma autoestrada - são coisas equivalentes, enquanto espaços arquitetónicos, enquanto produto de um pensamento relacionado com a infraestrutura e com as pessoas, mas não tem nada a ver a falta de qualidade numa e a extrema qualidade noutra. Faz muita falta a entrada de um pensamento arquitetónico nos outros processos de desenho e de construção do mundo desenhado em que vivemos, e onde a arquitetura ainda não conseguiu

chegar. O grande desafio é talvez esse - conseguirmos convencer as pessoas de que não se pode fazer um túnel sem arquitetura, não se pode fazer um viaduto sem arquitetura, não se pode fazer uma auto estrada sem arquitetura, não se pode fazer uma linha de caminhos de ferro, uma estação de serviço... e se calhar ensinar a fazer essas coisas, em vez de as pôr a fazer catedrais e coisas do género, como às vezes vemos enquanto exercício escolar.

Muito obrigado.

Obrigado eu.

Entrevista ao Arquiteto Tom Emerson, abril 2023

As you know, this interview has to do with the topic we are working on in our studio and it's divided into different themes. The first one is: Cities _ can we define them? - and the first question is: In a text written in 2003 Jacques Herzog says: "It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities". He then asks, "How can we define it, since we can't understand the most complex and interesting creation of the human race?" If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

All of your questions are extremely difficult. Each one could be more than an hour. The Jacques Herzog quote reminded me a little bit of a similar quote from... That was from 2003, right?

Yes.

From a quote, probably, 30 years beforehand, 1974, from a book by Georges Perec called *Species of Spaces*. In it, I think, there's a line, and I might be misquoting it slightly, but he says: "Do not try to find an easy definition for the city, it's too big, you will only get it wrong." So, a quite similar spirit. In the book he sort of tries to develop certain exercises by which we could maybe generate some kind of insight and they are practical exercises to do with looking and recording about - particularly kind of everyday lives - things we normally don't pay much attention to. And it's a book which I like very much because it's very light, it's very playful, and it has little games about how we perceive and then understand and then use the city.

I would say that as a model, as good as any other, I suppose that I very much agree with Jacques Herzog's view, partly because I come from London. London is a city that doesn't have a plan, that has never had a plan and is a city that when people have tried to have a plan, the city has rejected it really forcefully, because it's a city that somehow sort of produces itself, like an organism. So you can have ideas about specific parts, or specific buildings, or even specific fragments of buildings and spaces, and some of them can be very big like a park - and, to be honest, London does parks very well - but the idea of trying to encapsulate the city and how it works and how it should work within one unified theory will just never suit the occasion. So, you have to find ways of engaging with it at much more empirical experience levels. So, what will work for one part will be completely inappropriate for another and that's because the scale of the city, the topography of the city, the history of

the city, establishes certain characteristics, which are not really producible. I think we can compare it to a body, how you deal with a foot injury is very different from how you would deal with an eye problem. You can't just establish a principle. Every part is different. It's a very bad analogy, I probably would scrub that one. But you know what I mean. I guess, as architects, we are maybe much more interested in a kind of genuinely lived experience. Also, I think that Londoners may have a lot in common with other port cities. Cities that are big ports - Lisbon, Porto, London, Hamburg, Rotterdam, let's say for the European ones, of course it's the same in Africa, Asia, and the Americas - have a very particular metabolism, which has to do with import and export. That's to do with knowledge, people, things, goods... So you often have a very complex arrangement of conditions which can be as much to do with very, very faraway places as they are to do with local conditions. So, cities that have long histories of trading and shipping generally have a very hybrid condition and that is, in a sense, the richness of those places - is that they're kind of impure and they're mixed, and I think that that's something which I sort of feel like is a lit bit what lies behind Jacques Herzog's quote. And so, how do we operate on them? Then I would say we operate carefully... we have to be very attentive to what we find, we have to be very attentive to what we think we know, which is often incorrect - and being misunderstanding can be very productive - but it needs to be critical, you know? We have to be critical. So I would sort of say that our work coming from this context, which is very different to if you were maybe a Parisian architect, where your understanding of the city might be a much more orderly affair, will be one of, I would say, constant attention to what is visible and what is barely visible, so sometimes things like the social history of a place might be carrying more influence, than the physical stuff that you find there, sometimes the physical stuff that you find there might be the beginning of a story into, let say, a material culture which leads you to geology, which leads you to climate, which leads you to cultural habits, and I would say that a good architect should be very sensitive to these things and should be very curious about why things are the way they are, which is very different to trying to find an overall understanding. I would say that that would be the thing that I would try to avoid, because with an overall understanding comes generalisations that may be helpful in some respects, but also may mean that we miss the opportunity for very specific interventions and inventions and discoveries.

Our next theme is entangled life and our question is: In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the

idea of “urban” by saying: “The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The existence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other.” Nowadays humans spend most of their time in “designed” spaces, is it the responsibility of those who design them to remind [humans] that they are part of nature? What is the role of nature in a city?

I can enjoy the first part of that quote: “the urban is a state of mind” ... I would probably say that if we are in a situation where we have to remind humans that we are part of nature... then yes - then I suspect that we probably need to take a step back, because we are natural, so therefore the urban is natural. Cities are a form of habitat, just like every other form of habitat. I think maybe the thing that we need to learn to do now in the mindset - let's say of Mendes da Rocha's - the urban mindset is to remember that the urban includes, human and non human habitat, and perhaps we have in recent history - and by recent, I mean since industrialization - so give it a couple of centuries, two to three centuries. Certainly, in the West, I think, we have over privileged the human, at the expense of the non-human, which then has also had implications in the current climate crisis. So yes, I think that we should treat the urban as a fundamentally natural condition and therefore we need to be thinking about it much more in terms of coexistence with non-human actors which are kinds of plants, animals, but also climate and geology and so forth. And we need to somehow live with, rather than against, those things. So you'll find that during the modern period there were a lot of attempts to tame, and control nature, you know? Building riverbanks and preventing certain natural phenomena from operating in their full condition, and I think that's caused a great deal of damage. When there were the floods, in 2012, in Houston - those very very bad floods and the rivers burst its banks - it turned out that the ground surface of Houston was 80% concrete. So, when there was a sudden flood, there was nowhere for water to go. That is a fundamentally unnatural condition, and Houston may be an extreme example, but to some extent the same applies to many, many cities. Which causes things like the heat island effect, loss of biodiversity which causes all sorts of problems to humans and non-humans.

So yes, I think that the urban is a state of mind, and the urban is a state of mind that really needs to be expanded to be a natural condition. So, I think that, I find it very problematic when people - architects in particular - say that they would like to have a connection with nature, because that would seem to imply that they are not natural in the first place. If

you are natural, you do not need to make a connection with nature because it is just a state of being, a state of mind. And so I think that if Paulo Mendes da Rocha is right - which I think we could go with - then that state of mind, that he talks about, just needs to be big, inclusive and really take on the idea of coexistence of systems, of designing, you know? You say we live in designed spaces - I think we need to have a big understanding of design, which is a process as much as an artifact, which is systems as well as fixed spaces and structures.

So, it's basically an agreement with the statement, but probably with a more expansive notion of what the urban mind might be.

Our third topic is capital-city. The 20th century was marked by a quest to provide housing for the greatest number, and its mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative. More recently, faith in the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomena of your bench unification provides challenges for these fights. Should the right to housing and to the city be a universal right? Is the right to the city the architect's duty, more so than that of the other citizens?

So, the answer to the first question: yes. Should the right to housing and the city be a universal right? Yes. The second part of the question is, I would say, also a yes, but a cautious yes, to both parts. There are two questions there. But under below those answers is a much more complex condition because the question is if you say yes and what you mean by yes.

I had a professor at university in the 90s, a very brilliant professor, who would say very provocatively "There is nothing that kills a city like housing. Which is going to generate a little bit of a kind of «woah, careful», and I think what he meant by it is that housing and, probably, the typological underpinning that comes with that is very dangerous. And the city is much more complex. I'll throw you back to the first question, the Jacques Herzog one. And then that professor would also describe the city as the best thing humans have ever invented to resolve conflict. Which I also think is a very beautiful way of understanding the city, but essentially as a species - humans are pretty conflictual. They make a lot of conflict and the city is quite a good way of getting off somehow - putting conflict into some sort of public domain and therefore the city needs to have all sorts of other institutions alongside housing for it to operate fairly, for it to make equitable environments. So yes, the right to the city is fundamental. The right to housing is fundamental, but I think that housing as a singular topic cannot make a city on its own and cannot be, I think, the sole agenda of Equitable City making.

Politically, architecturally, spatially, environmentally, has to be understood in relation to all the other systems and spaces that are made by the city. And so, I think that's why I would sort of say yes, but a kind of a qualified yes that we need to make sure that we don't bring one typology or one condition up as more important than all the others, because we could end up making what has been very problematic, particularly in the post war city - in a sense, all over the world - where there's been very significant housing development since the World War II, that have come with all sorts of social, economic, environmental problems associated, which is not balanced by all the other urban and cultural economic conditions that are necessary for it to be sustainable.

Common ground is our next topic and our question is related to what Doris Salcedo - the Colombian contemporary artist - says in one of her interviews: "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can turn claim the space for themselves." It's public space a mechanism for social cohesion?

I like her term that she "inserts herself obliquely and not directly", which is something. I sort of identify with it quite well. Is public space a mechanism for social cohesion? Maybe, I don't know. I find the term public space slightly unsatisfactory. What do we mean by public space? I think, it feels like the term public space belongs to a modernist discourse, which I don't think is up to date. When you say public space, do you mean space which is publicly accessible? Right? Which is different to space that is owned by the state or public agencies. So those are two fundamentally different bits of public space. So again, going back and saying this as a Londoner - the great parks in London, Hyde Park, Regents Park, St James's Park, Victoria Park in the East End, none of them are public. They're actually Royal Parks, right? They belong to the head of state. And they are not technically public space, but they are fundamental to the public life of the city, to the citizens' well-being.

[Inês Lobo] That's a big difference between Portugal or Lisbon and London, because in Lisbon all the public space is public. Eventually you have sometimes small spaces that are publicly accessible but are not public, are private, but it's not normal.

But let's say a café. A café is fundamental to the public life of the city, but it is not public space. Or is it?

[Inês Lobo] It is.

Right? So, I would say that the second part of this answer relates to the fact that one of the terminologies in architectural discourse that I find quite un-

comfortable is the notion of public and private. So, for it, and again, it's a very modernist discourse to separate these two things, maybe it goes back to Nolli, right?

[Inês Lobo] Yes, the plan of Nolli.

Because right now I would say I would be very interested to know how, whether you feel you are in public space or in private space. Because I think I can see Ana's grey kitchen behind her, you know? I can see Mariana's curtains and some of the objects on the fridge or on the cupboard behind you, right. So, we are all, to some extent, private, and we are all, to some extent, public. And I think that that's a kind of permanent condition that we operate in. Even when we sit in public space, we may well be entertaining private thoughts, right? So, to me, I find this notion of the public and the private to be slightly unsatisfactory in terms of describing the urban experience, because you end up between land ownership and political participation, where they somehow fall over each other in ways which the public and the private are never really capable of articulating or giving meaning to. So, and particularly as we go into more and more digital, more and more globalised experiences, the less the public and the private as kind of spatial conceptual vectors to me seems satisfactory. So I would be much more interested in how one describes, let's say, I mean the wood of the door behind Alexandra looks like a hardwood. It's not a wood that I would expect to see in Northern Europe. Unless it was imported. Which might then go back to port cities. It's a wood that I associate very much with a colour and texture that I associate with Portugal, and it reminds me of some of the joinery items of amazing projects by (Fernando) Távora and (Álvaro) Siza and that sort of thing. So, I could identify a little bit where you are. Some of you I have no idea where you are. Because, maybe, Leonardo, your shelves and plant pot - that could be anywhere. That's really hard. You know, so essentially this notion of public space kind of creeps into our private room. So, is it social cohesion? Maybe. But maybe, I would be much more interested in trying to explore other ways of describing social participation, political participation. Than, through, what I would consider a slightly post war welfare state-ish idea of the public room and the private room, because I think your question sort of touches, on the sort of the way that the market has sort of overtaken the welfare state in terms of the management and provision of urban space and urban facilities. Which is definitely problematic, and I think it was super problematic in 2009, 2010, 2011. I mean it, kind of, made the world stop operating. It causes an enormous amount of inequality. But nevertheless, maybe we just need new paradigms,

which are able to connect with the experience of the last three years. Somehow throw that into the future. So maybe no, public space is not able to provide social cohesion.

Hashim [Sarkis] addresses the question of collective living as follows: "We need a new spatial contract. In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demanding equity, inclusion and spatial identity together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing crisis that require global action if we are to continue to live". How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants?

Well, I think that quote is actually a very good answer to the question before. You know, it probably said more concisely what I was trying to say. How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants? The question contains two questions, because sharing and equity are quite different notions. Okay I'm going to skip to the second one, because I can't formulate an answer for the first one. How can a residential building provide a strong experience of equity between its inhabitants? I mean, equity just might come from making sure that residential buildings manage their conscience and unconscious hierarchies extremely carefully. Residential buildings, housing as a type, is relatively recent compared with buildings where people build houses. Apartment blocks and things like that are in the story of human history quite recently and they have and can have very progressive hierarchies, in the sense that they provide a continuous level of dignity to design from the most representational parts: entrances, facades, to the most everyday parts, the operation of certain elements and I think that that kind of managing... I don't think that you can ever have a building that doesn't have a hierarchy, that is completely flat, but I think you can have ones that sort of manage a kind of a rhythm of different dignities throughout the apartment, in the details, in the layouts, in the quality of light, the fresh air, that those are distributed in a way that's equitable and that provides equal dignity and comfort to its inhabitants, regardless of if they are large or small or what kind of domestic unit they host. In terms of sharing, on a level that's super simple that's to do with common parts, it's to do with open spaces around, access to them and the quality that they have, in terms of partly expe-

ritional pleasure, textile materials, light and so on, but also in terms of safety, visibility, making sure that everybody feels that spaces, somehow, have the right level of visibility, the right level of intimacy, which is a very subtle art, which is also deeply cultural. Some cultures are much more collectivised, and some are much more fragmented and private so... I think housing in Scandinavia is very very different from housing in Japan, which is very different to housing in Portugal, because the cultural differences are very striking and obvious, but nevertheless, there are moments of encounter between people however cold and frosty or warm and somehow exuberant they are, which is very much to do with climate, to do with how much time people spend outdoors during the year. This is a bit of a generalisation, but northern cultures are a little bit more private, restrained and southern cultures tend to be a little bit more exuberant, because life outdoors is a very significant proportion of one's life. Life outdoors in the far north is a much more challenging environment, so it goes back to climate and and so on, but nevertheless, I think the sharing side is probably fairly straightforward and it's really to do with all the places where people meet each other and the equity side is much more subtle, because that involves elements of design as well as political structures that then support them, but maybe that's one of the reasons why, I mean, since I was a student, I was very taken by the work of people like Álvaro Siza, particularly like the Malagueira housing scheme, how it was built in a sense of dignity or special quality, in the most unlikely places. So sometimes the things that are the most secondary, tertiary right down the list of kind of significant architectural moments, are the ones where somehow the project blooms the most and you really find out. And it's a very subtle game because you have to spend quite a lot of time with it to discover these things and you have to go quite deep into the project structure, you can't stand outside it and then somehow find its meaning, a lot of it it's either invisible or barely visible. And I think that's why the work is so striking, at lots of levels, formally, socially, politically... So that would be my best shot. It's a difficult question.

In the book "On and Around Architecture, 10 Conversations" by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its lifespan is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects should have a long lifespan and be seen as a permanent ruin which can be inhabited in a transient manner. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, they are cycles that should adapt to changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the

infrastructures or the facades and the envelope. This separation into three more moments, forces us into another way of designing, in which time is once again a fundamental factor in the process, time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

It's interesting. In the quote, he says it slightly differently than the question, he says that this should be durable and flexible and then your question is about "how should we define flexibility?" Flexible, maybe I will put it into the same category as public and private in one of the terms I mistrust that we inherit from modernism. Is a modular building system more flexible than a cave? I don't know, I think in modernism and modern architecture, flexibility has been often confused with kind of moving interchangeable parts, when flexibility is maybe more related to the durable that Stephen Bates talks about and it's basically buildings and the only exception that I would take, I would very much agree with the Stephen Bates quote, the only thing that I would disagree with is where he says he proposes the idea of looking at the design of a collective housing from the perspective of its life span. I would say: propose the idea of looking at the design of architecture from the perspective of its life span. So, I don't think this is something particular to housing. One of the things I really like in, let's say, kind of urban fabric in London, particularly in the older fabric in London is that what are often described as terrace houses, that kind of basic building blocks of the city has been houses, has been factories, has been offices, has been institutions, goes back to housing, becomes apartments, the apartments gets then join back together to become a house, and then they sold to an insurance company and becomes an office, and then it becomes an art gallery and it just goes on and on and on, and that's somehow one of the thrilling things about the design and built world – is the way that it can be reinvented – which is maybe another way of saying it's flexible. And I think in order for something to be flexible, it needs certain basic parameters to do with inhabitation, which generally have to do with accessibility, daylight, fresh air – very fundamental lifegiving conditions. It probably needs some level of beauty. I didn't want to go there because it's difficult to describe, but nevertheless, it does need some kind of sensory, visual, tactile, sculptural, spatial quality in order for us to return to it over and over again. If it's really dump, it gets abandoned, right? So, it needs a certain level of culture - let's call it culture rather than beauty – so that we can kind of project meaning onto it and do all the things that our culture needs to develop. So I would say flexibility just corresponds to the capacity of a place to absorb life, whether

its working life or other types of life. And the only other thing is that I really enjoyed the quote from Stephen Bates, but I'm not sure I would describe it in terms of primary structure like the skeleton and the other elements because, actually, even the primary structure can be adapted, even the skeleton can be changed, you know? Everything can be changed. It's usually a question of how much effort is involved in it and I think that as we step into, let's say, your generation's career, you will be doing a lot more adaptation than probably, certainly, any generation. Beginning a modernism and adaptation is gonna take also different forms, it's really gonna be how you reuse the existing both from a kind of operational side as do we needed to change our habits to adapt to a distinct condition – do we need to change our expectations, do we need to change building fabric, do we need to change primary structure – you know, we gonna be counting carbon so much more precisely than ever before that I think that the way which we make decisions about what is flexible and not flexible will really change very radically. I think, essentially, we will have to become more flexible - I mean, that's probably the first thing. Our expectations, our norms, our regulations will need to change to show a great deal more flexibility so that we stop demolishing things and rebuilding things when we don't need to.

So, continuing with that theme, and now about tradition and industrialization. Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the planet. But, we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

So, the previous question obviously relates very closely to this. Again, in the question are several questions, so if I go to take your first question very literally, "What is your perception of the changing role of the construction industry today?", my perception of the changing role of the construction industry today is, broadly speaking, quite negative in how slow it is at participating in a kind of change in paradigm about how we should engage in the built world. There is still more interest in, you know, selling us more products, more quickly, in greater volume, regardless of the cost. The construction industry will be the first actor to tell you that it's cheaper to knock it down and start again. And my wish is that it catches up fast and realises that

it can still be a very, very productive industry without necessarily always having to... it basically needs to slightly re skill in order to address existing fabric first, and be much more skilled and resourceful in terms of how one can adapt existing infrastructure – add to it, change it, and things like that. Which means that then we need a different skill set, and I think that schools of architecture – my own included, I'm sitting in ETH here today in Zurich, and still have curricula, which I largely inherited from, a kind of modernist century that precedes us – so we still have a hardwired kind of paradigm around how to make a new and better world. And certainly, when I was at university, let's say refurbishment, adaptation, reuse was sort of quite a secondary part of architecture, even to the extent that it was seen as not real architecture – real architecture is new buildings. I think the big paradigm shift is that that goes the other way, that the main topic of architecture is how to engage in the world that we find - that's certainly existing in the global north, right? So, we have to be careful here. Reuse and adaptation is absolutely critical, and maybe new buildings are like the exception, when the case can really be proven that it needs anew, then there are ways of doing that with less impact on the environment, on the carbon footprint and all of that. But I think that the big paradigm shift is that we need to be really much more focused around the notion of the existing and how that can be reinvented and given a proper future, and that's different, that's a kind of a next stage in industrialization. So repair, adaptation, maintenance, becoming sort of the subject of industry, which I think with digital fabrication it becomes a very plausible alternative, and there's a lot of research going on in that field like conservation, digital fabrication, digital scanning and so on - all sorts of circular economy things. Basically, the industry needs to catch up fast with the technologies, with the values and it is, in my experience, one of the slowest to keep up with the current debate.

Now we are reaching the end of the interview and our last topic is discipline. What is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the "common person". Resolution of this divergence requires a shared understanding about what is architecture. How can we define it?

I think it's perfectly natural, maybe even desirable, that the architect will always have extra motives than the one of this poor common person - they seem to be getting a bit of a rough deal. But let's say, the users, society, clients, (they) all have a different set of expectations of what is to arise out of architecture, and I think that it's really important that the architect is able to maintain a whole range of different layers around which their work operates

so it needs to perform certain practical functions. The architect needs to be very attentive to those and share them and allow people to participate in resolving them as best as possible. The architect also has a responsibility, beyond the client and the user, to a wider section of society that maybe encountered these things as part of an urban or rural environment. They are also responsible to the future, they're also responsible towards users, as yet unknown, and that perhaps will come in a very distant future and that they are able to engage. This relates to the previous question about flexibility / durability. I think that they also have a kind of duty towards the discipline and making sure that they contribute something to this kind of very long and complex story of architecture and some of those things may not be immediately accessible or relatable. So, the ease in which you take the bins out, on a Tuesday morning, may not be interesting to the architecture critic writing, you know, an insightful article. Yet, let's say the references and relationships to architecture history and theory may not be so interesting to the person bringing the bins out, and I think that's fine. I think as long as nobody feels ignored and nobody's realm of interest and meaning is being ignored, I think it's great if you have hidden motivations and hidden quotations and references. You know, maybe one day, one architect will go "Ah! I can see an influence of this in here", even if 99.9% of the people don't see it, that's absolutely fine.

[Inês Lobo] OK, Tom. Thank you very much. It was incredible.

It was really fun. Thank you.

Thank you.

Entrevista ao Arquiteto Jeremy Till, junho 2023

Good Morning Professor Till, we want to take this opportunity to once again thank you for coming here and taking the time to speak to us. As you may already know the purpose of this interview is to cover topics that are related to the manifestos we are writing in the final year of our architecture degree and as such, the interview will be guided by questions relevant to the overarching question of what is the role of architecture in 2023...

We can start with the first topic, which is "Cities – can we define them?". In a text written in 2003, Jacques Herzog says: "It is about time to get rid of manifestos and theories because they are not the heart of the matter. There is no theory about the city; there are only cities". He then asks, "How can we define it, since we can't understand the most complex and interesting creation of the human race?" and the question is: If we cannot describe our cities through models, how can we operate on them and find the logics for their requalification?

Well, first of all, with gracious respect to the Pritzker Prize winner, what a stupid thing to say. I mean, really, it's an appalling thing to say to students, I think that to say that there are no theories about the city, because it suggests, therefore, there's no theories about anything. If you can't have a theory about a city, you can't have a theory about anything. Which means that architecture detaches itself from any criticality. Architecture then becomes, which I've talked about in my work a lot, a kind of autonomous, self-contained, self-obsessed discipline. Because you can't have theories about the things that architecture engages with. So, I think it's a stupid quote - I mean, I don't know the whole quote and maybe, maybe... he does say some stupid things, it must be said. He may be a great architect, on architectural terms, he may be a great architect, but it doesn't make him a great thinker. And that's often the problem. And I think that this sense that - there's no theory about the city, there are only cities - is so dumb that it hardly dignifies the response, frankly. So, I dismissed that as a starting point. I would dismiss that as a starting point. And therefore, of course, you must engage with cities at a critical level. You must understand the relationship between space and power. You have to understand the relationship between politics and urban design. One has to understand the relationship between gender inequality and public space and so on and so forth. Therefore, in order to it, I think you use the expression "requalify cities", you have to engage with their complexities in terms of their politics, their criticality, and yes, their theories. Now, of course, many theories of cities are equally dumb in as much as they try to totalize the city into a single organism, or a single instrument,

or a single form of knowing, and that doesn't work either. You have to understand cities as these difficult, complex, interrelated, ecological systems, but to dismiss them as just "there are only cities" is just, straight forward, stupid.

[laughs]

Am I allowed to say that? That's OK, isn't it?

Yes, yes, it is.

Good... If Jaques Herzog wants to get back to me, I'm perfectly happy to have a debate, but of course he won't because he's much too grand.

Now moving on to the second theme, which is "Entangled Life" our question is: In one of his writings Paulo Mendes da Rocha refers to the idea of "urban" by saying: "The urban is nothing. The urban is a state of mind. The urban is man, we are the urban. And the city is our intrigue. A new intrigue between the men who inhabit it. That, in my opinion, is what urbanism is. The existence of an urban being who lives in the trust, hope and solidarity of the other."

Nowadays humans spend most of their time in "designed" spaces, is it the responsibility of those who design them to remind (humans) that they are part of nature? What is the role of nature in a city?

OK. I'm not sure that the question follows on from Mendes da Rocha's quote, so let me take his quote first. Again, I'm not sure I totally agree with it - "The urban is a state of mind" - again, suggests that the urban is made-up of existential individuals who wander around the city in their own state of mind and that there is nothing kind of above that as a controlling force, there are no politics, there's no ecology and so on and so forth. So, I'm not sure I kind of agree that urban is a state of mind. I particularly haven't seen what I think is his greatest building, almost his last building, which is the urban SESC in São Paulo - it's a fantastic building, which is much more than the state of mind - that's a deeply political building. I don't know if you know it, but it's the one with the swimming pool on the top - that's not a state of mind! That's a deeply political building about rights of individuals, about opening up a kind of democratic space, and that's much more than individuals as existential beings, that's individuals as sentient political beings, and the building responds to that absolutely brilliantly. I'm less keen on some of his more formalist stuff, but I think that that building is a kind of sense of what a city could and should be, and that's where, you know, I would agree that the existence of another being is of trust, hope and solidarity of the other. That building for me expresses that rather brilliantly. But to go to the second bit of "what is the world of nature in a city?" You can only answer

that question by asking what is the world of nature from the start and, of course, one of the tragedies that we are confronting at the moment in terms of climate breakdown and the potential of the 6th extinction is the modern mind's separation of humans from nature and as soon as you separate humans from nature, intellectually, conceptually, and then operationally, then nature just becomes this kind of inner reservoir to be emptied, this inert set of matters which are there to be exploited, appropriated and in the end lead to our downfall. I just read this morning that despite COP 26 the remaining native forests, rainforests in particular, we lost the equivalent of Switzerland just last year and that's because those forests are seen as places for capitalist extraction, they're seen as places with not of living beings and so on and so forth. So, I think you can only answer the question - what is the world of nature in the city? - by asking the bigger question which is "what is the relationship of human to the beyond human? The trouble with your question "what is the role of nature in the city?" is that nature becomes a kind of pathetic symbol within the city, of something which isn't natural at all and you get that in the way that so-called sustainable architects greenwash their buildings by planting trees on them. You know those awful skyscrapers by Stefano Brera, in Milano, which, you know, actually put more carbon into the concrete structure to support the weight of the trees, then you might sequester over 1000 years of the building. So, the idea that nature in the city can be refound needs to be always realistically understood that this is no longer nature, that nature and the city is no longer nature. In as much as it only exists as an artificial kind of symbol and representation of nature, rather than what nature really is, which is a living, breathing, ecological set assistance. However, one can understand the city in those terms as a living, ecological system, and at that stage then the relationship of man to nature, I think becomes more interesting. But the idea that if we just put more green roofs into the city, yeah, that helps a bit, but it's not going to make climate breakdown go away.

Our third topic is capital city, and it has to do with the right to the city and the right to housing. The 20th century was marked by a quest to provide housing for the greatest number, and this mission was central to architecture and city making, mainly by public initiative, more recently facing the invisible hand of the market and in private investment as an answer to the problem of housing emerged. However, the current phenomenon of urban gentrification provides challenges for this phase, and the questions are: Should the right to housing and to the city be universal rights? Is the right to the city the architect's duty, more so than any other citizens?

So, to answer the first question, you have to say absolutely yes, the right to housing and to the city is a universal right. And the idea that housing has become simply the kind of financialization of space, particularly in cities like London, which the commodification of housing is part of a wider financialization of space for profit, means that any right of housing is completely overwhelmed by the so-called, but completely immoral, right of the market. So that the free market is the right wing, libertarians will assert that there is some kind of ethical duty to go along with the so-called right of the market, and that in a way the markets become for them something of moral purpose. Whereas in fact the right of the market overrides and overrules and overwrites the right of people to housing and certainly within, I don't know what it's like in Portugal, but certainly in London, and in the UK. The way that a right wing government now – an extreme right wing government – has completely handed over housing to the market, was meant to collapse housing in relation to affordability, in relation to social housing, and so on and so forth. And that in turn has a whole set of economic and social consequences in relation to inequality. So yeah, absolutely that the right to housing is a universal right, and one of my favourite documents of the last year was the draft constitution for Chile, but unfortunately it was not voted in, but it's a remarkable piece of writing, I urge everyone to read it. Which starts with something about the rights of nature, referring back to the previous question, but the bit on housing talks very clearly about the rights of housing as a universal right. It doesn't come up with solutions, it comes up with principles. In relation to "it's right to say it's the architect's duty?" Well, yes and no. I think that question over dramatizes the potential role of the architect, the architect is not going to provide right to the city. That has to be a societal and political will. But the architect can engage in those discussions and then empower some of the ways by which the right to the city might come out. But of course, architects in their traditional role of just providing so-called nice spaces, are not going to provide right to the city because they're not architects too often, as we go right back to Jaques Herzog. They detach themselves from the political and social arena.

So common ground is our next topic, and our question is: Doris Salcedo, the Colombian contemporary artist says in one of her interviews "My process is to interfere, to insert myself in the public space obliquely and not directly, so that others can in turn claim the space for themselves". Is public space a mechanism for social cohesion?

Can be, yeah. Well, social cohesion, but also democratic life. And one of the tragedies of the contemporary city, whether it is in authoritarian states such

as China or whether it is in the kind of privatised world of the UK and bits of Europe, is that public space has become private space. And as soon as public space becomes private space - and what in London are called POPS, which are privately owned public spaces - as soon as that happens then the demands and privileges of the people controlling the private space assume authority over what the public want to do. So, one example is the space outside central St. Martins where up to recently I've been head of which looks like a really beautiful public space, but actually it's very privately owned. And if you try to do anything in that space, if my students went outside and put banners up, within seconds they would be stopped by the private security people. So, we also need to look at what constitutes public space these days. What is left of public space within the city and in London it's increasingly diminished so that when 'Occupy London', you know? The campaign against the City of London - basically a campaign against capitalism, global capitalism. When they tried to occupy London, there was nowhere for them to occupy, because everything's privatised. So, the only place they could occupy was the steps of Saint Paul's Cathedral and even the Christians got fed up with them in the end and booted them out. So, I think that public space can absolutely be a place in which democratic life can and should be pursued. And if you take examples like the occupation in Madrid, when the public spaces - that was an extraordinary moment - were claimed for a democratic purpose. And therefore, we have to keep holding to the idea that public space is the space of democracy and with it potentially whether social cohesion is right. Because that sounds a bit determinist to me, but certainly of social life, then yes. And if social life is uncomfortable sometimes, because it's agonistic, because it's not all clean, because it's confrontational, then that's what public space must allow, whereas what happens to the privatised space is regimes of control, of surveillance, which wipe out all those differences.

Thank you.

I've been quite articulate today, haven't I? Let's just keep going, OK?

OK. The next theme is to inhabit. Hashim Sarkis addresses the question of collective living as follows: "We need a new spatial contract. In the context of growing political divisions and increasing economic inequalities, it is urgent to imagine spaces in which we can live together generously: together as human beings who, despite our growing individuality, wish to connect with each other and with other species through digital and real space; together as new families seeking more diverse and dignified spaces for habitation; together as emerging communities demand-

ing equity, inclusion and spatial identity; together across political boundaries to imagine new geographies of association; and together as a planet facing crises that require global action if we are to continue to live (...)"'. How can a residential building provide a strong experience of sharing and equity between its inhabitants?

Ok, well, that's a better quote. That's a good quote. I can support that quote. I think that, again, it suggests potentially too much agency and influence of design, and I think that, to start with, one needs to consider notions of ownership of tenure, of land and of collectivity, before one can even get anywhere close to what Sarkis is talking about. And I suppose the best examples of those are the examples of co living of cooperative housing, and so on and so forth. And interestingly, probably the most radical versions of those are in Zurich, where one can see these most extraordinary experiments of cooperative living. Not experiments, they're real cooperative living, but they are only possible because the ownership of the dwellings is shared and not part of the marketplace. And so you need, first of all, to consider issues of ownership and of land, before one can even begin to address issues of the kind of sharing and equity, because if housing is simply down to a matter of commodity, then anyone buying into that, and for completely understandable reasons why people want to get on to what's called the housing ladder, I completely understand that, but as soon as you're on the housing ladder, you are in the position of trading, because you want to sell on your house for the next. Now, if your house doesn't have a kitchen because there's a shared common or kitchen in the basement, then the market value of your house may be diminished. So, I think that yes, there are - the examples in Zurich are quite extraordinary. What then? Through discussions with the collective and with the cooperative, you end up with these extraordinary spatial considerations and resolutions in which individuals, in some cases, are living in about 25 square metres, but they have access to about 300 square metres of collective space, and that is where you can see a kind of a sensibility of a spatial will. I want to live together because I am part of a collective and I have committed myself to the idea of a collective and of collaborative living, you can see that social contract being played out as a spatial contract and so yes, that is where you can see intelligent architects working with the collective in relation to this idea of sharing an equity.

Moving on to the next theme, which is durable and reversible. In the book "On and Around Architecture: Ten Conversations", by the duo Jonathan Sergison and Stephen Bates, the idea of looking at the design of a collective housing building from the perspective of its life span is mentioned. Its skeleton, in the view of these architects, should have a

long life span, and be seen as a permanent ruin, which can be inhabited transitorily. For this it should be flexible and durable. The other life cycles are intermediate, i.e. they are cycles that should adapt to changes. The skeleton is thus inhabited by the diverse components of the building, like those that ensure the functioning of the infrastructures or the façades, and the envelope. This separation into three moments forces us into another way of designing in which time is once again a fundamental factor in the process - time of execution and time of life. How should we define flexibility in architecture? What is its biggest obstacle?

Well, I could be on this for a long time because I spent three years researching this and Tatjana (Schneider) and I wrote a book about flexible housing, which I think actually includes something from Sergison Bates in it - I think it's one of the examples. So it's a good quote and I could go on for ages about this. What's stopping it? Well, how do I define flexibility? So let me just - if I can dredge it up - this project was a long time ago. We defined it in two ways. First of all, what we call hard flexibility, which is when architects over-determine the flexibility of the spaces by putting in gimmicks and lots of sliding doors and like the Schroder house or like the Corbusier minimum dwelling and so on and so forth. And that's where architects think that they can extend their control of the building beyond the moment of execution, and that we called hard flexibility and we didn't like that one and, against that, we proposed a thing called soft flexibility, which is where the architect works in the background and provides a kind of - as Jonathan Sergison is talking about or searching dates are talking about - framework for living without over-determining it. So, typically, what I might do is that you might design a building in which the rooms don't have designated functions. So rather than having what's called type fit functionalism, where every single room has a defined purpose and a defined shape for that purpose which ties people into certain ways of living, you design buildings which rooms don't have a particular functional purpose, but over time can be changed around depending on the life of the building and the life of the occupants. And that is also what social debates are talking about and what John Harbaugh talks about, which is the idea of a kind of layered system of understanding. Hard Bracken talks about supports in which you basically have a support structure and then the infill. Stuart Brand talks about a kind of more layered system of the foundations having a kind of a very long lifespan, the structure having a slightly less long and so on and so forth, the cladding and then the services and then the furniture. So, he has a five step process and I think that the other thing that stops is that architects don't like losing control and, therefore, the idea of flexibility is

also the idea of the users asserting their own control over the building and this is why most pictures of architecture are taken at the second of completion because the second of completion is the one moment when the architect has full control. And as soon as annoying people called users move in and start mucking the building up, then the architect's lost control and with the losing of control they feel that they are losing their identity. And as I've talked about in *Architecture Depends*, architecture depends on lots of things including time and including annoying people like users. Get on with it! Just get real people! This is going to happen! And therefore, you need to both change your way of thinking about control, but also be prepared to work in the background and to be intelligent about designing a frame for living as opposed to the foreground of living. If you're working in design, the background frame for living, it may not look like anything, and yet it's a consummate act of design, it's an incredibly skilled act of design, to design the background. But of course, architecture culture mainly relies on the foreground for its publication, for its award system, for its identity and so on and so forth. The classic example which I talk about in *Architecture Depends* is Stewart Brand criticised Richard Rogers and Renzo Piano, but particularly, Richard Rogers took a huge offence at it, for saying that the Pompidou Centre had a rhetoric of flexibility, but actually when people tried to change it, the architects didn't like it. And Richard Rogers sued Stewart Brand for saying that and demanded that that simple statement was taken out of the English edition of *How Buildings Learn*. And so, you get someone like Richard Rogers, whose whole rhetoric is to do with technology enabling change and flexibility and bla bla bla... actually getting really offended when someone points out that the Pompidou Center is very inflexible. Piano, by the way, was much more relaxed about it and said something funny about it which I can't remember. So, flexibility for me is more to do with what Jonathan and Stephen say which is to do with designing a background frame, but then relinquishing control and then drawing the relinquishment of control.

About tradition and industrialization. Today, we are aware that the construction industry, as well as the use of buildings are, directly or indirectly, the biggest sources of pollution on the planet. But we continue to be called to build at a time of climate emergency. Therefore, the present time seems to be an opportunity to rethink what building means and must involve. This implies changes on all those who take part in the process: the designers, the industry and the builders. What is your perception of the changing role of the construction industry today? Particularly in comparison with other moments in our history when industrialisation had a predominant role?

Well, let me talk about the project I'm working on at the moment because that sort of answers your question. The project I'm working on at the moment with Tatjana and a team called Molve (???), was called Architecture After Architecture, which makes the argument that the modern project and the project of industrialization and the project of global capital is severely threatened by climate breakdown. If we are going to face climate breakdown, we need a complete systemic change, which means that all the principles and ideas and tenants and operations of the modern project need to be reconsidered.

The second bit of the argument is that architecture, as we know, has been absolutely, as you say there, tied into the operations, principles, and tenants of the modern project. IE that climate breakdown also completely threatens architecture as we know it. So, the question we're asking is what is architecture after architecture? How does one completely reconsider the operations of architecture in the face of climate breakdown. And that makes a very polemic and kind of radical question to ask, but we think it's an absolutely necessary one. Now, of course, for the time being, buildings would continue to be built, but we need to challenge that as a principle, we need to say "Do you need to build more buildings, or can you deal with what we've already got?", "Can you retrofit what we've already got?", "Can you redefine and reconsider what we've already got?". But if buildings continue to be built, of course they also need to be as carbon positive as they can be, and we need to take seriously the reduction and decarbonization of the built environment. But what we're asking is, if there is the need for systemic change, and including, and probably most necessarily, a challenge to ideas of endless growth on which architecture has resided and on which capitalism is addicted to, endless growth comes with endless extractivism and endless exploitation of the natural world, and therefore we have to be moving into the world of different growth. We have to. Architecture simply is not confronting that as an issue, because we have been relying upon an addiction to growth for our own internal economy to keep architectural culture and architectural profession going, we need to have growth. So, what happens when we can't have growth? And we cannot continue to have growth. We cannot continue to extract from this world, so what then is the world of architecture? And what we are saying is, that the new social contracts and social formations and economic formations, which we need in order to face climate breakdown, will have with them new spatial formations. Now, these may not be manifested through nice buildings which win awards. In fact, almost certainly they won't be manifested through nice buildings that

win awards, or continue in the tradition of formalism, or tradition of aesthetic, or tradition of Portuguese vernacular or whatever. These new spatial formations are not going to be reliant on the production of new buildings, they're going to be reliant on intelligent spatial agents, which Tatjana and I have also written about. Understanding these new social formations and working with these new social formations to understand their special consequences. So, I think that we need to consider, really urgently, what are the other ways of operating spatially. And this is not a negative thing, it's a really positive thing. But to do it, we need to break our addiction to the current way by which architecture, the construction industry, is working.

Our last topic is discipline. What is often valued among architects does not necessarily correspond to what is valued by the common person. A resolution of this divergence requires a shared understanding about what architecture is. How can we define it?

Well, I think that the first bit of that question is really difficult because the first bit of that question is too often framed as an aesthetic question. Architects are very loving of certain aesthetic and formal ideas. And the so-called common man doesn't get that and therefore the common man doesn't like modernism because it doesn't look as nice as old buildings. The common man doesn't like shiny buildings because they like... and so on and so forth. So often that kind of disciplinary divide between what architects think the world should be like and common man is reduced simply to a really banal aesthetic argument, and that's what the traditionalists love, the culture wars of the traditionalists is saying the common man likes buildings with pitched roofs or made of brick which look like a village from 18th century in England or 16th century in Portugal vernacular. And that's what the common man likes. And you go away and start designing those and don't design your horrible concrete monstrosities, so that's a kind of culture war around all of that, which is banal, which is not interesting. But architects are their own worst enemy. Because they too are addicted to those forms of value, the value of the aesthetic, the value of the new, the value of the so-called innovative, a part of what keeps driving architecture culture. And that means that you get a set of very self-contained obsessions which actually don't deal with the urgencies of the world. And the biggest urgency is that of climate breakdown. So, the idea that by designing so-called nice buildings which have a few trees on them that you're going to address climate breakdown is a really evil idea in my opinion, because it detaches you from the actual causes of the issue. And one of the things we're talking about in the project is really simple - the only way that ar-

chitecture can engage with climate breakdown is not to address the symptoms, but to understand the causes. And what most sustainable architecture does is just deal with the symptoms. The symptoms are... there's too much CO2 going into the atmosphere. Therefore, we need to reduce that by having more insulation or more air tightness or whatever. Of course, that's important, but it doesn't deal with why CO2 is being produced in the first place. What are the political and economic forces which are leading to climate breakdown? Most obviously the forces of colonialism, of late colonialism, and the forces of capital. Now those forces we need to engage with as architects, we need to become much more political, we need to become much more critical, which is why the Herzog thing is so ridiculous and we need to become much more social. And so, I can't define architecture. Because I think that would suggest that I have a kind of a single definition which I don't, but I do have (and again we talked about it a lot within Spatial Agency) I do have a very kind of direct routine to it (which is followed from the French philosopher and sociologist Louis Lafferre) which is to say that social relations are also spatial relations. And therefore, there is a direct relationship between how things play out in space and the designer space. And at that level, then, architecture becomes a deeply social, political and now ecological manifestation becomes this relationship between social relationships and spatial relationships, fundamental to understand architecture and I often say to first year architecture students, if I ever see them - whenever you draw a line on a piece of paper, your first priority is not to see that line as defining a form or defining an aesthetic or defining a technique - that line is determining a social relationship. Every single line determines the social relationship in some way or another. The height of a table determines how people sit at it. The size of the table determines how, you know, look at Putin...

[laughs]

The size of his table and the way he sits at the end of it, that is a very spatial issue to do with power and so every single line that you draw has a social consequence. End of. That's my definition of architecture. No, it's not because that's just as anyone, but it's a start.

Thank you. And I think we are done. It was a pleasure. Thank you very much.

It's a pleasure. Do you have any other comments that you want to make?

[Miguel Judas] Well, if they don't have, I'll budge in. I don't know if you know a Brazilian architect called Sergio Ferro.

Yeah, yeah, yeah.

[Miguel Judas] His discourse is all about those kinds of tensions and the politics behind the discipline and all that stuff that we tend to, I would say, put aside nowadays, and I think as you mentioned, we have to engage in that. This is a profoundly political profession.

You know, Ferro and a friend of mine, Katie Lloyd Thomas and a team in Brazil are doing a huge research project called "Translating Ferro", which is literally translating his work into English, but also translating the implications of Ferro into our contemporary condition. So, Ferro starts with a very brilliant analysis of architecture and relation to the construction site. There is a much broader discussion that one can have about the implications of Ferro, which I think are absolutely relevant and we were privileged to have Ferro talking at Central St. Martins - OK, he was in France, but there he was and we had him there and it was a really great event. So, you could go and look at "Translating Ferro" website, it's got lots of really good stuff on it. But of course Ferro is a Marxist and to stand up now and say you're a Marxist in these contemporary cultural control conditions, you're onto hiding to nothing, but of course Ferro's Marxism is, by implication, a deep critical dive into the violence of capitalism and, yeah, we need to understand the violence of capitalism, we need to understand what it's doing to our public spaces as I was talking, about what it's doing to our natural environments and so on and so forth. And therefore, I make no apologies of following through a Marxist analysis the way that I see the world.

[Miguel Judas] Thank you very much, Jeremy. Thank you for your time.

It's a pleasure! Ciao!

[Miguel Judas] Thank you! Bye bye!



[Figura 97] "BAYERISCHE STAATSBIBLIOTHEK MÜNCHEN, CLM 210," . [818]. Autor: Anónimo. Fonte: Digital Exhibitions at Special Collections & Archives, Queen's University Belfast, <https://omeka.qub.ac.uk/items/show/575>

Entangled Life

_ Do Antropoceno ao Simbioceno

A separação entre o natural e o urbano é artificial.

O artificial, como oposto de natural, não existe: tudo é feito das mesmas moléculas, em constante transformação. Onde “começamos e acabamos” é algo arbitrário: somos todos parte do mesmo organismo, integrando o sistema fechado a que chamamos planeta, cidade, casa.

Se um ecossistema é uma comunidade onde interagem, de forma sistemática, organismos vivos - como eu, o meu cão, vocês, as árvores de Monsanto - e não vivos - como este edifício, a infraestrutura da água, o rio Tejo - as cidades são ecossistemas. No entanto, os ecossistemas criados pelas nossas cidades destroem os ecossistemas originais dos locais onde estas se implantam. O ideal seria encontrar um meio termo, em que a fauna autóctone consiga conviver com a fauna “exótica” que vamos inserindo nos locais em que habitamos.

Quando o ambiente construído, que serve de cenário para a nossa vida enquanto espécie, exclui à partida, uma grande parte dos processos naturais dos quais dependemos, somos empurrados para a beira de um colapso ambiental.

Enquanto o Urbano for antónimo de Natural, a nossa sobrevivência estará em risco.

A arquitetura, que produz espaços de interface entre Humanos/Natureza, tem a responsabilidade de tornar evidente esta consciência de conexão que é essencial à nossa sobrevivência, e isso pode ser feito, invocando uma partilha num expanded field - a partilha entre humanos é essencial, assim como uma partilha inter espécies - o que é bom para a natureza, é bom para mim. Queremos viver em cidades em que existe

fauna para além de humanos, cães, gatos e ratazanas!

Queremos viver em cidades com solos férteis!

Queremos viver em cidades com ar limpo!

Queremos viver em cidades produtivas e subsistentes!

O aparente controle sobre o mundo natural beneficia-nos e prejudica-nos simultaneamente - há que encontrar um equilíbrio, porque ao magoar a Natureza, magoamo-nos a nós. **Tudo está ligado.**



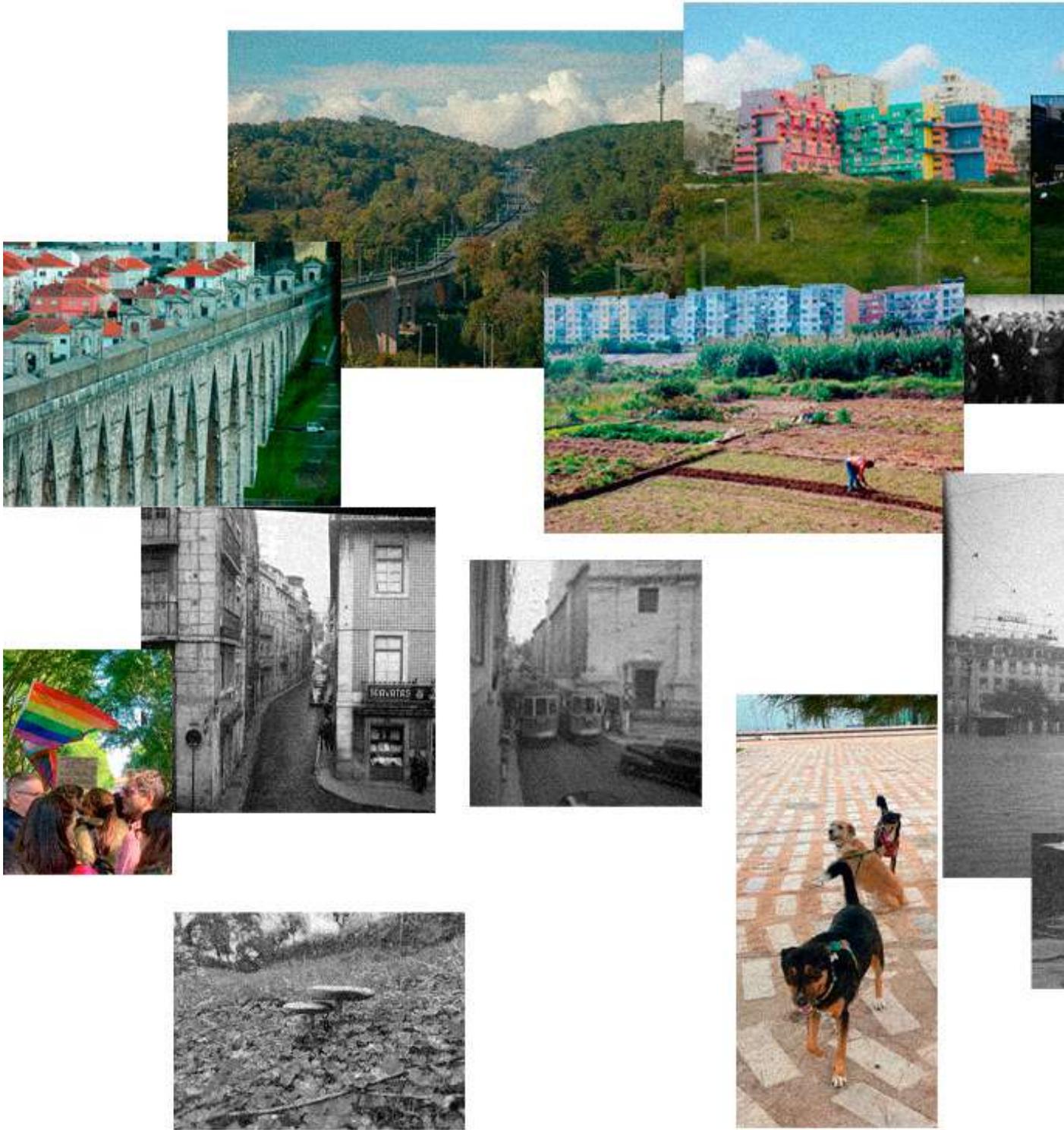
[Figura 98]



[Figura 99]

[Figura 98] Urban Growth in Las Vegas, Nevada, USA. [1972][1992][2022]. Autor: National Land Imaging Program. Fonte: <https://www.usgs.gov/media/images/urban-growth-las-vegas-nevada-usa>

[Figura 99] "Lactobacillus Bacteria Growing". [2018]. Autor: David Barlow. Fonte: David Barlow Film Archive, <http://www.davidbarlowarchive.com/categories/microscopy/bacteria/lactobacillus.html>





[Figura 100] Montagem fauna e flora de Lisboa. [2022]. Autor: Maria Malato
197



[Figuras 101 e 102]

Chão Comum

_ Tecido Conectivo da Humanidade

As cidades são uma invenção humana que prova, não só que temos a vontade e a necessidade de estar perto uns dos outros, como temos a capacidade de cooperar de maneira a conseguir construir, juntos, grandes estruturas e grandes narrativas.

O que nos distingue das outras espécies é a capacidade de aprender uns com os outros: somos “máquinas de aprendizagem ultra sociais” - e isso reflete-se em características físicas como a nossa capacidade de corar, ou a “parte branca” dos nossos olhos que expõe, sem falar, para onde estamos a olhar.

Os outros animais tem uma *poker face* muito melhor que a nossa, no entanto, esta capacidade de comunicar involuntariamente, em vez de nos tornar mais fracos, torna-nos mais fortes. A cooperação foi e continua a ser imprescindível para a nossa sobrevivência. Assim como a solidão nos faz doentes, a conexão faz-nos prosperar (Bregman, 2020).

A cidade não só nasce da cooperação, como a fomenta. Podemos ter muitas casas, mas se não existir um chão comum, em que se partilha e coopera, não temos cidade. Se a humanidade prospera através da aprendizagem com o outro, a exposição oferecida pelas cidades é uma enorme vantagem que nos permite não só aprender mais, mas criar coesão, confiança e conforto.

Há estruturas essenciais para o nosso desenvolvimento como humanos, e a escola e a rua são exemplos disso: estar numa escola e numa rua onde todos são iguais a mim, retira-me a oportunidade de usar a capacidade humana de aprendizagem social para aprender que há maneiras diferentes de interpretar/interagir com o mundo. A minha

narrativa sobre o mundo pode ser mais ou menos desconectada com a realidade dependendo da partilha a que estou exposta e a cidade deve ser um mecanismo que fomenta essa aproximação ao real, que é vantajosa para todos. Sem uma exposição ao outro arriscamo-nos a viver numa sociedade de cliques, pondo em causa a democracia.

A arquitetura, que constrói o cenário para a vida, pode ser o motor de partilha e encontro. Não podemos servir um cliente, temos de servir o mundo que queremos construir: Um mundo justo, tolerante e igualitário, onde somos expostos ao outro e decidimos partilhar.

A arquitetura deve à cidade e às suas populações criar conforto na exposição ao outro: Para criar lugares urbanos, onde se partilha, temos de ter espaços onde possamos estar, confortavelmente, rodeados de estranhos.

Densidade ≠ Cidade

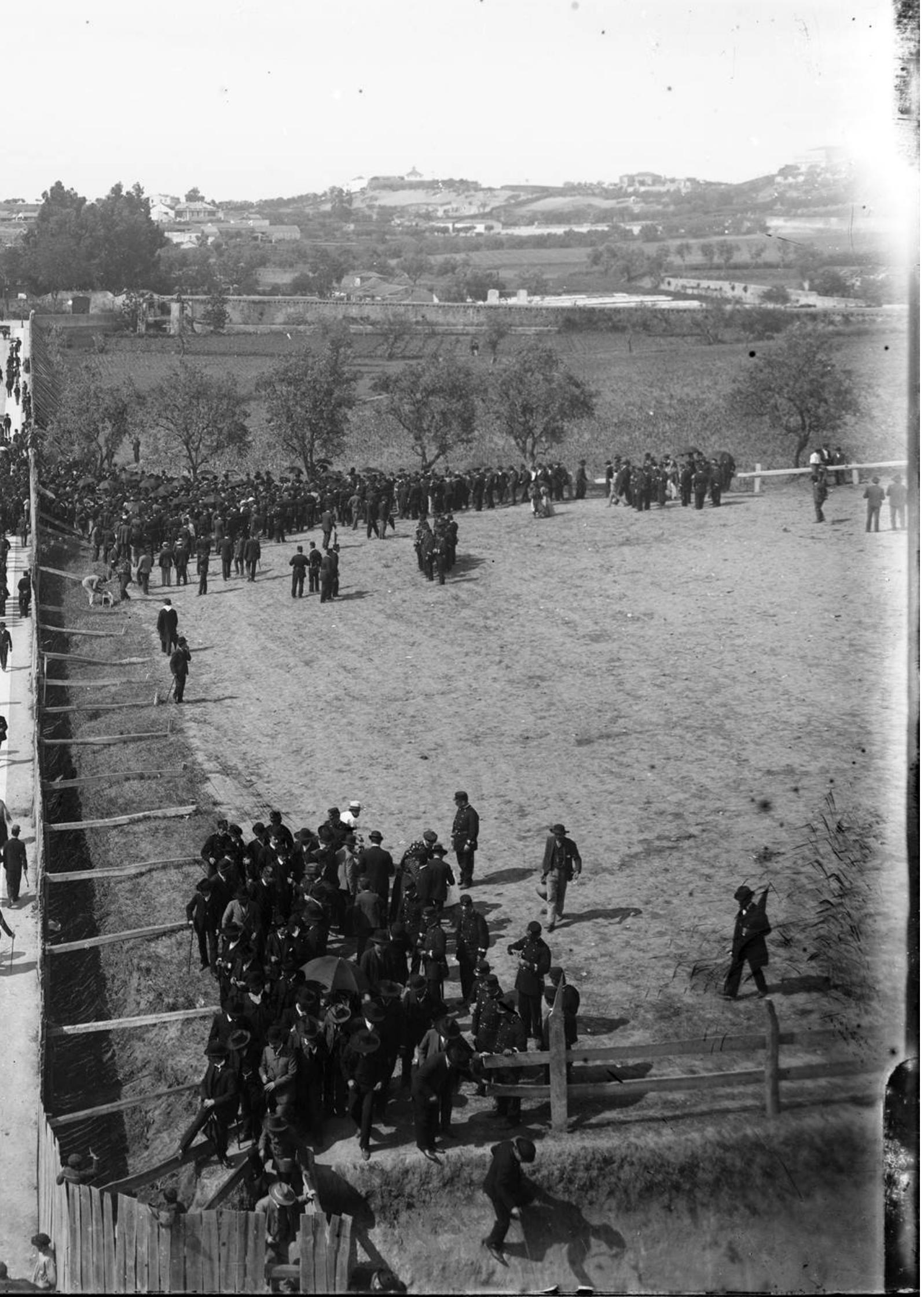
Duas cidades podem ter o mesmo número de habitantes, no entanto, se uma delas tiver espaços de partilha na forma de praças, jardins e parques, esta terá um chão comum mais robusto do que outra, cujos espaços de partilha sejam elevadores, corredores e vãos de escadas.

Uma cidade tem de ter uma mistura equilibrada de espaços privados, espaços públicos e espaços de ligação mesmo que, à partida, isso não dê lucro.



[Figuras 101 e 102] Heimat. [sem data]. Autor: Peter Bialobrzeski. Fonte: Site do autor, <https://www.bialobrzeski.net/heimat>
[Figura 103] Privado, Público, Ligação. [2022]. Autor: Maria Malato







[Figura 105]

Habitar

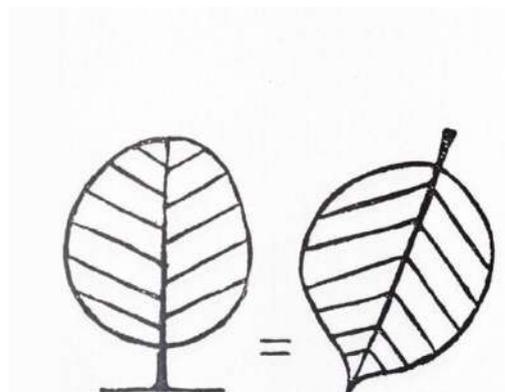
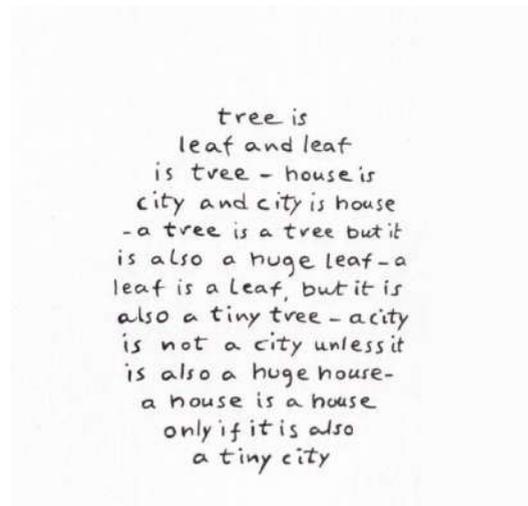
_ Onde começa o espaço privado?

Podemos pensar na Casa como a expressão máxima do individual, e podemos olhar para a arquitetura como um mecanismo que intensifique essa individualidade - a individualidade do arquiteto, que se "expressa", a individualidade do cliente, que procura uma casa "à sua medida". No entanto, de que depende essa individualidade?

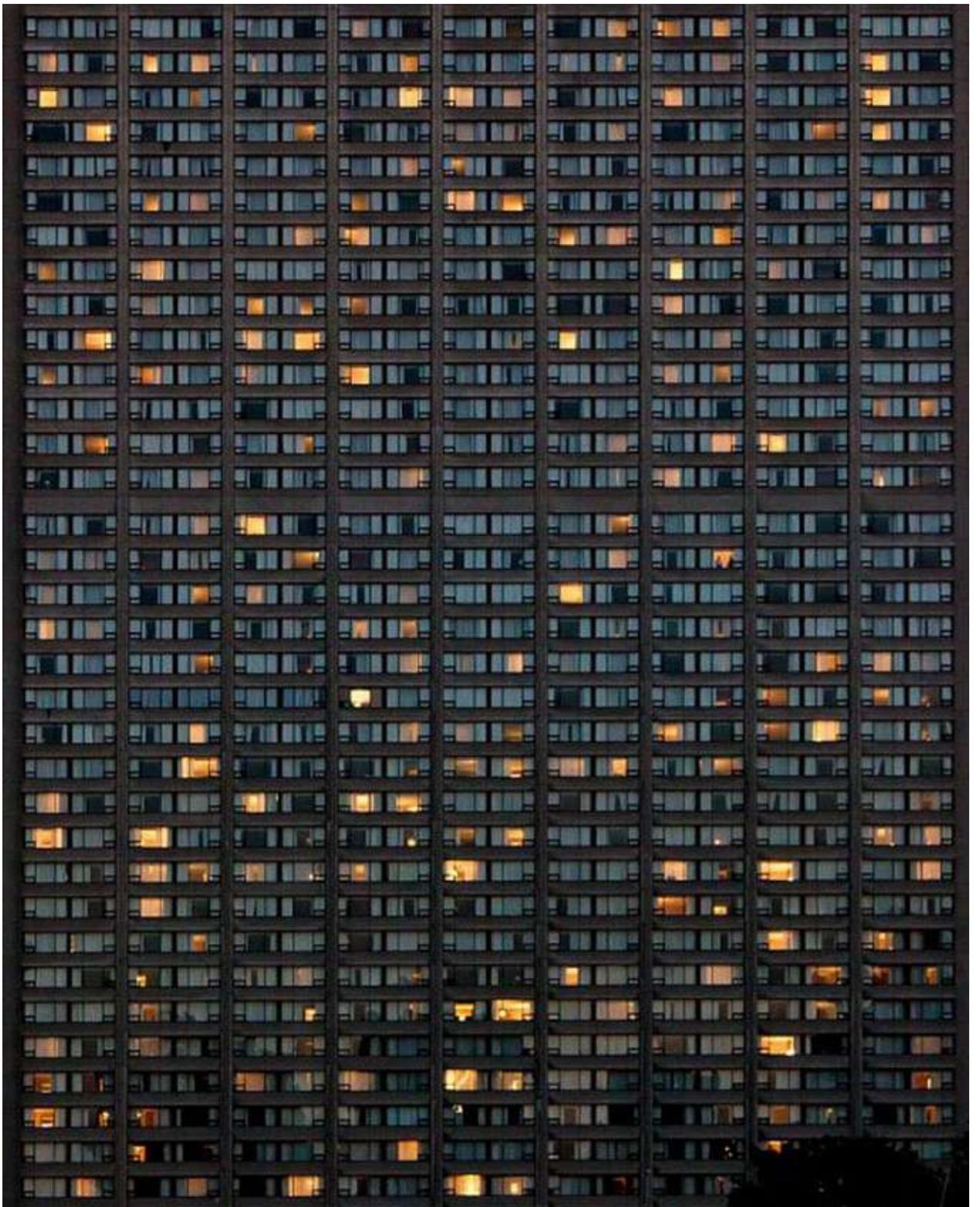
Para que o meu espaço privado seja habitável, preciso de recorrer a inúmeras coisas que são de todos: uma rede de águas e esgotos, uma rede de eletricidade, uma transformação de recursos naturais, etcetera. Para além disso, todas as coisas que construir para mim, durarão mais tempo que eu. Até que ponto podemos olhar para a casa e para a arquitetura, como um método de explorar as particularidades de cada um, em vez de algo universal, através do qual podemos explorar as nossas comunicações. Todos temos, praticamente, as mesmas necessidades: precisamos de pertencer, ter conforto, uma casa, espaço para evoluir, e precisamos de exercer a nossa autonomia, no entanto, essa autonomia não se pode sobrepôr à do outro - a aspiração não é sermos todos iguais, mas termos igual acesso à individualidade.

A casa pode ser vista como essa interface, onde o que é de todos interage com o que é "meu", e deve procurar uma relação positiva entre ambos, sempre em compromisso com o outro e com o lugar.

Podemos olhar para um projecto de habitação como algo que se serve da cidade ou como algo que a serve. Procurar resolver problemas comuns - neste caso urbanos - com ações privadas, beneficia-nos a todos.



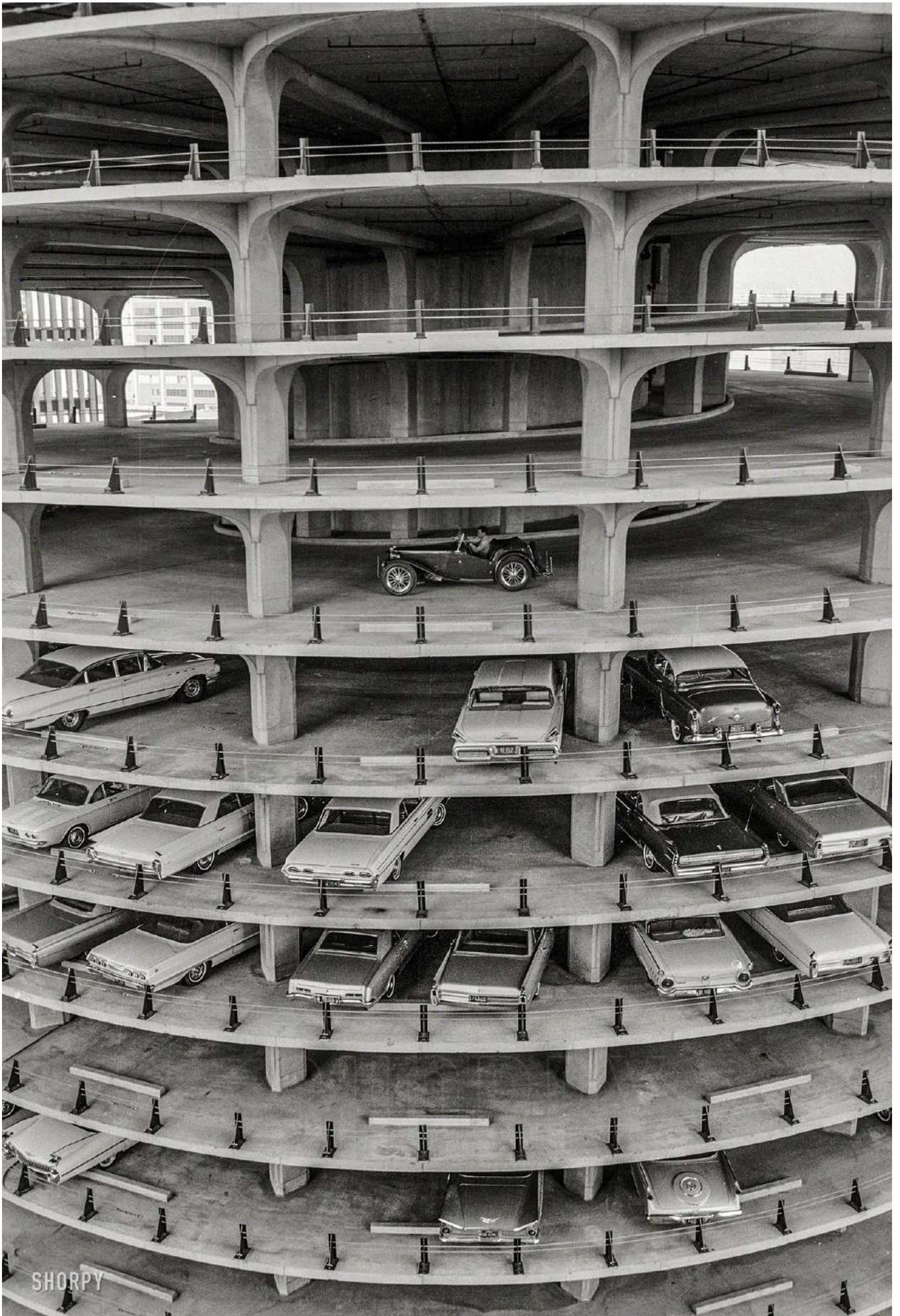
[Figura 105] tc28, série transparent cities. Autor: Michael Wolf. Fonte: página do autor, <https://photomichaelwolf.com/#transparent-city/8>
[Figura 106] A City is a Tree [1962]. Autor: Aldo van Eyck



[Figura 107]



[Figura 107] City Life. [sem data] Autor: Andreas Gursky
[Figura 108] Earth at Night Imagery. [sem data]. Autor: NASA. Fonte: Scientific Visualization Studio. <https://svs.gsfc.nasa.gov/gallery/earthat-night-imagery/>



[Figura 109]
206

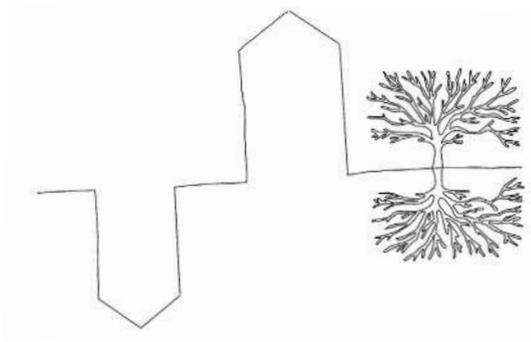
Durável / Reversível

Os nossos edifícios duram muito mais que as necessidades que os criam em primeiro lugar. No entanto, ao nos confrontarmos com a finitude dos recursos que precisamos para construir, é necessário permitir que os mecanismos que usamos para resolver os problemas atuais, possam ser usados para resolver os problemas futuros.

E é por isso que a obsolescência planeada não faz qualquer sentido:

construir e remodelar constantemente pode ser lucrativo, mas a evolução das necessidades é rápida o suficiente para que a esta surja naturalmente. A adaptabilidade permite agir sobre um território ou uma construção, gastando muito menos recursos. O preço a pagar pela obsolescência é pago por todos.

A nossa missão é cumprir a resolução dos problemas atuais, olhando para o que construímos a vários tempos, uns mais previsíveis que outros. Não podemos pôr em causa a futura cidade desejada, para cumprir a atual. Não podemos, para ter casas que se adaptem perfeitamente à vida contemporânea, impedir que as casas do futuro façam o mesmo.



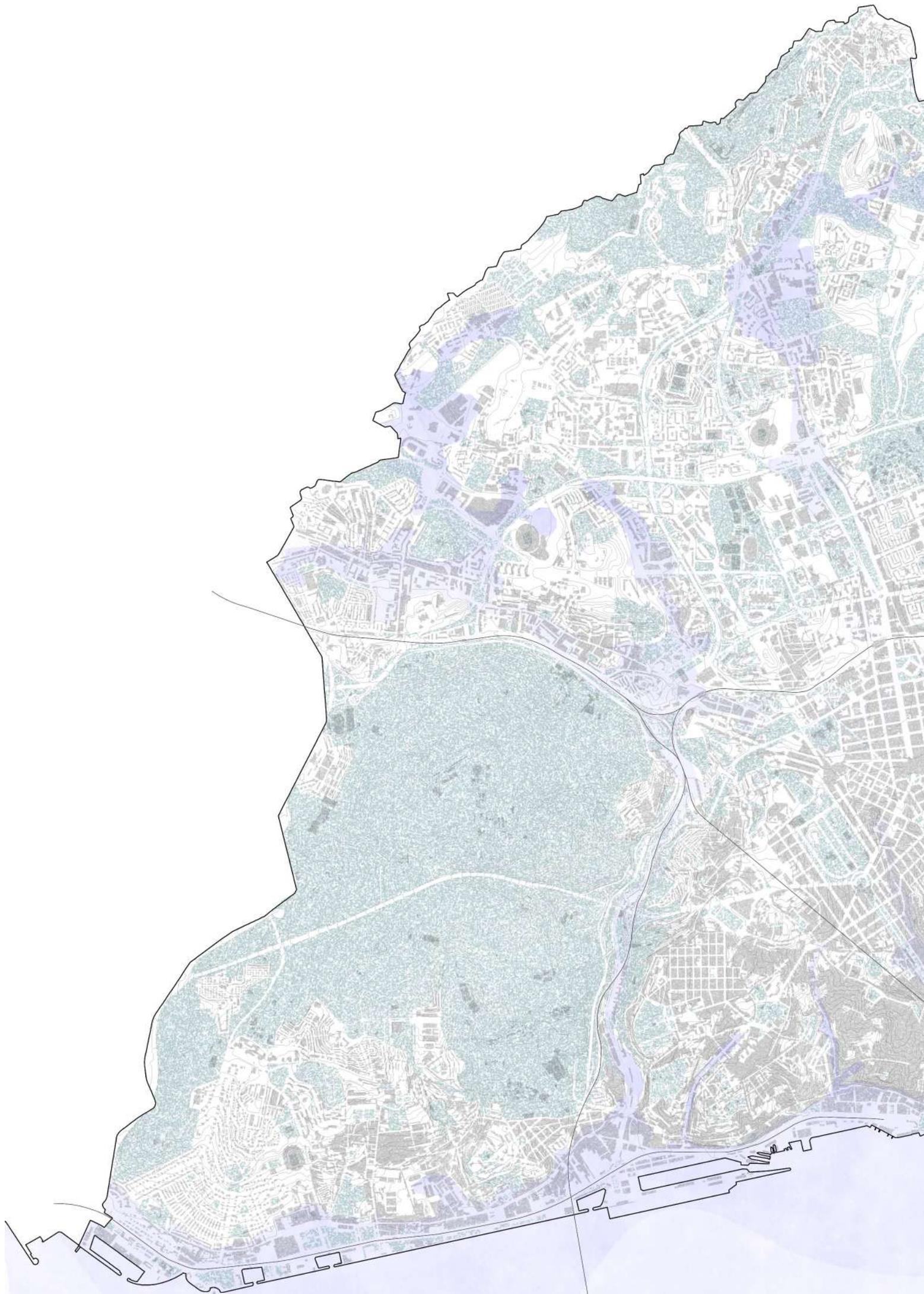
[Figura 109] Tailfin Roulette: 1963, [1963]. Autor: Desconhecido. Fonte: shorpy

[Figura 110] Escavar / erguer [2022]. Autor: Maria Malato





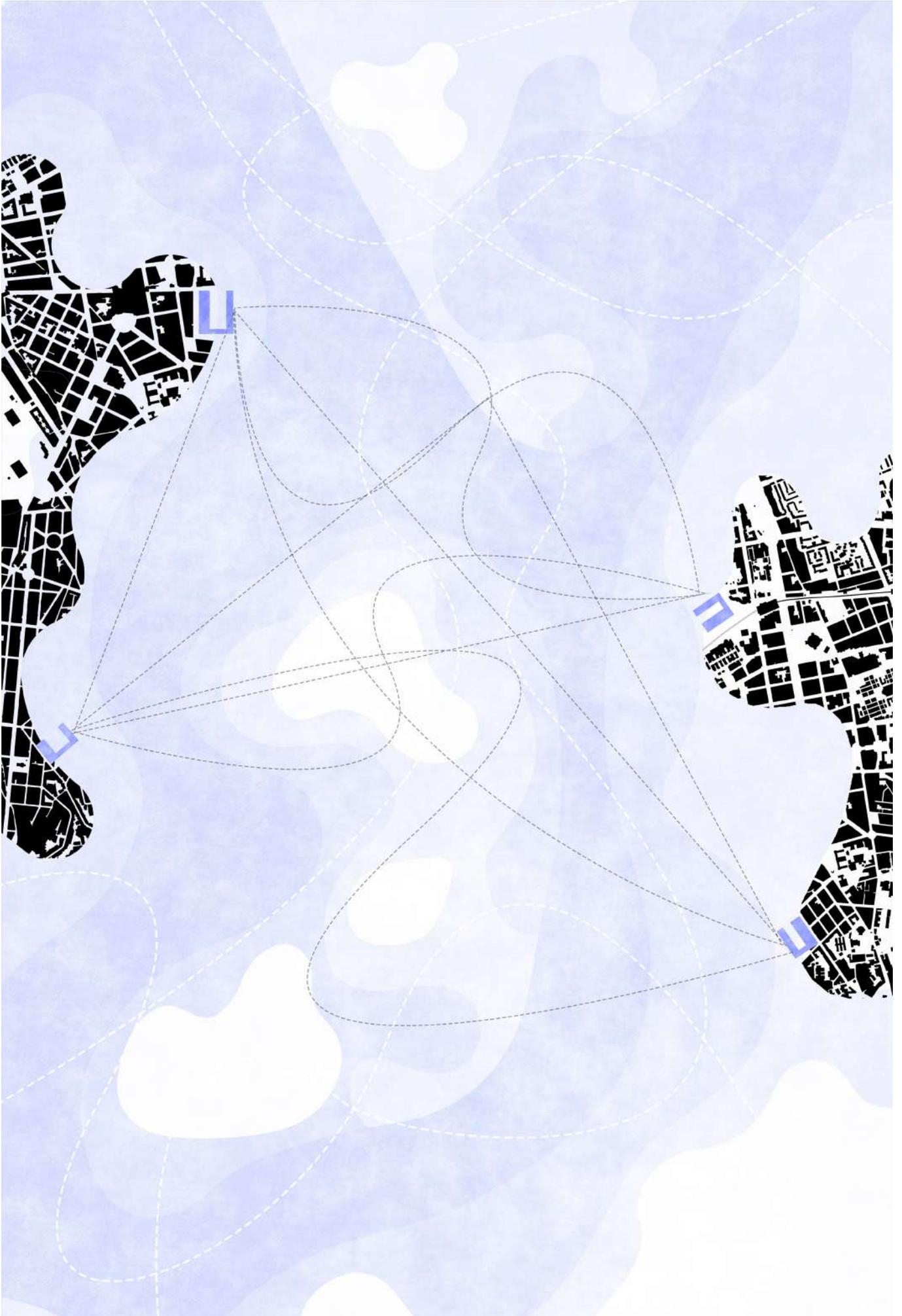
**JORNAL 03
/ DOMUS DEMAIN**





0 300 10000 ①

[Mapa 9] Identificação de um Território



Entangled Life

Se a arquitetura é construir habitabilidade na natureza, os vales são lugares em que podemos ter um confronto direto entre os sistemas naturais e artificiais que permitem, ou não, construir essa habitabilidade.

Os vales são lugares onde se enfrentam problemas e se geram discontinuidades: A topografia acumula água, dificulta a construção e gera distância; A falta de construção permite a implantação de infraestrutura como estradas, estações de tratamento de água e cemitérios. E, quando a escala do vale e do que nele se constrói não é a do homem, o resultado é o seu abandono. No entanto, se nos quisermos aproximar da natureza, os vales são locais ricos, pois é neles que podemos agir sobre a infraestrutura que nos lembra de que fazemos parte de um sistema natural, algo distante na cidade consolidada, mas de que esta depende. Nos vales o solo ainda é permeável, e isso representa uma grande oportunidade.

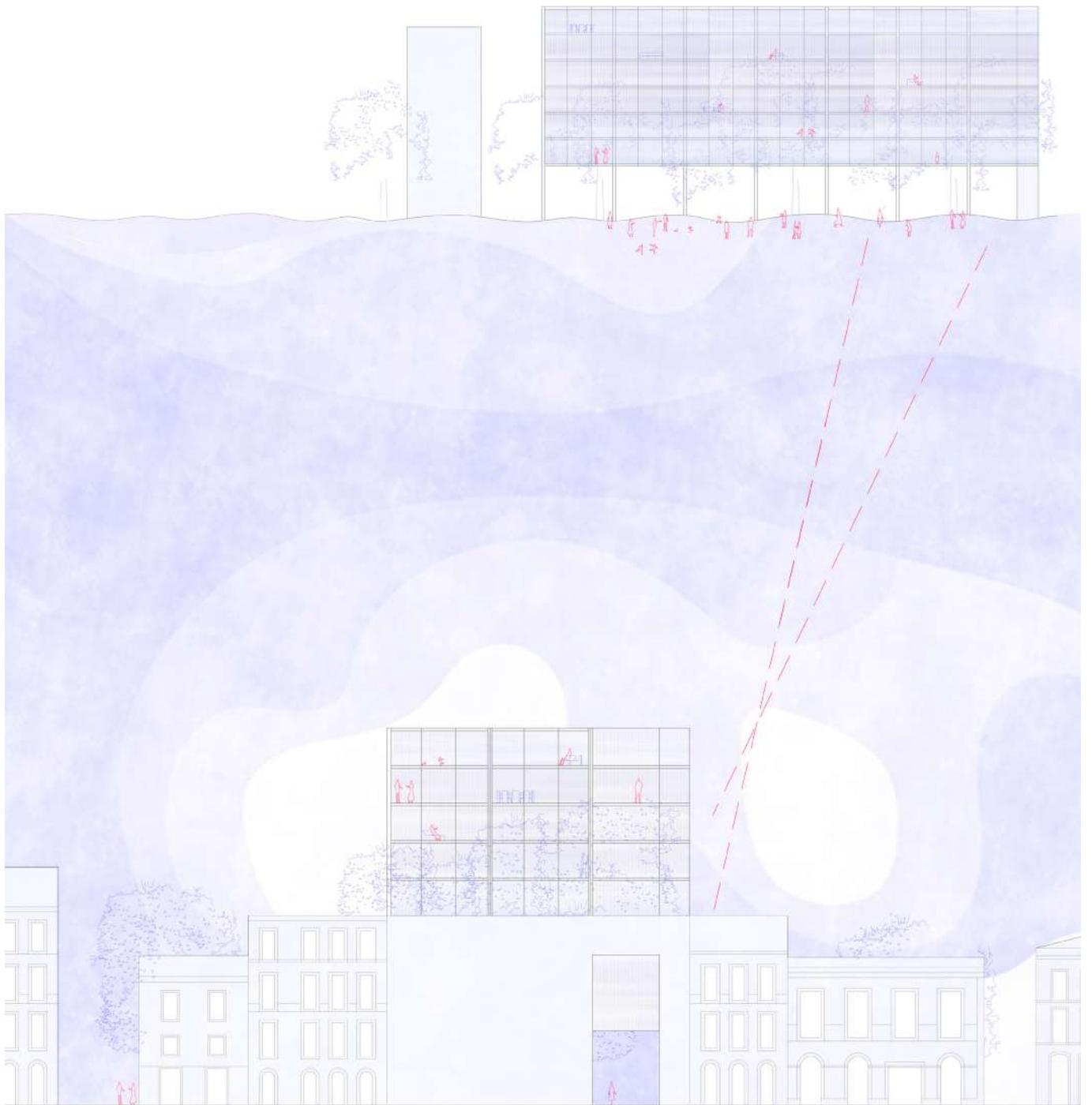
Sugerir um sistema de habitar o vale que humanize a sua escala e a infraestrutura pode ser uma oportunidade para cruzar os espaços e fenómenos naturais com os urbanos - algo que pode ser benéfico para todos.

No vale de Chelas, somos confrontados com o Cemitério do Alto de São João, uma estação de tratamento de águas, uma intensa rede viária e terrenos baldios de grande escala. Neste momento, estes elementos juntamente com a topografia, impedem a consolidação desta zona da cidade nos moldes convencionais. No entanto, podemos tirar partido dos mesmos para sugerir um novo modo de habitar na cidade, cuja definição não seja diretamente oposta à Natureza, algo essencial quando a topografia transforma este lugar num sistema hídrico, no qual temos de agir com sensibilidade.

A escala do vale de Chelas faz com que este sirva de limite a vários bairros da cidade de Lisboa. Com este projeto procuro tirar partido dessa escala, para que o vale deixe de ser o obstáculo e passe a constituir o tecido conector entre eles, consolidando esta zona sem diminuir a sua permeabilidade, mas aumentando-a, permitindo o seu atravessamento por inúmeras espécies.



[Figura 112] Renaturalização do Rio Shenzhen Maozhou. [sem data].
Autor: EADG



Chão Comum

Há lugares da cidade em que os espaços de partilha, onde se constrói um chão comum, tomam a forma de praças, jardins e parques, por exemplo. No entanto, há zonas da cidade em que os espaços de partilha tomam a forma de elevadores, corredores, e vãos de escadas.

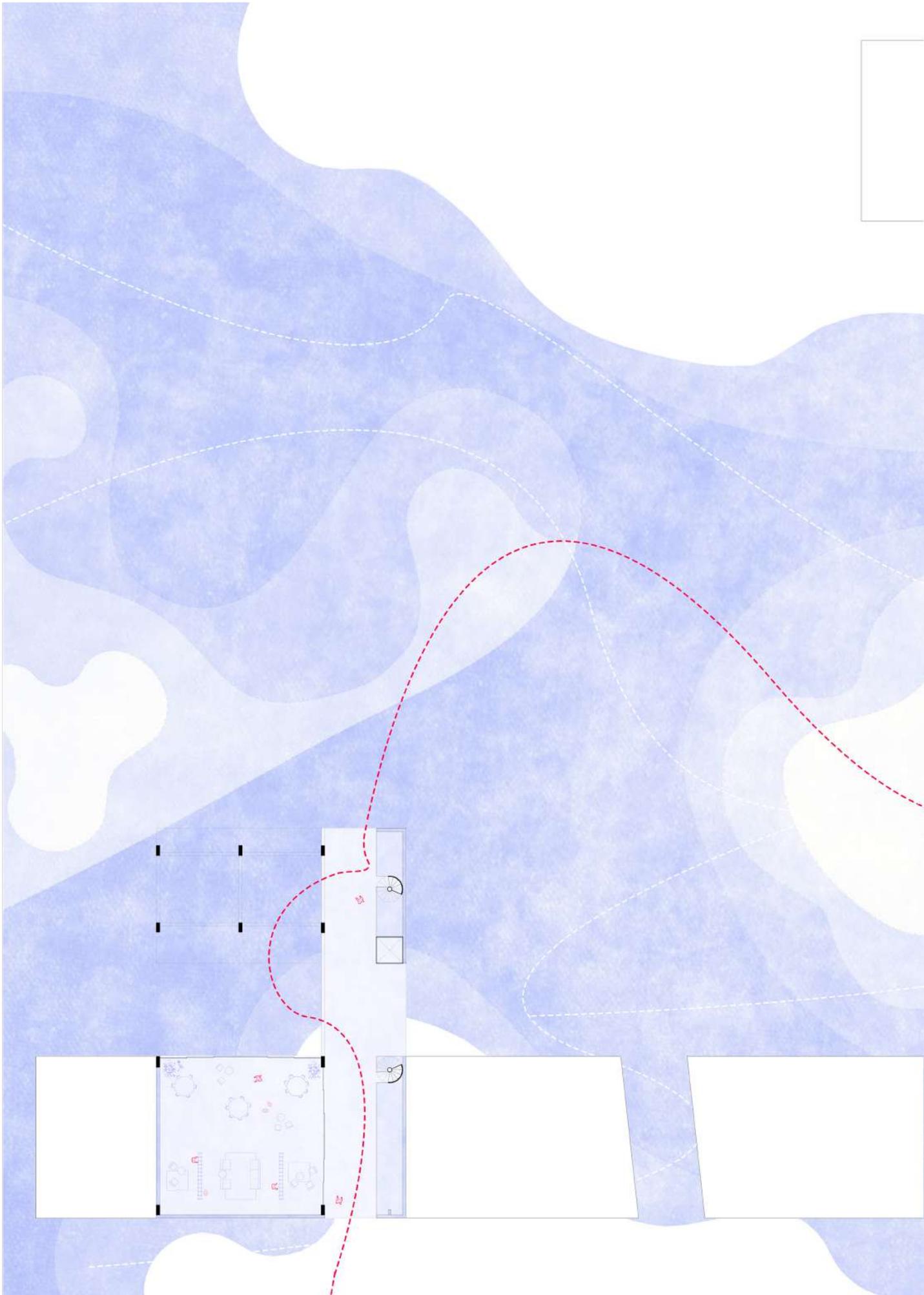
Neste projecto, procuro criar lugares que fomentem um chão comum a três escalas:

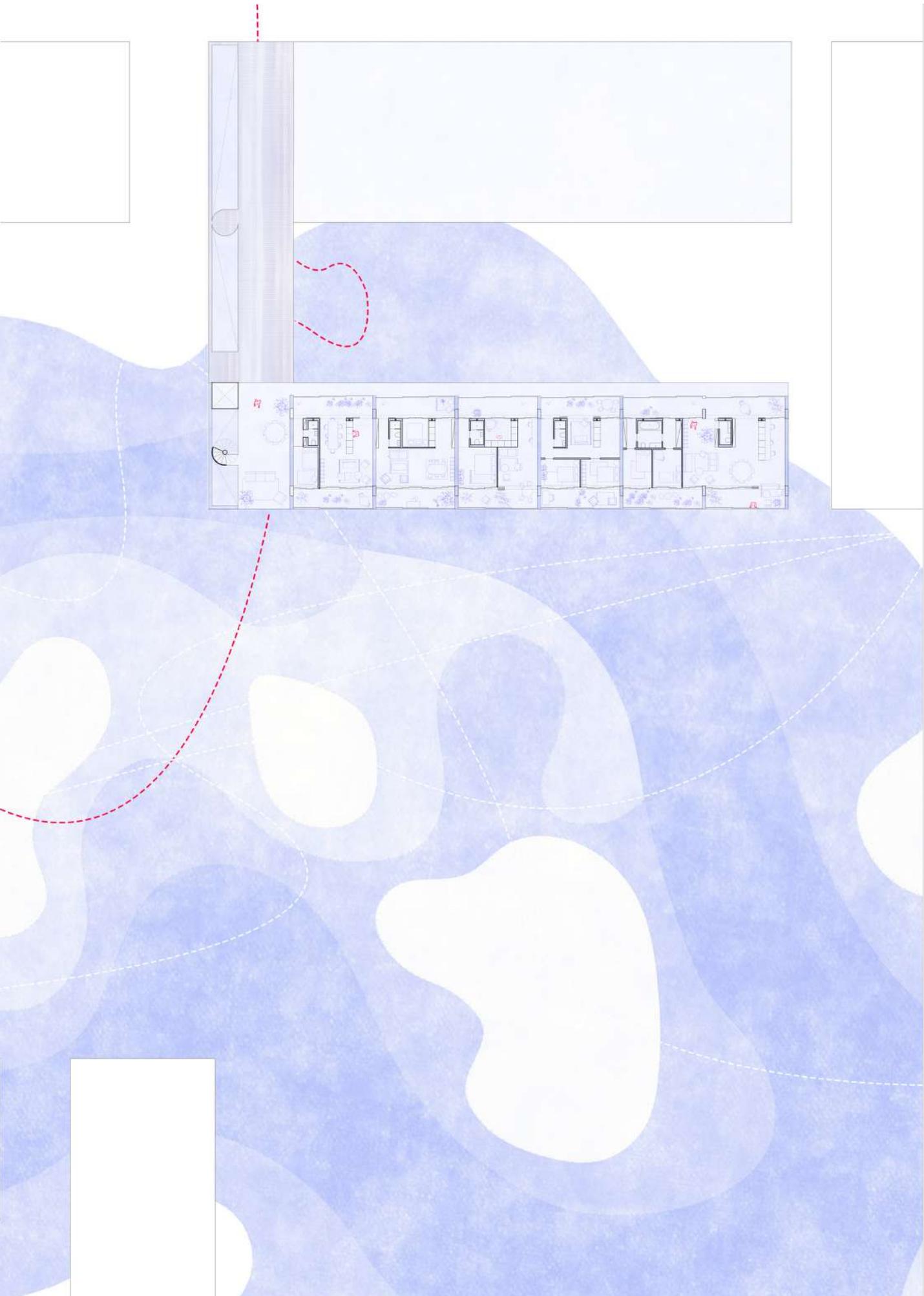
A do vale, que é comum, e nos relembra de que precisamos de um esforço de todos para construir a infraestrutura para que a cidade funcione, mas que não tem um chão para que possa servir de local de encontro, quando é esse o seu grande potencial, dado o seu contacto com tantas zonas diferentes. Dar um “chão” ao vale é um dos meus objetivos, e mediar a sua interação com a cidade, através de uma estrutura que possa surgir em vários bairros, servindo de marco para o início desta possibilidade de atravessamento - como um portão, que indica o caminho, tanto de partida como de regresso;

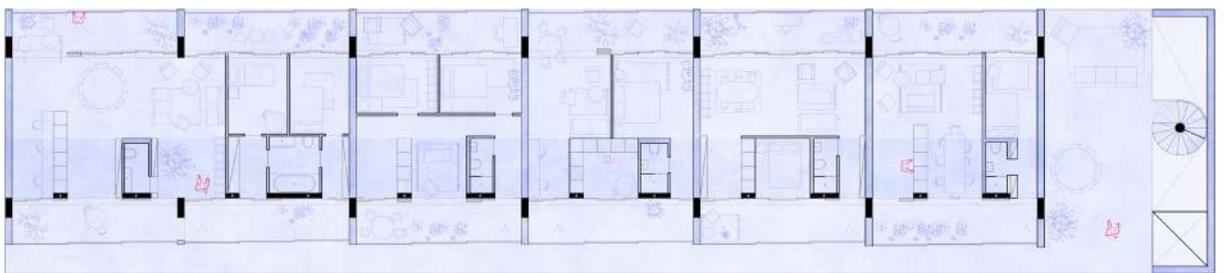
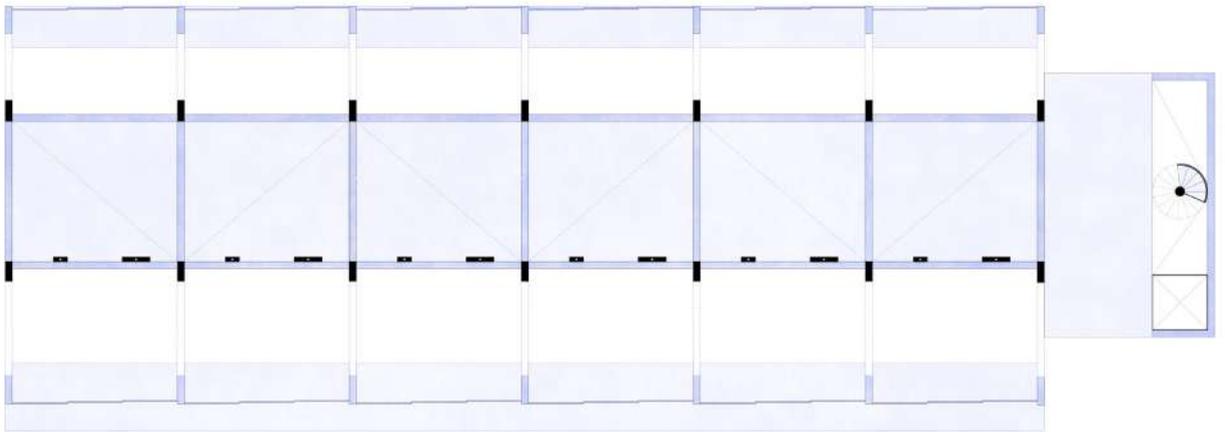
A do bairro, em que o edifício de transição cidade/vale introduz espaços de partilha e “terceiros lugares” nas várias zonas que o vale toca e afecta;

A da comunidade, oferecendo espaços para que os habitantes possam ter entre si uma forte troca, se assim desejarem, através de espaços comunitários com uma escala superior à dos elevadores e vãos de escadas. Pensando, simultaneamente, em cada casa através da ideia de filtro, onde cada núcleo tem uma zona de transição entre o que se partilha e protege, que pode ser moderada de acordo com a vontade de cada um.

Assim, é possível olhar para um edifício de habitação, com espaços privados, como uma oportunidade para oferecer algo a uma comunidade, criando valor para todos, não só para os que o habitam.



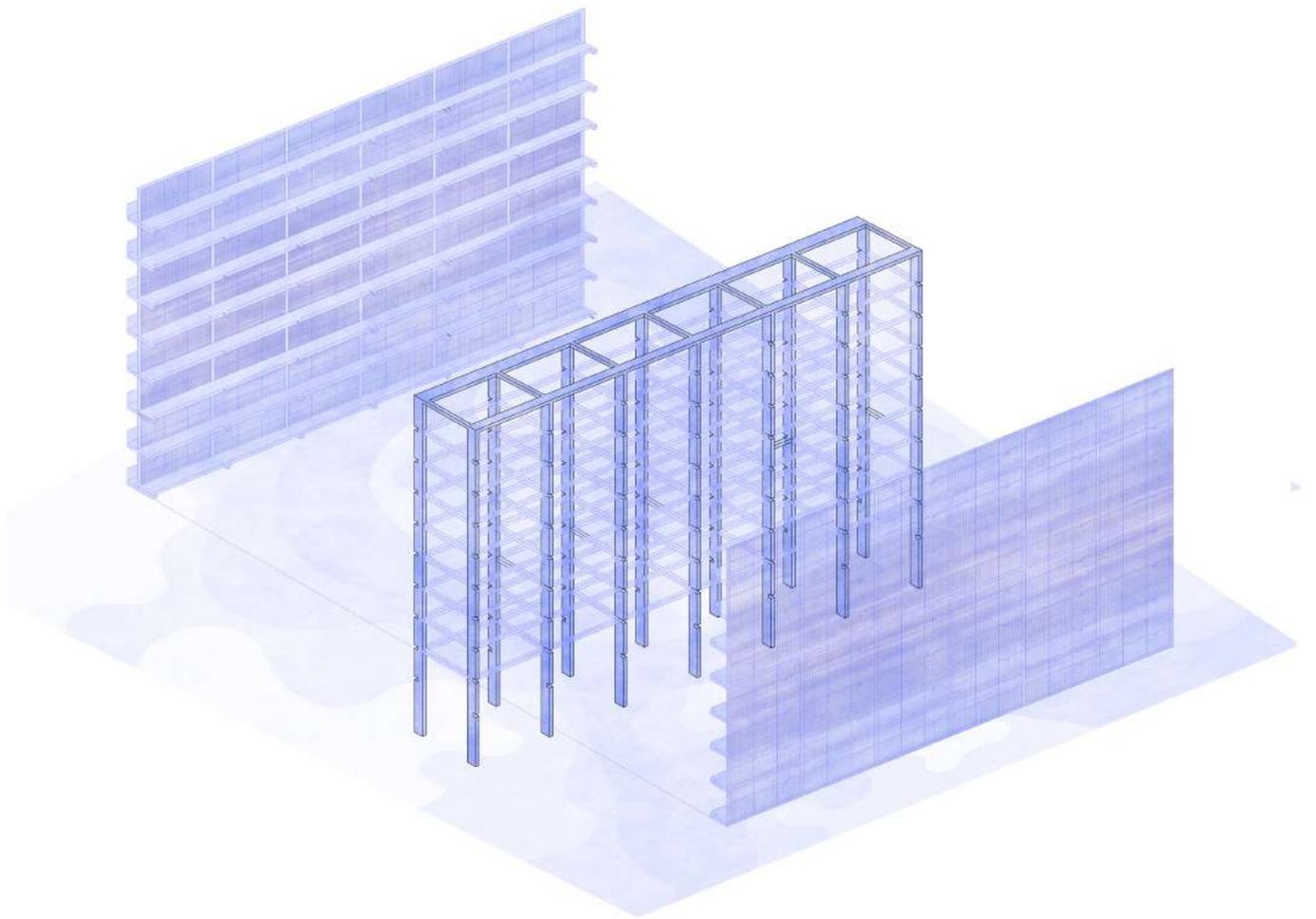




Habitar

Podemos olhar para um projecto de habitação como algo que se serve da cidade ou como algo que a serve. Procurar resolver problemas comuns - neste caso urbanos - com ações privadas, beneficia-nos a todos.

Ao construir habitação no vale é importante pensar no seu valor para a cidade e tentar fazer com que esse valor não seja diminuído, mas ampliado. Como consequência, a habitação sugerida neste projeto não impermeabiliza o solo, apenas se apoia nele, permitindo que o vale passe a ser um jardim partilhado, onde se apoiam várias estufas individuais. Estas uniformizam cada núcleo de maneira a que sejam iguais no espaço público e individualizados no seu interior. Deste modo, a expressão de individualidade de cada um não põe em causa o conjunto. Essas estufas servem de elemento de transição onde ninguém está obrigatoriamente exposto ou isolado.



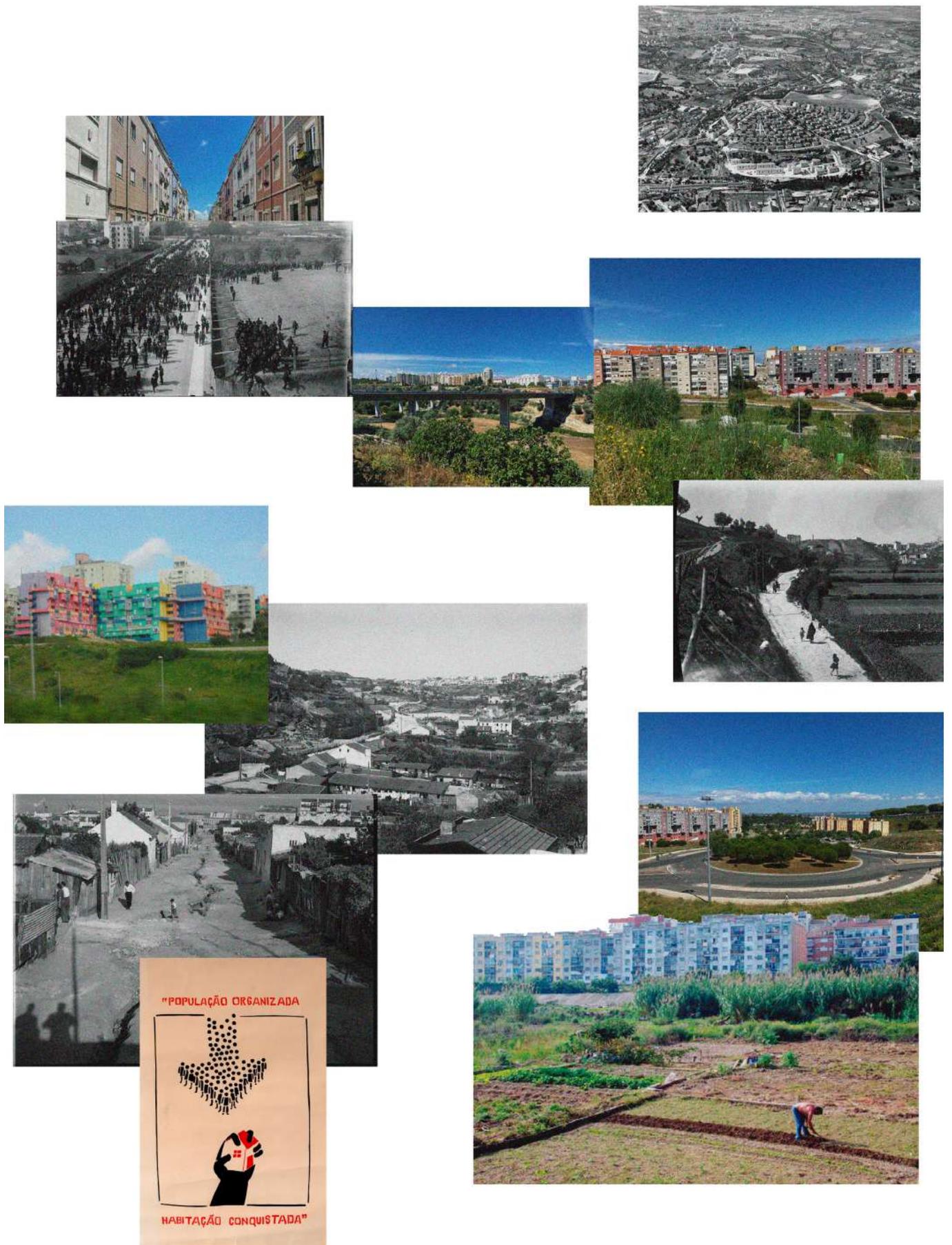
Durável / Reversível

Podemos olhar para um projecto de habitação como algo que se serve da cidade ou como algo que a serve. Procurar resolver problemas comuns - neste caso urbanos - com ações privadas, beneficia-nos a todos.

Ao construir habitação no vale é importante pensar no seu valor para a cidade e tentar fazer com que esse valor não seja diminuído, mas ampliado. Como consequência, a habitação sugerida neste projeto não impermeabiliza o solo, apenas se apoia nele, permitindo que o vale passe a ser um jardim partilhado, onde se apoiam várias estufas individuais. Estas uniformizam cada núcleo de maneira a que sejam iguais no espaço público e individualizados no seu interior. Deste modo, a expressão de individualidade de cada um não põe em causa o conjunto. Essas estufas servem de elemento de transição onde ninguém está obrigatoriamente exposto ou isolado.

JORNAL 04 **/ MODELO URBANO**

Vale de Chelas



[Figura 113] Habitar o Vale de Chelas, Colagem [2022]. Autor: Maria Malato
226

Introdução

O meio urbano é altamente determinado, à partida, pelas características naturais do local em que se implanta. A geologia, topografia, clima, sistemas hídricos, têm, naturalmente, uma fortíssima influência em todas as camadas de urbanização que são adicionadas a um determinado território. Estes fatores, quando ignorados, geram consequências que podem impedir o bom funcionamento de tudo o que sobre eles se constrói.

Todas as construções carregam em si uma ideia de futuro. Todos os investimentos feitos numa estrutura, seja ela de uma horta ou de uma autoestrada, refletem uma promessa ou um desejo de um eventual retorno, mais ou menos material. Ao analisar todos os elementos construídos no Vale de Chelas ao longo dos anos é possível ter uma visão dos sistemas humanos, sobrepostos aos sistemas naturais, e dos modos de habitar gerados por estes, que são consequência da forte interação entre a natureza e todos os sistemas políticos, económicos e culturais que passaram pela cidade de Lisboa.

O território do Vale de Chelas, pela sua escala e características, é dotado de uma enorme riqueza, tanto natural, na sua condição de vale, como construída, pela diversidade de estruturas que nele se foram implantando. Estas revelam as várias esperanças para o futuro, ao longo dos anos. Assim, esta análise procura sobrepor tudo o que se construiu neste local, às suas características naturais, como a topografia e os aluviões, com o objectivo de gerar uma melhor compreensão do mesmo, para que se possam sugerir novas camadas, que se venham sobrepor a este sistema, sem o pôr em causa.



[Mapa 10] Cidade de Lisboa em 1911, adaptado da cartografia produzida por Silva Pinto. Representação dos usos de solo (Marat-Mendes et al., 2015)

Condição natural e território agrícola

A primeira representação detalhada do Vale de Chelas surge no Levantamento da Planta de Lisboa do Engenheiro Silva Pinto de 1911. No entanto, existem descrições do vale datadas ao século XVII, em que este é descrito como um local “ameno para a recreação, & abundante pela fertilidade de seus frutos” (Costa, 1706).

Ao sobrepor o diferentes usos de solo (Marat-Mendes et al., 2015), edifícios e elementos de água, representados no Levantamento da Planta de Lisboa de 1911, com a atual topografia e aluviões, podemos perceber como é que estes se relacionam com o sistema natural pré-existente do vale, cuja condição influenciou fortemente o crescimento da cidade.

Os contrastes de relevo do território de Lisboa tiveram um papel decisivo no seu desenvolvimento (Ribeiro, 1949), que por consequência, não surge de forma concêntrica como em muitas outras cidades: “(...) o desenvolvimento de Lisboa não se fez em auréolas concêntricas, como uma mancha de óleo que se expande, mas ao longo de linhas de colinas, separadas por vales cujas aluviões suportavam culturas irrigadas; as poucas colinas mais íngremes estavam, mesmo no centro da cidade, cobertas de oliveiras. De tal forma que Lisboa apresentava o curioso fenómeno da penetração da vida rural mesmo no coração da cidade e de um imbricamento de aspetos urbanos e campestres na periferia, a ponto de não se poder dizer, por vezes, se ainda se estava na cidade ou se já se tinha saído dela.” (Ribeiro, 1949)

Nesta zona da cidade, a fertilidade do solo e a sua condição periférica - que não a submetia à mesma pressão imobiliária – conferia-lhe uma matriz campestre. Enquanto na cidade se construiu nos terrenos menos férteis das elevações, poupando o fundo de vale, na periferia a construção era precisamente implantada perto dos locais mais aptos para a agricultura definido, a partir destes a fixação de bairros e o traçado de caminhos(Ribeiro, 1949).

O território do vale de chelas, servia a cidade, abastecendo-a de hortaliças resultantes da exploração agrícola intensiva (Del Debbio, 2020). Ainda assim, a paisagem rural que envolvia a cidade, era muito diferenciada e a produção agrícola dependia





[Figura 114]



[Figura 115]

das características de cada terreno (Telles, 1997). Nos locais mais altos, onde não existia uma pendente que possibilitasse a acumulação de húmus, eram plantadas vinhas, cereais, árvores de fruto (Azevedo, 1899; Del Debbio, 2020). Já nos terrenos de maior pendente, onde não era fácil construir, plantavam-se maioritariamente olivais (Azevedo, 1899). Enquanto nos locais mais fundos do vale, correspondentes aos aluviões, o terreno argilo-arenoso permitia a absorção das águas pluviais, gerando terrenos muito férteis, que eram também abastecidos por poços e tanques, irrigados pela água que descia do Areeiro (Azevedo, 1899). O Vale de Chelas continha todas estas culturas pela sua escala e diversidade topográfica.

Industrialização e cidade capitalista

A industrialização - apesar de chegar tarde a Portugal - teve um forte impacto na cidade, transformando culturas hortícolas em produção industrial (Ribeiro, 1949), camponeses em operários (Antunes, 2018), e criando novos bairros e novos subúrbios, onde o convívio entre classes não existia da mesma maneira que nos bairros históricos (Barreto & Mónica, 1983).

A partir do século XIX (Reis, 1987) as indústrias implantaram-se no centro da cidade, que rapidamente ficou superpovoado. A cidade, para alojar os novos habitantes, oriundos das zonas rurais, começou por “crescer para dentro” (Antunes, 2018), densificando-se através de pátios operários: formas semi-espontâneas de alojamento que surgiam nos espaços sobrantes da cidade consolidada, como fruto da “cidade capitalista”, onde se procurava maximizar o espaço para aumento do lucro, em detrimento das condições de habitabilidade. Este tipo de habitação passou a ser a tipologia dominante para a classe popular, surgindo também para além das fronteiras da cidade consolidada, o que implicou

várias consequências para a saúde pública e bem estar da população (Antunes, 2018). A industrialização, que alavancou o aumento exponencial de construção, não construía para os operários (Antunes, 2018): os novos bairros residenciais destinavam-se à classe média e pequeno-burguesa, não dando espaço à classe popular, que se viu, cada vez mais, empurrada para bairros degradados.

“Enquanto em muitos dos bairros antigos - Sé, Lapa, Mercês- ricos e pobres viviam lado a lado, sem embarço nem revolta, algumas partes da cidade nascem estratificadas. As chamadas “Avenidas Novas” eram homogeneamente burguesas, como homogeneamente proletários eram alguns dos subúrbios - Xabregas, Beato, Alcântara. A cidade começa assim a ter os seus «bairros vermelhos», feios aglomerados, desordenadamente, crescendo no termo da cidade.” (Barreto & Mónica, 1983)

Em 1903 foi feito o Inquérito aos Pateos de Lisboa. Este demarca o núcleo de Lisboa oriental, entre Marvila, Braço de Prata, Poço do Bispo, e Beato, como uma das zonas da cidade com maior concentração de pátios operários, em especial no percurso que acompanha a Estrada de Chelas (Antunes, 2018).

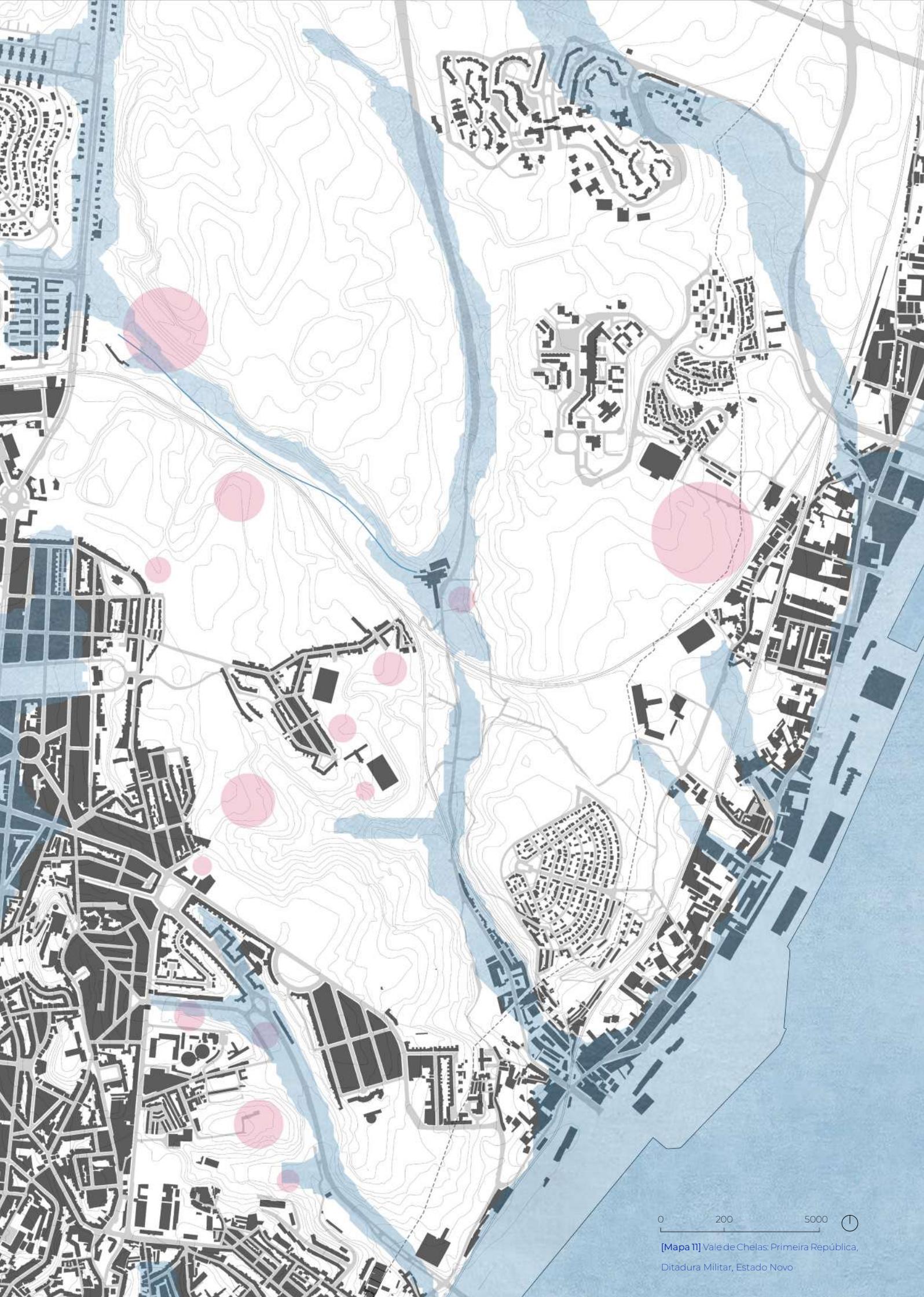
A tipologia do pátio, que gerava graves consequências para a cidade, foi substituído mais tarde pela Vila operária, definida por construções de baixo custo, edificadas em terrenos desvalorizados, para fins lucrativos, por parte dos industriais filantropos, que as construíram apenas em Lisboa por ser o único sítio em que os operários ganhavam o suficiente para justificar o investimento inicial (Antunes, 2018). Na parte oriental da cidade de Lisboa, as vilas operárias foram construídas principalmente na Penha de França e Graça, supondo-se que a sua ocupação estivesse ligada ao artesanato e comércio. Para além disso, outro núcleo, mais pequeno, implantou-se no vale de chelas, associado à indústria e ao porto de Lisboa (Antunes, 2018).

[Figura 114] Quinta dos Peixinhos. [1961]. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ARM/001908

[Figura 115] Vale Escuro visto de nascente e caminho da quinta dos Peixinhos. [1944]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/EDP/000597







0 200 5000

[Mapa 11] Vale de Chelas: Primeira República,
Ditadura Militar, Estado Novo

Vale de Chelas_ Primeira República, Ditadura Militar, Estado Novo

Esta análise procura expor os moldes de urbanização do Vale de Chelas nos anos entre a implantação da primeira república [1926] e a democracia [1974], sobrepondo todos os bairros construídos até ao fim do Estado Novo à topografia e aluviões.

A Primeira República inicia-se com a proclamação da República a 5 de outubro de 1910, e termina a 28 de maio de 1926, pela mão do exército português com a complacência da população. Esta foi marcada por convulsões políticas e sociais, potenciadas direta e indiretamente, pela instabilidade internacional causada pela primeira Grande Guerra (Wheeler, 1978).

As cidades europeias de países industrializados, submetidas a medidas higienistas durante o século XIX, perante a guerra e conseqüente destruição, voltaram a sofrer os problemas de insalubridade, fome e doenças epidémicas (Antunes, 2018).

Ao contrário de outros países europeus onde foi possível implantar uma democracia moderna mais robusta, Portugal, perante uma crise económica e social, com uma elevadíssima taxa de iliteracia, não conseguiu gerar um sistema democrático firme e representativo, quando só homens alfabetizados podiam votar. Para além disso, a conjuntura nacional e internacional, não permitia gerar riqueza suficiente para suportar e suprir as necessidades do povo, e das novas classes sociais, nascidas da industrialização (Wheeler, 1978).

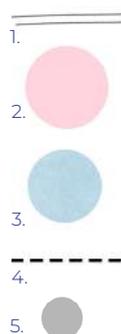
Em 1920 a cidade de Lisboa densificouse (Antunes, 2018), e a quantidade de prédios de rendimento, construídos pela mão de "patos-bravos" (França, 1980), aumenta, resultando da vontade dos proprietários de garantir uma reforma para a velhice (Acciaiuoli, 2015).

Este crescimento populacional, gera mais uma vez, uma crise de habitação, que obrigou a população carenciada instalar-se em habitações precárias, principalmente nos bairros proletários. Disseminam-se assim, as chamadas casas abarracadas (Gonçalves, 1978).

"A urbanização que cresce em mancha de óleo sobre os solos da periferia de Lisboa tende a envolver a cidade por uma cintura de betão, asfalto, bairros clandestinos, barracas, parque de sucata e vazadouros de lixo e entulho.

Lisboa será asfixiada porque foi destruída a sua ligação física, ecológica e cultural com a natureza e a paisagem rural envolvente." (Telles, 1997)

LEGENDA

- 
1. Ferrovia
 2. Bairros Precários
 3. Aluviões
 4. Aqueduto Alviela
 5. Rodovia



[Figura 116]



[Figura 117]

Para lidar com a crise da habitação, surgem na primeira república os primeiros bairros de carácter social. No entanto, para o Vale de Chelas, é apenas planeado o bairro da Penha de França, ou Bairro da Misericórdia, em 1913, que nunca chega a ser construído (Antunes, 2018).

A revolução de 28 de maio de 1926 resultou na instauração da Ditadura Militar. A cidade continuou a densificar-se e a expandir-se nos moldes já observados durante a Primeira República (Silva, 1996), com investimento maioritariamente particular. Perante a gritante falta de habitação, surgem novos bairros informais: O Bairro da Liberdade, Alto da Eira, Bairro das Minhocas e Bairro da Bélgica (Antunes, 2018).

Já na primeira república tinha sido iniciado o levantamento das concentrações clandestinas, de 1925, cujos resultados surgem apenas durante a ditadura militar. Este levantamento identifica 78 núcleos, com 11 174 habitações para 41 796 habitantes, cerca de 8% da população lisboeta (Antunes, 2018). No lado oriental da cidade, a planta assinala uma grande concentração no Vale de Chelas, onde cerca de 16 núcleos de habitação clandestina, se implantavam.

Estes bairros, sobrepostos à topografia e aos aluviões, encontram-se várias vezes associados às zonas urbanizadas, mas à margem delas, estando as primeiras em pontos mais altos, e as segundas em pontos coincidentes com o leito do vale. No entanto, estes núcleos de habitação clandestina, quando se implantam mais longe da cidade consolidada, têm a tendência de se implantar em pontos mais elevados do vale.

A partir de 1927 a Câmara Municipal de Lisboa voltou a investir em bairros de casas económicas, onde trabalhavam em parceria com entidades privadas. No vale de chelas, o bairro da Picheleira surge no seguimento deste projeto. No entanto, nunca

foi finalizado, estando apenas parte do projeto concretizado, e o espaço sobrance ocupado por intervenções avulsas.

Várias entidades privadas construíram bairros nesta zona da cidade, na tentativa de aumentar o número de casas com uma renda acessível. Representando uma massa construída heterogénea em termos de escala, arquitetura e tipologias.

Estas intervenções não tiveram qualquer impacto na crise habitacional - não alterou, significativamente, preços ou oferta para as classes mais carenciadas. Os investidores privados, continuavam a construir principalmente casas para a classe média, que podia pagar rendas mais elevadas. A cidade expandia-se para os seus limites, outrora rurais, na forma de quarteirões, que lidavam com as diferenças de cota no terreno através dos seus interiores, escolhendo os pontos mais altos do vale para se implantar.

“Os moinhos de vento que corovam as elevações, as hortas (culturas horticolas) com o seu sábio sistema de irrigação, as vinhas, os olivais e os campos de cereais, desaparecem sob um manto uniforme de ruas e casas.”

(Ribeiro, 1949)

A 11 de abril de 1933 instaurou-se o Estado Novo, um regime político ditatorial, autoritário, corporativista, de partido único, com medidas patriótico-nacionalistas. Fundaram-se estruturas como a polícia política, sindicatos nacionais, e a legião e mocidade portuguesa. Deus, Pátria, Família passou a ser a máxima que ditava a ordem económica e social (Serra, 2002), algo que se revelou também, nas políticas de habitação. Na década da instauração do novo regime regista-se, novamente, um aumento populacional na cidade de Lisboa, agravando, conseqüentemente, os desafios no acesso à habitação. A habitação de baixo custo, que alojava as classes carenciadas, eram construídas por privados, e ofereciam

[Figura 116] Quinta dos Peixinhos, vista do poente. [194?]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/EDP/000594

[Figura 117] Barracas. [1963]. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ARM/003213



[Figura 118]



[Figura 119]

condições precárias (Teixeira, 1992). Assim, nesta década em que a cidade cresce através de grandes avenidas delimitadas por prédios de rendimento e edifícios públicos emblemáticos, na periferia disseminam-se, paralelamente, os bairros clandestinos (Antunes, 2018).

Ainda no ano de 1933 surgem os bairros de casas económicas, promovidos pelo estado, refletindo a sua doutrina: os destinatários eram chefes de família, empregados, operários ou outros assalariados, membros de sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis, militares e operários dos quadros permanentes do estado (Antunes, 2018).

As casas eram “moradias de família com quintal” à imagem da “casa portuguesa”. Refletindo um culto da nacionalidade, da família e da ruralidade, os bairros tinham uma baixa densidade e estavam segregados em relação à cidade, reproduzindo a imagem de aldeia. Para além disso, como os bairros estavam associados a classes profissionais e sociais, acabavam por estratificar áreas da cidade. Para aceder ao programa de casas económicas, era preciso ser empregado, ter regularidade no emprego, comportamento moral e profissional, ser um homem chefe de família, e passar por um exame médico. Como consequência, muita gente, mesmo precisando, não era elegível (Teixeira, 1992).

Este programa, que construiu também no Vale de Chelas, não resolveu o problema da falta de habitação, porque esta não era feita para pessoas pobres, era feita para trabalhadores e funcionários públicos, resolvendo o problema apenas para uma reduzida percentagem da população, também como forma de garantir a sua “lealdade” (Gonçalves, 1978). No vale de chelas construíram-se dois bairros: o bairro da Madre Deus e o bairro da Cooperativa Lisbonense dos Chauffeurs.

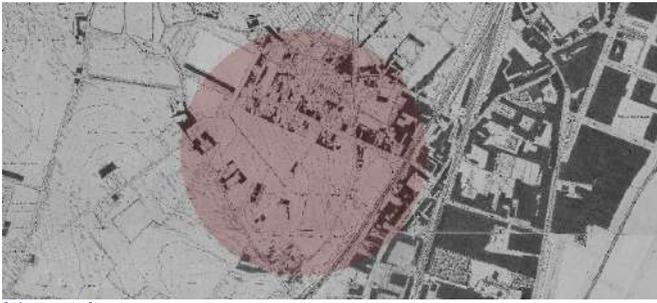
O primeiro, implantado numa elevação do vale de chelas, associado à área industrial da

cidade, foi o segundo maior bairro construído no Estado Novo. Como consequência da sua implantação, longe da cidade consolidada, surgem problemas em encontrar famílias interessadas em habitar este lugar, que representava um sítio isolado, controlado pelo estado, oferecido quase como recompensa (Antunes, 2018).

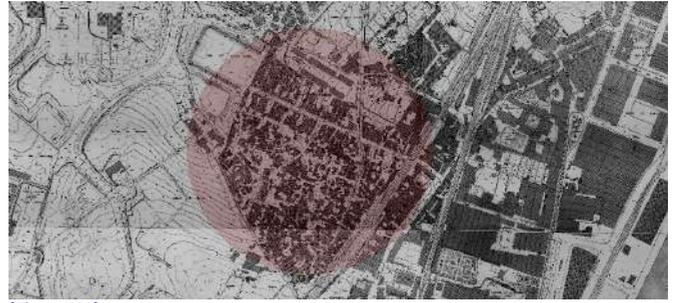
Já no Vale Escuro, foram construídas 105 moradias, dando origem ao “bairro da cooperativa lisbonense dos chauffeurs”. Este foi o bairro de casas económicas mais perto da cidade consolidada, e também, o mais pequeno. Ambos os bairros implantam-se em pontos altos do vale, à margem de um grande declive.

[Figura 118] Vista aérea do bairro da Madre Deus e Alvalade. [1955]. Autor: Mário Oliveira. Fonte Arquivo Municipal de Lisboa.

[Figura 119] Bairro da Madre de Deus, construção. [1944]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/EDP/000566



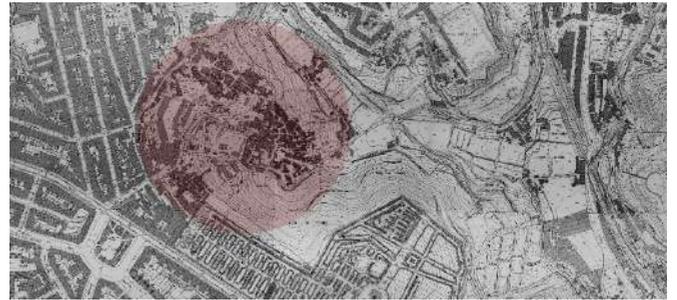
[Figura 120]



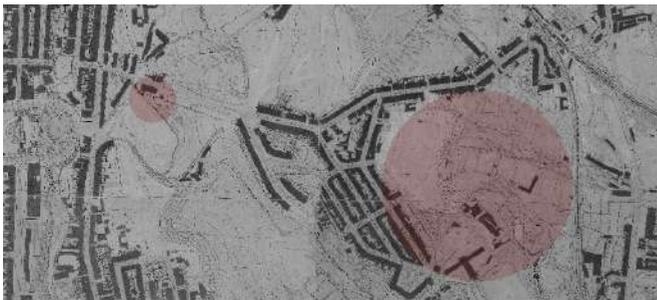
[Figura 125]



[Figura 121]



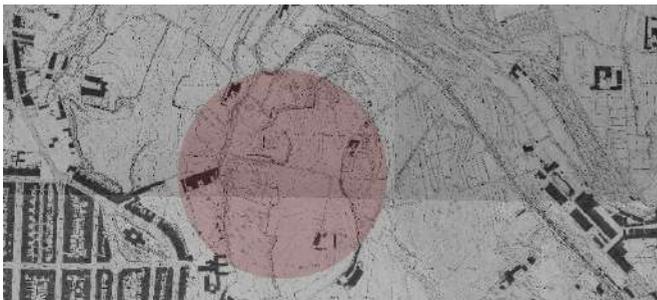
[Figura 126]



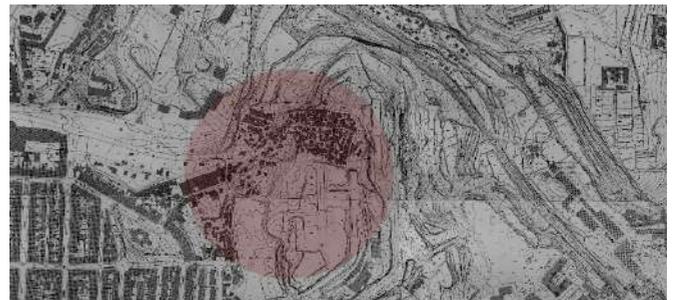
[Figura 122]



[Figura 127]



[Figura 123]



[Figura 128]



[Figura 124]

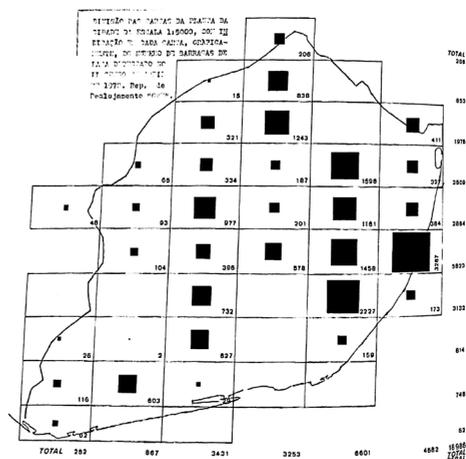


[Figura 129]

Na década seguinte, o problema agrava-se: a população volta a aumentar, o acesso à habitação dificulta-se e, as construções, feitas por privados, não se destinam às classes carenciadas. No vale de chelas, para além dos bairros clandestinos, surge o Bairro do Grilo no seguimento do programa “casas para famílias pobres” (Antunes, 2018).

Adjacente ao bairro da Madre Deus, o bairro do grilo ergue edifícios de habitação coletiva, anteriormente visto como imoral e perigosa por parte do Estado Novo (Teixeira, 1992). Estes serviram para alojar famílias deslocadas dos bairros do centro da cidade, onde as condições de vida eram muito más, aumentando o risco de “imoralidade” mais do que um edifício de habitação coletiva, perto de um bairro altamente controlado: o bairro da Madre Deus.

O estudo preparatório para elaboração do plano diretor de urbanização marcava o vale de chelas como um núcleo de elevado nível de insalubridade. Comparando os mapas de 1950 e 1970, podemos observar um aumento substancial dos núcleos de bairros clandestinos no vale de Chelas. Estes concentram-se no alto de São João, na Rua do Sol a Chelas e no Bairro do Chinês.



[Figura 130]

[Figura 120 a 124] Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1950.

[Figura 125 a 129] Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1970.

[Figura 30] "Número de barracas de lata detectadas". [1970]. Autor: Repartição de Realojamento do GHT. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa



[Figura 131]



[Figura 132]

Na década de 50 a câmara municipal de Lisboa focou-se no desenvolvimento urbano da cidade, tentando reduzir o número de famílias que morassem em situações “moralmente inconvenientes”. A ideia era construir bairros com classes sociais diferenciadas, implantados nos Olivais-Norte, Olivais-Sul e Chelas (Antunes, 2018). Áreas marcadas pela paisagem de matriz rural e industrial, atravessada pela linha férrea, e delimitada pela frente ribeirinha. Em 1955 a propriedade horizontal passou a ser reconhecida perante a lei, e começou a construir-se em altura, em vez de se procurar fazer cidade com densidade e vida de aldeia.

Pela primeira vez, a escala da intervenção era suficientemente grande para fazer uma diferença no acesso à habitação, prevendo alojar 100 000 pessoas. Depois dos bairros dos Olivais-Norte e Olivais-Sul, começou o projeto de chelas, em 1964, prevendo 16 000 fogos para 64 000 pessoas. Este era o maior conjunto habitacional promovido pelo Estado Novo, induzindo uma mistura social, por classes diferenciadas de maneira a diminuir a segregação, em oposição ao modelo de exclusão sócio espacial posto em prática anteriormente (Antunes, 2018). No entanto, ao contrário dos Olivais-Norte e Olivais-Sul, que foram concluídos na década de 70, chelas continua a ser uma área por consolidar, mantendo-se expectante.

Este projeto procurava criar uma malha urbana contínua, bem articulada com a cidade. Para o construir foram demolidos vários bairros de habitação precária no vale, no entanto, o plano original sofreu muitas alterações, sendo a ele adicionado vários complexos de habitação social, pública, local e cooperativas, que não eram previstas no plano original, e não se articulam com o mesmo (Antunes, 2018).

Entre as décadas de 60 e 70 foram construídos bairros em parceria com entidades de solidariedade, muitas delas ligadas à igreja católica. No vale de chelas surge o bairro da Prodac (Associação de Produtividade na Autoconstrução), uma organização constituída pela Cáritas e União Católica dos Industriais Dirigentes do Trabalho (Rebolo, 2017). Este bairro, inicialmente pensado para realojar a população precária da quinta do ourives, acabou por ser construído na quinta do Marquês de Abrantes, realocando os moradores do Bairro do Chinês. Esta experiência de autoconstrução, acaba por criar um amplo programa de educação da

comunidade, de maneira a garantir o sucesso do bairro.

No vale, implanta-se na proximidade do bairro que queria realocar, num terreno plano, adjacente ao plano de chelas, do qual se diferenciava por sugerir, novamente, uma construção de moradias em banda, remetendo à imagem rural procurada pelos primeiros bairros promovidos pelo Estado Novo.

Como referido anteriormente, na década de 60, a disseminação de bairros de barracas atinge níveis muito elevados, e volta a fazer-se um levantamento destes bairros no seguimento do plano de erradicação de barracas. Este plano procurava proibir a construção de novas barracas e realojar as famílias. Os bairros de realojamento criados no âmbito deste programa, serviam famílias cuja renda não chegava para pagar o investimento inicial, e por isso fez-se um “copy paste” do mesmo edifício em diferentes terrenos, algo que construiu a imagem de “bairro social” deste período. Estes edifícios, implantados de formas diferenciadas no Vale de Chelas, surgiram na zona J (antigo bairro do Alfenim), zona I de Chelas e Quinta do Ourives.

Mais tarde, no início da década de 70 cria-se a EPUL, com o objetivo de construir casas para famílias carenciadas ao menor preço possível (Antunes, 2018). A maior intervenção da EPUL implantou-se no vale de Santo António, com 48 habitações para realojar os habitantes do Alto da Eira.

Assim, chegamos ao fim do Estado Novo com o mesmo problema: apesar de serem construídas muitas casas, não foi possível alcançar as famílias mais carenciadas, que recém-chegadas à cidade, se viam obrigadas a viver nos bairros clandestinos. Apesar dos diversos esforços referidos, as medidas no âmbito da habitação não foram suficientes para lidar com o aumento populacional. Neste período, o Vale de Chelas densifica-se através de iniciativa pública e privada, representando várias estratégias que tomam forma em diferenciadas tipologias, no entanto, nenhuma resolve o problema, que se mantém até à democracia.

[Figura 131] SAAL, Curraleira, Embrechados. [s.d.]. Autor: Nuno Portas. Fonte: Centro de documentação 25 de abril, <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1354>

[Figura 132] O bairro PRODAC. [s.d.]. Autor: ateliermob. Fonte: A mensagem.







0 200 5000

[Mapa 12] Vale de Chelas. Democracia

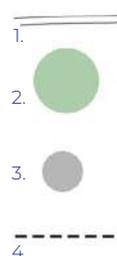
O regime ditatorial do Estado Novo chega ao fim a 25 de Abril de 1974 face à Revolução dos Cravos, que assinala o início da implantação da democracia em Portugal.

Os anos entre 1974 e 1976 foram marcados por ações populares e um ambiente revolucionário, algo que se repercutiu, também, nas políticas de habitação.

Em Lisboa, volta a ser registada uma forte pressão demográfica resultante do êxodo rural e das populações retornadas das antigas colónias. A cidade, sem habitação para todos, volta a testemunhar a densificação dos bairros de habitação precária (Cachado, 2013). No entanto, o agravamento dos problemas da habitação em Lisboa, embalados pelo clima de esperança pós-revolução, conduziu a ações de ocupação de propriedades privadas e públicas. Seguindo a máxima “tanta casa sem gente, tanta gente sem casa”, começa por ser ocupado o bairro da Boa Vista. Esta ação, que passa sem ser repreendida, alavanca um movimento: famílias residentes nos bairros de barracas passam a ocupar edifícios vizinhos vazios. O segundo bairro ocupado foi o bairro das Amendoeiras no Vale de Chelas e, como o território do vale representava um núcleo de elevada concentração de bairros de barracas e era, simultaneamente, onde se estavam a construir vários edifícios de realojamento, este foi palco para centenas de ocupações (Antunes, 2018). Para além dos edifícios públicos, muitos deles ainda em construção, foram ocupados também edifícios privados devolutos na Penha de França.

“Centenas de famílias que viviam nos bairros de lata à volta de Lisboa ocuparam os complexos de apartamentos municipais e estatais, alguns dos quais ainda em construção. Estas casas teriam sido distribuídas através de um longo processo burocrático, a famílias de rendimento médio ou baixo (...) as rendas eram sempre demasiado altas para aqueles que viviam nos bairros de lata (...) o movimento de ocupações rapidamente se alargou para incluir a ocupação de casas vazias de propriedade privada” (Santos, 2018)

As ocupações, embaladas pelo momento de incerteza pós-revolução, acabam mais tarde por ser legitimadas por movimentos políticos como a Junta de Salvação Nacional, e pela organização dos habitantes, que rapidamente criam comités de ocupantes. As ocupações começam a reproduzir-se um pouco por todo o país e a surgir, conseqüentemente, medidas



LEGENDA

1. Ferrovia
2. Espaços Verdes
3. Rodovia
4. Aqueduto do Alviela



[Figura 134]



[Figura 135]

para as controlar, que surtiram pouco efeito (Antunes, 2018). Muitas destas tentativas de controlo, acabavam por legitimar perante a lei algumas das ocupações, algo que até hoje torna ambígua a questão da propriedade em alguns bairros, como é o caso do bairro das Amendoeiras em Chelas (Antunes, 2018).

Mais tarde, na sequência das várias ações de organização comunitária, o Serviço Ambulatório de Apoio Local, tenta trabalhar com as comunidades dos bairros de barracas para garantir o direito à habitação e ao lugar (Antunes, 2018).

A ideia é que o SAAL sirva de intermediário entre a comunidade e o poder local - as associações de moradores reúnem, e, chegando a um consenso, chamam o SAAL que procura realizar os projetos exequíveis, de maneira a empoderar a população urbana carenciada com a capacidade de organização comunitária (Direito à Habitação – Parte I, 1976). No entanto, esta organização do SAAL, com medidas *bottom-up* e de democracia direta, acaba por não ser compatível com a democracia representativa que se tinha vindo a instaurar (Antunes, 2018). Assim, em 1976, a responsabilidade passa para as autarquias e as assembleias de moradores são substituídas por técnicos especializados. Em Lisboa são feitos 39 pedidos, dos quais 19 são executados. Em Chelas, são feitos 7 pedidos, dos quais são construídos apenas o Bairro da Curraleira, Embrechados (1976-84) e Portugal Novo (1981-84).

Como o SAAL garantia o direito ao lugar, construía perto dos bairros de origem das famílias realojadas. Isto resultava em bairros desconectados do tecido urbano consolidado, visto que os bairros de barracas tinham a tendência a implantar-se em “terra de ninguém” (Antunes, 2018).

Mais tarde surgem as cooperativas de habitação económica que se organizavam de maneira a alojar pessoas provenientes de bairros de barracas, grupos profissionais, e grupos partidários. O Vale de Chelas volta

a ser o local onde surgem mais destas intervenções: no bairro do armador (zona M), Bairro do Condado e Alfinetes, bairro dos Loios (zona N2). Através destas intervenções procurava-se diversificar o tecido social e adicionar serviços e equipamentos públicos aos bairros.

Apesar de todas estas intervenções - que construíam cada vez em maior escala - ainda havia nos anos 80 bairros de barracas em Lisboa:

“Em grande parte das ocasiões, estes bairros precários consistiam em labirintos de casas dispersas, construídas em encostas de declive acentuado ou locais de difícil acesso, nas sombras da cidade, em que residiam milhares de indivíduos.

Parte substancial dos bairros carecia de ligações adequadas às redes públicas de abastecimento de água, de saneamento básico e de electricidade, sendo frequente os moradores providenciarem soluções criativas para resolver estas situações. Outros aspectos que caracterizavam estes espaços eram a insuficiente iluminação pública, escassa recolha de lixo, a inexistência de pavimentação nos arruamentos, assim como a carência de equipamentos colectivos e de transportes públicos.

A pobreza, exclusão, segregação e estigmatização destes bairros era evidente, assim como as graves carências higiénico-sanitárias que potenciavam a disseminação de doenças, surtos e epidemias. Os bairros de maior dimensão acrescentavam à exclusão um estigma social espacial intenso, sendo amiúde associados ao insucesso escolar, crime, toxicodependência, tráfico e consumo de droga.” (Sobre o PER, sem data)

Alguns destes bairros, apesar de informais, já perduravam há mais que meio século. Neste contexto surge o PIMP - Plano de Intervenção a Médio Prazo para Habitação Social de Lisboa - que procurava realojar famílias, deslocadas na consequência de grandes obras infraestruturais ou de bairros de barracas assinalados como prioritários. Em Chelas surge os bairros do Armador, Alto do Pina, Alfinetes e Flamengas, que se

[Figura 134] Vista aérea do bairro da Curraleira. [1989]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/000083

[Figura 135] Vista aérea do bairro do Armador, em Chelas, ainda em construção. [1997]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/002393



[Figura 136]



[Figura 137]

implantam tendencialmente nos cabeços do vale. Apesar dos variados esforços, as barracas continuam a proliferar-se, e chegamos aos anos 2000 com barracas na cidade. Para enfrentar este problema surge o PER – programa especial de realojamento - que tem uma abordagem oposta à do saal:

“O SAAL é em tudo diferente do PER. Se o SAAL procurou, em muitos casos, reconstruir e requalificar os bairros cujas casas tinham sido construídas pelos moradores de acordo com as suas possibilidades, o PER, face aos mesmos tipos de bairros de construção informal, investiu no realojamento das populações em bairros sociais, muitas vezes distantes da residência anterior. Se o SAAL investiu saber técnico, através de arquitetos e engenheiros que se deslocavam ao terreno para, com os moradores, encontrarem soluções de melhoria das condições habitacionais de acordo com os cânones da época, procurando ao mesmo tempo respeitar os interesses dos moradores, o per construiu para realojar, em massa e a baixos custos, com a pretensão de acabar com as barracas, objetivo primeiro do programa.” (Cachado, 2013)

É esta grande escala dos bairros PER que permite que Lisboa deixe de ser uma cidade *de* barracas, e passe a ser uma cidade *com* barracas. Os bairros criados implantaram-se em locais coincidentes com as novas infraestruturas viárias e ferroviárias (Antunes, 2018), e a maior parte dos bairros PER em Lisboa, são construídos no Vale de Chelas, densificando os bairros existentes, através de edifícios com um desenho semelhante. Apesar de erradicar os grandes bairros de barracas, os edifícios propostos continuam à margem e, apesar de garantir o direito à habitação continuam sem garantir o direito à cidade. Com o desaparecimento dos bairros de barracas e a concentração da habitação em edifícios de altura, o vale vê-se ocupado por uma intensa rede viária, ocupando os aluviões e distanciando a escala do vale da escala Humana, algo que acaba por segregar cada vez mais as famílias realojadas.

[Figura 136] Vista aérea do Vale de Chelas na zona onde se edificou o bairro da quinta do Lavrado. [1994]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/002536

[Figura 137] Vista aérea dos novos acessos a Chelas vindo-se ua parte do bairro do Armador. [1997]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/002392







[Figura 139]

Conclusão

Através desta análise podemos perceber como a crise da habitação, que continuamos a viver atualmente, é um problema antigo ao qual fizemos frente usando diversas estratégias. Sendo a habitação um direito, temos de ser mais ambiciosos, e, ao garantir o direito à casa, garantir também o direito à cidade e à arquitetura. Se todas as estratégias empregues nesta luta refletem as vontades do seu tempo, a vontade de cumprir estes direitos, aliada à vontade de respeitar os sistemas naturais, deve ser o que marca o nosso.

CONTRA O FASCISMO
EXPLORAÇÃO! CASAS SIM
INTER-ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DOS BA



ASSOCIACAO
CISMO CONTRA A
BARRACAS NAO!

ARRRROS DA LATA E POBRES DE LISBOA ARREDOR
E SETUBAL

ES
CISMO



Bibliografia

- Acciaiuoli, M. (2015). Casas com escritos: Uma história da habitação em Lisboa. Bizâncio.
- Antunes, G. (2018). Políticas de habitação: 200 anos. Caleidoscópio.
- Azevedo, P. A. de. (1899, 1900). Do Areeiro à Mouraria (Topographia Histórica de Lisboa). O Arqueólogo Português, V, 212–224.
- Barreto, A., & Mónica, M. F. (1983). RETRATO DA LISBOA POPULAR: 1900. EDITORIAL PRESENÇA.
- Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise social : revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 206.
- Costa, A. C. da. (1706). Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal: Vol. 3 vol.
- Del Debbio, F. (2020). Agricultura urbana em Lisboa: Uma leitura histórica e uma perspetiva de futuro. *estudoprévio: revista do centro de estudos de arquitectura, cidade e território da Universidade Autónoma de Lisboa*, 18. <https://doi.org/10.26619/2182-4339/18.5>
- Direito à Habitação – Parte I: Vol. I. (1976). rtp1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/direito-a-habitacao-1-2/>
- França, J.-A. (1980). Lisboa: Urbanismo e Arquitectura. Biblioteca Breve, Volume 53.
- Gonçalves, F. (1978). Cidade-Campo, Caderno da Habitação do Território. Em A mitologia da habitação 'social'—O caso português (Vol. 1).
- Marat-Mendes, T., d'Almeida, P. B., & Mourão, J. (2015). A legenda do levantamento da planta de Lisboa do engenheiro Silva Pinto. 1, 275–287. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/a-legenda-do-levantamento-da-planta-de-lisboa-do-engenheiro-silva-pinto/24187>
- Rebolo, J. M. T. (2017). O realojamento do Bairro Chinês em Marvila: Participação e autoconstrução como processo – o caso da PRODAC (1970-1974) [doctoralThesis]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13723>
- Reis, J. (1987). A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870 - 1913. *Análise social : revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 23(2).
- Ribeiro, O. (1949). O sítio e o crescimento de Lisboa. *Terra Brasilis*, 2. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.737>
- Santos, B. de S. (2018). As Bifurcações da Ordem—Revolução, Cidade, Campo e Indignação. Leya.
- Serra, N. (2002). Estado, território e estratégias de habitação. Quarteto Editora.
- Silva, Á. F. da. (1996). A construção residencial em Lisboa: Evolução e estrutura empresarial (1860-1930). *Análise social : revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 136–137.
- Sobre o PER. (sem data). MUNICÍPIO de LISBOA. Obtido 20 de setembro de 2023, de <https://www.lisboa.pt/per-30-anos/sobre-o-per>
- Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise social : revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 115.
- Telles, G. R. (1997). Plano Verde de Lisboa. Colibri.
- Wheeler, D. L. (1978). A Primeira República Portuguesa e a história*. *Análise social : revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 56.

Índice de Figuras

Figura 95 - Back Door 02, série Life in Cities, Hong Kong. Autor: Michael Wolf. Fonte: página do autor, <http://photomichaelwolf.com/>

Figura 96 - Entrevista Ricardo Carvalho. [2022] Autor: Miguel Judas

Figura 97 - "BAYERISCHE STAATSBIBLIOTHEK MÜNCHEN, CLM 210,". [818]. Autor: Anónimo. Fonte: Digital Exhibitions at Special Collections & Archives, Queen's University Belfast, <https://omeka.qub.ac.uk/items/show/575>

Figura 98 - Urban Growth in Las Vegas, Nevada, USA. [1972][1992][2022]. Autor: National Land Imaging Program. Fonte: <https://www.usgs.gov/media/images/urban-growth-las-vegas-nevada-usa>

Figura 99 - [Figura 99] "Lactobacillus Bacteria Growing". [2018]. Autor: David Barlow. Fonte: David Barlow Film Archive, <http://www.davidbarlowarchive.com/categories/microscopy/bacteria/lactobacillus.html>

Figura 100 - Montagem fauna e flora de Lisboa. [2022]. Autor: Maria Malato

Figura 101 - Heimat. [sem data]. Autor: Peter Bialobrzeski. Fonte: Site do autor, <https://www.bialobrzeski.net/heimat>

Figura 102 - Invertida: Heimat. [sem data]. Autor: Peter Bialobrzeski. Fonte: Site do autor, <https://www.bialobrzeski.net/heimat>

Figura 103 - Privado, Público, Ligação. [2022]. Autor: Maria Malato

Figura 104 - Comício republicano na avenida Rainha Dona Amélia. [1908]. Autor: Desconhecido. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NEG/001430

Figura 105 - tc28, série transparent cities. Autor: Michael Wolf. Fonte: página do autor, <https://photomichaelwolf.com/#transparent-city/8>

Figura 106 - A City is a Tree [1962]. Autor: Aldo van Eyck

Figura 107 - City Life. [sem data] Autor: Andreas Gursky

Figura 108 - Earth at Night Imagery. [sem data]. Autor: NASA. Fonte: Scientific Visualization Studio. <https://svs.gsfc.nasa.gov/gallery/earth-at-night-imagery/>

Figura 109 - Tailfin Roulette: 1963. [1963]. Autor: Desconhecido. Fonte: shorpy

Figura 110 - Escavar / erguer [2022]. Autor: Maria Malato

Figura 111 - Marina city: view from 45th floor. [1964]. Autor: Desconhecido. Fonte: <https://www.marinacity.org/>

Figura 112 - Renaturalização do Rio Shenzhen

Maozhou. [sem data]. Autor: EADC

Figura 113 - Habitar o Vale de Chelas, Colagem [2022]. Autor: Maria Malato

Figura 114 - Quinta dos Peixinhos. [1961]. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/001908

Figura 115 - Vale Escuro visto de nascente e caminho da quinta dos Peixinhos. [1944]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000597

Figura 116 - Quinta dos Peixinhos, vista do poente. [194?]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000594

Figura 117 - Barracas. [1963]. Autor: Arnaldo Madureira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/003213

Figura 118 - Vista aérea do bairro da Madre Deus e Alvalade. [1955]. Autor: Mário Oliveira. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

Figura 119 - Bairro da Madre de Deus, construção. [1944]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000566

Figura 120 - Bairro do Chinês, Marvila. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1950.

Figura 121 - Bairro da Curraleira. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1950.

Figura 122 - Bairro dos Embrechados e Casal do Pinto. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1950.

Figura 123 - Bairro do Casal Vistoso. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1950.

Figura 124 - Bairro da curraleira e Embrechados. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1950.

Figura 125 - Bairro do Chinês, Marvila. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1970.

Figura 126 - Bairro da Curraleira. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1970.

Figura 127 - Bairro dos Embrechados e Casal do Pinto. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1970.

Figura 128 - Bairro do Casal Vistoso. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1970.

Figura 129 - Bairro da curraleira e Embrechados. Adaptação da cartografia histórica de Lisboa 1970.

Figura 130 - Número de barracas de lata detectadas. [1970]. Autor: Repartição de Realojamento do GTH. Fonte: Livro Políticas

de Habitação, 200 Anos

Figura 131 - SAAL, Curraleira, Embrechados. [s.d.]. Autor: Nuno Portas. Fonte: Centro de documentação 25 de abril, <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1354>

Figura 132 - O bairro PRODAC. [s.d.]. Autor: Ateliermob. Fonte: A mensagem.

Figura 133 - Panorâmica sobre o Alto do Pina. [s.d.]. Autor: Eduardo Portugal. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/057288

Figura 134 -Vista aérea do bairro da Curraleira. [1989]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/000083

Figura 135 - Vista aérea do bairro do Armador, em Chelas, ainda em construção. [1997]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/002393

Figura 136 - Vista aérea do Vale de Chelas na zona onde se edificou o bairro da quinta do Lavrado. [1994]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/002536

Figura 137 - Vista aérea dos novos acessos a Chelas vendo-se ua parte do bairro do Armador. [1997]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Fonte Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/002392

Figura 138 - Chelas. [2022]. Autor: Maria Malato

Figura 139 - Manifestação pelo Direito à Habitação, 30 de Setembro. [2023]. Autor: Maria Malato

Figura 140 - Processo SAAL em Oeiras: 1974-1985. [s.d.]. Autor: Desconhecido. Fonte: <https://ricardosantos.net/investigacao/cidade-participada-arquitectura-e-democracia-operacoes-saal-oeiras/>

JORNAL 05 **/ EXERCÍCIO ESPECÍFICO**

Articulação Urbana do Vale de Chelas a partir dos Sistemas Hídricos



[Figura 14]

Introdução

Ao longo deste trabalho foram feitas várias análises sobre o papel da nossa disciplina, os espaços públicos resultantes da infraestrutura hídrica, e as sucessivas transformações urbanas no Vale de Chelas. Estas culminam num projeto de arquitetura, através do qual se sintetizam as várias conclusões resultantes das mesmas.

A arquitetura molda a cidade e, conseqüentemente, as vidas que nela se desenrolam. Por este motivo pode, deve, e tem de ser uma ferramenta de resposta às várias crises - ambientais e sociais - que enfrentamos. Como arquitetos, temos a responsabilidade de propor a construção de uma cidade com a capacidade de acolher uma sociedade mais coesa e justa.

Através da análise do território do vale de chelas, podemos perceber como este é altamente impactado pelas infraestruturas que nele se implantam. Paralelamente à construção de casas, foram construídas várias estruturas que possibilitam o bom funcionamento da cidade de Lisboa, entre

estas: o cemitério do alto de São João; a rede viária e ferroviária; o Aqueduto do Alviela; a estação de tratamento de água e resíduos; e a subestação elétrica do alto de São João. No entanto, ao contrário do sistema das águas livres, que traz muito mais que água à parte ocidental da cidade, aqui, a infraestrutura desumanizou a escala do território, afastando e excluindo da vida urbana quem nele habita. Neste lugar, a densificação não foi suficiente para que nele se fizesse cidade.

No entanto, como foi exposto neste trabalho, existem várias maneiras de desenhar infraestrutura. Esta, apesar de se erguer sempre a partir de um esforço comum, pode servir o indivíduo, a comunidade, ou ambos. A meu ver, o esforço para construir estas estruturas e sistemas é tão grande, que temos a obrigação de, através deles, resolver mais que um problema. Não podemos, com a vontade de tratar resíduos, transmitir eletricidade e construir uma rede férrea, excluir comunidades e comprometer os sistemas naturais dos territórios urbanos.







Chão Comum

Depois da análise dos espaços públicos criados pela infraestrutura da água, proponho-me a dar continuidade ao precedente aberto pelo Sistema das Águas Livres - que trouxe água, ligações, partilha e espaço público à cidade - adaptando-o às necessidades atuais: acumular, tratar, encaminhar e reutilizar água, renaturalizar os aluviões e humanizar a escala do vale, permitindo que este se insira na cidade consolidada através de uma ocupação que não põe em causa os seus importantes sistemas naturais.

Paralelamente às necessidades hídricas da nossa espécie, que este sistema procura suprir, precisamos de criar um Chão Comum entre o Vale de Chelas e a cidade consolidada. Para tal, este tem de deixar de ser apenas um lugar onde se habita, e passar a ser um lugar onde se partilha. Para isso, a introdução de ligações e espaços públicos qualificados é essencial.

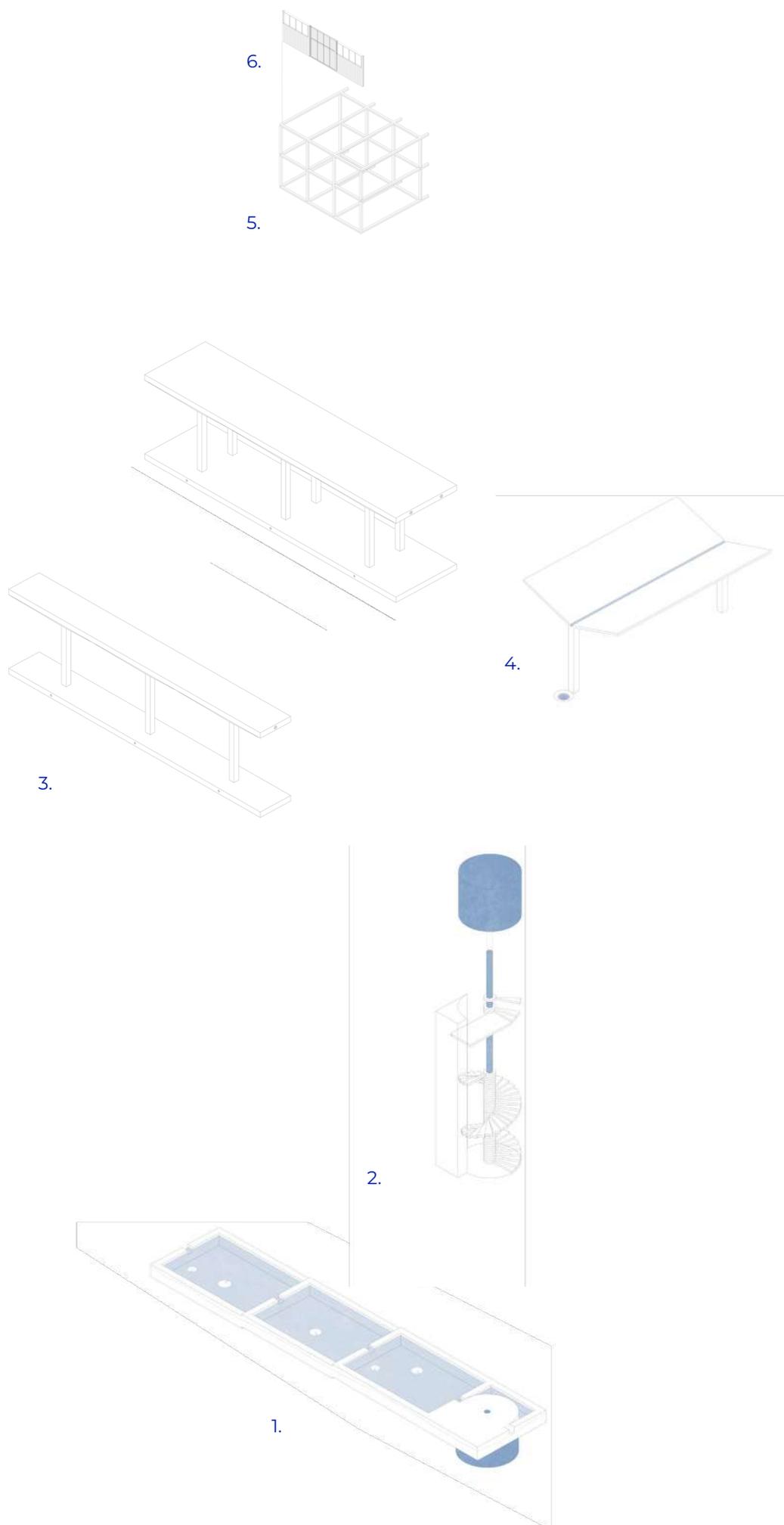
Com o objectivo de resolver a descontinuidade urbana entre os vários bairros que, tendencialmente, se implantam nas cotas mais altas do vale, separados pela topografia acidentada e pela infraestrutura pré-existente, surge um sistema de recolha, tratamento, acumulação e transporte de água, propondo ligações entre as várias áreas urbanizadas do vale, definindo espaços públicos às várias cotas.

A cota inferior do vale, agora ocupada por uma intensa rede viária que a impermeabiliza,

passa a afirmar-se como um grande espaço verde contínuo, onde se cultivam os terrenos férteis e se recolhe a água sobrança.

Já nas cotas superiores, vão-se implantando sistemas de recolha, bombagem e tratamento de água, de maneira a que esta possa, posteriormente, fazer parte dos espaços públicos e privados, possibilitando a criação de novos rituais comunitários associados à mesma.

Cada peça deste sistema contribui para o seu funcionamento, cumprindo sempre, pelo menos, dois papéis: Um ligada à água, outro ao habitar, de maneira a afirmar as múltiplas funções possíveis para as estruturas erguidas. O tecido conectivo deste sistema são aquedutos, tanques, e escadas/reservatórios, que entrelaçados, distribuem a água e permitem o atravessamento pedonal de todo o território, ligando o Alto de São João e os vários bairros de Chelas e Marvila, ao Rio. Desta forma, é possível atravessar este vasto território a pé, em cerca de 35 minutos, e 15 minutos de bicicleta, privilegiando assim a mobilidade suave, que atualmente é impossibilitada pelas condições naturais e urbanas do local. Através dos vários elementos do sistema é possível humanizar a escala do vale e tirar partido das suas condições, de maneira a que este se possa afirmar como um sistema hídrico, onde se cruzam fenómenos naturais, humanos e urbanos.



Durável / Reversível

_ Peças

1. Tanques que se associam aos grandes declives e fundos de vale. Estes encarregam-se de encaminhar as águas pluviais até à base dos edifícios e as águas cinzentas tratadas aos espaços públicos de lazer e cultivo. Este elemento, para além de encaminhar água, marca caminhos e atravessamentos no vale, moderando, através da evaporação, temperaturas dos espaços públicos nos episódios, cada vez mais frequentes, de calor extremo.

2. Ligadas aos tanques, surgem vários pontos de ligação vertical na forma de escadas e elevadores. Estas, são essenciais para este sistema desempenhando três funções: No seu embasamento, apoiam-se numa pequena estação de tratamento de água associada aos tanques; No seu desenvolvimento, agregam-se peças de degraus modulares, permitindo que estas se vençam várias diferenças cota; E seu no coroamento, surge um reservatório de água, que assegura o abastecimento, sob pressão, das cisternas públicas e das casas, que se podem vir a juntar a este sistema.

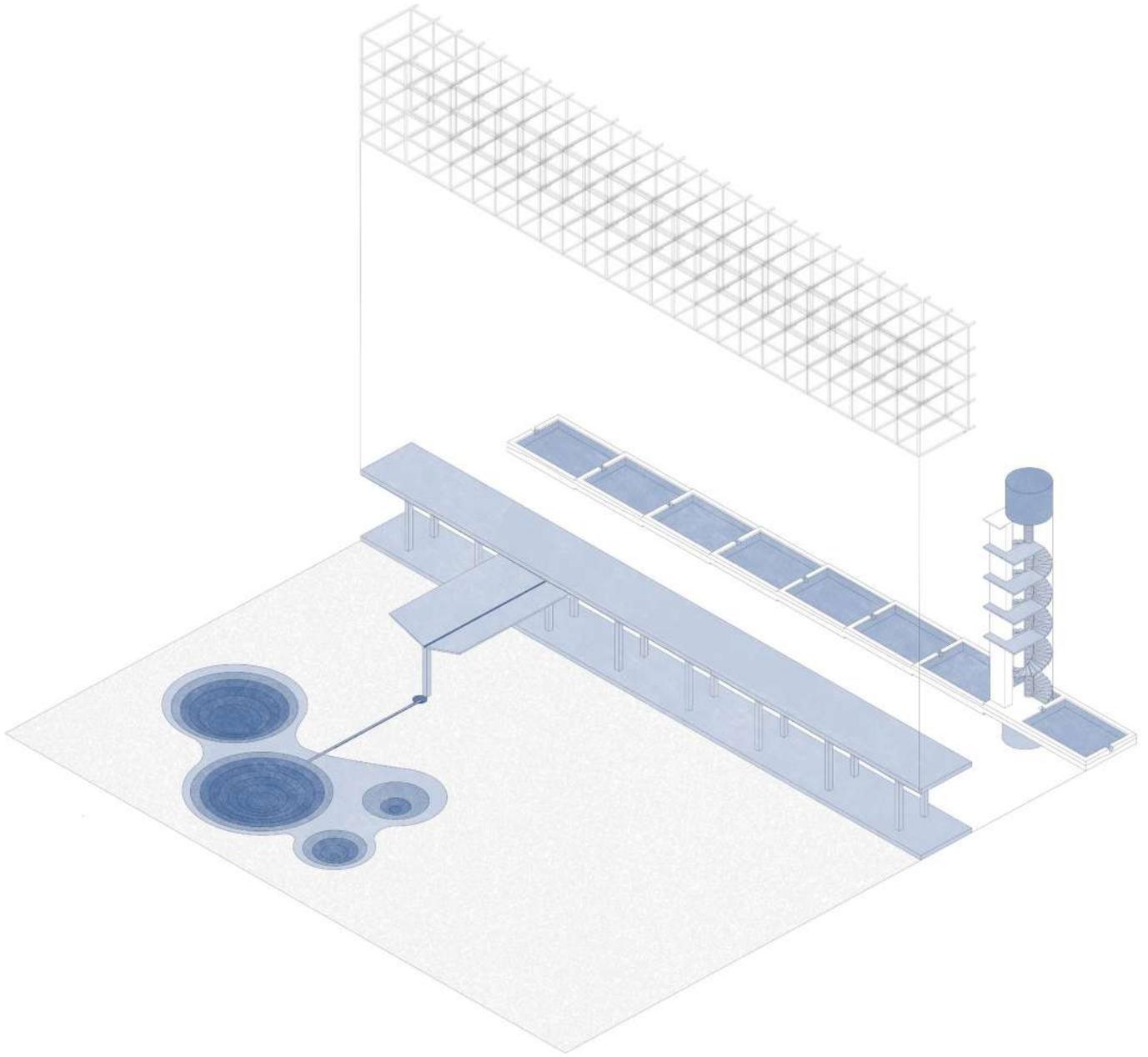
3. Associados às escadas, surgem dois tipos de aqueduto, constituídos por vigas vierendeel de betão, que se sobrepõem ao vale e vencem grandes vãos. Através destes é possível ligar os vários cabeços de vale associados aos diferentes bairros ao longo deste percurso. Estas vigas, ligadas ao sistema hídrico, transportam longitudinalmente as

águas tratadas recolhidas nos fundos de vale, levando-as aos espaços públicos configurados por este sistema. Estas, quando se apoiam no chão, aumentam, de maneira a poderem, dependendo da vontade ou necessidade, transformar-se em embasamentos de edifícios.

4. Para oferecer espaços públicos cobertos ao longo do percurso, são pensadas coberturas que se associam aos aquedutos, e que recolhem e abastecem de água os espaços públicos propostos.

5. Para densificar os aquedutos, surge um esqueleto leve, metálico, reversível, cuja escala consegue albergar tanto espaços comunitários como privados, interiores e exteriores.

6. Para ser possível habitar este esqueleto, são pensados dois tipos de invólucros leves pré-fabricados que se acoplam ao sistema: um opaco, constituído por chapa, subestrutura, isolamento térmico e contraplacado, que garante a privacidade dos espaços interiores, com uma janela a 2 metros de altura, permitindo a entrada de luz sem expor as casas; E outro, translúcido, composto por um filtro de chapa perfurada e janelas, que permitem a criação de jardins de inverno. A conjugação destes dois elementos, permite inúmeras criações de ambientes interiores, mais ou menos expostos ao exterior.



Durável / Reversível

Os elementos duráveis são a base pública desta intervenção através dos quais se abordam temas à escala da cidade - resolver descontinuidades, delimitar espaços públicos, distribuir água e permitir atravessamentos. Já os elementos reversíveis abordam temas à escala do habitar, procurando adaptar-se às idiosincrasias de cada época, comunidade e indivíduo. Estes seis elementos podem ser conjugados de inúmeras formas, adaptando-se assim aos diversos temas que surgem ao longo do percurso Alto de São João - Chelas - Marvila - Rio.



QUINT. CURRALEIRA

34

[Figura 143]



[Figura 144]

Entangled life

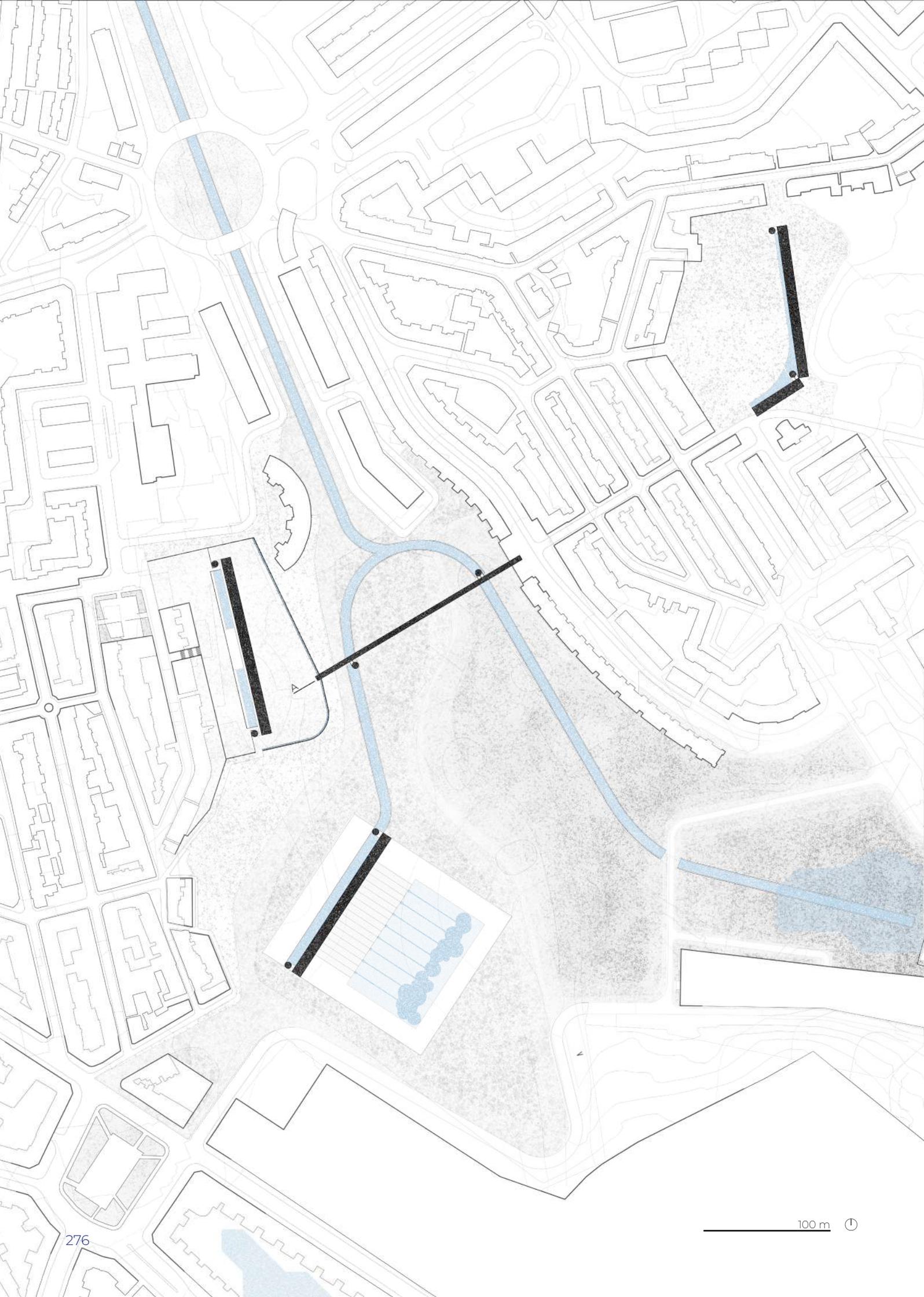
_ Quinta da Curraleira, Olaias e Picheleira

O percurso proposto procura conectar os vários cabeços do vale e tem como ponto de partida a fronteira entre a cidade consolidada e este vasto território expectante. O projeto intervém nos pontos altos de vários bairros, mas no âmbito deste trabalho, são detalhadas apenas a primeira e última intervenção do percurso, de maneira a demonstrar a variedade de propostas possíveis através da diferente conjugação dos mesmos elementos: tanques [1], escadas [2], aquedutos [3], coberturas [4], esqueleto metálico [5] e invólucros [6].

O território ocupado pela atual rotunda das Olaias, como referido no estudo do modelo urbano do Vale de Chelas, sofreu vários tipos de ocupação: de território agrícola passa a bairro de barracas, e mais tarde, o seu terreno sofre profundas alterações para acomodar estradas e edifícios do programa PER, que se implantam no fundo do vale, entre o Cemitério do Alto de São João, a ETAR, e a subestação elétrica. Este local aloja, nas costas da cidade, uma grande quantidade de pessoas, privando-as da vida urbana que, a poucos metros delas, se desenrola.

[Figura 143] Vista aérea do bairro da Curraleira. [1989]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/003/PMR/000085

[Figura 144] Vista sobre o antigo bairro da Curraleira. [2023]. Fonte: Google earth.



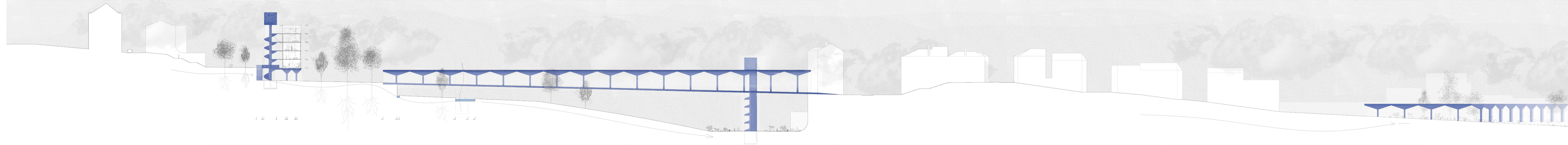
Entangled life

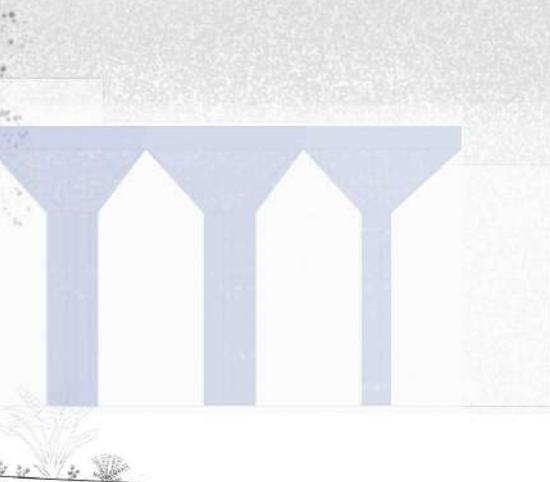
_ Quinta da Curraleira, Olaias e Picheleira

A proposta começa por repor a permeabilidade do fundo do vale, substituindo as estradas por tanques, que acompanham a topografia de maneira a maximizar a recolha de água, e permitir que este sub-vale deixe de ser um obstáculo e passe a afirmar-se como tecido conectivo entre os vários bairros que o delimitam.

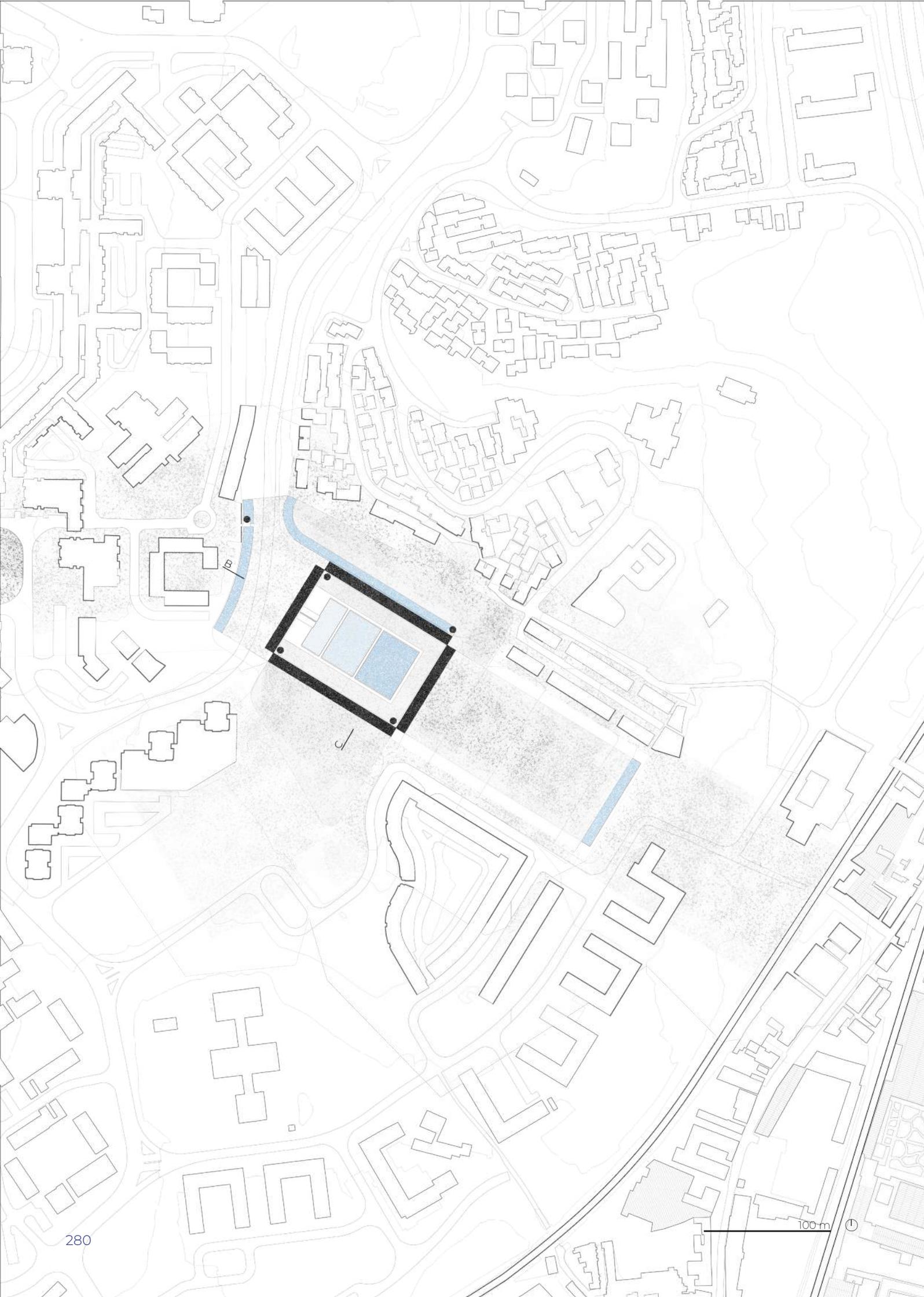
Para tal, são desenhados jardins às várias cotas, tirando partido dos diferentes tipos de solo e repondo os cultivos substituídos em 2002 pela rede viária. Procura-se através dos espaços desenhados, recolher e reutilizar o máximo de água possível, transformando o próprio vale num importante aparato hídrico.

Os aquedutos propostos têm três funções: Desenhar o alçado do vale, que atualmente é constituído apenas pelas traseiras dos edifícios pré-existentes; Criar caminhos que marcam o início do percurso desde este ponto até ao rio; E delimitar os espaços públicos criados através da reposição da topografia e dos elementos naturais destruídos pela infraestrutura. Mesmo que a intervenção receba a estrutura da habitação, estes três objetivos cumprem-se, de maneira a que os bairros aqui implantados, se possam, finalmente, integrar na cidade.





Corte A



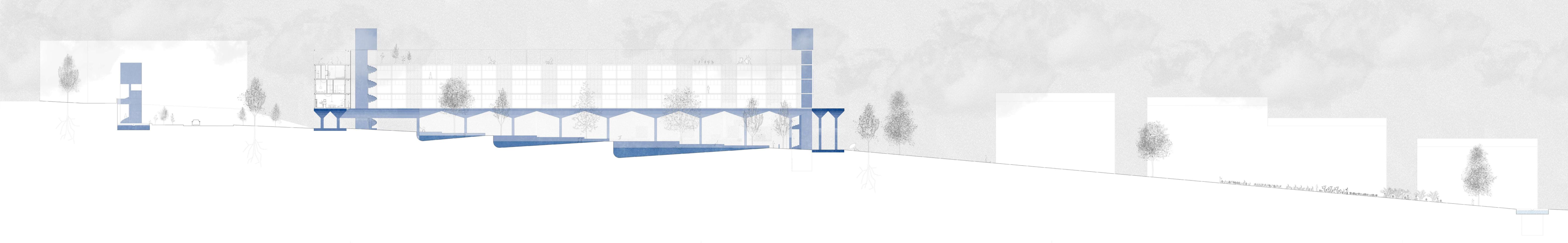
Entangled life – Quinta Marquês de Abrantes

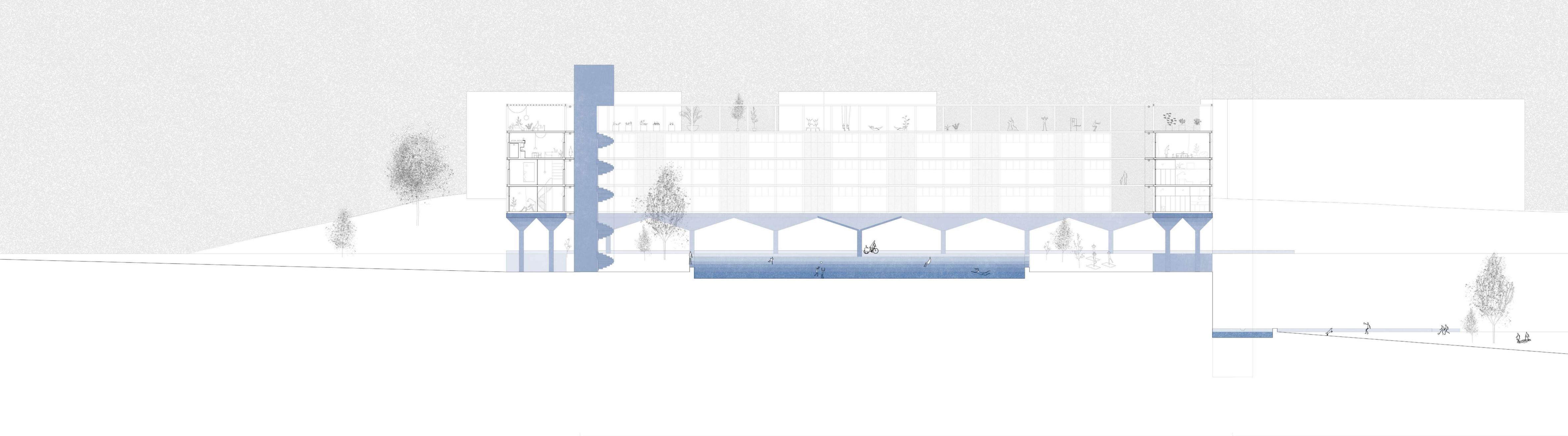
O sistema proposto vai tomando várias formas, conjugando as suas peças de acordo com as necessidades de cada bairro. Chegando a este local, podemos perceber como o Campo de Futebol Carlos Salema se encontra numa posição privilegiada, podendo vir a afirmar-se como o espaço público central, unindo os vários bairros, desconexos, que o rodeiam. Neste caso, as peças deste sistema organizam-se de maneira a configurar um Hortus Conclusus, que se no seu interior guarda um oásis público, no meio desta zona altamente densificada, sem qualquer espaço partilhado de qualidade. O espaço de água proposto utiliza as águas cinzentas, tratadas, para encher uma sequência de piscinas. Assim, é possível oferecer à cidade de Lisboa uma estrutura que, apesar do bom clima, esta não tem: Uma piscina pública ao ar livre. Deste modo, será possível promover a partilha entre as pessoas de Chelas, Marvila e os restantes habitantes da cidade que, como consequência desta proposta, passam a conseguir atravessar facilmente todo este território.

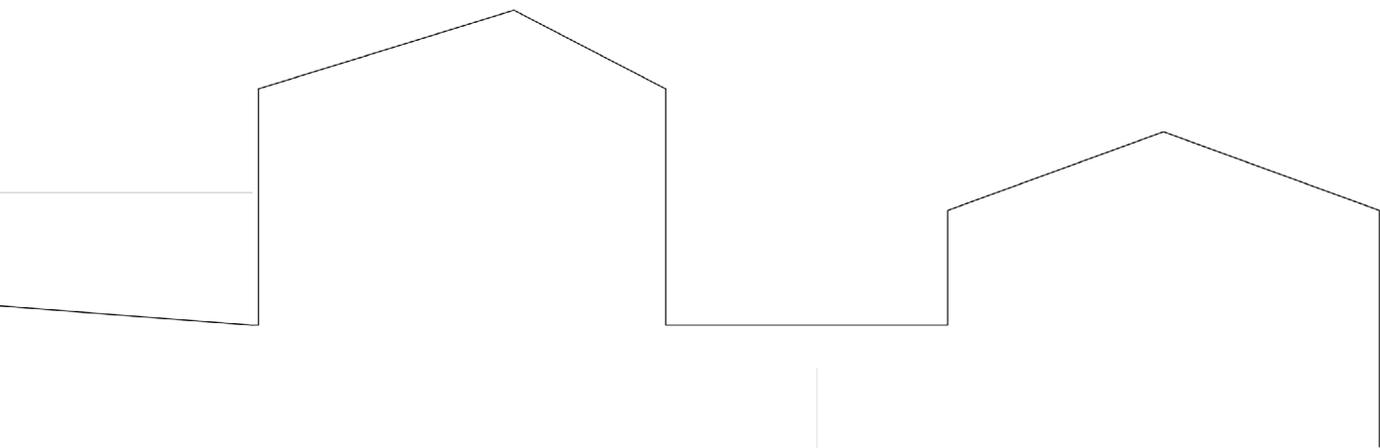
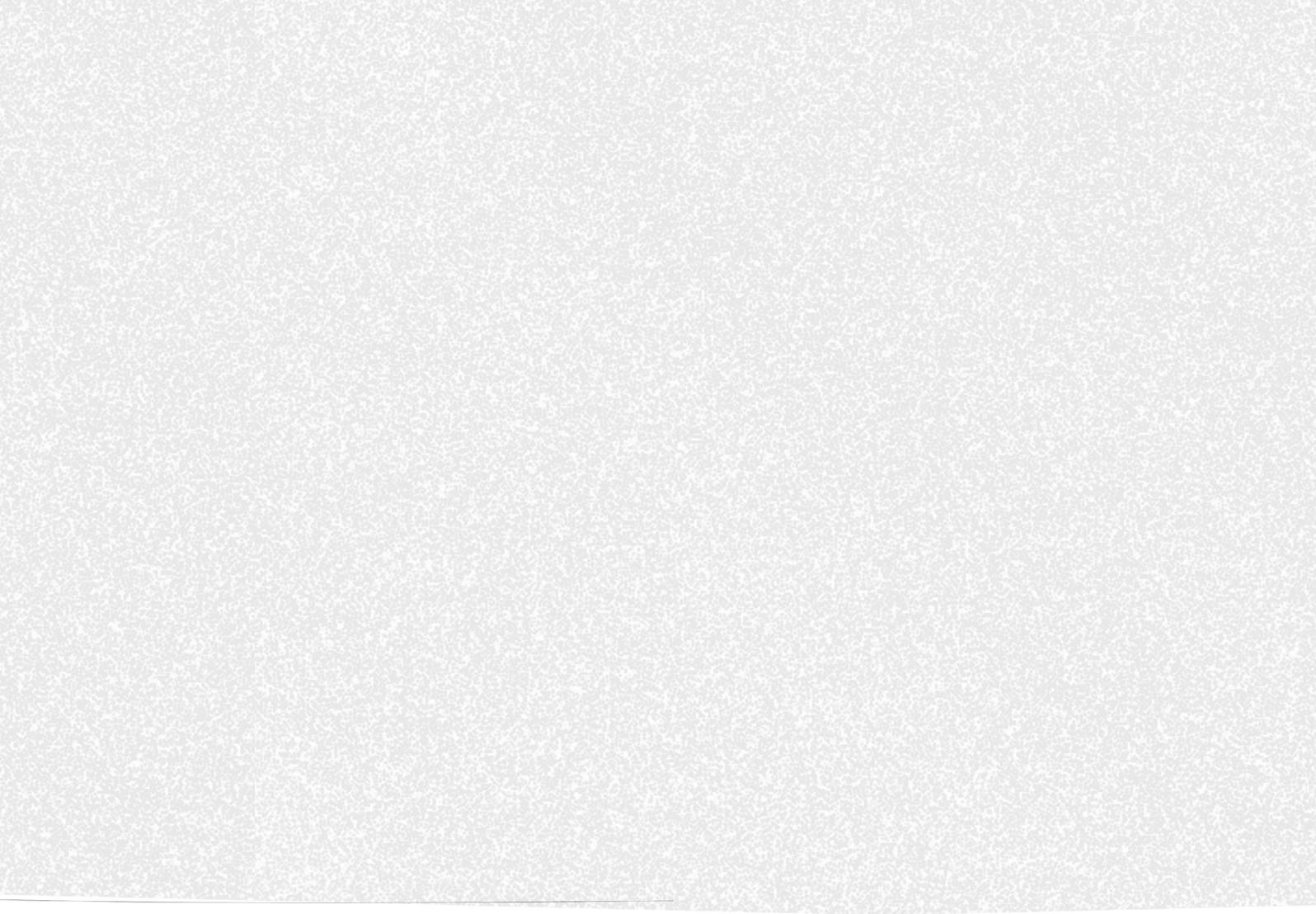
Aqui, a infraestrutura, para além de possibilitar a criação de um espaço público, desencadeia um ciclo urbano da água, com benefícios em cada uma das suas etapas:

As águas cinzentas dos edifícios são tratadas, e encaminhadas através de uma cobertura associada ao aqueduto, até às piscinas; daqui, a água é encaminhada por gravidade, até ao fundo do vale, regando, pelo caminho, vários jardins; Ao chegar à cota inferior do percurso, a água sobranete é tratada, e bombeada até aos reservatórios associados aos acessos das escadas, de maneira a poder ser usada novamente nas habitações, nomeadamente para duchas, limpezas e rega.

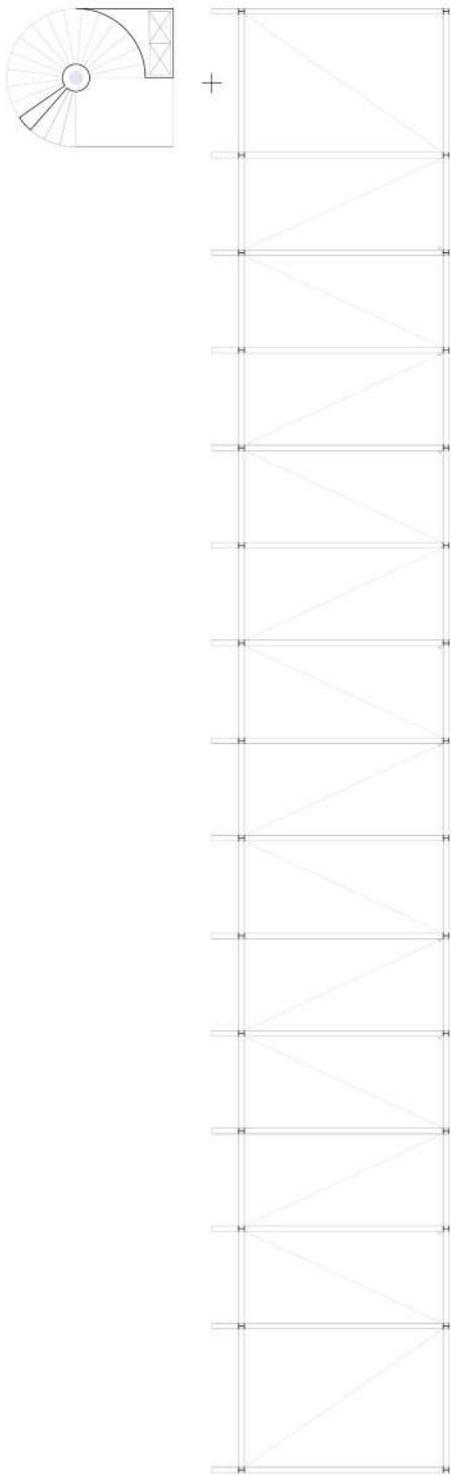
Os acessos verticais deste sistema tem uma escala que lhes permite articular cotas, servindo não só os edifícios de habitação, como a cidade. Por isso, associam-se aos tanques que rematam os grandes declives neste local, e garantem a ligação deste sistema ao bairro da Prodac e ao bairro do condado (Zona J), enquanto servem, simultaneamente, os edifícios propostos.



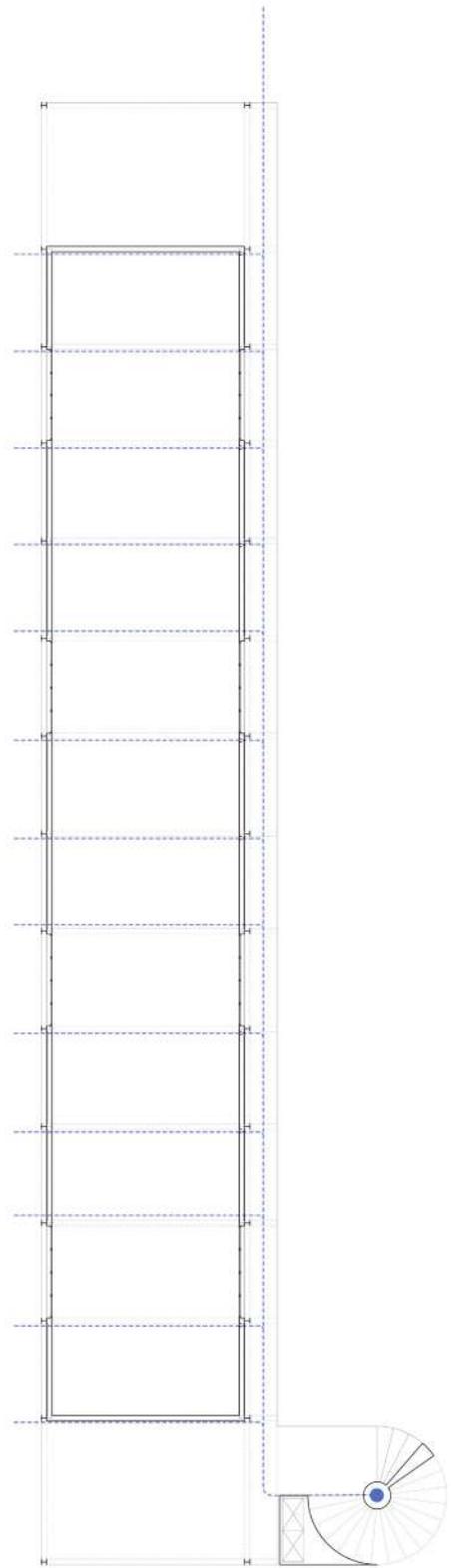




Corte C



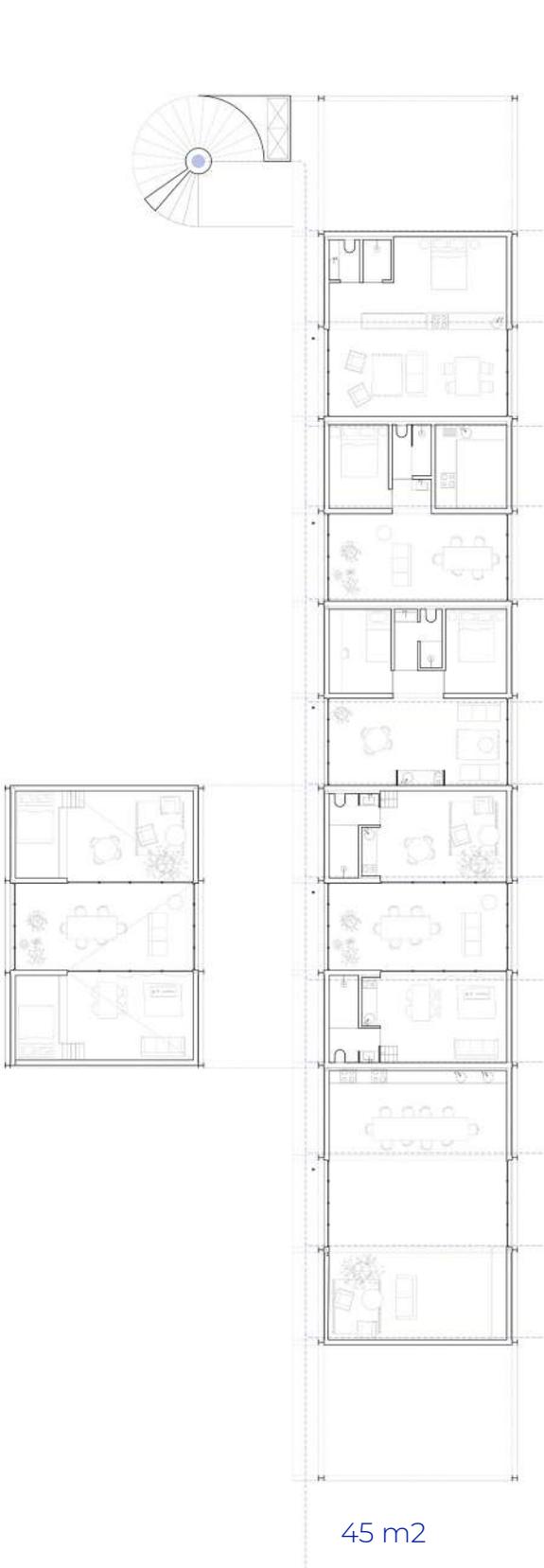
Base



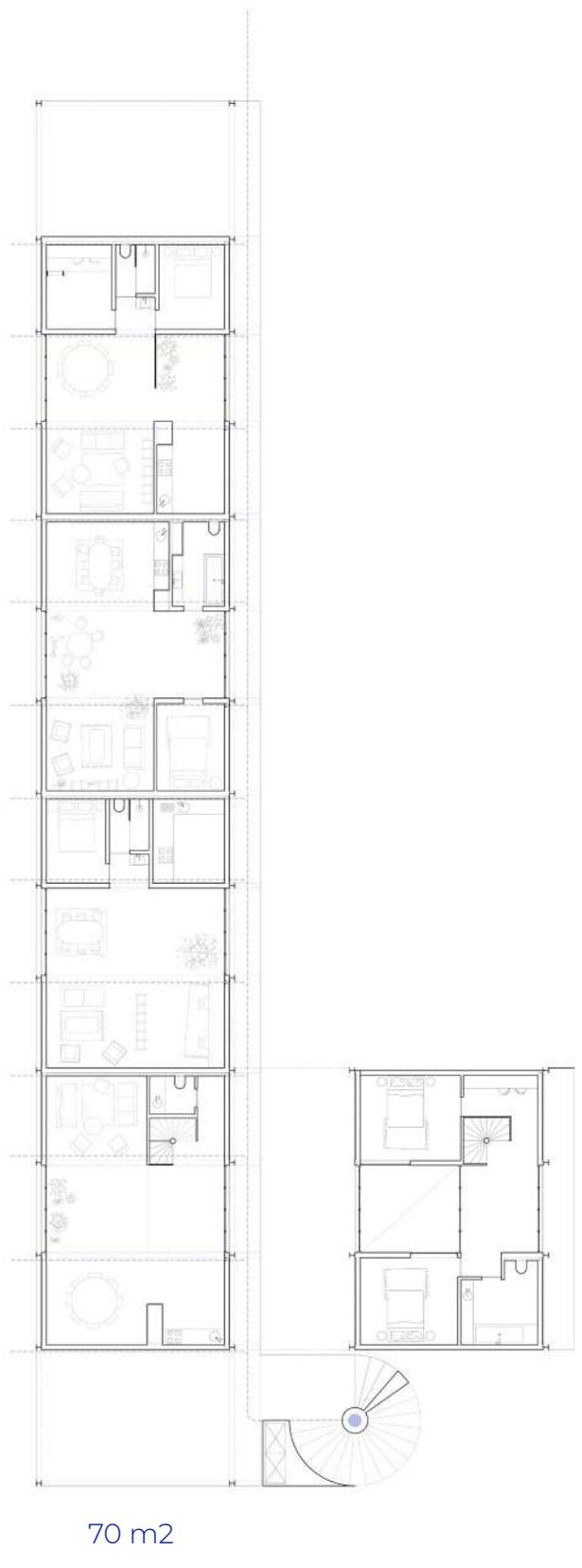
Invólucro

Habitar

Os perfis metálicos, que criam o esqueleto do edifício, podem ser preenchidos por inúmeras estruturas secundárias, que asseguram a sua versatilidade. Para as paredes exteriores, são pensados dois tipos de invólucro pré-fabricado, com diferentes níveis de opacidade, que permitem dois tipos de relação com o exterior, sem pôr em causa a privacidade de cada divisão. À partida, o recheio deste esqueleto é pensado como uma sucessão entre espaços interiores e exteriores, que asseguram um pátio, mais ou menos opaco, mais ou menos ventilado, a cada fogo. Para além disso, o pé direito de 3,3 metros, torna possível o desenho de espaços a vários níveis. Cada espaço interior tem contacto com a infraestrutura da água do edifício, o que permite que a área dada a cada fogo possa tomar inúmeras configurações, dependendo da necessidade e vontade de cada um. Assim, existe espaço para a individualidade sem comprometer o conjunto.



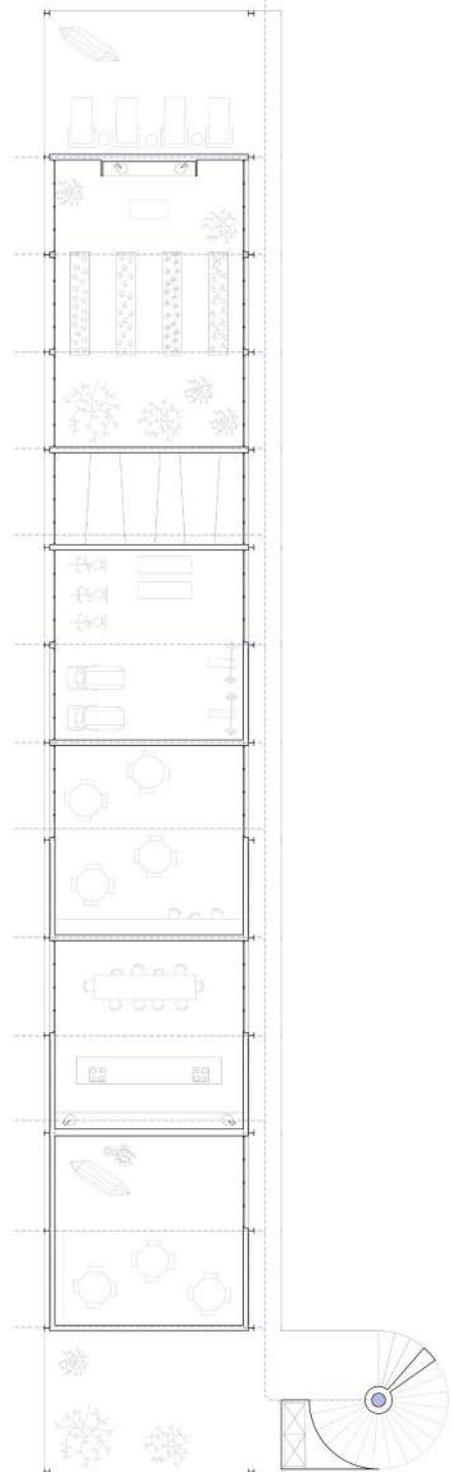
45 m2



70 m2



140 m2



Comum

Índice de Figuras

Figura 141 - Rotunda das Olaias. [2023]. Autor: Maria Malato

Figura 142 - Vista sobre o Vale de Chelas. [2023]. Autor: Maria Malato

Figura 143 - Vista aérea do bairro da Curraleira. [1989]. Autor: Gustavo da Cunha Leitão. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/PMR/000085

Figura 144 - Vista sobre o local de implantação do antigo bairro da Curraleira. [2023]. Fonte: Google earth.

Figura 145 - Panorâmica do Bairro das Amoreiras. [1966]. Autor: Armando Maia Serôdio. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/007975



